
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLERI APARECIDA BRANDT

**REGIME NAZISTA: AS TEORIAS
IDEOLÓGICAS E EDUCACIONAIS
MOLDANDO A FORMAÇÃO DO
INDIVÍDUO NAZI**



Rio Claro
2011

CLERI APARECIDA BRANDT

REGIME NAZISTA: AS TEORIAS IDEOLÓGICAS E EDUCACIONAIS
MOLDANDO A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NAZI

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe

Co-orientador: Prof. Dr. Wagner Montanhini

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2011

379.2 Brandt, Cleri Aparecida
B821r Regime nazista: as teorias ideológicas e educacionais
moldando a formação do indivíduo nazi / Cleri Aparecida
Brandt. - Rio Claro : [s.n.], 2011
206 f. : il., figs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura -
Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro

Orientador: Jorge Luís Mialhe
Co-Orientador: Wagner Montanhini

1. Educação e Estado. 2. Educação pública. 3. Nazismo. 4.
Ideologia. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Dedico este trabalho ao meu amado pai – *in memoriam* – que não teve tempo para ver a conclusão desta caminhada.

– Pai, este trabalho é para você e por você. O seu caráter e o seu senso de humanidade foram e sempre serão o exemplo norteador dos meus passos. Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não estaria completo se nele não expressasse a minha mais terna gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a jornada fosse concluída de maneira significativa. Durante os quatro anos de curso foram muitos os encontros e desencontros, alguns amigos se foram em meio à caminhada enquanto outros amigos chegaram, porém todos deixaram suas marcas, as quais me acompanharão por toda a vida sendo, por este motivo, merecedores de minha gratidão e muito embora não encontrem seus nomes grafados nesta página, estejam certos de sua presença.

Os agradecimentos a se fazer são muitos, contudo, acredito que o primeiro deve ser para aquele que permitiu a realização desta caminhada até sua reta final: Deus. Os amigos abnegados do Plano Maior também não podem ser esquecidos, afinal estiveram presentes em todos os momentos, me enviando inspiração e força necessárias.

Agradeço com um grande sorriso no coração ao meu mestre inspirador e, talvez, meu maior incentivador: meu pai, que infelizmente não conseguiu chegar comigo nesta etapa final. Contudo, sei que a sua ausência é apenas física, pois a sua presença é parte integrante do meu coração e sei também, que, onde estiver ele continua acompanhando e incentivando meus passos. Com este mesmo sorriso, agradeço a minha mãe que, no auge de sua impaciência, se encheu de paciência para suportar meus estresses e que, sempre esteve ao meu lado, confiando e valorizando minha capacidade, me dando um alento nos momentos de crise e me fortalecendo com suas preces. Agradecimentos mais que especiais às minhas filhotas, sem as quais, provavelmente esta caminhada sequer teria começado. Estejam certas de que o incentivo, o companheirismo e a confiança de vocês fizeram toda a diferença.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe, meu orientador na tarefa de construção deste trabalho, pela disponibilidade, paciência e atenção que sempre me dispensou e, principalmente, pelo incentivo para a realização desta complexa pesquisa e pela confiança que sempre depositou em minha capacidade. Agradecimentos também, ao meu co-orientador Prof. Dr. Wagner Montanhini pelo suporte durante a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os funcionários do Departamento de Educação, da Seção Técnica de Graduação e da Biblioteca deste campus universitário pela colaboração nesta empreitada e, em especial aos professores e professoras que contribuíram para o meu crescimento intelectual e humano.

[...] Quem são aqueles que, alguns anos antes, foram recém-nascidos inocentes e frágeis como todos os recém-nascidos, e depois bebês sorridentes e palradores como todos os bebês do mundo, e depois meninos de escola em alegres disputas como todos os meninos de escola do mundo, e depois adolescentes cujo coração deve ter batido com o primeiro “amo-te” como todos os adolescentes do mundo? Que turbilhão, que cataclismo fez destes ex-recém-nascidos, ex-bebês, ex-meninos de escola e ex-adolescentes monstros disparadores de balas e cravadores de farpas? (HANNOUN, 1997, P. 10).

Caro professor,
Sou Sobrevivente de um campo de concentração. Os meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver:
Câmaras de gás construídas por engenheiros experimentados;
Crianças envenenadas por médicos educados;
Bebês mortos por enfermeiras treinadas;
Mulheres e bebês executados e queimados por diplomados de colégios e universidades.
Por tudo isto, desconfio da educação.
O meu pedido é o seguinte: ajudem os vossos alunos a tornarem-se seres humanos. Os vossos esforços não deverão, nunca, produzir monstros educados, psicopatas qualificados, Eichman experimentados.
A leitura, a escrita, a aritmética só são importantes se servirem para tornar as nossas crianças mais humanas.
(Carta de um diretor de um liceu americano, sobrevivente os campos de concentração nazistas, enviada à seus professores no início de cada ano letivo) (HANNOUN, 1997, p. 233).

RESUMO

O período correspondente ao Terceiro Reich alemão (1933-1945), quando a Alemanha esteve sob o domínio do Regime Nazista, foi caracterizado pelo alto grau de violência, de dominação e de extermínio em massa, e, também, pelo envolvimento “voluntário” de crianças e jovens na luta por um ideal que não lhes pertencia, as quais foram, desde a mais tenra idade, doutrinadas para matar e morrer em nome desse ideal. Para atingir esse fim, teorias, supostamente comprovadas, foram concebidas e incorporadas a educação de modo a fazer dela o grande veículo condutor da dominação que se pretendia. Por este motivo, o seu estudo se torna de grande importância para se pensar na educação – do presente e do futuro -, no sentido de sua utilização para atingir fins que não possuem como premissa a formação do sujeito livre e emancipado, capaz de agir de forma reflexiva e autônoma no mundo em que vive. No presente trabalho, pretende-se apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida a partir da revisão bibliográfica, sobre o contexto histórico, social, econômico e educativo da Alemanha nazista com a finalidade de proceder ao levantamento e a análise de dados e informações em torno dos principais fatores que contribuíram para a ascensão do Partido Nazista, na figura de seu líder, Adolf Hitler. O objetivo maior deste trabalho foi buscar argumentos que possibilitassem a compreensão em torno dos motivos que levaram os jovens e as crianças a seguirem Hitler e o seu ideal até as últimas consequências. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com base qualitativa e em caráter historiográfico e exploratório. O material bibliográfico analisado trouxe diversas possibilidades que, apesar de não conclusivas, permitiram a compreensão em torno da eficácia dos mecanismos educativos utilizados pelos nazistas para atingir o fim pretendido, efetivando o processo de doutrinação do inconsciente das crianças e dos jovens alemães que viviam à época sob a égide do nazismo.

Palavras-chaves: Nazismo. Ideologia. Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A história de um povo.....	13
2.1. Constituição da Nação-Estado e do habitus alemão.....	16
2.2. Contexto histórico político alemão.....	19
2.2.1. Primeiro e Segundo Reich.....	19
2.2.2. O império alemão no pós Primeira Guerra.....	21
2.2.3. A República de Weimar e o advento do nazismo.....	27
2.2.4. A Alemanha no Terceiro Reich (1933-1945).....	43
3. NAZISMO: UMA DOUTRINA PARA ALÉM DA POLÍTICA.....	47
3.1. Adolf Hitler: o <i>Führer</i> do nazismo.....	49
3.1.1. Origem e formação.....	50
3.1.2. A leitura como formação.....	54
3.2. Nazismo: fundamentos de uma doutrina.....	60
3.2.1. Teorias nazistas.....	63
3.2.2. Linguagens nazistas como forma de aliciamento e dominação.....	76
4. JUVENTUDE HITLERISTA: OS JOVENS À SERVIÇO DO TERCEIRO REICH.....	84
4.1. Movimentos juvenis alemães.....	87
4.2. Movimentos juvenis nazistas: o nascimento da Juventude Hitlerista.....	92
4.2.1. Juventude Hitlerista: o grande movimento juvenil alemão.....	96
4.2.2. A seleção e preparação do jovem hitlerista.....	112
4.2.3. Sessões especializadas da JH.....	124
4.3. A juventude dissidente.....	127
5. A EDUCAÇÃO NO TERCEIRO REICH.....	132
5.1. Educação geral: concepções, conceitos e diretrizes.....	132
5.2. Corpo docente: Treinamento especializado.....	142
5.3. Programa didático.....	153
5.4. Educação corporal: o primado do corpo.....	166
5.5. Educação da elite.....	171
5.6. Educação feminina.....	182
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: um complexo diálogo.....	192
REFERÊNCIAS.....	203

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade desde os primórdios encontra-se permeada de fatos e acontecimentos sob os mais distintos enfoques, vinculados aos mais diversos modelos de sistemas políticos e governamentais e de consequentes teorias, tanto ideológicas quanto educacionais, que se apresentam como uma ferramenta de extrema utilidade para àqueles que pretendem dedicar-se a arte de educar, visto que, o conhecimento possibilitado por um estudo analítico e crítico em torno suas articulações traz inúmeras possibilidades de reflexões, as quais podem contribuir favoravelmente para a melhoria da educação, com vistas à formação do indivíduo enquanto sujeito desta educação, tanto no presente como no futuro. O período correspondente ao Terceiro *Reich* alemão (1933-1945), quando a Alemanha esteve sob o domínio de um dos mais tirânicos governos totalitários de todos os tempos – o Regime Nazista – que foi marcado pelo alto grau de violência, de dominação e de exterminação em massa, representa um desses momentos históricos que, devido às atrocidades cometidas, marcou profundamente as páginas da história mundial na contemporaneidade e isso, não somente pelo extermínio de cerca de seis milhões de judeus e demais minorias – fato este incontestável e aterrador –, mas também, pelo envolvimento “voluntário” de milhões de crianças e jovens na luta em favor de uma causa que não lhes pertencia, as quais foram “doutrinadas” desde a mais tenra idade, para matar e morrer – se preciso fosse – em nome de um líder, de um ideal e de uma pátria: a Alemanha.

Partindo desta premissa e tendo em vista que a educação – formal e informal – foi o grande veículo condutor desta doutrinação, buscou-se, por meio da revisão bibliográfica, contextualizar sob os enfoques, histórico, político, econômico, social e cultural o período em questão, no sentido de buscar conhecer e compreender quais os fatores que contribuíram para a ascensão do nazismo e, principalmente, quais os elementos utilizados e de que forma estes foram incorporados à educação para que esta redundasse em uma formação cuja grande marca evidenciava-se na anulação da identidade individual em favor da coletiva – o *völk* –, em favor de um líder e de uma pátria e na adesão cega de milhões de crianças e jovens ao ideal nazista, fazendo com estes – conscientemente ou não – abrissem mão da inocência e de todos os sonhos infantis e juvenis, dos valores éticos, morais e familiares – primordiais para o bom desenvolvimento da personalidade e do caráter de um indivíduo – em nome desse ideal. O principal objetivo deste trabalho constituiu-se em procurar argumentos capazes de responder

“por que os jovens alemães seguiram Hitler e os ideais do Partido Nazista sem questionamentos, até o final?”. Contudo, para chegar a este entendimento, fazia-se primordial adquirir compreensão para outros questionamentos de grande significância relacionados aos pressupostos ideológicos nazistas e sua incorporação pelas crianças e pelos jovens por meio da educação. Desta forma, o trabalho foi norteado pelos seguintes questionamentos: “Quais os pressupostos ideológicos adjacentes à educação e de que forma estes foram articulados e propagados a fim de promover a adesão, a “obediência” inquestionável e a fidelidade das crianças e jovens alemães aos ideais nazistas, fazendo com que estes, em detrimento da família e de suas aptidões naturais, se tornassem verdadeiros soldados, dispostos a matar e a morrer pelo líder supremo e pela pátria? As idéias de superioridade racial foram incorporadas à mentalidade do povo e, especialmente dos jovens alemães pelo Regime Nazista ou estas já se encontravam embrenhadas no cerne deste povo?

Os questionamentos elencados acima, que foram responsáveis por impulsionar a realização deste trabalho tomaram corpo no ano de 2008, durante a realização de pesquisas para a organização de um seminário sobre a Juventude Hitlerista apresentado na aula da disciplina História da Educação Moderna e Contemporânea. As pesquisas realizadas à época possibilitaram o contato com a história acerca da realidade dos jovens alemães que aderiram – praticamente em massa – ao ideal nazista, se tornando verdadeiros soldados a serviço do Regime Nazista: os soldados de uma idéia, conforme explicita Michaud (1996). Este contato provocou inúmeras inquietações, fato que despertou o interesse pela continuidade da pesquisa de maneira mais aprofundada, focando, principalmente, os fatores relativos à educação ministrada à esses jovens durante o período em questão, objetivando buscar a compreensão em torno das questões relativas ao seu desdobramento e a sua comprovada eficácia.

Entende-se que a importância deste estudo reside no fato de que o tema, apesar de amplamente debatido por diversos pensadores, ainda reclama por maiores elucidações que consigam trazer luz a inúmeros questionamentos, especialmente em relação à cultura e à educação do povo alemão. Outro fator de primordial importância parte da premissa de que a educação, em qualquer época e local, exerce um poder sem precedentes na formação de crianças e adolescentes, atuando de forma significativa e até mesmo definitiva no direcionamento de suas idéias e pensamentos, contribuindo decisivamente para a formação da sua personalidade e de seu caráter, bem como pela inculcação – explícita ou implícita – das ideologias utilizadas pela classe dominante para a perpetuação de seu poder sobre as massas. No caso específico da educação para a formação do indivíduo nazista, por estar vinculada a

tantas atrocidades e ter se apresentado como responsável pela “domesticação” de milhões de jovens, pela anulação das potencialidades naturais intrínsecas em cada indivíduo com o objetivo de transformá-los em verdadeiras “máquinas” à serviço dos ideais de um partido, prontos para matar ou morrer em seu nome, merece certo destaque, visto ser necessário conhecer histórica e ideologicamente seus pressupostos de maneira imparcial, sem pré-julgamentos ou discursos generalizados, os quais normalmente acompanham as discussões que envolvem temas polêmicos e controversos, para assim poder refletir e interpretar os fatos de maneira ética e favorável, buscando “motivos e explicações plausíveis, e não a colocação de um evento como um erro ou desvio histórico” (SILVA, 2003, p. 55). Considera-se que, refletir sobre a educação do passado na atualidade é essencial para se pensar a educação do presente e do futuro no sentido de que, de posse do conhecimento de suas concepções, de seus mecanismos e principalmente de suas conseqüências, pode-se envidar esforços no sentido de se evitar a sua reprodução. Outro aspecto considerado relevante reside na constatação, quando dos primeiros ensaios da pesquisa, da dificuldade em se encontrar materiais disponíveis nas bibliotecas locais, especialmente na língua vernácula, que versam sobre a educação nazista, assim, este trabalho pretende oferecer uma pequena contribuição para eventuais e futuros pesquisadores do assunto.

A partir dos objetivos inicialmente estabelecidos, estruturou-se a pesquisa com base qualitativa e em caráter historiográfico e exploratório, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica, que se configura pela realização de estudos “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, P. 122), a qual acompanhou todo o trabalho, revestindo-se de caráter analítico e interpretativo. Por se tratar de uma pesquisa envolvendo a historicidade, as considerações de Severino (2007), esclarecendo que “o instante não se entende separadamente da totalidade temporal do movimento, ou seja, cada momento é articulação de um processo histórico mais abrangente” (SEVERINO, 2007, p. 116), bem como a explanação de Burke (2008) sobre a significação da disciplina denominada de história cultural e, principalmente, sobre o trabalho dos historiadores culturais, foram fundamentais para o norteamento do trabalho de pesquisa. Outra contribuição importante que merece ser destacada refere-se ao conceito de cultura – essencialmente semiótico – fundamentado e apresentado por Geertz (2008). Este autor acredita que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 2008, p. 4) e, por este motivo, vê “a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas

como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. (GEERTZ, 2008, p. 4). Ainda segundo este autor, toda cultura encontra-se embasada em uma ideologia e isto a permite atuar no papel controlador do comportamento de uma sociedade. Estes conceitos foram importantes para a construção de um olhar que transcendesse o entendimento usual, buscando enxergar em meio às teias historicamente construídas, os complexos significados dentro do universo nazista.

Importante esclarecer que o foco deste trabalho não se encontra na contextualização pormenorizada do nazismo ou de suas ações e atividades durante o Terceiro *Reich*, nem mesmo na história do povo alemão ou do antissemitismo. Estes pontos serão enfocados, pois são importantes para propiciar a compreensão em torno dos principais acontecimentos e principalmente, para auxiliar no entendimento das complexas questões que envolveram a formação do indivíduo nazista por meio da educação, objeto maior desta pesquisa.

Considera-se importante também, salientar que a história de um povo não pode ser reduzida a um momento histórico específico, mas sim, sob a ótica de seu contexto geral, pois, conforme esclarece Elias (1997), todos os acontecimentos e fatores que se desdobraram no passado de uma nação exercem uma influência significativa e decisiva na constituição de seu momento presente. Não há dúvida de que o período correspondente ao denominado Terceiro *Reich* (1933-1945), por seu contexto de violência, discriminação, censura, privação de liberdade e, sobretudo, pelas maiores atrocidades envolvendo seres humanos de que se tem conhecimento, é um assunto que faz liberar em todos os indivíduos, em maior ou menor grau, emoções e sentimentos inexplicáveis, os quais são capazes de levar a limitação da história da nação alemã e de seu povo, reduzindo-a a um único e trágico momento. Porém, é preciso considerar que a construção dessa história – que foi responsável pela formação e sedimentação de ideias, concepções e comportamentos na sociedade alemã como um todo – não se iniciou com o advento do nazismo, ela é fruto de um emaranhado de teias que foram se construindo ao longo do extenso caminho percorrido pela nação alemã e por seu povo durante séculos.

Desta forma, entende-se que a reflexão ou a compreensão em torno do contexto nazista só se torna possível mediante o conhecimento do desenvolvimento da história do Estado alemão, buscando conhecer os seus contornos desde o início de sua formação. Com base neste entendimento, estruturou-se o primeiro capítulo – Contextualização histórica: a complexa história de um povo –, onde, inicialmente apresentar-se-á uma síntese do processo de formação do Estado alemão, responsável pela consolidação de sentimentos como o

nacionalismo e o antissemitismo, seguido da contextualização do período imediatamente precedente ao nazismo, – o pós-guerra, a República de Weimar e a chegada ao Terceiro *Reich* –, visto oferecerem um panorama dos aspectos econômicos, políticos e sociais, que, em grande medida facilitaram a ascensão do nazismo.

Os aspectos relativos aos pressupostos ideológicos, bem como da origem e formação do líder nazista, se mostram de extrema importância para a compreensão acerca dos motivos que levaram ao direcionamento da educação nazista rumo ao anti-intelectualismo. As teorias concebidas e propagadas pelos nazistas como verdades inquestionáveis, foram decisivas para a reformulação das diretrizes norteadoras de todo o sistema educacional alemão durante o Terceiro *Reich*. Por este motivo, o segundo capítulo – Nazismo: uma doutrina para além da política – apresentará inicialmente, uma síntese da origem e formação de Adolf Hitler contextualizando na sequência, as principais teorias e concepções norteadoras do pensamento e da pedagogia nazista, focando os pontos considerados de maior relevância para a compreensão em torno da fundamentação das diretrizes educacionais do Terceiro Reich.

Durante o Terceiro *Reich* (1933-1945), os jovens alemães “comprovadamente” de raça pura – os denominados Arianos – eram considerados as pupilas dos olhos de Adolf Hitler, que, visando “conquistá-los”, atraindo-os para o seu movimento, não hesitou em utilizar todos os mecanismos possíveis para alimentar o ego desses jovens com ideias de superioridade racial e supremacia. Era pelos jovens que Hitler almejava construir o seu império e, a educação, o melhor mecanismo, a melhor arma para atingir a mente desses jovens e doutriná-los. Diante das constatações sobre a importância do papel atribuído a juventude durante o Terceiro *Reich* – sobre quem estaria a responsabilidade da construção do novo mundo idealizado por Hitler – o estudo em torno dos movimentos juvenis, em especial a JH (Juventude Hitlerista), foi imprescindível para o entendimento de seu poder educativo e doutrinário junto à juventude. A JH, conforme afirmava e desejava o líder nazista, se constituía na grande e verdadeira escola da nação, por meio da qual os jovens se tornariam, na concepção nazista, verdadeiros alemães. Diante da importância dessa organização na formação da juventude à época, delineou-se o terceiro capítulo, Juventude Hitlerista: os jovens a serviço do Terceiro *Reich*, objetivando oferecer um panorama geral sobre a organização juvenil nazista e seu real alcance educativo e doutrinário.

Conforme exposto acima, a educação se constituiu no melhor veículo para a transmissão e inculcação das teorias nazistas às crianças e aos jovens que viviam sob a ditadura imposta durante Terceiro Reich. A contextualização acerca do sistema e do processo

educativo nazista, cujo fim maior – seguindo a concepção de mundo e de sujeito idealizada pelos nazistas – se constituía basicamente em converter os educandos em “bons nazistas”, encontra-se detalhada no quarto capítulo – A educação no Terceiro *Reich* – objetivando proporcionar uma visão em torno de todos os aspectos relativos à educação escolar, no sentido de permitir a compreensão da sua utilização como aparelho de manipulação e dominação do inconsciente infantil e juvenil a serviço do poder.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A história de um povo.

A contextualização e análise de um tema como este que, em meio a uma trama das mais complexas, revela monstruosidades inexplicáveis e por que não, assustadoras, e que por isto, conforme exposto na introdução, é capaz de despertar nos indivíduos os mais distintos sentimentos e emoções, não se configura empreitada das mais fáceis, ao contrario, a tarefa mostra-se extremamente complicada, pois o contexto de seus acontecimentos se torna muitas vezes de difícil e praticamente impossível digestão. Porém, o estudo é necessário para que se possa conhecer e, de certa forma, digerir os fatos; é preciso olhar para todos os fatos sem parcialidade ou pré-julgamentos que em nada contribuem para a sua elucidação. É necessário conhecê-los para tentar compreendê-los, o que não significa aceitá-los ou compactuar com eles. Esta compreensão responsável por tornar o estudo significativo para ser válida deve encontrar-se pautada na concepção apresentada de maneira precisa e profunda por Arendt (1989). Segundo expõe a autora,

[...] compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedente, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós - sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela - qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido. (ARENDR, 1989, p. 21).

Diante do exposto pela autora, entende-se que para tornar possível a compreensão em torno do contexto e dos eventos que sucederam na Alemanha durante o Regime Nazista, é preciso que se busque olhar os fatos e acontecimentos, não como algo que, por despertar sentimentos de dor, revolta, asco ou vergonha deva ser esquecido, enterrado no passado ou lembrado apenas como meio de manutenção da revolta contra a nação ou o povo germânico, nem proceder ao julgamento deste povo e de toda a sua história tomando como base apenas um determinado período, no caso em questão, o nazista, mas sim como um ensinamento útil para a construção de um mundo mais digno e humanitário, que sirva de suporte e embasamento para que se possa detectar e deter movimentos que porventura possam tomar o mesmo direcionamento. Fato que, embora se tente negar ou mesmo considerar como

impossível de ser reproduzido é passível de ocorrer. Infelizmente, a civilização contemporânea e os indivíduos que a integram, especialmente aqueles que são responsáveis pela sua manutenção, ainda não se encontram em um estágio evolutivo que os coloquem acima do bem e do mal; ainda há muita ambição por poder; ainda há inúmeros indivíduos que não hesitam em subjugar e utilizar o outro em benefício próprio, ou mesmo em benefício de uma causa que, embora alardeiem em alto e bom som ser coletiva, na realidade visa tão somente uma pequena minoria, que, muitas vezes, aproveitam-se da boa fé humana ou mesmos de anseios recônditos que aguardam a maneira de uma bomba, alguém que ascenda o estopim e os faça explodir. O filme “A onda¹” produzido na década de 1980 nos Estados Unidos da América, demonstra claramente que esta possibilidade se encontra mais próxima do que se pode imaginar, e que, mesmo na atualidade, o ser humano ainda se apresenta suscetível a doutrinação e mais ainda ao desejo de poder. Neste sentido, a fala do professor aos alunos em uma das últimas cenas do filme é bastante sugestiva.

Vocês trocaram sua liberdade pelo luxo de se sentirem superiores. Todos vocês teriam sido bons nazi-fascistas. Certamente iriam vestir uma farda, virar a cabeça e permitir que seus amigos e vizinhos fossem perseguidos e destruídos. O fascismo não é uma coisa que outras pessoas fizeram. Ele está aqui mesmo em todos nós. Vocês perguntaram: como o povo alemão pode ficar impassível enquanto milhares de inocentes seres humanos eram assassinados? Como alegar que não estavam envolvidos? O que faz um povo renegar sua própria história? Pois é assim que a história se repete. Vocês todos vão querer negar o que se passou em “A onda”. Nossa experiência foi um sucesso. Terão ao menos aprendido que somos responsáveis pelos nossos atos? Vocês devem se interrogar o que fazer em vez de seguir cegamente um líder. E que pelo resto de suas vidas nunca permitirão que a vontade de um grupo usurpe seus direitos individuais. Como é difícil ter que suportar que tudo isso não passou de uma grande vontade e de um sonho. (A ONDA, 1981)

O período nazista vivenciado na Alemanha entre os anos de 1933 a 1945 foi sem a menor sombra de dúvida, inconcebível, porém, é preciso compreender que este não foi o único período da história germânica. A nação alemã não teve seu início no momento em que o nazismo assumiu o poder, tampouco se acabou quando este foi à derrocada. Assim, faz-se necessário conhecer o contexto dos acontecimentos que antecederam ao Terceiro *Reich*,

¹ Baseado em uma história real o filme "A Onda" mostra como é possível a criação de doutrinas ideológicas em sala de aula, não só no passado, mas atualmente.

O filme que foi adaptado do ensaio *The Third Wave* (A Terceira Onda), do professor de História Ron Jones, no qual relata sua experiência numa escola da Califórnia (EUA), em 1967, na tentativa de explicar na prática como Hitler e o Partido Nazista chegaram ao poder na Alemanha. Tudo acontece em uma semana de aula onde o professor e seus alunos criam o movimento A Onda, tudo a partir de normas de conduta, espírito coletivo, disciplina e a busca de um bem maior. Disponível em: <<http://www.nomundoenoslivros.com/2010/08/filme-onda.html>>. Acesso em: 18 set. 2011.

fazendo um retorno ao passado na tentativa de tecer uma breve reconstituição da trajetória do povo e da nação alemã em sua formação e constituição que, segundo Elias (1997), se delineou de forma bastante distinta das demais nações européias.

Elias (1997) ressalta que “[...] assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação” (ELIAS, 1997, p. 8). Esta assertiva vem confirmar a necessidade e a importância de conhecer e contextualizar a história do povo e da nação alemã para que se possa entender – não como forma de justificar as ocorrências do nazismo – se e de que maneira a constituição deste povo e de sua história pode ter contribuído e mesmo facilitado a ascensão e a consolidação do regime ditatorial nazista em seu território. Para este autor, não se pode negar o passado, pois isto seria o mesmo que negar todo o processo civilizador da formação de uma sociedade.

Considerando que, conforme exposto por Elias (1997), o passado exerce uma grande influência na constituição do presente de uma nação, para se obter uma compreensão mais precisa e completa sobre os fatores que possibilitaram a ascensão e a consolidação do Regime Nazista na Alemanha seria necessário que se procedesse a uma análise que remontasse aos primórdios de sua formação. Uma leitura atenta da brilhante análise feita por este autor sobre a formação da nação e do povo alemão descortina inúmeras revelações que por si só responderiam a questão. Detalhes como as constantes lutas do povo alemão para se firmar com Estado e como potência européia, bem como, as suas derrotas nos diversos combates travados com outros povos foram de grande influência para a formação de sentimentos diversos, entre eles, o sentimento de inferioridade que se contrapõe a ansiada superioridade; o sentimento de pertença que os fazia alimentar a valorização exacerbada daquilo que consideravam como “seu” e que foi responsável pela interiorização de outros sentimentos como o nacionalismo e mesmo o anti-semitismo. No caso do nacionalismo ou, segundo definição oferecida por Goldhagen (1997), “as crenças e emoções associadas à defesa da nação enquanto categoria política e objeto de lealdade” (GOLDHAGEN, 1997, p. 56), não se materializam e desaparecem de um momento para outro, elas já existem e se mantêm adormecidas aguardando o momento em que situações sociais, políticas ou econômicas provoquem o seu retorno, ou seja, o nacionalismo alemão sempre esteve presente no cerne de todos os indivíduos alemães, embora escondidos ou disfarçados, sempre existiram e foram aflorados e porque não dizer, explorados no momento oportuno. Da mesma forma, o anti-semitismo sempre fez parte da vida dos alemães, como o fazia dos demais povos europeus.

Historicamente, segundo afirma este autor, “a expressão do nacionalismo [...] caminhava de mãos dadas com a expressão do anti-semitismo [e isso] porque a nação era definida, em parte, em oposição aos judeus.” (GOLDHAGEN, 1997, p. 56).

Pensando nessas questões, pode-se compreender que as inúmeras lutas e conseqüentes derrotas do povo alemão frente a outros povos, sedimentaram o sentimento de pertença e de defesa de tudo que se referisse ou fosse considerado de propriedade alemã, seja de território, cultura, costumes, etc.; diante desse quadro de constante ameaça, o judeu passou a representar o “invasor”, o “usurpador” e o “aproveitador” daquilo que não lhes pertencia, daquilo que por direito de nascimento era tão somente dos donos naturais: os alemães. Assim, era preciso combatê-los. Esse combate estava presente na vida da nação desde muito antes da chegada do nazismo, porém, era um combate que se apresentava de forma velada. Convivia-se com o judeu, mas sem considerá-lo como igual; não havia o confronto direto, apenas, cada um vivia a sua maneira e no seu devido lugar.

Todas estas questões parecem de grande importância e capazes de explicar as adesões e aceitações ao regime nazista, porém, para elucidá-los com clareza seria necessário um estudo com maior profundidade, o que por certo, acabaria desviando o foco do tema principal que é a educação e a formação do indivíduo nazista, assim, procurar-se-á fazer apenas um levantamento sintético, apontando os aspectos de maior relevância, primordiais para a compreensão do referido tema.

Neste sentido, no presente capítulo, será apresentada uma síntese dos aspectos relativos à formação do habitus alemão e da história política e econômica da nação, focando principalmente o período correspondente aos anos de 1918 a 1933: o pós-guerra, a República de Weimar e o início do Terceiro *Reich*.

2.1. Constituição da Nação-Estado e do habitus alemão

Conforme exposto na introdução deste capítulo, o passado de uma nação ou mesmo de um povo, os acontecimentos, sentimentos e concepções criadas e interiorizadas durante séculos, os quais são transmitidos de geração a geração, exercem profunda influência em sua constituição e em seu desenvolvimento no presente. Esta tese é mais uma vez enfatizada por Elias (1997). Segundo o autor,

[...] o passado nunca é simplesmente o passado. Ele age – com maior ou menor força, de acordo com as circunstâncias – como uma influência sobre o presente. Não apenas por causa da inércia das tradições que deslizam cegamente de era em era, mas também porque uma imagem de fases pretéritas da nossa sociedade, por distorcida ou deformada que possa ser, continua vivendo na consciência de gerações subseqüentes, servindo involuntariamente como um espelho onde cada um pode ver-se a si mesmo. (ELIAS, 1997, p. 60).

Diante desta afirmação, o primeiro aspecto a ser considerado deve estar relacionado ao processo histórico da formação da Nação-Estado. No caso da Alemanha, como bem esclarece Elias (1997), o processo de sua formação como Estado, como também de sua sociedade, se comparado com outras grandes nações européias como Inglaterra e França, se apresentou de forma mais fragmentada e isso foi decisivo na constituição do habitus dos indivíduos alemães.

Para proporcionar o entendimento em torno desse habitus alemão que Elias (1997) define como “‘segunda natureza’ ou ‘saber incorporado’” (ELIAS, 1997, p. 9), o autor apresenta alguns aspectos considerados de decisiva significância. O primeiro aspecto destacado pelo autor encontra-se relacionado “à localização e as mudanças estruturais no povo que falou línguas germânicas (mais tarde o alemão), em relação às sociedades vizinhas que falam outras línguas.” (ELIAS, 1997, p. 17,18). Neste sentido, o autor enfatiza ainda, as constantes lutas² pela defesa e expansão das fronteiras entre os três povos de línguas diversas que dividiam um mesmo “bloco”: as tribos de fala germânica, as tribos cuja língua derivava do latim e as tribos de línguas eslavas, onde a primeira tribo, a germânica, ocupava uma posição intermediária, fato que dificultava a sua expansão e que foi responsável por influir decisivamente no processo de formação do Estado entre os alemães.

Outra peculiaridade de grande significação destacada por Elias (1997) refere-se às lutas de eliminação entre grupos, as quais, segundo o autor, sempre ocuparam um papel central tanto em relação ao desenvolvimento da Europa quanto da própria humanidade. De acordo com o autor, essas lutas que se davam, normalmente, por meio de violentos confrontos que culminavam na derrota das chamadas unidades sociais – estatais ou tribais – que a partir de então, se viam obrigadas a viver com a certeza de que jamais voltariam “a ser Estados ou tribos de suprema categoria” (ELIAS, 1997, p. 17). As unidades derrotadas passavam assim a viver “à sombra de seu passado glorioso” (ELIAS, 1997, p. 17). O autor afirma que o primeiro comportamento assumido por essas sociedades era negar a própria realidade, agindo como se ainda ocupasse a posição de antes da queda, e, posteriormente, quando essa negação

² Essas lutas, segundo Elias (1997, p. 16), perduraram por um período superior a mil anos.

não mais era possível, passavam a apresentar sintomas de depressão e que isso foi parte constante na vida dos alemães.

[...] Para os alemães, uma existência à sombra de um passado mais grandioso nada tem de novidade. O império alemão medieval e, em particular, alguns dos mais notáveis imperadores medievais serviram por muito tempo, como símbolos de uma Grande Alemanha que se perdera – e, por isso mesmo, também como símbolos de uma secreta aspiração à supremacia na Europa. Entretanto, foi a fase medieval do processo de formação do Estado alemão, em particular, que contribuiu significativamente para o fato de que na Alemanha esse processo não acompanhou o ritmo dos processos de formação do Estado em outras sociedades européias. (ELIAS, 1997, p. 18)

Em relação ao comportamento e ao caráter do povo alemão, Klemperer (2009), citando Wilhelm Scherer³, autor de História da literatura Alemã, expõe que “na Alemanha, a ascensão e a queda do espírito são igualmente profundas: podem-se atingir os pontos mais altos e os abismos mais fundos. ‘A maldição de nossa [dos alemães] evolução espiritual repousa nos excessos’.” (KLEMPERER, 2008, p. 215).

O que se pode compreender das análises apresentadas por estes autores é que o alemão se constituiu como um povo habituado a sofrer com as constantes derrotas e subjugações, porém, apesar de habituado, não aceitava essas derrotas com facilidade, nem sucumbia a elas. Ao contrário, mesmo derrotado e humilhado estava sempre se preparando para a disputa seguinte. Conforme aponta Klemperer (2009) quando se refere aos excessos, “Somos [o povo alemão] como aquele germano que, depois de perder todos os bens em um jogo de dados, ainda tenta a última rodada, dessa vez apostando a própria vida”. (KLEMPERER, 2009, p. 215). Conforme afirma Elias (1997), esse povo no decorrer de sua história ao longo dos séculos – especialmente nos séculos XVII e XVIII – vivenciou uma posição secundária perante as demais nações européias, e isso foi responsável por causar, muitas vezes, a perda de sua identidade, a baixa da auto-estima e, juntamente, o sentimento de humilhação. Esse contexto produziu no povo alemão características peculiares que foram transmitidas de geração em geração. O sentimento nacionalista, o desejo de unidade e a necessidade de um líder forte no comando da nação, capaz de mudar o seu destino e, por conseguinte, de todo o povo e de cada um em particular se tornaram comum a todos os indivíduos alemães.

Elias (1997) constantemente faz referência a fragilidade da estrutura do Estado alemão e que esta, por ser facilmente reconhecida pelos países vizinhos, constituía-se em verdadeiro

³ Wilhelm Scherer (1841 – 1886), germanista alemão que introduziu o método positivista no estudo da literatura. (KLEMPERER, 2009, p. 213)

chamariz para a invasão de seu território. De acordo com o autor, essa fragilidade e as conseqüentes invasões foram responsáveis pela produção entre os alemães de uma reação que os conduzia a conduta militar e as ações bélicas com tal afinco que fazia com que estas se tornassem altamente respeitadas e, com freqüência, idealizadas

Percorrendo o contexto histórico do processo de construção e constituição da nação alemã, Elias (1997) apresenta inúmeras outras considerações importantes para se traçar um perfil da nação e da sociedade alemã que possivelmente podem ter contribuído de maneira significativa para a ascensão do nazismo e que serviram de base para as ideias de Adolf Hitler sobre a recriação de um passado por ele entendido como glorioso, especialmente em relação ao Segundo Reich, com seus *Kaisers* poderosos e suas grandes festividades comemorativas. Percebe-se na exposição de Elias (1997) que a grande marca desse Império configurou-se no culto à aparência e na centralização do poder na monarquia. Porém, conforme já explicitado, o detalhamento de toda a análise brilhantemente exposta por este autor poderia alterar ou mesmo confundir o foco principal do trabalho e, embora importantes, o sobrecarregariam de informações. Esta primeira explanação teve como objetivo apresentar de forma sucinta uma visão geral da constituição do povo alemão e de seus habitus, que serão úteis para a compreensão do tema proposto.

2.2. Contexto histórico político alemão

2.2.1. Primeiro e Segundo Reich

Fazendo um breve retorno a história do contexto político da nação alemã, pode-se perceber que, análogo a trajetória de sua constituição como Estado, este se apresentou bastante peculiar, podendo ser basicamente dividido em quatro importantes e distintos períodos: o Primeiro Reich, o Segundo *Reich*, a República de Weimar e finalmente, o Terceiro Reich.

Inicialmente tem-se o Primeiro Reich, o Sacro Império Romano Germânico⁴ que permaneceu em vigor por oitocentos e quarenta e quatro anos e segundo Elias (1997) “legitimou-se como uma reencarnação do Império Romano Ocidental” (ELIAS, 1997, p. 18).

⁴ Dá-se o nome de Sacro Império à união de alguns territórios da Europa Central durante o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. No ano de 476 d.C. o Império Romano passou por diversos embates que, conseqüentemente, ocasionaram a sua derrubada final. Além do declínio econômico motivado pela grande

No ano de 1871 tem início o Segundo Reich ou *Kaiserreich* - Segundo Império Alemão. Estabelecido por Otto Von Bismarck⁵, o *Kaiserreich* teve uma vida mais curta (47 anos), porém, talvez de maior significância para a sedimentação das ideias de pertença, de nacionalismo e de conquista de supremacia para a nação alemã e seu povo. Acontecimentos importantes para a constituição e fortalecimento do Estado ocorreram precisamente a partir do ano de seu início; como por exemplo, “a unificação política dos Estados alemães, a elevação do rei da Prússia a Imperador (*Kaiser*) da Alemanha e a promoção de Berlim, a capital da Prússia, à capital do *Kaiserreich*” (ELIAS, 1997, p. 60). De acordo com Elias (1997) esses acontecimentos foram responsáveis por criar “uma estrutura institucional para a integração das muitas ‘boas sociedades’ locais e regionais e a padronização de seu código de comportamento e sentimento [impulsionando] a formação de uma classe social alta alemã mais uniforme” (ELIAS, 1997, p. 60). Este autor afirma ainda que, a partir da unificação, a Alemanha se viu “envolvida num rápido processo de recuperação do tempo perdido e na tentativa de ultrapassar as grandes potências européias mais antigas” (ELIAS, 1997, p. 61). O *Kaiserreich* foi um período, de acordo com as considerações deste autor, de elevação da autoestima dos alemães, onde “o antigo e intenso sentimento de fraqueza e vulnerabilidades da Alemanha [foi convertido em um] talvez ainda mais forte sentimento de força invulnerável”. (ELIAS, 1997, p. 61).

inflação promovida pelos imperadores durante a crise do terceiro século e o declínio cultural gerado após a naturalização dos bárbaros, Roma ainda foi invadida pelos hérulos, povos germânicos originários do sul da Escandinávia. O Estado resolveu intervir criando o cesaropapismo, sistema de relações em que lhe cabia a competência de regular a doutrina, a disciplina e a organização da sociedade cristã. O fim do Império Romano pôs fim no controle da igreja pelo Estado, no Ocidente, que havia se fortalecido com o tempo.

Em 919 d.C. a Germânia foi invadida pelos bárbaros húngaros. Os germânicos pediram ajuda aos carolíngios, mas não obtiveram êxito. Em 936 d. C. Oton I foi nomeado imperador. Junto com os grandes proprietários de terra conseguiu expulsar os invasores. Sua vitória sobre os húngaros trouxe-lhe enorme prestígio e, em 962, o papa João XII deu-lhe a sagração imperial. Com o intuito de evitar novas invasões, os germânicos do sul se uniram com os italianos do norte. Os germânicos do norte invadiram o sul da Germânia e o norte da Itália, formando o Sacro Império Romano-Germânico. Apesar do nome, a cidade de Roma não foi incluída nas cidades dominadas durante o Império. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/sacro-imperio.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

⁵ Otto Eduard Leopold von Bismarck (1815-1898), foi um nobre, diplomata e político prussiano e uma personalidade internacional de destaque do século XIX. Bismarck foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Coube a ele lançar as bases do II Reich (1871-1918), que fizeram com que o país, superando a existência de mais de 300 entidades políticas diferentes, conhecesse pela primeira vez na sua longa história a existência de um Estado-nacional único. Para tanto, para formar a unidade alemã, Bismarck desprezou os recursos do liberalismo político - baseado no consenso ou no voto das maiorias extraído das práticas parlamentares -, apostando sempre numa política de força (dita de sangue e ferro), moldando assim o novo Estado alemão dentro da blindagem do antigo sistema autoritário prussiano. Tornou-se conhecido como o "Chanceler de Ferro" (Eiserner Kanzler).

Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/ottobismarck.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

A Primeira Guerra Mundial eclodiu exatamente nesse período, mais precisamente no ano de 1914. Com os ânimos fortalecidos, os alemães partiram para o confronto com a certeza da vitória, porém, a derrota consumada no ano de 1918 veio alterar drasticamente esse comportamento, trazendo novamente o sentimento de inferioridade e de grande humilhação, além de deixar um lastro de conseqüências danosas em todos os aspectos, especialmente nos político e econômico. Segundo Elias (1997),

Para muitos alemães, a derrota de 1918 foi uma experiência inesperada e altamente traumática. Atingiu um ponto sensível no habitus nacional e foi sentida como um regresso ao tempo da fraqueza alemã, dos exércitos estrangeiros no país, de uma vida na sombra de um passado mais grandioso. Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha. Muitos membros das classes médias e superior alemãs – talvez a grande maioria – sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. Concluíram que deviam preparar-se para a guerra seguinte, com melhores chances de uma vitória alemã, mesmo que, no começo, não estivesse claro como isso poderia ser feito. (ELIAS, 1997, p. 20).

A referida derrota alemã se fez acompanhar pelo que Hobsbawn (1995) classifica de “paz punitiva”, pois de acordo com este autor, com base na “cláusula da ‘culpa de guerra’” (HOBSBAWN, 1995, p. 41) e justificado pela argumentação de que o Estado alemão era o grande e único responsável pela deflagração da guerra, as potências aliadas, vencedoras do conflito, impuseram à Alemanha a assinatura de um armistício⁷, onde expunham as condições exigidas para o fim da guerra. De acordo com essas condições, o Estado alemão estava obrigado, além da concordância com sua rendição, a assumir total responsabilidade pela reparação de todos os danos causados pela guerra às nações envolvidas. Assinado em onze de novembro de 1918, o armistício, segundo Shirer (2008), foi responsável, dentre outras coisas, pelo fim da monarquia e pela extinção definitiva de todas as dinastias até então existentes na Alemanha, o que obrigou ao então *Kaiser*, Guilherme II, a abdicar ao trono⁸ e buscar exílio na Holanda.

2.2.2. O império alemão no pós Primeira Guerra

⁶ “Os Governos Aliados e Associados declaram e a Alemanha reconhece sua própria responsabilidade e de seus aliados por terem causado todas as perdas e danos sofridos pelos Governos Aliados e Associados e os povos respectivos, em conseqüência de uma guerra a eles imposta pela agressão da Alemanha e de seus aliados”. Artigo 231 do Tratado de Versalhes. (HENIG, 1991, p. 35).

⁷ Termo de rendição alemã. (HOBSBAWN, 1995, p. 41).

⁸ A abdicção ao trono estava entre as condições impostas pelo armistício.

A perda inesperada da guerra que para os alemães tinha vitória certa, o pesado armistício e a fuga do *Kaiser* foram responsáveis pela desestruturação da nação alemã em todos os aspectos. O clima era de verdadeiro caos generalizado. Além de se ver as voltas com uma greve geral que provocava a paralisação de todo o país, a nação ainda se encontrava a mercê dos diversos movimentos revolucionários de oposição que se mobilizavam com o objetivo de tomar o poder e assim, modificar a sua estrutura política. Diante desse quadro caótico, a Maioria Socialdemocrata se reuniu no *Reichstag*, o Parlamento alemão com sede na cidade de Berlim, com o objetivo de discutir os rumos do futuro político da nação. Os problemas se apresentavam de grande dimensão e demandavam ações urgentes. Além da greve geral já mencionada, havia ainda a necessidade de se encontrar um sucessor para o *Kaiser* Guilherme II e ao mesmo tempo tomar as medidas necessárias para conter a ação dos revolucionários espartaquistas, que, liderados por Rosa Luxemburgo⁹ e Karl Liebknecht¹⁰, se encontravam naquele mesmo momento no Palácio do *Kaiser*, de onde planejavam proclamar uma república soviética no país. Shirer (2008) relata que o momento era de grande tensão e que, tomando uma atitude que pode ser classificada como de total desespero, o socialdemocrata Phillip Scheidemann, sem a conivência de seus correligionários, proclamou, da sacada do Parlamento, a República Alemã. Com essa atitude, Scheidemann frustrava o plano espartaquista e ao mesmo tempo, promovia uma drástica modificação no quadro

⁹ Revolucionária e teórica marxista alemã de origem polonesa (1871-1919). Fundadora dos Partidos Comunistas da Polônia e da Alemanha. Nasceu em Zamosc, numa região da Polônia então pertencente à Rússia. Começa sua militância política socialista ainda adolescente e por isso é perseguida. Emigra em 1889 para a Suíça, onde se doutora em direito e ciências políticas. Em 1892 participa da fundação do Partido Socialista Polonês. Adquire cidadania alemã ao se casar com Gustav Lübeck e em 1898 fixa-se em Berlim. Em sua primeira obra, *Reforma Social ou Revolução?* (1889), critica os que esperam alcançar o socialismo por meio de reformas. Por sua oposição à guerra, é presa em 1915 e 1916, sendo libertada em 1918. Um ano mais tarde, depois da fracassada tentativa de revolução socialista em Berlim (1919), é assassinada por militantes de extrema direita, aos 48 anos. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/rosa-luxemburgo.html>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

¹⁰ Fundador do SPD (Partido Social-Democrata). Em 1908, tornou-se membro da Câmara de Representantes da Prússia e do Parlamento alemão, em 1912, dirigindo, com Rosa Luxemburgo, a esquerda do SPD. Antimilitarista radical defendeu a relação direta entre militarismo e capitalismo, em favor da greve geral como arma de combate político. Apesar disso, obedeceu à disciplina do partido, votando a favor da autorização para despesas na Primeira Guerra Mundial, embora fosse o único deputado a declarar-se contra a guerra, em dezembro de 1914. Em 1915, fundou o Grupo Internacionalista, que deu lugar ao movimento espartaquista. Excluído, em 1916, do grupo parlamentar do SPD, organizou uma manifestação antimilitarista e foi condenado a quatro anos de prisão. Foi anistiado em 1918 e, em 9 de novembro desse ano, proclamou a República Livre Socialista da Alemanha da varanda do castelo de Berlim (Revolução de Novembro), inspirando-se no modelo soviético. Ao mesmo tempo, o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou da varanda do Parlamento a República Alemã, impedindo a entrada de Liebknecht no Conselho de Deputados do Povo. Em 1918 fundou, com Rosa Luxemburgo, o Partido Comunista da Alemanha (KPD), ambos presidentes do partido. Após o fracasso do levante espartaquista de Berlim contra o governo provisório de Friedrich Ebert, em janeiro de 1919, foi juntamente com Rosa Luxemburgo, assassinado por oficiais do Exército. Disponível em: <http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_612.html>. Acesso em: 04 abr. 2011.

político da nação. Após a proclamação da república – logo no dia seguinte – estabeleceu-se um governo provisório com a liderança do Partido Social Democrata, formando assim “o ‘Governo dos Seis Comissários do Povo’, composto por Ebert, Scheidemann e Landsberg pelo SPD¹¹ e Haase, Dittmann e Barth pelo USPD¹²” (ALMEIDA, 1999, p. 27).

Na visão de Shirer (2008) a proclamação da República Democrática Alemã aconteceu por “acidente”. De acordo com o autor, não houve qualquer planejamento prévio para a sua instituição e, por este motivo, as bases que a sustentavam não se mostravam sólidas o suficiente para garantir sua consolidação e que essa falta de respaldo, provavelmente, foi o principal responsável por sua vulnerabilidade e conseqüente fracasso. Além da falta de suporte, a república, conforme salienta este autor, contava com outro agravante: a humilhante missão de assumir e assinar o armistício de guerra aceito em 1918 e também, futuramente, o temido tratado de paz.

Àquela época, Berlim encontrava-se imersa em completa instabilidade sob todos os aspectos, e, por esse motivo, os membros do governo decidiram que a capital da nova República deveria ser estabelecida fora de seus limites. De acordo Fiorini (1963), a melhor opção encontrada foi uma pequena e tranqüila cidade de nome Weimar, distante da antiga capital, razão pela qual, a partir de então, a república passou a ser conhecida como República de Weimar.

Enquanto os socialdemocratas se empenhavam para solucionar os problemas imediatos que assolavam a nação, Berlim era palco de novas investidas dos revolucionários espartaquistas, cujo poder armado, segundo Shirer (2008), aumentava consideravelmente, e que permaneciam em sua luta para instituir uma república soviética no país. Os espartaquistas empreenderam diversos levantes para derrubar o atual governo, os quais eram rapidamente contidos. No entanto, era preciso por um fim definitivo no movimento, fato que só foi consumado em janeiro de 1919, com a prisão e o assassinato de seus líderes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. De acordo com este autor, na semana de dez a dezessete de janeiro do referido ano, “a ‘Semana Sangrenta’, como foi chamada, na ocasião, em Berlim [...] tropas regulares e unidades livres sob a direção de Noske¹³ e o comando do general von

¹¹ SDP: Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata da Alemanha).

¹² USPD: Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata Independente da Alemanha).

¹³ Noske era por ofício um açougueiro que abriu caminho no movimento sindicalista e no Partido Social Democrático, tornando-se, em 1906, membro do Reichstag, onde era considerado um técnico do partido em assuntos militares. (SHIRER, 2008, p. 87).

Lüttwitz¹⁴” (SHIRER, 2008, P. 88) por meio de um golpe violentamente esmagador, puseram fim a revolução espartaquista, dissolvendo assim, os denominados “Conselhos do Povo” (LENHARO, 1986, p. 18).

Após o conflito, o governo provisório promoveu eleições para a escolha dos membros que fariam parte da Assembléia Nacional e que seriam os responsáveis pela elaboração da Constituição da nova República. Aprovada em 31 de julho de 1919, a Carta Magna da República de Weimar se apresentaria, conforme análise de Shirer (2008), como “o documento mais democrático e liberal que, em seu gênero, o século XX já vira – mecanicamente quase perfeita, cheia de dispositivos admiráveis e engenhosos, que pareciam garantir o funcionamento de uma democracia quase impecável” (SHIRER, 2008, p. 89). Contudo, antes mesmo que os ilustres teóricos conseguissem concluir a sua redação, o velho fantasma da guerra retornava para assombrar a nação. A convocação por parte dos Aliados para a assinatura do tratado de paz com os termos da reparação da guerra, que, segundo afirma Shirer (2008), foram estabelecidos sem qualquer participação ou negociação com a Alemanha, caiu sobre a nação como um verdadeiro golpe devastador. Todos os alemães civis, políticos e militares partilhavam de uma mesma opinião; todos classificavam os termos desse tratado como “irrealizáveis e insuportáveis” (SHIRER, 2008, p. 91).

As condições impostas pelo tratado de paz que, após inúmeros protestos e postergações, foi assinado a 28 de junho de 1919, no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, na França, de fato se configuravam como impraticáveis e, segundo Hobsbawn (1995), cumpriam com o objetivo de manter o Estado alemão enfraquecido de forma permanente. De acordo com os termos do tratado, que ficou conhecido como Tratado de Versalhes, a Alemanha deveria inicialmente, assumir formalmente a responsabilidade pela deflagração da guerra e por todos os prejuízos por ela causados, como também, entregar aos Aliados, o *Kaiser* Guilherme II juntamente com cerca de oitocentos criminosos de guerra. Conforme sugere Shirer (2008), os termos restantes não se apresentavam mais amenos. Segundo este autor, uma de suas cláusulas prejudicava de forma significativa a extensão territorial alemã, pois obrigava a devolução de todos os territórios conquistados durante a Primeira Grande Guerra e em combates anteriores. De acordo com a referida cláusula, a Alemanha deveria restituir à França a Alsácia-Lorena, uma parcela do território a Bélgica, outra semelhante à Dinamarca, como também, deveria devolver a Polônia as terras com que

¹⁴ General Freiherr Von Lüttwiz, oficial reacionário da velha escola.

os alemães ficaram após a sua divisão, o chamado “Corredor Polonês”, que separava a Prússia oriental do resto da Alemanha” (HOBSBAWN, 1995, p. 41), sendo que esta última foi a imposição considerada mais pesada para os alemães e responsável por despertar a sua fúria como nenhuma outra e isto ocorria “não somente porque se indignavam com a separação da Prússia Oriental da Mãe-Pátria por meio de um corredor que dava à Polônia acesso ao mar, mas porque desprezavam os poloneses, os quais consideravam como raça inferior” (SHIRER, 2008, p. 91). Além dessas perdas, o Estado alemão também se viu privado de “suas antigas colônias no ultramar [que] foram redistribuídas entre os britânicos e seus domínios, os franceses e os japoneses” (HOBSBAWN, 1995, p. 41). Com essa distribuição territorial, a Alemanha, segundo afirma Henig (1991), perdeu 1/8 de seu território e 1/10 de sua população.

Outra condição imposta pelo tratado que afetava sobremaneira a Alemanha e seu povo, referia-se ao pagamento das reparações, cujo valor total, conforme afirmação de Shirer (2008), seria fixado posteriormente, “mas o primeiro pagamento de 5 bilhões de dólares em marcos-ouro, precisaria ser feito de 1919 a 1921, sendo que certas entregas em espécie – carvão, navios, madeira, gado, etc. – deveriam ser feitos em lugar de reparações em dinheiro”. (SHIRER, 2008, p. 91).

Além das perdas territoriais e da obrigação de pagar uma dívida de guerra exorbitante, o tratado cuidava também de praticamente desarmar a Alemanha com a imposição da redução de seu exército a uma quantia que não deveria exceder os cem mil homens – a maioria, de oficiais em fim de carreira – além da proibição do desenvolvimento de indústrias bélicas e da extinção do treinamento militar¹⁵. Essas medidas aliadas, a privação “de uma marinha e força aérea efetivas [e a] ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental” (HOBSBAWN, 1995, p. 41) foram as formas encontradas pelos Aliados para assegurar que a paz punitiva fosse de fato cumprida. Os Aliados acreditavam que uma Alemanha desarmada e fragilizada não ofereceria resistência ao cumprimento do acordo, nem se colocaria em posição de confronto, afinal, estaria sem o potencial necessário para viabilizar qualquer esforço.

De acordo com análise apresentada por Fiorini (1963), a impossibilidade de se manter as condições impostas em Versalhes era evidente desde o seu início, pois, segundo este autor, para que isso fosse possível seria necessário “a condição impossível de uma Alemanha politicamente fraca para sujeitar-se a situação, e economicamente forte, para poder pagar as

¹⁵ Serviço militar obrigatório.

reparações” (FIORINI, 1963, p. 99). As dificuldades eram evidentes e as grandes potências européias possuíam plena ciência da situação, pois a Alemanha, conforme afirma Henig (1985), apesar de enfraquecida economicamente e humilhada pela derrota, encontrava-se unida, bastando apenas que se conseguissem algumas modificações no tratado para “ressurgir tão forte, ou quase tão forte, quanto havia sido em 1914” (HENIG, 1985, p. 16). Adolf Hitler – conforme será exposto adiante – possuía plena consciência desse fato e o exploraria enfaticamente no momento oportuno. Henig (1985), citando Taylor, relata que a elaboração do acordo foi embasada no “pressuposto de que uma Alemanha democrática e republicana iria cooperar para pô-lo em execução” (HENIG, 1985, p. 16), visto que, para o cumprimento de determinadas condições, como o desarmamento e o pagamento das reparações, o assentimento alemão era imprescindível, isto é, essas condições só seriam efetivamente cumpridas se a Alemanha se dispusesse a fazê-lo, e isso, conforme sugerem Henig (1985) e Shirer (2008), era algo a que os alemães não se encontravam dispostos sem oferecer resistência. Henig (1985) afirma que o governo alemão concordou com a assinatura do tratado, porém, já articulava nos bastidores maneiras de driblá-lo ou de, num futuro próximo, conseguir uma negociação em torno de algumas das condições impostas, no sentido de tentar amenizá-las ou mesmo neutralizá-las. Houve momentos, inclusive, em que se postergou o pagamento das reparações.

O valor final das reparações que a Alemanha se via obrigada a pagar aos Aliados foi apresentado em abril de 1921 e “atingia a gigantesca soma de 132 bilhões de marcos-ouro – 33 bilhões de dólares” (SHIRER, 2008, p. 83), um valor que, diante de uma economia dilacerada pela repentina e drástica queda do marco alemão em relação ao dólar, se apresentava como praticamente impossível de ser resgatado. De acordo com o exposto por Shirer (2008), entre os anos 1921 e 1922 (intervalo de um ano) a cotação da moeda alemã no câmbio passou de quatro para quatrocentos por dólar e a sete mil, no início do ano seguinte – 1923.

A hostilidade para com o Tratado de Versalhes por parte dos alemães era visível, especialmente entre os nacionalistas que se referiam a ele como “‘a vergonha de Versalhes’, a ‘mentira da culpa pela guerra’ e ‘os criminosos de novembro’” (HENIG, 1985, p. 17). Foi dessa indignação dos alemães revoltosos e humilhados que surgiu o “mito da punhalada pelas costas¹⁶” (SHIRER, 2008, p. 57), segundo o qual, a Alemanha fora vítima da traição interna. No entanto, e, apesar da aversão ao tratado, o então “ministro das Relações Exteriores alemão,

¹⁶ Para a maioria dos alemães (fato que Hitler iria explorar mais tarde) “O exército alemão não fora vencido no campo de batalha. Fora apunhalado pelas costas, na própria Alemanha, pelos traidores.” (SHIRER, 2008, p. 57).

desenvolveu uma política de ‘cumprimento’ dos termos do tratado” (HENIG, 1985, 17), porém, apenas como medida de garantir, futuramente, a revisão das cláusulas que mais incomodavam o Estado e o povo alemão: o pagamento das reparações, a desocupação militar da Renânia e os ajustes territoriais. Manifestações de protesto contra o tratado e, conseqüentemente, contra o governo que o aceitou, eram constantes nas ruas de Berlim.

Figura 1 - Manifestações contra o Tratado de Versalhes na cidade de Berlim.



Fonte: Linha do tempo (1919).

2.2.3. A República de Weimar e o advento do nazismo

A República Democrática Alemã ou República de Weimar vigorou no país por um período de quatorze anos (1919-1933). Com a sua instituição, estabeleceu-se na Alemanha um sistema de governo parlamentarista democrático, onde o Presidente da República, com amplos poderes, nomeava um chanceler que seria o responsável pelo poder executivo; o poder legislativo era constituído por um parlamento, o *Reichstag*. A sua relativamente breve existência foi marcada pela oscilação entre os períodos de crises intensas e os períodos de recuperação e estabilidade. Seu início, conforme já relatado, sobreveio em um momento de grandes dificuldades advindas com a perda da guerra. O país encontrava-se à época, política e economicamente desestabilizado. De 1921 a 1924 o contexto econômico alemão era de crise em todos os setores. Henig (1985) relata que as dívidas oriundas dos custos da guerra somadas aos pagamentos das reparações exigidas pelos Aliados, provocaram uma crise sem precedentes na história da economia alemã que só se estabilizou a partir do ano de 1924, graças à intervenção e aos substanciais empréstimos concedidos pelos norte-americanos que possibilitaram o reequipamento e ampliação de fábricas e empresas alemãs, bem como, o pagamento de algumas parcelas das reparações.

A crise econômica que já se fazia sentir desde o início da República, a partir de 1921 entrou em verdadeiro colapso. Com a queda da moeda a níveis alarmantes, o governo se viu obrigado a buscar um acordo com os aliados, solicitando a “concessão de uma moratória no pagamento das reparações de guerra” (SHIRER, 2008, p. 95). Diante da recusa do governo francês, o mais intransigente de todos os Aliados, a República Alemã suspendeu a entrega das remessas de madeira; como represália, o Presidente da França ordenou a ocupação do Ruhr, o “coração industrial alemão” (SHIRER, 2008, p. 96), responsável pelo fornecimento da maior parte de seu carvão e da sua produção de aço. De acordo com Shirer (2008), esse golpe teve um efeito devastador sobre a economia alemã, a ponto de provocar a sua total paralisação e, em contrapartida, promover a união momentânea do povo, fato que não ocorria desde 1914. Ainda de acordo com este autor,

Os operários do Ruhr declararam greve geral e receberam apoio financeiro do governo de Berlim, que iniciou uma campanha de resistência passiva. Com ajuda do exército, foram organizadas guerrilhas e sabotagens. Os franceses replicaram com prisões, deportações e até mesmo sentenças de morte. Mas nenhum mecanismo funcionou no Ruhr. (SHIRER, 2008, p. 96).

Com esse evento, a economia da República de Weimar ficou totalmente debilitada, com o valor de sua moeda despencando a níveis nunca antes observados.

[...] em janeiro de 1923, o marco caiu a 18 mil por dólar; a 1º de julho, descera a 160 mil; a 1º de agosto, a um milhão. Em novembro [...] eram necessários quatro bilhões de marcos para comprar um dólar e a partir de então, as cifras se convertiam em trilhões. A moeda alemã perdeu totalmente seu valor. O poder aquisitivo dos salários e ordenados foi reduzido a zero. As economias das classes médias e operárias desapareceram. (SHIRER, 2008, p. 96)

Figura 2 - Moeda alemã do ano de 1923.



Fonte: Linha do tempo (1923)

Um claro exemplo da desvalorização da moeda alemã e da dificuldade de sobrevivência do povo alemão é apresentado por Silva (2003). A autora relata que, de acordo com suas pesquisas, para se comprar uma fatia de pão na cidade de Berlim no ano de 1918, eram necessários apenas 0,63 marcos. No início de 1923, essa mesma fatia passou a custar 250 marcos, subindo para 3.465 em julho, para 1.512.000 em setembro e em novembro, para 201.000.000.000 de marcos. Lenharo (1986) afirma que devido a essa super inflação, os salários dos trabalhadores passaram a ser reajustados diariamente, porém, isso não era suficiente para a reposição de seu poder aquisitivo. Dessa forma, esses trabalhadores, “junto a aposentados e camadas médias proletarizadas do país, chegaram a beira da miséria” (LENHARO, 1986, p. 21). Nessa época, pessoas a caminho do supermercado empurrando carrinhos de mão cheios de dinheiro para comprar pão ou carvão eram imagens corriqueiras nas ruas da Alemanha. Conforme relata Wepman (1990), para acender os fogões, muitas donas de casa optavam por substituir o carvão pelo próprio papel moeda, pois isso acabava acarretando um custo muito menor ao já sofrido orçamento doméstico. Essa inflação galopante afetou não apenas o cidadão comum, mas também os empresários do setor privado. Silva (2003) afirma que a média de falências entre os anos de 1919 e 1932 girava em torno de dez mil por ano.

Figura 3 - Dona de casa alemã utilizando papel moeda para acender o fogo.



Fonte: Wepman (1990, p. 31)

A hiperinflação que, conforme análise de Shirer (2008), poderia perfeitamente ser evitada se o governo da República de Weimar houvesse buscado equilibrar o orçamento por meio de uma taxa adequada na cobrança dos impostos e da suspensão de emissão do papel

moeda, levou o povo a perder a fé – que já não era grande – na estrutura econômica da atual sociedade alemã e a passar a considerar a República como sendo a única culpada pela bancarrota do país. O autor afirma ainda que, enquanto a grande massa proletária sofria com as seqüelas da desvalorização da moeda alemã no bolso e, conseqüentemente, no estomago, o Estado, o Exército e os grandes empresários colhiam os benefícios advindos dela: o Estado, por compreender que com a destruição do marco, as dívidas de guerra seriam anuladas, ou seja, ficariam livres da obrigação de cumprir com uma das mais odiosas cláusulas do Tratado de Versalhes; os empresários industriais, por poderem “extinguir seus débitos, pagando suas obrigações com uma moeda, o marco, que já não possuía valor algum” (SHIRER, 2008, p. 96). Além disso, conforme afirma Almeida (1999), as mercadorias produzidas a preços abaixo do mercado mundial facilitavam as exportações, trazendo mais benefícios aos industriais. Esta autora afirma ainda que

A expropriação dos bens acumulados pela pequena burguesia chegou ao seu ponto extremo, proletarizando-a no sentido estrito da palavra. Jamais um país tão industrializado havia conhecido tal miséria, de forma que o contexto sócio-político subverteu-se em todos os seus ângulos. (ALMEIDA, 1999, p. 40).

Em meio a esse caos econômico que assolava a nação, onde o desemprego e a fome passavam a fazer parte do cotidiano de grande parte das famílias alemãs, o povo passou a ansiar por uma esperança, por um “messias” que surgisse como uma luz divina e os salvasse da destruição final, restituindo-lhes tudo aquilo que haviam perdido, inclusive, a auto-estima. Mais uma vez, o comportamento dos membros da sociedade alemã assumia os contornos de perda de identidade e depressão relatadas por Elias (1997), fazendo renascer os anseios por um líder forte, capaz de comandá-los e conduzi-los de volta ao supremo poder. De acordo com Almeida (1999), “a miséria e o clima explosivo levaram novamente as massas à disposição de derrubar o governo” (ALMEIDA, 1999, p. 40).

No campo político, a fragmentação era latente e isso abria caminho para que diversos grupos revolucionários se organizassem em partidos e buscassem, por meio de promessas miraculosas, convencerem as massas, conquistando assim, o seu apoio para empreender a derrubada do governo. O exército alemão – ou o que restava dele – ficou incumbido da tarefa de “manter a paz e desmobilizar esses grupos” (SILVA, 2003, p. 14). Para esse fim, destacava oficiais militares que se infiltravam em trajes civis nas reuniões dos grupos e partidos considerados suspeitos com o objetivo de coletar qualquer informação que pudesse ser

utilizada contra eles. O DAP (*Deutsche Arbeiterpartei* - Partido dos Trabalhadores Alemães) era um desses grupos. Fundado em janeiro de 1919 pelo ferreiro Anton Drexler e pelo jornalista Karl Harrer, o DAP constituía-se à época, em um partido de caráter nacionalista ainda iniciante e inexpressivo, “de estilo cervejaria” (LENHARO, 1986, p.18), que reunia inconformados com as derrotas alemãs e descrentes da política do governo republicano. Contando com apenas seis membros, o até então insignificante partido, realizava suas reuniões em uma pequena sala localizada nos fundos da cervejaria *Sterneckerbräu*, na cidade de Munique. Para proceder a investigação do DAP o exército destacou um antigo cabo, de nome Adolf Hitler, que, a exemplo de inúmeros outros soldados alemães, havia lutado bravamente na Grande Guerra. Como missão, Hitler recebeu a incumbência de infiltrar-se no partido, participando de suas reuniões para colher informações sobre suas atividades, que posteriormente, deveriam ser repassadas ao exército que se encarregaria de tomar as providências necessárias para efetuar a sua desmobilização.

Figura 4 - A primitiva sede do Partido: uma sala contígua à *Sterneckerbräu*, em Munique.



Fonte: Contexto histórico (192?)

Cumprindo com o dever que lhe fora atribuído, Hitler começou a frequentar as reuniões do DAP e aos poucos foi se identificando com suas propostas e ideais, especialmente aqueles vinculados ao nacionalismo e ao anti-semitismo, visto serem os mesmo alimentados por ele desde a juventude. Convidado a filiar-se ao partido, desertou da missão que lhe fora confiada e tornou-se o seu membro de número sete. Kershaw (2010), com base no documento oficial de filiação ao DAP – ficha de inscrição – contesta a afirmação de Hitler sobre esse número. Segundo consta na ficha, Hitler seria o membro de número quinhentos e cinquenta e cinco.

Figura 5 - Ficha de inscrição de Hitler no DAP.



Fonte: Kershaw (2010)

Em virtude da sua oratória eloqüente e carismática, Hitler rapidamente conquistou aos membros do partido, bem como aos simpatizantes da causa por ele defendida. Em pouco tempo, tornava-se responsável pela direção da propaganda do partido e, posteriormente, assumia o posto de orador oficial. De acordo com Silva (2003) os discursos de Hitler “tornaram-se o maior atrativo das reuniões, garantindo audiência e, conseqüentemente, doações” (SILVA, 2003, p. 14). Durante uma reunião do partido realizada em 24 de fevereiro de 1920 na cervejaria Holfbräuhaus, quando compareceram cerca de duas mil pessoas, Hitler fez o seu primeiro discurso como orador oficial, quando então teve a oportunidade de expor de maneira inflamada suas ideias sobre os grandes problemas que, em sua concepção, afetavam a primazia do Estado alemão. Ao final da reunião, procedeu a leitura da carta do partido que formalizava os pontos-chaves do programa do partido: “Em vinte e cinco pontos, ela exige uma Grande Alemanha, acesso à cidadania reservado exclusivamente aos alemães à exclusão de judeus, revogação dos tratados de armistício e medidas anticapitalistas.”. (VITKINE, 2010, p. 9). Foi também nessa reunião que os líderes do DAP, seguindo sugestão de Hitler, formalizaram a alteração no nome do partido para NSDAP (*National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – Partido Operário Nacional-Socialista Alemão), abreviado para Partido Nazista ou Partido Nazi.

No ano de 1921, Hitler deixou definitivamente o Exército e, suplantando elementos de maior prestígio e graduação, assumiu a liderança do partido, sendo designado chefe do partido, o *Führer*, o Guia. Com Hitler na liderança, o partido ganhou destaque, se “transformando em uma grande força política” (SILVA, 2003, p. 14). De acordo com Shirer (2008), em julho desse mesmo ano, estabeleceu-se “o ‘princípio de liderança’, que deveria constituir a primeira lei do Partido Nazista e, mais tarde, do Terceiro *Reich*. O *Führer* chegara ao cenário alemão” (SHIRER, 2008, p. 76).

À frente da liderança do NSDAP, Hitler, profundo conhecedor dos sentimentos e anseios do povo alemão, reestruturou o partido tendo como premissa conquistar o apoio desse povo. Para esse fim, incorporou elementos que em sua opinião eram vitais para a manutenção de seu orgulho e auto-estima.

Aquilo de que as massas necessitavam, pensou ele [Hitler], não eram apenas idéias – algumas idéias simples com que ele pudesse martelar-lhe a cabeça – mas símbolos que conquistassem a sua fé, pompa e colorido que as despertassem, e atos de violência e terror que, se bem-sucedidos, atrairiam adeptos (acaso a maioria dos alemães não se sentia atraída para os fortes?) e lhes dariam uma sensação de poder sobre os fracos. (SHIRER, 2008, p. 71).

Hitler desejava para a Alemanha o retorno ao que considerava ser um passado glorioso, defendia a volta da monarquia e a unificação da Alemanha que deveria englobar todas as nações que possuíssem como língua materna o alemão, formando assim um único, grande e supremo Estado, o qual, por seu passado de lutas e glórias, deveria ter por direito, supremacia sobre os demais. Para o ditador, a democracia instituída por meio da República de Weimar era degradante e a maior responsável pelo declínio da Alemanha como potência e, conseqüentemente, de seu povo. Imbuído dessas idéias e objetivos, assim como de seu grande desejo de se tornar um líder absoluto, deu início a organização de seu movimento atraindo para essa empreitada todos aqueles que compactuavam da ideia de que a solução para todos os problemas que enfrentavam após o fim da Primeira Guerra seria um governo centralizado e poderoso, responsável por determinar e controlar a política e a vida de toda a nação.

Além de cuidar da articulação adequada da propaganda do NSDAP, Hitler, antes mesmo de assumir a sua liderança “organizou um bando de veteranos de guerra, valentões, transformando-os em ‘esquadras de choque’” (SHIRER, 2008, p. 72), a *Ordnertuppe* que, posteriormente, receberia a denominação de S.A. (*Sturmabteilung* – Tropas de Assalto). As S.A. eram uma espécie de milícia particular uniformizada, composta por desempregados, ex-militares e desajustados de toda espécie, cuja missão principal consistia em manter a ordem nas reuniões do partido nazista, mas, que, extrapolando seus limites, acabavam agindo de maneira violenta contra os demais partidos, perturbando a ordem e espalhando o terror.

Aproveitando-se da situação de caos vivenciada pela nação no ano de 1923 e, especialmente de seu povo, cujo sentimento de humilhação pela derrota na guerra era visível, o NSDAP abriu terreno para semear sua doutrina e com ela, alimentar e fortalecer o sentimento de revolta que se encontrava presente em cada um dos indivíduos. De acordo com

Fiorini (1963), o sentimento de humilhação e, conseqüentemente, de inferioridade que acometia a todos os alemães, aliado a inflação, as restrições comerciais e aos altos impostos fizeram da Alemanha um terreno fértil para o plantio das ideias nazistas. Ainda de acordo com este autor, diante do país derrotado, os nazistas, guiados por Hitler, utilizaram-se “dos ressentimentos, das frustrações, e do revanchismo da pequena burguesia, levando-os até a exasperação” (FIORINI, 1963 p. 100). A propaganda e os discursos nazistas se encarregavam de apresentar ao povo alemão uma nova face da derrota, de modo a manter acesa a chama da revolta e da indignação do povo. Ainda segundo este autor, no discurso nazista a derrota não se configurava em um acontecimento militar, mas sim “como obra da traição interna.” (FIORINI, 1963, p. 100). Uma traição que, conforme afirma Kershaw (2010), na realidade nunca acontecerá. “[...] não houve traição, nenhuma faca cravada nas costas. Isso foi pura invenção da direita, uma lenda que os nazistas utilizaram como elemento central de seu arsenal de propaganda. A agitação na Alemanha foi uma consequência e não uma causa do fracasso militar.” (KERSHAW, 2010, p. 94).

Quando a crise atingia seu clímax no ano de 1923, os nazistas vislumbraram a primeira grande oportunidade de colocar em prática o seu plano para a tomada do poder. A ocasião propícia aos planos de Hitler se apresentara no dia oito de novembro do mesmo ano, em uma reunião pública realizada pelos principais dirigentes bávaros na cervejaria Bürgerbräunkeller, que contava com a participação de cerca de “três mil pessoas, principalmente burgueses, preocupados com a situação.”. (VITKINE, 2010, p. 10). Com o apoio de militantes nazistas e da tropa de choque, a S.A., Hitler e seus comparsas invadiram a cervejaria, exigindo sob a ameaça de um revólver e de meias verdades, a entrega do poder, porém, nem tudo ocorreu conforme planejado. O golpe de Estado, que ficou conhecido como o *Putsch* da cervejaria, foi um fracasso. Um confronto armado pôs fim ao sonho de Hitler, deixando um rastro de violência, com dezenove mortos (dezesesseis nazistas e três policiais) e muitos feridos. De acordo com Shirer (2008), Hitler a princípio conseguiu escapar à prisão, refugiando-se em uma casa de campo nos arredores de Uffing de propriedade dos Hanfstängl, onde, dois dias após o trágico fim do *putsch*, foi localizado e enviado ao cárcere.

O fracasso do golpe e a prisão do líder nazista colocaram, temporariamente, fim ao movimento nacional-socialista. Em seu julgamento, Hitler obteve permissão do juiz para falar em sua defesa e assim, conseguiu transformar sua “derrota em triunfo” (SHIRER, 2008, p. 114). Ao final do julgamento, o líder nazista – juntamente com os demais acusados que participaram do golpe – foi considerado culpado e condenado “a cinco anos de prisão na

antiga fortaleza de Landsberg” (SHIRER, 2008, p. 118), onde permaneceu por um período de nove meses. Uma pena extremamente leve dada a gravidade do crime cometido. De acordo com Shirer (2008), o Código Penal Alemão determinava em seu artigo oitenta e um que “todo aquele que tentar alterar pela força a Constituição do Reich alemão, ou de qualquer Estado da Alemanha, será punido com a prisão perpétua” (SHIRER, 2008, p. 118). Hitler e seus comparsas foram beneficiados pelo juiz, que segundo este autor, atendendo ao pedido de complacência feito pelo “ministro da Justiça da Baviera, Franz Gürtner, velho amigo e protetor do líder nazista” (SHIRER, 2008, p. 114), permitiu que Hitler explanasse em seu favor. O julgamento em vez de colocar o líder nazista na posição de criminoso e, por conseguinte, por fim a sua a carreira política e a de seu partido, o colocou em evidência, “tornando seu nome conhecido muito além dos limites da Baviera e da própria Alemanha” (SHIRER, 2008, p. 113). Goldhagen (1997) afirma que até a ocorrência do episódio do Putsch e da prisão de Hitler, o NSDAP constituía-se em uma organização política de pequeno alcance, porém, o seu julgamento “serviu para uma posterior divulgação de dimensões nacionais” (GOLDHAGEN, 1997, p. 98).

Durante o breve e de certa forma confortável¹⁷, período de reclusão, Hitler aproveitou para organizar suas idéias e refletir sobre as causas que levaram o golpe ao fracasso. De acordo com Goldhagen (1997), os nove meses que Hitler passou na prisão “foram suficientes para a confecção de suas ‘memórias’ que ‘sistematizaram melhor suas visões sobre a política, a Alemanha e os judeus [...]’” (GOLDHAGEN, 1997, p. 98). Foi nesse período que Hitler, auxiliado pelo companheiro de partido, Rudolf Hess¹⁸, escreveu *Mein Kampf*, o livro que futuramente se tornaria o evangelho do NSDAP. Em relação ao livro, Vitkine (2010) relata a existência de uma lenda sobre a real colaboração de Hess, segundo a qual, esta teria ido muito além de simplesmente escrever o que Hitler ditava, colocando-o assim, como co-autor do

¹⁷ Segundo Vitkine (2010), Hitler dispunha de uma cela individual, limpa e com uma bela vista para o campo, além de ter permissão para receber visitantes a qualquer hora, tendo inclusive, um refeitório a sua disposição para receber suas visitas. O autor afirma que, de acordo com os registros da instituição, Hitler, no tempo em que esteve detido, recebeu um total de 489 visitantes, uma média de dois por dia.

Shirer (2008) destaca que Hitler “foi tratado como hóspede de honra, com quarto privativo diante de esplêndida paisagem”. (SHIRER, 2008, p. 119).

¹⁸ Walter Richard Rudolf Hess (1894-1987): Líder nazista alemão, tendo nascido em Alexandria (Egito). Esteve preso juntamente com Hitler (1924-1925) e tornou-se o seu secretário privado, auxiliando na escrita do livro *Mein Kampf*. Em 1933 foi nomeado *Führer* assistente de Hitler, cargo em que se manteve até ser substituído por Goering, em Setembro de 1939. Nesta altura, Rudolf Hess era, realmente, o responsável pela organização do partido nazi. A 10 de Maio de 1941 aterrou no Reino Unido trazendo consigo uma proposta pessoal de compromisso de paz, momento a partir do qual foi mantido como prisioneiro de guerra até 1945. Julgado em Nuremberga como criminoso de guerra, foi condenado a prisão perpétua. Morreu na prisão de Spandau, em Berlim, onde, nos últimos anos, era o único prisioneiro (após a sua morte a prisão de Spandau foi destruída). Disponível em: <<http://pt.worldwar-two.net/biografias>>. Acesso em: 09 set. 2011.

livro. “Como todas as lendas que minimizam o papel de Hitler, dele fazendo um mero peão, ela parece definitivamente falsa: ele [Hitler] fala, e o seu auxiliar [Hess] escreve. Existe apenas um *Führer*.”. (VITKINE, 2010, p. 14).

A notícia sobre o livro de Hitler se espalhou dentro e fora da fortaleza, fazendo com que este começasse a ser presenteado pelos mais diversos tipos de livros com o intuito de auxiliá-lo em sua escrita. “Chamberlain, Nietzsche, Marx ou as memórias de Bismarck. Um amigo presenteia-lhe *Fundamentos da higiene racial* de Eugen Fischer, autor célebre na época.”. (VITKINE, 2010, P. 14). Ryback (2009) inclui nessa lista o filósofo Arthur Schopenhauer, o historiador, Heinrich von Treitschke e o líder político Otto von Bismarck.

Em relação ao período que Hitler passou na penitenciária, faz-se importante apresentar a sua visão sobre o cárcere apresentada por Ryback (2009), onde o líder nazista a classifica como “formação superior às custas do Estado” (RYBACK, 2009, p. 95). Kershaw (2010) confirma o exposto por Ryback (2009), afirmando que o líder nazista relatara posteriormente que em Landsberg, “sua ‘universidade paga pelo Estado’” (KERSHAW, 2010, p. 178) lera tudo o que pudera. Essa afirmação de Hitler, segundo afirma Ryback (2009), expõe duas questões de grande importância: o seu “desdém pelo sistema penal bávaro [...] sua escassa compreensão do que significa uma formação sólida” (RYBACK, 2009, p. 101).

A prisão não demoveu Hitler de seus planos de tomar o poder do Estado alemão. De acordo com Shirer (2008), “sua autoconfiança e a fé na convocação de que se sentia objeto para ‘governar um povo’ não diminuíram” (SHIRER, 2008, p. 116), no entanto, suas reflexões no cárcere o levaram a concluir que a única forma de alcançar a ascensão desejada seria por meios legais, ou seja, pela eleição, com o povo e o Estado alemão ao seu lado.

Ao sair da prisão em liberdade condicional por bom comportamento, Hitler se deparou com uma nova Alemanha. A crise enfrentada quando de sua prisão já se encontrava praticamente debelada e a economia se reestruturara graças aos investimentos norte-americanos e ingleses que, segundo Lenharo (1986), injetaram a vultosa quantia de vinte bilhões de dólares.

De acordo com Almeida (1999), no ano de 1924, os Estados Unidos da América, diante da visão de uma Alemanha falida – sem qualquer capital para investimento – e ciente do seu potencial produtivo, apresentaram uma proposta que não somente a colocaria em condições de cumprir com os pagamentos das reparações, como também, permitiria a

reabilitação de sua economia. Denominada de Plano Dawes¹⁹, a proposta oferecia à nação alemã a concessão de empréstimos massivos para serem utilizados em sua reestruturação. Ainda segundo a autora, a injeção de capital americano na Alemanha fez com que a sua economia florescesse de maneira prodigiosa chegando a suplantar os índices alcançados no período anterior a guerra. “O novo crescimento foi caracterizado pela modernização, racionalização e concentração. A taxa de desemprego chegou a níveis mínimos, devidos, sobretudo à racionalização e à mecanização das indústrias, e os salários subiram. (ALMEIDA, 1999, p. 47). Contudo, se por um lado os empréstimos e investimentos norte-americanos foram imprescindíveis para a reestruturação econômica alemã, por outro, deixou o país completamente dependente da Bolsa de Nova Iorque, e, portanto, fazia dele um dos maiores devedores dos Estados Unidos da América, fato que, futuramente, seria responsável por desencadear um novo e mais devastador caos econômico em toda a nação.

Pode-se dizer que de 1924 a 1929, o Estado alemão e seu povo experimentaram um período de relativa estabilidade econômica. De acordo com Fiorini (1963), “a Alemanha já estava praticamente de pé, apesar de que, no seu interior, as forças nacionalistas exacerbassem a idéia de uma Alemanha escravizada, explorando-a em direção subversivo-revanchista” (FIORINI, 1963, p. 100), o que significa que, embora a economia tenha se reestruturado, o mesmo não aconteceu em relação à política, que se encontrava completamente fragmentada e esta situação era explorada pelos antidemocratas.

O desemprego e a miséria foram finalmente contidos e com isso o poder aquisitivo retornara aos lares alemães. De acordo com o relato de Shirer (2008), a transformação que se operara na Alemanha a partir de 1925 era impressionante. Uma transformação que se refletia em todos os aspectos e que provocava a admiração de todo e qualquer observador.

Uma excitação maravilhosa se operava na Alemanha; a vida parecia mais livre, mais moderna e mais emocionante que em qualquer outro lugar que jamais conheci. A arte e a vida intelectual em nenhuma parte pareciam tão vivas. Na literatura, na pintura, na arquitetura, na música e no drama contemporâneos havia novas correntes e superiores talentos. E em tudo havia a marca da juventude. Sentava-se com os moços nos cafés, ao ar livre, à noite, ou nos bares de luxo, nos acampamentos de verão, num vapor da Renânia ou num estúdio esfumado de artista, e conversava-se interminavelmente sobre a vida. Eram saudáveis, despreocupados, amantes do Sol, tomados de imensa satisfação pela vida intensa e completamente livre. O velho e opressivo espírito prussiano parecia estar morto e sepultado. Quase todos os alemães

¹⁹ O Plano Dawes foi “batizado com o nome do banqueiro americano Charles G. Dawes, chefe do comitê que estabeleceu em 1924 uma estrutura provisória para o pagamento parcelado das reparações, começando num nível baixo e ligado a empréstimos externos para a Alemanha” (KERSHAW, 2010, p. 165).

com quem se falava [...] pareciam ser democratas, liberais e mesmo pacifistas. (SHIRER, 2008, p. 168). (Grifo nosso).

Hitler teve perspicácia suficiente para perceber essa transformação, como também, para compreender o entrave que ela representava para os seus planos megalomaniacos. O líder nazista reconheceu que, para atingir seu objetivo, seria necessário reestruturar o seu partido, bem como as suas estratégias. Um país economicamente equilibrado, um povo satisfeito e feliz com a vida que se apresentava, não oferecia muitas oportunidades para as investidas do revolucionário nacionalista. Nessa época, Hitler ainda enfrentava outro problema que tornava mais difícil a sua campanha para a conquista do povo: a proibição de falar em público, o que o privava de utilizar o seu meio de sedução mais eficiente, a oratória. O resultado da eleição de 1928 comprovou a queda no prestígio do NSDAP e a, finalmente, consolidação da república. As ideias e propostas do NSDAP, articuladas por meio de propagandas e discursos, apesar de estrategicamente planejadas, ainda se mostravam insuficientes para convencer e conquistar o povo alemão.

No período de 1924 a 1929, Hitler empreendeu a reestruturação do partido tendo como eixo norteador dois objetivos básicos que, segundo Shirer (2008), se constituíam em sua meta fundamental: a concentração de todo o poder em suas mãos e o restabelecimento do “Partido Nazista como organização política, que procuraria alcançar o poder unicamente por meios constitucionais” (SHIRER, 2008, p. 169). Centrado nesses objetivos, Hitler deu início a reconstrução do NSDAP, seguindo o modelo estrutural do exército. A organização do partido, de acordo com Shirer (2008) se dividia basicamente em dois grupos denominados de PO I e PO II. Segundo o autor, o PO I tinha como função primordial “atacar e minar o governo” (SHIRER, 2008, p. 171) e o PO II, que contava com diversos departamentos, deveria se reservar a cumprir com a missão de “constituir um Estado dentro do Estado” (SHIRER, 2008, p. 171). Além desses grupos havia também uma divisão especialmente importante para o partido, a Divisão de Propaganda.

Objetivando conseguir novos adeptos para o movimento – outra meta estabelecida como primordial para a ascensão do partido – o líder nazista instituiu dentro do partido, “diversas organizações divididas por sexo, faixa etária e categorias socioprofissionais” (LENHARO, 1986, p. 23). Para os adolescentes de 15 a 18 anos criou-se a *HitlerJugend*; para as crianças de 10 a 14 anos, a *Deutsches Junvolk*; para as jovens até 21 anos, a *Bund Deutscher Mädels*, para as mulheres, a *N.S. Frauenschaften* e para atrair artistas e intelectuais,

a *Kulturbund*. De acordo com Shirer (2008) e Lenharo (1986), havia ainda, organizações nazistas para atrair estudantes, professores, funcionários públicos, médicos, doutores, advogados, juristas e demais categorias. Dessa forma, o partido buscava abarcar todos os indivíduos em suas organizações, inclusive as crianças.

Dando seqüência ao plano de reconstrução do partido, Hitler reorganizou as S.A. “como grupo armado de algumas centenas de milhares de homens, para proteger os *meetings* nazistas, dissolver os dos outros e generalizar o terror entre os que se opusessem a Hitler” (SHIRER, 2008, p. 171), criando também, as S.S. (*Schutztaffel*), uma espécie de guarda pessoal para o *Führer*. De acordo com Fiorini (1963), as S.S. configuravam-se como escalões de defesa e de proteção, “a elite do nazismo” (FIORINI, 1963, p. 190). A S.S. constituía-se a princípio, em uma pequena unidade paramilitar formada por homens da elite que eram selecionados conforme três requisitos fundamentais: a pureza racial, a fidelidade incondicional ao NSDAP e a lealdade à Hitler. “Para vestir o uniforme negro da S.S. fazia-se necessário, primeiramente, prestar um juramento de lealdade ao *Führer*”. (SHIRER, 2008, p. 172).

No comando e controle supremo de todas essas divisões e organizações estava Adolf Hitler, que de acordo com Shirer (2008), passou a ostentar o título de *Partei-und-Oerster-S.A.-Führer, Vorsitzender der N.S.D.A.P.* (líder supremo do partido e das S.A., presidente do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores). Dessa forma, o NSDAP se estabelecia como uma organização política, cumprindo com as metas esboçadas pelo próprio Hitler ao retomar a liderança do partido, após sua saída da prisão.

Goldhagen (1997) relata que o NSDAP após a reestruturação, tornou-se uma “força política dominante em Weimar” (GOLDHAGEN, 1997, 98), No entanto, apesar da reorganização do partido e das campanhas ferrenhas que eram estrategicamente articuladas em todo o país, as vitórias alcançadas nas eleições até o ano de 1928 ainda se mostravam inexpressivas. O ano seguinte – 1929 – traria consigo a oportunidade para a reversão desse quadro em favor dos Nazistas.

No ano de 1929, a quebra da Bolsa de Nova Iorque foi responsável por desencadear uma crise mundial de efeitos devastadores e a Alemanha, sem dúvida, foi uma das nações mais atingidas. Segundo Almeida (1999), esta crise “golpeou a Alemanha de forma especial” ALMEIDA, (1999, p. 98). Com uma estrutura econômica voltada às exportações e totalmente dependente dos empréstimos e investimentos norte-americanos, não tardou para que o país entrasse novamente em colapso. A retirada do capital estrangeiro, aliada a queda das

exportações, como também “a dificuldade para a importação de matérias-primas” (ALMEIDA, 1999, p. 98,99) provocou de imediato a paralisação da produção industrial alemã e, conseqüentemente, a demissão em massa. De acordo com Henig (1985),

O desemprego na Alemanha, em março de 1929, já atingia a 2,8 milhões de trabalhadores registrados sem trabalho. Em fevereiro de 1931, havia perto de 5 milhões de pessoas desempregadas e, um ano depois, essa cifra subira para mais de 6 milhões. O governo alemão, sob pressão política crescente, adotou políticas ortodoxas de deflação que resultaram em redução salarial e ainda mais desemprego. (HENIG, 1985, p. 24).

A crise econômica que atingia níveis superiores aos vivenciados no pós-guerra afetou a todos os setores, inclusive o agrícola, e isso refletia nos lares alemães que, novamente, se via a beira da miséria. Essa crise trouxe ao NSDAP a grande oportunidade esperada, pois fez reacender nos indivíduos alemães a revolta e a lembrança da humilhação de 1918. Sentimentos que Hitler soube explorar como ninguém. As eleições, marcadas para setembro de 1930, ofereciam ao líder nazista a oportunidade de chegar ao coração do povo e conquistar seu apoio.

O povo, fortemente oprimido, exigia soluções para sua aflitiva situação. Milhões de desempregados queriam emprego. Os pequenos negociantes desejavam ajuda. Uns quatro milhões de jovens, que vinham de alcançar a idade de voto desde a última eleição, ansiavam por alguma perspectiva de futuro que lhes permitisse pelo menos viver. A todos os milhões de descontentes, Hitler, numa campanha turbilhonante, oferecia aquilo que se lhes afigurava, em sua miséria, alguma esperança. Tornaria a Alemanha novamente poderosa; não pagaria as reparações; repudiaria o Tratado de Versalhes; eliminaria a corrupção; arrancaria o dinheiro dos magnatas (especialmente se fossem judeus); e faria com que todo alemão tivesse trabalho e pão. (SHIRER, 2008, p. 193).

Esta assertiva de Shirer (2008) se mostra bastante esclarecedora, pois, oferece um panorama claro da situação de penúria e desespero em que se encontrava o povo alemão no ano de 1930 e do quanto essa situação tornava esse povo suscetível a manipulação, a se deixar levar por promessas demagógicas e miraculosas e, principalmente, do quanto Hitler soube explorar essa situação. A massa trabalhadora estava desempregada e faminta por esperanças; Hitler lhes prometia a restituição de seus empregos, restabelecendo com isso a confiança no porvir. O povo queria respostas para os tormentos que o acometia, Hitler oferecia essas respostas de uma maneira que se tornava fácil o convencimento de que, de fato, a culpa estava na República que não soube conduzir a nação para além dos grilhões dos poderosos. À juventude, descontente pela falta de perspectiva, Hitler oferecia a oportunidade de participar

da reconstrução do país. Resumindo, Hitler falava ao povo o que esse povo queria ouvir e assim foi aos poucos desenvolvendo a sua política de convencimento e de conquista. Daí a chegar ao posto de chanceler e, posteriormente, a presidente com amplos poderes, foi apenas um passo. A semente já estava plantada, restava apenas colher os frutos que não tardariam a chegar. O resultado das eleições trouxe a confirmação dessa frutificação, surpreendendo até mesmo o próprio líder do NSDAP. “[...] a votação do Partido Nazista subiu a 6.409.600, cabendo-lhe 107 cadeiras no Parlamento e fazendo-o saltar da condição de nono e menor partido para segundo maior partido do *Reichstag*.” (SHIRER, 2008, p. 193).

A propaganda nazista e a súbita ascensão política do NSDAP despertaram o interesse “de duas vigas mestras na nação [...] o exército e o mundo dos grandes homens da indústria e das finanças” (SHIRER, 2008, p. 194), todos atraídos pelo nacionalismo extremado de Hitler e motivados pelas perspectivas de, finalmente, verem o fim da República. Com isso, o NSDAP ganhou dois grandes aliados e conseguiu junto a esses empresários, o financiamento que necessitava para a sua manutenção. De acordo com Almeida (2008), o apoio dos grandes industriais alemães foi crucial para a ascensão do NSDAP, que a partir de então, começou a colher os frutos das campanhas que se expressavam nos êxitos eleitorais que só aumentavam. Os nazistas entusiasmados, “lançaram-se à campanha com mais fanatismo e vigor do que nunca” (SHIRER, 2008, p. 229) e as multidões²⁰ que se movimentavam para ouvir Hitler, confirmavam que eles estavam no caminho certo. Nas eleições de julho de 1932, os nazistas conseguiram uma vitória que Shirer (2008) classifica de retumbante. Com quase quatorze milhões de votos recebidos os nazistas conquistaram 230 cadeiras no *Reichstag* e a coroação do NSDAP como o partido mais poderoso na Alemanha, conforme afirmam Goldhagen (1997), Shirer (2008) e Lenharo (1986).

Logo no início do ano de 1933, conforme afirma Shirer (2008), a República de Weimar estava prestes a desaparecer. Em 30 de janeiro, o Presidente da República, Marechal-de-campo Von Hindenburg, após a demissão do general Kurt Von Schleider, nomeou Hitler para o posto de chanceler.

Desta forma, pela porta dos fundos, por intermédio de acordos políticos escusos com os reacionários da velha escola que ele particularmente detestava, o antigo vagabundo de Viena, o negligente da Primeira Guerra Mundial, o revolucionário violento, tornou-se chanceler de uma grande nação. (SHIRER, 2008, p. 253)

²⁰ De acordo com Shirer (2008), a campanha nazista para as eleições de 1932 conseguiu reunir no dia 27 de julho em torno de 220 mil pessoas que se aglomeravam dentro e fora do Grunewald Stadium de Berlim para ouvir as palavras de Hitler.

A nomeação de Hitler para um posto tão importante ou para qualquer outro cargo de comando, de acordo com as considerações de Shirer (2008), não estava nos planos do Presidente. A pressão por parte de alguns membros da camarilha do palácio, entre eles, o major Oskar Von Hindenburg, filho do presidente, bem como dos grandes industriais alemães – Thyssen, Krupp, Bosch, Siemens, entre outros –, forçaram-no a tomar esta decisão. A nomeação consumada levou a população às ruas para saudar o novo chanceler. O desfile delirante das tropas de assalto nazista, acompanhados de centenas de bandas que tocavam velhas marchas marciais contagiava a todos os espectadores. A comemoração foi chamada pelos nazistas de “o despertar da Alemanha” (BARTOLETTI, 2006, p. 23). Até o presidente Hindenburg que acompanhava a parada comemorativa da janela do palácio, se deixou levar por aquela demonstração pública, “aparentemente satisfeito por ter, afinal escolhido um chanceler capaz de despertar o entusiasmo do povo de um modo tradicionalmente alemão” (SHIRER, 2008, p. 21).

Figura 6 - Parada comemorativa por ocasião da nomeação de Hitler à Chanceler da Alemanha em 30 de janeiro de 1933.



Fonte: Giebel (2010, p. 33)

Com Hitler a frente da chancelaria alemã, os nazistas davam o primeiro passo na escalada rumo ao supremo poder e a Alemanha experimentava o que seria o início de um governo totalitário responsável por alterar drasticamente o panorama da vida da nação e dos indivíduos inseridos naquele contexto.

2.2.4. A Alemanha no Terceiro Reich (1933-1945)

O Terceiro *Reich* teve seu início no ano de 1933 com a nomeação de Hitler que afirmava que o “seu” *Reich* duraria no mínimo mil anos. Fato que, conforme será relatado posteriormente, não se confirmou, e o Terceiro *Reich* durou apenas doze anos.

A chegada do NSDAP ao poder colocou fim a democracia parlamentar estabelecida na Alemanha com a República de Weimar. Com Hitler no posto de Chanceler, a Alemanha assumiu rapidamente um sistema de governo no qual os cidadãos alemães não possuíam direitos básicos garantidos.

Em 27 de fevereiro de 1933 um incêndio suspeito foi responsável pela destruição do *Reichstag*, o parlamento alemão. O atentado foi atribuído pelos nazistas como sendo de autoria comunista, porém, isso nunca foi de fato comprovado. A partir desse episódio, o governo declarou estado de emergência e criou decretos especiais que suspendiam todos os direitos civis constitucionais. De acordo com Shirer (2008), Hitler não perdeu tempo e explorou ao máximo a ocorrência, conseguindo persuadir o atual presidente, Hindenburg, a assinar um decreto que suspendia todas as seções da Constituição responsáveis por garantir as liberdades civis e individuais, justificando que se tratava de uma medida defensiva necessária para a proteção do povo e do Estado. De acordo com este autor, o decreto estabelecia o fim da democracia e o início de uma ditadura ferrenha que restringia e anulava todos os direitos de livre pensamento e de conduta.

Restrições à liberdade pessoal, ao direito de livre manifestação de opinião, inclusive à liberdade de imprensa, aos direitos de reunião e associação; as violações das comunicações privadas telefônicas, telegráficas e postais; e autorizações para buscas domiciliares, ordens para confiscos, bem como restrições à propriedade, são também permissíveis além dos limites legais prescritos em outras instâncias. Adicionalmente, o decreto autorizava o Governo do Reich a assumir o controle total dos Estados da federação quando necessário, e impunha a sentença de morte para certo número de crimes, incluindo “graves perturbações de paz” por pessoas armadas. (SHIRER, 2008, p. 265, 266).

A partir desse decreto, Hitler, iniciava a sua campanha para o controle de todos os domínios com embasamento legal e os alemães experimentavam o início do que se configuraria um regime marcado pelo terror, pelas perseguições e violências sem limites, todas camufladas pela máscara de um nacionalismo ardente.

Ainda no ano de 1933, o *Reichstag* foi dissolvido e Hitler promoveu uma eleição nacional para a sua reconstituição. Apesar de toda a intimidação e terror promovidos pelos nazistas durante a campanha, o resultado da eleição provou que ainda havia certa rejeição ao partido, pois o número de votos conseguidos pelos candidatos do NSDAP não se mostraram suficientes para lhes conferir a maioria absoluta. “Uma clara maioria ainda evitava Hitler”. (SHIRER, 2008, p. 268). Mesmo sem alcançar o êxito esperado, após a eleição, os nazistas iniciaram, de acordo com o exposto por Lenharo (1986), uma verdadeira limpeza de área, com a dissolução de todos os sindicatos e partidos.

Com a morte do Presidente da República, em dois de agosto de 1934, Hitler assumiu todos os poderes do governo alemão, acumulando as funções de *Führer* (Chefe do partido NSDAP), de Presidente (Chefe de Estado) e Chanceler (Chefe de Governo) do *Reich*, sendo que as duas últimas foram unificadas por meio de uma lei promulgada pelo ministério do *Reich* no dia anterior a morte do presidente Hindenburg. De acordo com Shirer (2008), aboliu-se o título de presidente e Hitler passou a ser conhecido como *Führer* e chanceler do *Reich*, o que significava que este se tornava o líder absoluto de toda a nação e detentor de uma posição que lhe outorgava plenos poderes de decisão e de comando. Ainda segundo este autor, a partir desse momento, Hitler passou a exigir de todos os oficiais um juramento de fidelidade a sua pessoa.

Faço perante Deus este sagrado juramento de que renderei incondicional obediência a Adolf Hitler, o Führer do povo e do Reich alemão, supremo comandante das forças armadas, e de que estarei pronto como um corajoso soldado a arriscar minha vida a qualquer momento por este juramento. (SHIRER, 2008, p. 308).

Lenharo (1986) afirma que após assumir a presidência e instituir sua política de violência totalitária, Hitler ainda “deu-se ao luxo de expor-se a um plebiscito, que viria a referendar ou não, sua política de Estado” (LENHARO, 1986, p. 31) e que, como qualquer governo totalitário, esperava conseguir cem por cento de aceitação, fato que não ocorreu. “Hitler foi obrigado a amargar 30 % de não” (LENHARO, 1986, p. 31). Em relação ao resultado do plebiscito, que Lenharo (1986) aponta como sendo de setenta por cento de sim, Shirer (2008) e Klemperer (1999) relatam que o resultado foi consideravelmente superior. Shirer (2008) apresenta uma porcentagem de noventa por cento de aceitação e Klemperer (1999) afirma que o total dos votos a favor de Hitler foi de noventa e três por cento, o que significa que cerca de quarenta milhões de pessoas apoiavam a tomada do poder por Hitler.

Ainda segundo este último autor, a eleição foi totalmente reconhecida pelo exterior que via “a Alemanha inteira’ atrás de Hitler” (KLEMPERER, 1999, p. 47). Klemperer (1999) ainda traz a tona um fato impressionante que merece ser destacado e refletido. Este autor afirma que mesmo nos campos de concentração a maioria dos votos recebidos por Hitler foi “sim”, o que significa que até seus prisioneiros confiavam nele. Esse resultado seria, conforme questiona o próprio autor, objeto de adulteração por parte dos nazistas, seria chantagem ou será que até mesmo os prisioneiros se achavam contaminados pela propaganda de Hitler? Um pergunta que a princípio não encontra resposta, porém, fica a reflexão em torno da domesticação dos corpos no plano das ideias e de suas consequências sobre o consciente coletivo.

Dessa forma, com o apoio de praticamente toda a população alemã, Hitler dava início a sua ditadura, colocando em prática a ideia amplamente cultivada de governo centralizado em uma única pessoa: “*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*”²¹. Lenharo (1986) relata que a partir de então, o regime foi tomando uma série de decisões dentro e fora do país, as quais se encarregavam de, sorrateiramente, modelar “a nova civilização” (LENHARO, 1986, p. 31) alemã, e preparar o terreno para a política expansionista pretendida. Inúmeras leis eram outorgadas e com elas os indivíduos perdiam mais e mais as suas liberdades e os seus direitos de cidadãos, principalmente, aqueles que, de acordo com as teorias nazistas, não deveriam fazer parte desta nova civilização, pois, naturalmente, não se encontravam dentre os predestinados.

No mês de abril de 1933, foi instituída a Lei de depuração e com ela iniciava-se um grande “expurgo nas administrações e repartições públicas eliminando esquerdistas, judeus e democratas” (LENHARO, 1986, p. 29). Em julho do mesmo ano, entrou em vigor a lei sobre a esterilização dos doentes hereditários e em setembro, os nazistas fundaram a Câmara de Cultura do Reich, a partir da qual, todos os intelectuais e artistas experimentavam a perda da “liberdade de expressão e de organização” (LENHARO, 1986, p. 29). A criação da Polícia Secreta do Estado, a Gestapo, cujas funções, de acordo com Lenharo (1986), eram de repressão e prevenção, ocorreu também nesse ano.

Diante do quadro apresentado por Lenharo (1986) sobre as transformações na vida dos cidadãos e do Estado alemão, fica fácil perceber que, de fato, desde o princípio da ascensão nazista ao poder, desenvolveu-se uma política de controle em todos os setores e sentidos e isso envolvia e modificava radicalmente a paisagem social e política da nação. O mais

²¹ Um Povo, um Império, um Chefe.

impressionante é verificar que os alemães, em sua grande maioria, aceitavam e compactuavam dessa transformação e pior, acreditavam na demagogia de Hitler, acreditavam piamente que ele era o grande salvador ansiosamente aguardado, conforme sugere Klemperer (1999). Lenharo também chama a atenção para o apoio das massas ao nazismo. De acordo com este autor, o relatório de uma pesquisa realizada pela SS nos anos de 1939 a 1944 evidenciava claramente esse apoio e o aval dos indivíduos alemães as iniciativas nazistas.

Ao que se percebe, o pano jogado estratégica e propositalmente pelos nazistas sobre o Terceiro *Reich* deixava o povo anestesiado e ao mesmo tempo maravilhado ante as novidades do Regime; certamente, muitos traziam a visão prejudicada pela alienação a que estavam submetidos, enquanto outros, por necessidade, por conveniência ou medo, optavam por fechar os olhos ante a ditadura totalitária, cruel e violenta que se descortinava a sua frente. Conforme bem explicita Shirer (2008) quando diz que nenhum dos jornalistas e diplomatas que se encontravam na Alemanha durante o nazismo sabia o que de fato ocorria “atrás da fachada do Terceiro Reich”. “Uma ditadura totalitária, pela sua própria natureza, age com grande sigilo, e sabe como manter esse sigilo longe dos olhares perscrutadores dos estranhos.” (SHIRER, 2008, p. 13). Para este autor parecia “extremamente difícil e nem sempre possível conhecer a verdade exata acerca da Alemanha de Hitler”. (SHIRER, 2008, p. 14). Uma verdade que ainda hoje, não conseguiu ser plenamente desvendada.

3. NAZISMO: UMA DOUTRINA PARA ALÉM DA POLÍTICA

Pensar em um sistema governamental de qualquer posicionamento político sem considerar os pressupostos ideológicos ocultos por traz de seus conceitos e objetivos é mascarar a realidade e se entregar a uma alienação que só pode interessar a classe dominante responsável por sua idealização. Todos possuem seus ideólogos e todos se fundamentam em determinadas teorias apregoadas como verídicas e necessárias ao momento e ao contexto vivido. Para que possam sobreviver faz-se necessário incorporar a massa, convencê-la, aliciando-a para a defesa de uma causa, de forma a fazê-la crer que esta é exclusivamente dirigida para o bem comum. Severino (1986) citando Marx, diz que “ideologia é a forma de representação, no plano da consciência, que serve para mascarar a realidade fundamental, que é de natureza econômica” (SEVERINO, 1986, P. 8). Em relação à ideologia, este autor, citando Engels, explicita que esta “se dá quando a consciência passa a ilusão de que as ações humanas decorrem de decisões livres e soberanas, não vendo sua vinculação à realidade social” (SEVERINO, 1986, p. 9), ou seja, quando os indivíduos não conseguem enxergar que estão sendo utilizados e manipulados de acordo com os interesses escusos da classe dominante, acreditando que seus pensamentos, posturas e atitudes fluem de maneira livre e natural, que são frutos da própria vontade e do próprio entendimento dos fatos e do contexto que os cercam. Ainda segundo o autor, a ideologia é utilizada pela classe dominante para ocultar seus verdadeiros propósitos.

O nazismo como qualquer outro movimento de dominação da massa, de poder sobre a massa, não fugia a regra. Assim, faz-se importante buscar as fundamentações teóricas dos conceitos ideológicos que embasavam as idéias e os ideais do NSDAP, e, principalmente de seu líder Adolf Hitler, em relação à superioridade racial alemã e ao antissemitismo, dada a importância da incorporação das teorias que faziam parte do seu imaginário na organização e fundamentação do partido e, conseqüentemente, do Regime implantado na Alemanha a partir de 1933.

Proceder à contextualização da educação oferecida a população de uma determinada sociedade de forma a possibilitar o entendimento das diretrizes que a norteiam requer que se busque conhecer alguns aspectos das concepções que a fundamentam. Normalmente, estas concepções se alicerçam nas diretrizes constitucionais de um país, explicitadas em sua Carta

Magna. No caso da educação alemã, embora de maneira diversa, não foi diferente. Conforme relatado no primeiro capítulo, a República de Weimar, que antecedeu ao Regime Nazista, possuía uma Carta Magna, instituída com o fito de reger legalmente a nação e oferecer a garantia dos direitos básicos fundamentais a todos os cidadãos alemães. Não há referência nos autores estudados se as suas leis e diretrizes eram cumpridas, mas há a comprovação de sua existência. Com o fim da República democrática e o início do “reinado de Hitler”, a Alemanha entrava em um novo contexto. O regime de governo abandonava de vez a conturbada democracia e retornava a velha oligarquia, com a centralização de todo o poder nas mãos de seu soberano maior, Adolf Hitler. Nesse regime, pelo que indicam os estudos realizados sobre o assunto, o que servia de diretriz para assegurar o chamado bem estar da população não se encontrava vinculado a qualquer constituição. A Carta Magna de Weimar não deixou de existir, mas foi ignorada, desrespeitada e substituída. O guia mestre do Regime e que deveria nortear a vida dos indivíduos alemães em todos os sentidos era o *Mein Kampf*, a obra prima de Hitler. Ao idealizar esta obra, o líder nazista procurou descrever de forma insistente todos os conceitos que construía e internalizara desde a juventude, esboçando a sua compreensão de vida, de homem e de mundo.

Figura 7 – Capa do livro *Mein Kampf* de Adolf Hitler.



Fonte: Nazismo (192?)

Embora alguns autores, dentre eles, Koch (1973) e Vitkine (2010), afirmem que nem todos os alemães tinham conhecimento do conteúdo deste livro, há outros que o apontam como sendo a bíblia do nazismo, cuja aquisição e leitura eram praticamente obrigatórias. O fato é que, neste livro Hitler esboça as ideias construídas e sedimentadas no decorrer de sua

vida e que considerava como essenciais para o progresso da nação e do povo alemão. Por este motivo, a sua leitura se faz primordial – especialmente o capítulo dedicado ao Estado – para o entendimento dos fundamentos que norteavam as diretrizes educacionais instituídas nas escolas durante o Terceiro *Reich*.

Considerando que as diretrizes educacionais que norteiam os conteúdos e os comportamentos escolares de determinada sociedade, normalmente se apóiam na concepção de mundo fomentada ideologicamente por esta sociedade e, principalmente, pelo sistema que a governa, é importante buscar conhecer qual era esta concepção dentro do universo nazista, pois, diante deste conhecimento pode-se visualizar outra concepção de extrema importância para o estudo em questão: a concepção de sujeito, ou melhor, do sujeito que os nazistas pretendiam formar. Neste sentido, o *Mein Kampf* se apresenta como uma ferramenta fundamental ao bom andamento do trabalho, pois oferece os subsídios necessários para elucidar a questão. Hitler é bastante explícito ao expor a sua concepção de mundo. Para o líder nazista, esta se resumia em dois pontos fundamentais: o nacionalismo e o racismo. Diante destas considerações que apontam o líder nazista como principal fundamentador das teorias políticas e ideológicas do Terceiro *Reich*, considera-se importante inicialmente, fazer uma breve contextualização da sua origem e formação, pois esta pode oferecer subsídios para diversos entendimentos, dentre eles, a formação do conceito educativo do Terceiro Reich.

3.1. Adolf Hitler: o *Führer* do nazismo.

Figura 8 – Poster de 1938, logo após a Áustria ser anexada. “Um povo, um Reich, um Führer!”.



Fonte: Fotos históricas. Nazismo. (1938)

Para possibilitar a compreensão em torno da trajetória, ascensão e consolidação do Regime Nazista na Alemanha, faz-se necessário buscar conhecer um pouco da vida de seu grande líder e responsável por sua fundamentação teórico-ideológica, Adolf Hitler, especialmente, no que diz respeito a sua formação escolar, intelectual e ideológica. A importância deste conhecimento encontra respaldo nos diversos autores estudados que, em sua maioria – para não dizer totalidade – apontam de forma evidente a influência dessa formação na constituição das diretrizes fundamentais do NSDAP e na condução política, social e educacional que se empreendeu durante o Terceiro *Reich*.

A figura de Adolf Hitler, líder máximo do partido nazista, ainda hoje desperta interesse de inúmeras pessoas no mundo todo. Alguns o classificam como lunático outros como doente, e outros ainda, como um criminoso sanguinário, frio e calculista. A verdade é que a sua vida ainda hoje é tema de estudos diversos, que procuram decifrar o enigma de seu domínio sobre o povo alemão. Um homem comum como tantos outros no mundo, nascido pobre, simples e praticamente sem instrução ser capaz de por meio da palavra e de manobras estrategicamente planejadas, conquistar a confiança de um povo a ponto de se tornar o líder máximo de toda uma nação, convencendo a todos – independente da idade – que somente ele poderia recuperar a Alemanha e evitar a sua ruína total, somente ele poderia salvar o futuro e a história germânica, por certo faz pensar. A trajetória deste líder demonstra que, apesar do pouco alcance intelectual e da falta de formação acadêmica, era um indivíduo dotado de grande inteligência, espírito de liderança e capacidade de persuasão.

Shirer (2008) diz que

[...] consideradas suas origens e os primeiros anos de vida, seria difícil imaginar uma figura que tivesse menos probabilidade de usar o manto de Bismarck, dos imperadores Hohenzollern e do presidente Hindenburg, do que esse singular austríaco de procedência camponesa [...]. (SHIRER, 2008, p. 23)

3.1.1. Origem e formação

Adolf Hitler nasceu a vinte de abril de 1889 em Gasthof Zum Pommer uma modesta estalagem da localidade de Braunau am Inn, local que por sua proximidade à fronteira austro-alemã, conforme afirma Shirer (2008), teria grande significação no futuro, já que desde a mais tenra idade Hitler se via obcecado pela ideia de que a fronteira entre esses dois países de

língua alemã não deveria existir. De acordo com a sua concepção, ambos pertenciam ao mesmo *Reich*.

As origens familiares de Hitler são um tanto obscuras. Sabe-se que era filho de Klara Pölzl com seu primo de nome Alois, um pequeno funcionário alfandegário, que, por ser filho ilegítimo assinava apenas o nome materno, Schicklgruber. Foi apenas com a idade de 39 anos que teve a sua paternidade reconhecida por Johann Gerog Hiedler, assumindo assim o nome paterno. A partir desse evento passou a assinar Alois Hitler²². De acordo com Shirer (2008), esse reconhecimento só ocorreu – segundo confidências do pai de Hitler a um amigo – para ajudá-lo a receber parte da herança do tio paterno que o criara. Hitler em sua juventude confessaria ao talvez único amigo à época, de nome August Kubtgek, que a mudança no nome do pai – e conseqüentemente em seu nome – muito lhe agradara, pois considerava que Schicklgruber soava de maneira rústica, grosseira e até mesmo cômica, já “Hitler soava bem e era um nome fácil de guardar.” (SHIRER, 2008, p. 25).

Em sua juventude, Hitler sempre lutou contra a vontade do pai que desejava que o filho seguisse a sua profissão, porém, o jovem Adolf possuía outras ambições. A profissão do pai lhe causava verdadeira repulsa. Com o estudo regular, a situação não se mostrava diferente. Frequentar a escola nunca se apresentou a ele como uma tarefa das mais agradáveis, ao contrário, para Hitler isso se constituía em verdadeiro sacrifício, um desperdício de tempo e de energias e, por esse motivo, buscava de todas as formas possíveis livrar-se dessa penosa obrigação. A doença pulmonar que o acometeu aos dezesseis anos e que o levou a abandonar temporariamente a escola foi para o jovem Hitler, uma verdadeira benção.

A grande ambição de Hitler era se tornar artista, um pintor. O pai mostrava-se totalmente contrário a ideia e o pressionava para que desse continuidade aos estudos, fazendo um curso profissionalizante para, futuramente, seguir seus passos, tornando-se um funcionário público. Hitler nunca concluiu este curso. Diante do objetivo de se dedicar a pintura como profissão, Hitler, apesar de aparentemente, ceder a pressão do pai e frequentar a escola secundária em Linz, nunca se esforçou para ter um bom aproveitamento. “Só estudava o que me agradava [dizia Hitler], sobretudo aquilo de que eu poderia precisar mais tarde como pintor. O que me parecia sem significação para esse objetivo ou o que não me era agradável, eu punha de lado inteiramente.” (HITLER, 1983, p. 19). Foi nessa época, segundo afirma Shirer (2008), que Hitler tornou-se um leitor voraz.

²² Hitler é uma “variante de ‘Hiedler’, também escrito ‘Hitler’, ‘Hüttler’, ‘Hütler’, se significa ‘pequeno proprietário’”. (KERSHAW, 2010, p. 36).

Já nesse período escolar iniciava-se a formação dos conceitos e ideais que o acompanhariam por toda a vida. Segundo suas palavras em *Mein Kampf*, o resultado de seu aproveitamento nas disciplinas favoritas – História e Geografia – foram responsáveis por torná-lo nacionalista e por fazê-lo aprender “a entender a história pelo seu verdadeiro sentido” (HITLER, 1983, p. 19). Complementando sua ideia, Hitler (1983) afirma que a opinião a que chegara nessa época nunca o abandonaria, servindo de alicerce e de embasamento para sua vida, enquanto cidadão austro-alemão e também, político.

[...] Já nos primeiros anos da juventude, eu havia chegado a opinião que nunca mais me abandonaria, mas, pelo contrário, cada vez mais me fortificou. E essa era que a segurança do germanismo pressupunha a destruição da Áustria e que o sentimento nacional não era idêntico ao patriotismo dinástico e que, antes de tudo, a Casa dos Habsburgos estava destinada a fazer a infelicidade do povo alemão.

[...] A arte de pensar pela história, que me tinha sido ensinada na escola, nunca mais me abandonou. A história universal tornou-se para mim, cada vez mais, uma fonte inesgotável de conhecimentos para agir no presente, isto é, para a política. Eu não quero aprender a história por si, mas, ao contrário, quero que ela me sirva de ensinamento para a vida. (HITLER, 1983, p. 22).

Alguns anos após a morte do pai, Hitler conseguiu a permissão da mãe para finalmente, tentar realizar o sonho cultivado desde a infância. Imbuído desse objetivo, mudou-se no ano de 1907 para a cidade de Viena, onde “entre uma ópera ou outra de Wagner, a que assistia, tentou entrar na Academia de Belas-Artes de Viena, mas foi reprovado” (LENHARO, 1986, p. 19). Conforme seu relato em *Mein Kampf*, a reprovação o feriu profundamente. Sua aptidão, conforme lhe comunicara o diretor, não era para pintura, mas para a arquitetura, o que dificultava consideravelmente o seu caminho, visto que, “a frequência da Escola de Arquitetura da Academia dependia da frequência da escola técnica de construções e a entrada para essa exigia um exame de madureza em uma escola média” (HITLER, 1983, p. 26), coisas que Hitler, devido a sua teimosia, não possuía. Todos esses obstáculos não o demoveram de seus objetivos e Hitler permaneceu em Viena, onde, para sobreviver se dedicava a pintura de “pequenos e toscos quadros de Viena” (SHIRER, 2008, p. 41). Futuramente, conforme será relatado posteriormente, a arquitetura tornar-se-ia um sonho possível, porém, Hitler nada faria para concretizá-lo. Outras preocupações o desviariam de seu objetivo.

Importante salientar, a admiração apaixonada que Hitler nutria por Wagner e por suas óperas, que teve início em Viena. O documentário “Arquitetura da destruição” apresenta a ópera de Wagner, *Rienzi*, como a primeira e grande inspiração de Hitler para a construção de sua nova Alemanha. Essa ópera foi responsável pela sedimentação em Hitler, ainda em sua

juventude, de três fixações que jamais o abandonariam: na sua cidade natal, Linz; na antiguidade e em Wagner. Ainda segundo este documentário, Wagner era o grande ídolo de Hitler, pois conseguia reunir em uma mesma pessoa, o artista criativo e o político. De Wagner, Hitler absorveu algumas noções que o acompanhariam por toda vida: sobre o antissemitismo e sobre a arte necessária para a construção de uma nova civilização.

Em seu relato sobre sua estadia em Viena, Hitler (1983) em *Mein Kampf*, discorre sobre as dificuldades que enfrentara, acenando esse período como um dos mais tristes de sua vida. Os únicos prazeres que desfrutava eram as visitas a ópera e a leitura. Essa leitura, segundo seu relato, foi responsável por lançar os alicerces do conhecimento que utilizaria por toda a sua vida e que serviriam de base para a aquisição da noção de mundo que fundamentaria o seu modo de pensar e de agir. A partir de então, pouca coisa foi acrescentada, pois Hitler estava convencido do embasamento de suas ideias em princípios reais e legítimos. “A mocidade [dizia Hitler] fornece o material de construção e os planos de futuro, dos quais a velhice toma os blocos, trabalha-os e levanta a construção, isso quando a chamada sabedoria dos velhos não sufoca a genialidade dos moços” (HITLER, 1983, p. 27).

Em sua permanência em Viena, Hitler também se depararia com aquilo que se tornaria futuramente, um dos temas centrais de seu futuro livro e de seu discurso político: os judeus. “Nesse tempo, abriram-se-me os olhos para dois perigos que eu mal conhecia pelos nomes e que, de nenhum modo, se me apresentavam nitidamente na sua horrível significação para a existência do povo germânico: marxismo e judaísmo.” (HITLER, 1983, p. 26).

Outro fator que despertava a atenção de Hitler em Viena era a disparidade social, onde os extremos da riqueza e da pobreza se revezavam “em contrastes violentos” (HITLER, 1983, p. 27). Alicerçado na reflexão em torno das condições sociais a que a camada mais baixa da sociedade estava submetida, construiu suas ideias sobre a necessidade de uma reestruturação social e da perpetuação do orgulho nacional, questões que, naquela época, não conseguia visualizar no contexto da capital austríaca.

O problema da “nacionalização” de um povo deve começar pela criação de condições sociais sadias como fundamento de uma possibilidade de educação do indivíduo. Somente quem, pela educação e pela escola, aprende a conhecer as grandes culturas econômicas e, sobretudo, políticas da própria Pátria, pode adquirir e adquirirá, certamente, aquele orgulho íntimo de pertencer a um tal povo. Só se pode lutar pelo que se ama, só se pode amar o que se respeita e respeitar o que pelo menos se conhece. (HITLER, 1983, p. 33).

A questão social que Hitler passou a estudar descortinou seu olhar para um novo mundo, que até então lhe era desconhecido, e as considerações acerca desse novo mundo transformaram-se em um ideal a perseguir que, conforme será relatado no terceiro capítulo, foi enfaticamente impresso à educação escolar durante o Terceiro *Reich*.

A política também era merecedora de sua atenção, porém, Hitler (1983) afirmava que esse interesse não se constituía em nenhum privilégio, mas sim, um dever básico de todas as criaturas pensantes, as quais deveriam envidar todos os esforços para procurar conhecer e compreender os seus pormenores. “Quem nada entende de política perde o direito a qualquer crítica, a qualquer reivindicação.” (HITLER, 1983, p. 34). Sobre esse assunto, Hitler (1983) afirma que as leituras lhe forneceram os subsídios necessários ao entendimento.

A leitura de fato, se constituiu no grande pilar de sua formação; a sua principal fonte para a aquisição do conhecimento e do entendimento de todos os assuntos que o interessavam ou que o incomodavam. E isso para Hitler, configurava-se em um grande e inestimável prazer.

3.1.2. A leitura como formação

Conforme será relatado no quarto capítulo, Hitler nutria profundo desprezo pelo estudo intelectual e pelos professores, como também não apresentava a menor disposição para o trabalho, sempre se recusando a aprender um ofício e assim, conseguir um trabalho regular. Nem mesmo as privações enfrentadas em Viena ou a morte da mãe o fizeram mudar de ideia. A sua juventude foi dedicada a alimentar o sonho de ingressar na Academia de Belas-Artes de Viena para se tornar um grande artista e a se rebelar contra o sistema. Nacionalista alemão fanático, apesar de austríaco por nascimento, Hitler vivia a pensar nos problemas mundiais e a se revoltar com eles. A leitura era a grande companheira. Shirer (2008) relata que na juventude, Hitler se inscreveu na Biblioteca de Educação de Adultos de Linz e também se tornou membro da Sociedade Museu e que nesses locais tomava emprestada grande quantidade de livros.

Ryback (2009) vem confirmar a grande paixão de Hitler pela leitura. Segundo este autor, apesar de ter ficado conhecido na história por queimar livros, a biblioteca pessoal de Hitler após a sua morte, possuía a expressiva quantia de cerca de dezesseis mil volumes. “Em qualquer medida, uma coleção impressionante: primeiras edições de obras de filósofos, historiadores, poetas, dramaturgos e romancistas.” (RYBACK, 2009, p. 11). O autor relata ainda que Hitler “lia vorazmente, ao menos um livro por noite, às vezes mais, conforme

alegava ‘Quando se dá, também é preciso tirar’, disse certa vez, ‘e eu tiro o que preciso dos livros’”. (RYBACK, 2009, p. 11).

Esse grande interesse pela leitura é novamente apresentado por Ryback (2009) quando diz que “apesar das deficiências na educação formal, Hitler estava possuído por um apetite voraz por leituras. Algumas das primeiras lembranças de Hitler em *Mein Kampf* estão ligadas a ‘incursões pela biblioteca do pai e sua própria obsessão por determinados escritores.’” (RYBACK, 2009, p. 75). A leitura, provavelmente, foi a maneira encontrada pelo líder nazista para suprir a deficiência de sua formação intelectual, que, conforme destaca Ryback (2009), era notória. De acordo com o autor “a única educação formal de Hitler depois que deixou a escola de nível médio [sem concluir], dezessete anos antes, havia sido um curso intensivo de ideologia política, recomendado por Karl Mayr, na Universidade de Munique na primavera de 1919.” (RYBACK, 2009, p. 75). Nesse curso, Hitler participou como ouvinte de palestras diversas, cujos temas versavam sobre “‘ história alemã desde a reforma’, a ‘história política da Grande Guerra’ e as ‘condições econômicas do Tratado de Versalhes’” (RYBACK, 2009, p. 75), participando também, de “Workshops sobre técnicas de debate em que os alunos aprenderam ‘conceitos unificados’ da identidade alemã e a ‘seleção equilibrada de fatos ao formular os argumentos’”. (RYBACK, 2009, p. 75).

Esses temas, naturalmente, interessavam sobremaneira o futuro líder nazista e, certamente o auxiliaram na ampliação de suas ideias e no aprimoramento de sua retórica, questão considerada por ele de extrema importância ao homem político. A ausência de uma educação formal de maior consistência, por certo lhe causara diversos embaraços, pois, seus erros de grafia não passavam despercebidos. “[...] em bilhete manuscrito a Eckart [...] Hitler havia escrito ‘*Liber Herr Eckart*’²³, erro equivalente a ‘Presado Sr. Eckart’” (RYBACK, 2009, p. 75). Os próprios companheiros de partido, ao proceder à revisão de seu livro para posterior edição, confirmaram essa notória deficiência, afirmando que Hitler escrevia exatamente como falava, fato que lhe dificultou consideravelmente o trabalho. Esses amigos reconheciam que o seu talento estava voltado para a comunicação oral e não para a literatura. Essa deficiência intelectual, que se evidenciava tanto na escrita quanto na oralidade, é destacada por diversos autores, contudo, de acordo com Shirer (2008), o futuro intelectual de Hitler, ou pelos menos sua formação educacional, poderia ter tomado outro direcionamento, visto que no período em que vivera em Viena, a capital da Áustria experimentava, conforme

²³ Grafia correta: *Lieber Herr Eckart*.

afirmação deste autor, certa abertura da educação e da cultura às massas. A Escola de Belas Artes havia lhe fechado as portas, no entanto, Hitler poderia perfeitamente ingressar na Escola de Arquitetura, mesmo sem possuir o certificado de conclusão do ensino secundário, pois essa exigência passou a ser dispensada aos candidatos que comprovassem possuir algum talento especial. Ao que tudo indica Hitler não se interessou, visto que sequer se candidatou para concorrer a uma vaga na escola, bem como não se habilitou a encontrar um emprego fixo, preferindo pequenos trabalhos esporádicos ou pintando reproduções de telas mais antigas para conseguir os meios que garantissem a sua sobrevivência. Essa indisposição de Hitler refletia o grande medo que o acometia.

Como ele [Hitler] diz em *Minha Luta*, tinha o torturante medo, como pequeno burguês que era, de escorregar para as fileiras do proletariado, dos trabalhadores manuais – medo que ele iria mais tarde explorar ao edificar o partido Nacional-Socialista, alicerçado amplamente sobre a classe até então mal remunerada, negligenciada, sem um líder, dos empregados de escritório, cujos milhões de membros alimentavam a ilusão de que pelo menos socialmente estavam em melhor situação do que os “operários”. (SHIRER, 2008, p. 40).

Em relação ao Hitler leitor, Shirer (2008) volta a evidenciar o quanto a leitura lhe era prazerosa, desta vez no período em que vivia em Viena. “Nessa época, eu lia muito, meticulosamente. Todo o tempo livre que o trabalho me deixava era empregado em meus estudos. Desse modo forjei, em poucos anos, os alicerces de um conhecimento de que ainda hoje me alimento.” (SHIRER, 2008, p. 42).

Percebe-se nas considerações apresentadas por este autor que a leitura, de fato, possuía um local de destaque na vida de Hitler e que foi responsável por grande parte de sua formação. Essa importância pode ser constatada em *Mein Kampf*, onde o líder nazista a coloca em evidência, dedicando-lhe cerca de duas páginas, nas quais expressa o seu conceito sobre o que para ele se constituía em uma arte.

Sob o nome de leitura, concebo coisa muito diferente do que pensa a grande maioria dos chamados intelectuais.

Conheço indivíduos que lêem muitíssimo, livro por livro letra por letra, e que, no entanto, não podem ser apontados como “lidos”. Eles possuem uma multidão de “conhecimentos”, mas o seu cérebro não consegue executar uma distribuição e um registro do material adquirido. Falta-lhes a arte de separar, no livro, o que lhes é de valor e o que é inútil, conservar para sempre de memória o que lhes interessa e, se possível, passar por cima, desprezar o que não lhes traz vantagens, em qualquer hipótese não conservar consigo esse peso sem finalidade. A leitura não deve ser vista como finalidade, mas sim como meio para alcançar uma finalidade. [...] a leitura deve auxiliar a formação do espírito, a despertar as disposições intelectuais e inclinações de cada um. [...] deve fornecer o instrumento, o material de que cada um

tem necessidade para a sua profissão [...] deve proporcionar uma idéia de conjunto do mundo

[...] Quem possui, porém, a arte da boa leitura, ao ler qualquer livro, revista ou brochura, dirigirá sua atenção para tudo o que, no seu modo de ver, mereça ser conservado durante muito tempo [...]. (HITLER, 1983, p. 234, 235).

Pelo prisma das observações apresentadas pelos autores – Ryback (2009) e Shirer (2008) – depreende-se que Hitler pode ser considerado um autodidata e que, a sua maneira, possuía um domínio sobre a arte da leitura, de onde extraía aquilo que lhe faltava. Todo o parco conhecimento que possuía, procedia dos livros que lera durante a vida. Essas leituras foram responsáveis por construir e sedimentar as ideias que futuramente colocaria em prática. Seus conceitos, as teorias que fizera divulgar, as ideias megalomaniacas que arquitetava em sua mente, encontravam-se embasadas nas leituras que fizera. Conforme afirmam Vitkine (2010), Ryback (2009), Shirer (2008) e Kershaw (2010), Hitler bebeu na fonte de diversos historiadores, filósofos e cientistas europeus, entre eles, Joseph Artur de Gobineau, Houston Stewart Chamberlain, Le Bon, Schönerer, Sombart e Dietrich Eckart que foram responsáveis por oferecer a fundamentação teórica necessária à composição de *Mein Kampf*, bem como dos conceitos que formulara, especialmente em relação à superioridade racial dos alemães e ao antissemitismo. Sendo que, de acordo com Ryback (2009), Eckart foi de fato, o grande mentor intelectual de Hitler. Segundo este autor, “Eckart moldou a argila maleável do mundo intelectual e emocional de Hitler” (RYBACK, 2009, p. 52).

Na época de Viena, Hitler ainda não se encontrava envolvido com a política, mas os partidos políticos e suas plataformas não lhe eram estranhos. Um dos partidos que se destacavam e que despertava o seu interesse, instigando-o a refletir com maior profundidade sobre a política era o Partido Social Democrata Alemão. Esse interesse era movido pela observação de seu êxito junto às massas. Na opinião de Hitler (1983), os social-democratas “sabiam criar um movimento de massa, sem o qual qualquer partido de nada valia, tinham aprendido a arte da propaganda entre as massas e [...] sabiam o valor do emprego daquilo a que ele chama de ‘terror físico e espiritual’” (SHIRER, 2008, p. 45). Todas essas observações seriam no futuro, incorporadas e aprimoradas na plataforma e nos mecanismos de seu partido, o NSDAP, de modo a colocá-lo em posição de exercer a oposição adequada aos social-democratas, pois Hitler acreditava, desde seus tempos de Viena, que “se uma doutrina que encerrasse mais inveracidade ao lado da idêntica brutalidade da propaganda, fosse oposta à social-democracia, triunfaria do mesmo modo, por mais áspera que fosse a luta” (HITLER, 1983, p. 39). Outro fator importante em relação aos social-democratas observado por Hitler e

que ele incorporou em sua doutrina, diz respeito ao fato de que o partido sabia aparentar que apenas ele conhecia

o segredo da paz e tranquilidade, enquanto cautelosamente, mas de maneira decidida, conquista uma posição depois da outra, ora por meio de discreta pressão, ora através de requintadas escamoteações em momentos em que a atenção geral está dirigida para outros assuntos [...] (HITLER, 1983, p. 39).

Dada as fraquezas humanas, essa tática, segundo opinião de Hitler, estava fadada a se coroar de êxito. A atuação psicológica, provocando o terror espiritual nos mais diversos locais, também era vista por Hitler como de importância vital para o domínio da massa.

Por estas considerações – que se apresentam detalhadas por Hitler em *Mein Kampf* – pode-se compreender o que transformou o NSDAP no grande opositor do Partido Social Democrata, chegando mesmo a sobrepujá-lo. Hitler conhecia em detalhes todos os meandros constituintes desse partido – suas ideias, estratégias e mecanismos – e utilizou essas mesmas armas, porém, aprimoradas, em sua luta pelo poder.

O convencimento de Hitler em relação à doutrina social-democrata só não se efetivou por completo porque este vislumbrou em seu interior um grande problema: a sua ligação ao caráter dos judeus.

Só o conhecimento dos judeus, ofereceu-me a chave para a compreensão dos propósitos internos e, por isso, reais da social-democracia. Quem conhece este povo vê cair-se-lhe dos olhos o véu que impedia descobrir as concepções falsas sobre a finalidade e o sentido deste partido e, do nevoeiro do palavreado de sua propaganda, de dentes arreganhados, vê aparecer a caricatura do marxismo. (HITLER, 1983, p. 44).

Em relação aos judeus, Hitler, a princípio os via apenas pela dimensão de seu aspecto religioso; o seu conceito em torno da raça ainda não se consumara, ele, inclusive, discordava do posicionamento apresentado pela imprensa antissemita. Mas, como ocorria em relação a todos os assuntos que de uma forma ou de outra aguçavam sua curiosidade, Hitler começou a observar os judeus com mais atenção e, a partir do momento que percebeu certas “características externas da raça” (HITLER, 1983, p. 46), foi buscar na literatura informações que pudessem trazer luz a sua compreensão. Inicialmente, comprou alguns panfletos antissemitas, mas estes não se mostraram suficientes para elucidar suas dúvidas, pois, os conteúdos eram dirigidos a leitores que já possuíam conhecimentos prévios sobre o assunto, o que não era o caso de Hitler. No entanto, ofereceram alguns indícios para orientá-lo na

pesquisa. Dessa forma, Hitler apurou suas observações e sua busca por conhecimentos em torno da questão judaica que o atormentava e, finalmente, formou o pensamento que jamais o abandonaria: os judeus representavam um povo, uma raça que naquele momento se encontrava infiltrada em todos os setores – públicos e privados – controlando inclusive, a imprensa, a cultura e a arte vienense; os judeus eram os grandes corruptores do povo.

Estudando também o marxismo, Hitler chegou à conclusão de que este nada mais era que uma doutrina judaica por excelência e a partir desse entendimento, construiu a sua teoria – que mais tarde utilizaria para convencimento do povo alemão – de que havia um plano judaico-marxista para o domínio das nações e do mundo.

Em 1912, unindo os fracassos e frustrações experimentados em Viena, ao posicionamento adquirido em relação à situação racial vienense, que à época se apresentava como uma verdadeira miscelânea de raças – de acordo com pesquisas de Silva (2003), Viena reunia em seu solo cerca de 200 mil judeus – Hitler mudou-se para a cidade de Munique, na Alemanha. Essa mudança que lhe causava enorme prazer visto o seu íntimo desejo de viver em solo alemão, possuía também outro motivo mais objetivo: a fuga ao serviço militar – obrigatório – austríaco que Hitler estava determinado a não cumprir, pois se recusava terminantemente a servir a um governo com o qual não concordava.

Segundo Silva (2003), quando no ano de 1914, a Áustria declarou guerra a Sérvia, devido ao assassinato por um terrorista sérvio do arquiduque e herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando, ocorreu o alinhamento de toda a Europa que culminou na Primeira Guerra Mundial, Hitler se encontrava em solo alemão e viu na guerra a grande oportunidade de demonstrar o seu patriotismo – mesmo não sendo de nacionalidade alemã – e o seu nacionalismo extremo. Convencido de que a guerra poderia resultar na evolução do povo alemão, alistou-se como voluntário para compor as fileiras do exército alemão e foi para as frentes de batalhas.

Para o então jovem Hitler, era certo que a Alemanha “lutava pela sua vida, e com ela o povo pela sua existência, pela sua liberdade, por seu futuro” (HITLER, 1983, p. 110). Por esse motivo, o seu orgulho de fazer parte do corpo de soldados que lutariam até a morte pelo país que amavam e que ele assumira como seu.

Tantas vezes tinha eu cantado o “Deutschland, Deutschland über alles”, com todas as forças de meus pulmões e gritado “Heil”... que quase me parecia uma graça especial poder comparecer, agora, perante a justiça divina, para afirmar a sinceridade dessa minha atitude. (HITLER, 1983, p. 110)

Durante a guerra, Hitler fora um bravo e corajoso soldado, tendo sido ferido por duas vezes durante as batalhas travadas contra os inimigos da Pátria que amava mais que a sua própria. Por esse motivo, foi condecorado por bravura por duas vezes, recebendo em dezembro de 1914 a Cruz de Ferro Primeira Classe, condecoração ambicionada por todos os soldados, mas que raramente era outorgada. Segundo afirmação de Shirer (2008), Hitler ostentaria orgulhosamente essa condecoração até o fim de sua vida.

A notícia da derrota alemã na guerra e da assinatura do armistício caiu feito uma bomba sobre o então cabo Hitler, sendo classificado por ele como “a maior vilania do século” (KERSHAW, 2010, p. 94). A sua indignação o levou a refletir sobre as verdadeiras causas do fracasso alemão. Análises que futuramente seriam incorporadas em seus discursos de forma a alimentar e manter acesa a chama da revolta do povo alemão ante a situação catastrófica em que se encontrava a nação no pós-guerra.

Após o término da guerra, Hitler permaneceu no exército alemão, onde passou a frequentar o curso de instrução política ministrado por oficiais da organização. Posteriormente, devido ao seu posicionamento radical em relação ao antissemitismo, foi destacado para desempenhar a função de oficial educador, cuja principal tarefa constituía em trabalhar com os soldados o combate às ideias tidas como perigosas, dentre elas, o pacifismo, o socialismo e a democracia. Essa foi, segundo afirmação do próprio Hitler, a primeira oportunidade que recebeu “para exercitar suas qualidades oratórias – o primeiro requisito, como sempre afirmava, que se exigia de um político, para que fosse bem sucedido” (SHIRER, 2008, p. 62). Foi nesse curso que Hitler, conforme afirma Shirer (2008), descobriu que sabia falar. “Isso foi o começo de um talento que deveria fazer dele o orador mais eficiente da Alemanha, dotado de um poder mágico que lhe permitiu, quando começou a falar pelo rádio, influenciar milhões de pessoas por meio de sua voz.” (SHIRER, 2008, p. 62).

3.2. Nazismo: fundamentos de uma doutrina

O regime ditatorial nazista foi instituído na Alemanha, conforme relatado no primeiro capítulo, no ano de 1933, com a nomeação de Adolf Hitler para o posto de chanceler, em um momento “de crise nacional intensa e de grande movimentação contra-revolucionária” (LENHARO, 1986, p. 18). O seu nascimento se deu “da plena e positiva cumplicidade de todas as forças da reação: foi a conclusão da política capitalista e latifundiária, aliada àquela dos grupos militaristas prussianos” (FIORINI, 1963, p. 101). Na ocasião ninguém sequer

imaginava o que essa nomeação reservava ao país, ao povo alemão e muito menos aos supostos inimigos da pátria: os judeus, os eslavos, os poloneses, etc. O único sentimento que envolvia a nação era de esperança, de confiança no futuro de dádivas e glórias prometido por aquele que se auto-intitulava o *Führer*, o grande salvador da Alemanha. Hitler, desde o início de sua aparição no contexto alemão, teve perspicácia para perceber os sentimentos embrenhados no cerne do povo alemão, como também, para compreender de que forma deveria encaminhar sua campanha para atingir o âmago desses indivíduos de modo a lhes oferecer exatamente aquilo que desejavam. Levantando as bandeiras do nacionalismo e do antissemitismo, sentimentos naturalmente presentes nos indivíduos alemães, Hitler propagava a ideologia de seu partido exatamente como o fazem todos os governantes de todos os tempos, expondo-a como um ideal superior e necessário ao bem estar coletivo.

Lenharo (1986) citando o historiador alemão Joachim Fest, diz que o nazismo teria inaugurado “uma nova modalidade de política, pensada mais em termos heróicos e trágicos do que sociais; dotado de sucedâneos místicos, de modo a se converter em algo compreendido, aceito e compartilhado por uma população apolítica” (LENHARO, 1986, p. 9). Na opinião deste autor, “o nazismo se constituiria um novo tipo de contra-revolução e os nazistas não passariam de meros agentes do Capital” (LENHARO, 1986, p. 14).

A compreensão da ascensão e do triunfo de Hitler e do nazismo está atrelada ao conhecimento e ao entendimento de suas ideias e teorias, bem como das maneiras pelas quais estas foram utilizadas para a manipulação do sentimento de revolta que o líder do NSDAP sabia de antemão, habitar o íntimo de todos os indivíduos alemães. É senso comum que as principais questões elencadas e utilizadas pelos nazistas estavam ligadas a superioridade racial ariana – transposta para os alemães – e ao antissemitismo, ou mais especificamente, ao problema judeu. Em relação ao antissemitismo, Arendt (2009) apresenta a seguinte consideração.

Muitos ainda julgam que a ideologia nazista girou em torno do anti-semitismo por acaso, e que desse acaso nasceu a política que inflexivelmente visou a perseguir e, finalmente, exterminar os judeus. O horror do resultado derradeiro, e, mais ainda, diante do seu efeito, constituído pelos sobreviventes sem lar e sem raízes, deu à “questão judaica” a proeminência que ela passou a ocupar na vida política diária. O que os nazistas apresentaram como sua principal descoberta – o papel dos judeus na política mundial – e o que propagavam como principal alvo – a perseguição dos judeus no mundo inteiro – foi considerado pela opinião pública mero pretexto, interessante truque demagógico para conquistar as massas. (ARENDR, 1989, p. 23)

Arendt (2009) afirma ainda, que o fato de os discursos nazistas sobre os judeus terem sido levados a sério é de certa forma, compreensível, visto que, em uma explicação apressada, esse antissemitismo que a autora designa de moderno, poderia facilmente ser identificado como nacionalismo desenfreado permeado de explosões xenofóbicas. No entanto, conforme salienta a autora, o antissemitismo se expandia na medida em que o nacionalismo tradicional entrava em decadência. Ainda de acordo com esta autora, a classificação e a compreensão dos nazistas como meros nacionalistas, constitui-se em um equívoco.

Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais se permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O “nacionalismo” nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos das massas. Os nazistas sentiam genuíno desprezo, jamais abolido, pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação. (ARENDR, 1989, p. 23)

Para o nacional-socialismo, conforme salienta Fiorini (1963), o racismo se constituiu em um “meio que – apesar de fenômeno extra-econômico – criou relações sociais que permitiriam o domínio sobre as massas, as quais se deixavam levar pelo orgulho de pertencer a ‘raça eleita’” (FIORINI, 1963, p. 101).

Para justificar a teoria preconizada sobre o perigo judeu, os nazistas utilizaram e difundiram como verdadeira a ideia da existência de uma conspiração judaica para o domínio do mundo exposta nos “Protocolos dos Sábios de Sião”, que, conforme afirma Couto (2008), constituiu-se em “uma obra forjada durante a Rússia do Czar Nicolau II” (COUTO, 2008, p. 20), ou seja, não passava de fraude. Este autor afirma ainda que, essa obra, na realidade, seria uma cópia de um romance publicado no ano de 1868, intitulado “*Biarritz* [...] cuja história gira ao redor da existência de uma cabala secreta judaica e suas conspirações para conquistar o mundo” (COUTO, 2008, p. 20). No entanto, apesar de ser considerada pela grande maioria dos estudiosos como fraude, foi amplamente utilizada pelos nazistas “como justificativa para a necessidade do extermínio dos judeus [...] De acordo com o pensamento nazista, era necessário tomar certos cuidados contra os planos judeus de domínio mundial, que haviam sido ‘descobertos’ pelos Russos em 1897” (COUTO, 2008, p. 21). O documento foi utilizado também por diversos antissemitas, dentre eles, Henry Ford, que, inclusive, fazia a sua publicação em um jornal de sua propriedade em Michigan, nos Estados Unidos. Ford, de acordo com Ryback (2009), influenciou consideravelmente o pensamento do Hitler com sua

obra “O Judeu Internacional”. Segundo confissão de próprio Hitler, Ford foi a sua grande inspiração.

Quando se pensa na ideologia nazista, é preciso não se esquecer de seu ilustre teórico, Alfred Rosenberg, o principal ideólogo do NSDAP, que, conforme afirma Ryback (2009), era o “responsável pelo bem-estar ‘espiritual’ do povo alemão” (RYBACK, 2009, p. 155) e também, responsável por repassar ao seu líder ideias de diversos pensadores do século XIX. Com o seu polêmico “O mito do século XX”, Rosemberg expressava todo o seu anticristianismo, professando abertamente a defesa à poligamia e a esterilização forçada, bem como “a propagação do ‘quinto evangelho’, que revelaria a verdadeira natureza de Jesus Cristo” (RYBACK, 2009, p. 156). Dentre as inúmeras heresias contidas em sua crítica à igreja tradicional, contestando explicitamente os dogmas cristãos, Rosemberg apresentava um Cristo irado e vingativo, acompanhado de seus apóstolos “judaizados”. No ano de 1933, apesar dos protestos veementes da Igreja Católica, o livro seria incluído na lista das bibliotecas escolares alemãs. Hitler, segundo Ryback (2009), apesar de nomear Rosemberg “como ‘representante’ do ensino ‘ideológico e espiritual’” (RYBACK, 2009, p. 157), não possuía uma posição favorável em relação ao seu livro, discordando enfaticamente de muitas de suas teorias, as quais denominava de pagãs.

3.2.1. Teorias nazistas

Shirer (2008) diz que Hitler pode ser acusado de qualquer coisa, menos de não ter exposto claramente “qual a espécie de Alemanha que ele desejava construir [...] e que espécie de mundo tencionava criar com as conquistas armadas” (SHIRER, 2008, p. 122). Todos os seus planos, tanto em relação ao Estado alemão quanto às nações que pretendia conquistar e subjugar são expostos de forma nítida, com claros nuances de frieza nas páginas de *Mein Kampf*. No denso livro que escrevera no cárcere, Hitler dá detalhes explícitos de suas intenções em todos os aspectos, inclusive no tocante a educação que pretendia para os jovens alemães de modo a torná-los os fiadores da empreitada que ambicionava concretizar.

Ainda segundo afirmação de Shirer (2008), as ideias fundamentais de Hitler, que futuramente serviriam de axiomas para embasar suas teorias, não eram o que se pode denominar de originais. Estas foram se constituindo ao longo de sua vida, especialmente no período de sua juventude quando vivia em Viena, no agitado turbilhão da capital austríaca. Foi em Viena que o líder nazista entrou em contato com aquilo que, em sua concepção,

expressava o grande problema, não apenas dos alemães, mas de toda a humanidade: os judeus. Hitler revoltava-se com o quadro que se apresentava na Áustria no início do século XX. A “disputa das nacionalidades” que dominava a política austríaca; a revolta social e a luta racial; as classes inferiores exigindo seus direitos. Questões que iam de encontro ao pensamento de Hitler.

Para ele, o império estava afundando em “fétido pântano”. Só poderia ser salvo pela raça superior, a alemã, reafirmando sua antiga e absoluta autoridade. As raças não-germânicas, principalmente os eslavos e, sobretudo, os tchecos, eram inferiores. Competia aos alemães governá-los com mão de ferro. Devia abolir-se o Parlamento e por-se fim a toda essa tolice “democrática”. (SHIRER, 2008, p. 44).

A partir de então, poucas modificações foram efetuadas no decorrer do processo de sua caminhada rumo ao poder. Conforme afirma o autor, quando Hitler deixou a Áustria no ano de 1913 rumo à Alemanha, contava com vinte e quatro anos e se encontrava inebriado “de uma ardente paixão pelo nacionalismo alemão, tomado pelo ódio à democracia, ao marxismo e aos judeus, e absolutamente convencido de que o destino escolhera os arianos, especialmente os alemães, para ser a raça dominante” (SHIRER, 2008, p. 122). Essa paixão pela Alemanha e pelo nacionalismo de seu povo era um sentimento que já se encontrava no espírito de Hitler desde menino, conforme apontado por Shirer (2008). Ele admirava a história da nação germânica, suas lutas, suas conquistas e seus heróis do passado. Em seu espírito, Hitler se sentia mais alemão que austríaco, aliás, para ele, a Áustria deveria ser unificada à Alemanha, afinal, ambas possuíam a mesma língua materna, o alemão.

Conforme exposto anteriormente, Hitler se constituía em um leitor voraz desde os tempos de garoto e as leituras que fizera contribuíram sobremaneira para a sua formação e principalmente para a construção e aprimoramento das concepções que futuramente colocaria em prática, tomando-as como base para a edificação do Terceiro *Reich*. As leituras de Hitler – conforme sua própria afirmação – eram realizadas de maneira recortada, buscando reter apenas aquilo que considerava verdadeiro e importante em consonância com o seu parco conhecimento de mundo e de vida. Aquilo que fugia ou contestava sua compreensão era totalmente descartado como supérfluo ou mentiroso.

Todas as ideias e teorias que constituíam o seu pensamento concreto e que eram para ele verdades incontestáveis foram enumeradas em *Mein Kampf* e, posteriormente, transferidas para o contexto real, para os problemas que afetavam o Estado alemão no pós-guerra. A apropriação dessas ideias e também dos sentimentos presentes no cerne de todos os

indivíduos alemães se transformaram em uma arma poderosa e extremamente eficaz em suas mãos. O conhecimento de que o povo alemão era nacionalista por excelência, – o mesmo nacionalismo que habitava seu interior – e do pensamento desse povo em relação aos judeus, tornou fácil a sua campanha de convencimento. Goldhagen (1997) diz que quando Hitler assumiu o poder “os nazistas descobriram que não seria necessário remodelar os alemães ao menos em um tema central, apontado como o mais importante em seu ponto de vista – a natureza dos judeus” (GOLDHAGEN, 1997, p. 99), ou seja, eles compreenderam que as sementes antisemitas já se encontravam no solo, cabendo-lhes apenas a tarefa de cultivá-las para que germinassem e frutificassem. Em relação a esse antisemitismo, de acordo com Koch (1973), bastou aos nazistas transferi-los para as reclamações de ordem econômica para que se efetivasse o convencimento das massas. “Para espíritos incapazes de explicar a si mesmos a complexidade da mudança industrial e as conseqüências nela contidas uma ‘conspiração judia internacional’ era uma explanação bem mais plausível” (KOCH, 1973, p. 80), o que significa que os nazistas foram astutos o suficiente para compreender que, naquele momento, a mensagem contra o judeu que desejam propagar só conseguiria convencer ao povo alemão, por meio da sua vinculação aos problemas econômicos vigentes. A ocasião ainda não se encontrava propícia para a exposição da teoria racial como ponto principal da perseguição aos judeus

Em sua campanha para a conquista das massas, Hitler prometia exatamente aquilo que os alemães desejavam ardentemente ouvir: a restauração da “caótica e derrotada Alemanha” (SHIRER, 2008, p.122). Mas Hitler oferecia mais: ele prometia – apregoando que era naturalmente de direito da Alemanha enquanto nação superior – um lugar privilegiado no mundo europeu. Para que isso fosse possível era preciso reconstruir o país, transformando-o em um “novo tipo de Estado” (SHIRER, 2008, p. 122) que se encontrasse alicerçado na raça e que fosse organizado de modo a incluir “todos os alemães que se encontravam além das fronteiras do Reich” (SHIRER, 2008, p. 122), estabelecendo assim uma ditadura absoluta sob o comando supremo de um líder, no caso, esse líder se encontrava materializado na sua pessoa que estava predestinada a sublime missão de enobrecimento da nação e do povo alemão.

Em *Mein Kampf*, Hitler discorre exaustivamente sobre como se delinearía o novo Estado alemão e sobre os meios pelos quais ele poderia se tornar, futuramente, “o soberano da Terra” (SHIRER, 2008, p. 122). Na sequência, o líder nazista expressa o seu “ponto de vista, uma concepção de vida [...] uma *weltanschauung* (ideologia universal)” (SHIRER, 2008, p. 122). De acordo com o ponto de vista expresso por Hitler (1983), todos os problemas

enfrentados na atualidade pela Alemanha e por seu povo se concentravam, em primeiro lugar, no posicionamento do Estado francês em relação ao alemão, que de acordo com a sua compreensão sempre articulou estratégias para mantê-lo desmembrado e enfraquecido. O segundo ponto que prejudicava o fortalecimento da Alemanha enquanto potência estava relacionado a limitação de seu território. Dessa forma, Hitler afirmava que primeiramente, dever-se-ia “ajustar contas com a França, o inexorável e mortal inimigo do povo alemão” (SHIRER, 2008, p. 124), de forma a promover a sua aniquilação e, posteriormente, quando o inimigo já se encontrasse fora do caminho do progresso alemão, colocar em execução – não importando como e por quais métodos – o plano de expansão das fronteiras alemãs, resolvendo dessa maneira, o problema que tanto o atormentava: o espaço vital.

Apenas um grande e adequado espaço neste mundo garante a uma nação liberdade de existência [...] Sem levar em conta “tradições” e preconceitos, deve [o movimento nacional-socialista] encontrar disposição para unir nosso povo e sua força numa arrancada pela estrada, que levará este povo, hoje vivendo num restrito espaço vital, a novas terras e a novos solos [...] Precisamos manter inabalável nosso propósito [...], a fim de assegurar ao povo alemão a terra e o solo a que tem direito [...] (SHIRER, 2008, p. 124).

Hitler tinha consciência da limitação do território alemão dentro do continente europeu e do quanto às restituições das terras conquistadas, impostas pelo Tratado de Versalhes contribuíram para reduzir a sua extensão. Em sua opinião, essa era uma questão que dificultava a consolidação do império que pretendia construir, como também, tornava praticamente impossível alcançar supremacia sobre os demais Estados europeus, pois, conforme exposto acima, na opinião de Hitler, uma nação só adquire liberdade para existir plena e soberana se a extensão de seu espaço for ampla e adequada o suficiente para fornecer os subsídios naturais, materiais e humanos necessários à sua subsistência autônoma, a sua independência. Dessa forma, fazia-se necessário encontrar uma maneira de expandir o território alemão, integrando as comunidades alemãs dispersas na Europa e conquistando a Polônia e a Ucrânia, regiões consideradas por Hitler como de importância vital para o Estado e para o povo alemão. A anexação da Áustria e da Tchecoslováquia também se configurava como uma questão crucial. Para que esse projeto se concretizasse, os meios eram irrelevantes, desde que conduzissem ao fim desejado, aliás, Hitler sabia que essas conquistas só seriam possíveis por meio da guerra armada.

Em relação à natureza do Estado nazista, Shirer (2008) diz que as idéias de Hitler se apresentavam menos concisas. Em *Mein Kampf* encontram-se evidenciados apenas dois

princípios: o fim da democracia e a sua direção pelo *Führerprinzip*²⁴. Com isso esclarecia que o governo que pretendia implantar se constituiria basicamente em uma ditadura. Quanto aos aspectos econômicos, estes não mereceram grande atenção por parte de Hitler, pois, de acordo com Shirer (2008), o que de fato lhe importava não era o poder econômico, mas sim e tão somente, o político, pois apenas esse poderia lhe conferir a ascensão que tanto ambicionava. De acordo com Taha (2007) esse poder, ou o desejo de poder, resume toda a ideologia nazista. Comparando esta ideologia nazista com a filosofia de Nietzsche, a autora expõe que, nesse aspecto, estas se apresentam análogas, pois ambas consideram que “o Universo é feito de desejo de Poder” (TAHA, 2007, p. 49). Neste sentido a consideração de Foucault (2008) acerca do conceito de poder esclarece seu significado e sua aceitação. Para Foucault (2008), o poder não se configura simplesmente em “um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 2008, p. 16). A sua aceitação e permanência, segundo o autor, reside no fato de “que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 8), ou seja, o poder subsiste e alcança preponderância porque a sua imposição se confirma mais por meio de suas obras, do que pela conquista do espírito ou pela força. Ainda segundo Taha (2007) o desejo de poder nietzschiano, bem como o nazista se configurava em “uma filosofia de vida, uma visão global do mundo, um principio de vida [...] o motor da história, e a origem da moral” (TAHA, 2007, p. 50). Tudo provinha do poder e a ele deveria conduzir; o desejo de poder ditava as regras da sociedade em todos os aspectos.

As concepções de Hitler sobre a composição e definição de Estado, suas bases e seus objetivos se encontram detalhadas em um capítulo específico de *Mein Kampf*, de modo a não deixar dúvidas sobre suas pretensões racistas. De acordo com o ponto de vista esboçado por Hitler (1983), o grande princípio norteador do Estado nacional-socialista, que não se poderia jamais perder de vista quando da sua criação, seria o de que este se constituía em um meio e não um fim.

[...] o Estado [...] é a base sobre que deve repousar uma mais elevada cultura humana, mas não é a causa da mesma. Essa cultura é a causa da existência de uma raça superior, de capacidade civilizadora. [...] O estado é um meio para um fim. Sua finalidade [afirmava Hitler] consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual. (HITLER, 1983, p. 246, 247).

²⁴ Principio de liderança.

Para Hitler (1983) o Estado não deveria se constituir simplesmente em uma máquina dentro do sistema, mas um organismo vivo, cuja principal missão seria zelar pela preservação da pureza da raça. Hitler (1983) é enfático ao afirmar que a raça deveria se constituir no ponto central da atuação desse Estado na vida da nação; a sua principal finalidade seria proporcionar todos os meios para garantir a sua conservação. Conforme destaca Hannoun (1997), o Estado deixava de ser um aparelho a serviço dos objetivos políticos do país para se tornar um instrumento a serviço da raça. Ainda segundo este autor, “tudo ‘mergulha’ na raça, no *völkisch*; tudo tem um fundamento racista. O estado não escapa a esta constatação de base” (HANNOUN, 1997, p. 26,27).

Em relação à ideologia nazista, é importante destacar a consideração de Koch (1973) acerca da necessidade constantemente enfatizada, da criação de “uma verdadeira *Völksgemeinschaft* (uma comunidade nacional verdadeiramente alemã)” (KOCH, 1973, p. 80). A ideologia *völkisch*, de acordo com Goldhagen (1997), utilizada “como substituto para uma ‘argamassa social’, oferecendo uma alternativa mais pobre para uma política de unidade” (GOLDHAGEN, 1997, p.77), ganhou nova conotação a partir da descoberta da conceituação de raça. Com essa descoberta substituía-se a base lingüística e nacional do *völk*, para a “essencialista e aparentemente científica noção de raça” (GOLDHAGEN, 1997, p. 80). A partir dessa conceituação, o autor afirma que a discussão em torno do *völk* alemão estava sempre atrelada a noção de raça e, por conseguinte, a exclusão dos judeus da Alemanha.

Shirer (2008) afirma que a obsessão de Hitler em relação à raça o levou a “preconizar o Estado tribal” (SHIRER, 2008, p. 131), cujo significado nunca foi por ele plenamente explicado. Esse Estado tribal teria como objetivo maior a preservação dos melhores elementos raciais, que seriam os únicos responsáveis por gerar cultura e criar a beleza e a dignidade da chamada humanidade superior. Tais elementos deveriam ser selecionados entre os alemães que viviam dentro e fora da Alemanha, os quais reunidos em uma mesma comunidade nacional lutariam pelo ideal comum de conduzir a Alemanha ao domínio do mundo.

Tendo como premissa as ideias raciais, o nacional-socialismo de Hitler colocou em prática muitas teorias que se tornaram verdadeiros axiomas. Dentre essas teorias, a crença na superioridade da raça alemã, identificada como Aariana por excelência, se mostra como a mais importante para o entendimento de sua ideologia, visto ter-se colocado como quesito fundamental da política nazista em todos os âmbitos institucionais, especialmente, no educacional. Juntamente com a crença difundida da superioridade racial alemã, os nazistas apresentavam a necessidade de haver uma seleção natural entre os seres superiores e os

inferiores, entre os vencedores e os vencidos, onde, naturalmente, os inferiores serviriam aos superiores.

Em relação ao plano ideológico nazista, Hannoun (1997) afirma a sua fundamentação em uma “concepção naturalista do mundo e dos comportamentos humanos. A ‘natureza’ é aqui considerada como meio e fim da acção, o que é o paradigma daquilo que **deve ser**, e, portanto, norma de moralidade” (HANNOUN, 1997, p. 17) (Grifos do autor). O valor desse comportamento, segundo o autor, se encontra inserido na realidade do indivíduo. A ideologia nazista prega o inatismo, ou seja, o indivíduo é dotado de um potencial desde o seu nascimento e à educação, cabe a função de fazê-lo desabrochar e conduzir a sua modelagem. Porém, esse inatismo está intrinsecamente atrelado à raça. Ainda segundo este autor, os ideólogos nazistas viam o sangue como um fator predeterminante de toda história individual e coletiva, entendendo-se esse coletivo como sendo toda a humanidade. Para esses ideólogos “o fundamento *völkisch* da pessoa, sua ‘natureza’, é um complexo no qual se misturam marcas provenientes tanto da sociologia como da biologia” (HANNOUN, 1997, p. 29), sendo essa natureza responsável para explicar “o destino e a história dos povos [...] o comportamento psicológico e mesmo mental do indivíduo” (HANNOUN, 1997, p. 29). O que significa que todos os acontecimentos estavam condicionados a raça de pertença e esta pertença revelaria a capacidade do indivíduo e também, do povo.

Em *Mein Kampf*, Hitler (1983) inúmeras vezes faz menção a superioridade racial, a necessidade vital de lutar pela sobrevivência, onde os mais fortes dominariam e subjugariam os mais fracos. Aliás, Hitler (1983) afirma que a existência dos fracos, ou das raças inferiores, constituía-se uma necessidade para o desenvolvimento daquelas consideradas superiores, mais especificamente, a Ariana, que Hitler facilmente transferiu para os alemães. “Para um homem, como Hitler, tão ignorante da história e antropologia, foi fácil transformar os alemães em modernos arianos e, pois, a raça superior. Para Hitler, os alemães eram os “melhores espécimes da humanidade” (SHIRER, 2008, p. 130) e os judeus, juntamente com os eslavos e os poloneses, eram as raças inferiores e mesmo, subumanas. De acordo com o critério adotado por Hitler, nada mais natural que transformar esses povos ditos inferiores, em servidores e por que não, escravos dos alemães. Nada mais natural também, que coibir qualquer mistura entre eles e foi por esse motivo que o nacional-socialismo instituiu a proibição de casamentos ou de qualquer relação entre homens e mulheres alemães, ou arianos, com indivíduos de outras raças. De acordo com Hitler, a miscigenação provocaria o rebaixamento do indivíduo, o que acarretaria o empobrecimento, a degeneração da sua raça. Em *Mein Kampf*, Hitler (1983)

discorre longamente sobre a necessidade de se preservar a pureza da raça, de se evitar ou mesmo proibir a procriação de indivíduos que não fossem considerados saudáveis, bem como punir aos indivíduos saudáveis que se recusassem a oferecer filhos à nação. A sua idéia, segundo suas palavras, seria formar verdadeiras colônias habitadas exclusivamente por indivíduos “portadores do mais puro sangue e [...] de grande capacidade” (HITLER, 1983, p. 254). Para Hitler (1983) a ideia de que em determinado período, os alemães houvessem sido bárbaros, era totalmente inconcebível. Em sua concepção, estes sempre foram dotados de atributos que os tornavam superiores aos outros povos.

Hannoun (1997) destaca que, segundo a ideologia nazista, a direção do mundo deveria ser de responsabilidade dos povos superiores, bem como, aos indivíduos considerados superiores caberia a direção dos povos. Assim, para cumprir com os pressupostos dessa ideologia era primordial que se buscasse reconhecer e selecionar esses povos superiores e neles, os indivíduos mais capacitados. Essa superioridade, considerada como essencial ao progresso de uma nação e conseqüentemente, do mundo, não levava em consideração os níveis em que os povos ou indivíduos se encontravam nos campos sociais, econômicos, culturais ou intelectuais, mas, e, sobretudo, a algo inerente a todo ser humano: o sangue (raça) e a sua pureza. Dentro dessa ótica, os chamados indivíduos superiores poderiam ser encontrados em qualquer nível socioeconômico, desde o mais abastado até o mais miserável. O que de fato importava para que um indivíduo fosse considerado superior e, portanto, apto a receber o privilégio de ser escolhido para compor as fileiras do NSDAP, era comprovar o seu pertencimento a raça ariana (sangue puro), ter boa saúde, ser fisicamente bem dotado e, se possível, ser belo. Ao Estado racista cabia a nobre missão de reconhecer e selecionar em meio à massa esses espécimes peculiares, isolando-os para evitar a sua contaminação e preparando-os para a suprema tarefa que lhes era de direito: liderar e comandar os inferiores. Essa missão do Estado é evidenciada de forma enfática por Hitler (1983) quando diz que, “é obrigação do Governo selecionar com maior cuidado e exatidão, do meio de todas as classes, o material humano visivelmente capaz de pô-lo ao serviço da coletividade”. (HITLER, 1983, p. 269). Conforme explicita Hannoun (1997), “para ver germinar a melhor planta é necessário semear aos quatro ventos. O elitismo vê-se obrigado a passar por um simulacro de democracia” (HANNOUN, 1997, p. 129).

Os indivíduos superiores – os denominados super-homens – que o Estado tinha a missão de localizar em meio à massa, deveriam obrigatoriamente demonstrar possuir determinadas “características de ordem anatômica e fisiológica [...] além disso, atributos de

ordem caracterial situados em dois níveis” (HANNOUN, 1997, p. 129, 130). Primeiramente, eles deveriam apresentar total dedicação ao grupo e a raça a que pertenciam e em segundo lugar, serem “dotados de um caráter aguerrido, voluntarioso, capaz de tomar decisões” (HANNOUN, 1997, p. 10), ou seja, para que o indivíduo fosse reconhecido e apontado como pertencente à espécie superior, deveria apresentar determinadas características físicas que o tornaria facilmente reconhecível, além de demonstrar ser portador de grande coragem e determinação, atributos capazes de conduzi-lo de forma eficiente e segura nos momentos em que se deparasse com situações que lhe exigisse posicionamento e ação rápida e eficaz. Sob o ponto de vista desse pressuposto, de acordo com Hannoun (1997), o objetivo da formação de uma pessoa não seria o seu desenvolvimento individual, mas “assegurar a seleção dos melhores no seio de um grupo”. (HANNOUN, 1997, p. 130), ideia que, segundo o autor, é confirmada pelas palavras de M. Heidegger “quando recorda (C-100) que o fim da universidade é educar e disciplinar os dirigentes que controlam o destino do povo alemão”. (HANNOUN, 1997, p. 130).

Essa teoria já se encontrava esboçada na filosofia de vida e de mundo concebidas por Hitler. Para o líder do NSDAP, a vida nada mais era que “uma eterna luta e o mundo [...] uma selva, onde os mais aptos sobreviviam e os mais fortes reinavam: ‘um mundo em que as criaturas se devoram e onde a morte dos mais fracos significa a vida dos mais fortes’”. (SHIRER, 2008, p. 128). De acordo com Shirer (2008), as raízes dessas ideias não se encontram fundamentadas no darwinismo social, como muitos historiados pretenderam interpretar, mas na história e no pensamento da própria Alemanha. Menegat (2008) afirma que a eugenia surgiu de uma apropriação indevida da Teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin. Segundo a autora, “a expressão ‘sobrevivência dos mais aptos’” (MENEGAT, 2008, p. 67) não deve ser atribuída a Darwin, mas a seu primo de nome Herbert Spencer. A autora afirma ainda que a teoria da seleção natural de Spencer, que a partir da década de 1930 passou a ser intitulada de darwinismo social, em total equívoco ou oportunismo, passou a ser

adotada para tratar das sociedades, onde os mais fortes prevalecem e devem sujeitar os mais fracos para garantir a ‘seleção natural’ dos seres humanos. A teoria evolucionista passa a ser empregada em relação à marcha das sociedades humanas e não mais sobre os organismos, como o próprio Darwin havia elaborado. (MENEGAT, 2008, p. 67).

O mesmo posicionamento desta autora em relação ao eugenismo nazista é evidenciado por Hannoun (1997 e Shirer (2008). Sobre a questão, Hannoun (1997) apresenta a seguinte consideração.

Falou-se muito no “darwinismo social” como justificador a *priori* das teses nacional-socialistas. Da seleção natural afirmada pelo autor de *A origem das espécies* à seleção social preconizada pelos nazis vai apenas um passo. É possível que a origem desta transposição do biológico para o social seja da responsabilidade do primo de Darwin, Herbert Spencer, que publica, no decênio de 1870, uma obra sobre o evolucionismo, cujo postulado inicial é, precisamente, a associação dos processos sociais aos processos biológicos. (HANNOUN, 1997, p. 167).

Além de Spencer, Menegat (2008) apresenta outros teóricos que certamente influenciaram sobremaneira as teorias raciais e de eugenia nazistas, servindo inclusive, para o seu embasamento científico. Estes teóricos são o Conde Joseph Arthur de Gobineau²⁵, Friedrich Ratzel²⁶ e Houston Stewart Chamberlain²⁷. Em Gobineau, os nazistas encontraram a

²⁵ Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882): Diplomata, escritor, etologista, filósofo e sociólogo francês nascido em Ville-d'Avray. De família aristocrática e monarquista, passou a viver em Paris (1835), tornou-se funcionário público e deveu o início de sua carreira à sua cultura e ao posto de secretário do escritor e estadista francês Alexis de Tocqueville quando este foi ministro (1849). Ingressou na carreira diplomática (1849) e serviu na Suíça, Alemanha, Pérsia, o atual Irã, Brasil e Suécia. Como embaixador da França no Rio de Janeiro, tornou-se amigo do imperador D. Pedro II, com quem depois manteve farta e duradoura correspondência. Seu mais famoso livro, em quatro volumes, foi o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), onde descreveu sua teoria sobre a desigualdade das raças humanas, um determinismo racial que teve uma grande influência no desenvolvimento e de políticas racistas na Europa, especialmente adaptada aos interesses nazistas. Sua teoria descrevendo como raça superior os louros dolicocefalos da Inglaterra, Bélgica, norte da França e Alemanha, especialmente da aristocracia, baseava-se na comparação entre os cérebros dos homens nas diferentes etnias e assumiu que havia uma relação entre seu volume e o grau de civilização. Também um popular autor de histórias, e de livros sobre a História e de crítica literária. Além do famoso *Essai sur l'inégalité*, escreveu diversos outros, tais como os eruditos *Les Religions et les philosophies dans l'Asie centrale* (1865), *Histoire des perses* (1869) e *La Renaissance* (1877) e o romance *Les Pléiades* (1874). Faleceu no ano de 1882 em Turim na Itália. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Gobineau.html>>. Acesso em: 09 set. 2011.

²⁶ Friedrich Ratzel (1844-1904): Geógrafo e etnógrafo alemão, nascido em Karlsruhe, Baden, criador da *antropogeografia* ou *Geografia Humana*. Iniciou-se profissionalmente trabalhando como farmacêutico até os 21 anos de idade, quando passou a estudar Ciências Naturais e depois Geografia, recebendo o doutorado em zoologia pela Universidade de Heidelberg (1868). Ensinando ciências em Munique e Leipzig, publicou um ensaio sobre a obra de Darwin (1868) e mais tarde interessou-se também pelas teorias sobre a migração de espécies. Depois trabalhou como correspondente do jornal *Kölnische Zeitung*, de Colônia (1874-1875), viajou pelo sul da Europa, México e Estados Unidos, o que o levou ao estudo da *antropogeografia* (geografia humana). De volta à Alemanha, tornou-se professor universitário em Munique e, posteriormente, em Leipzig. Mundialmente conhecido por ter sido um dos fundadores da *Ciência Geográfica*, especialmente da *Antropogeografia* ou Geografia Humana, com a criação da disciplina *Geopolítica*. Morreu em Ammerland, Alemanha, e suas mais importantes obras foram *Anthropogeographie* (1882-1891), *Völkerkunde* (1885-1888), *Politische Geographie* (1897), *Die Erde und das Leben* (1901-1902) e *Lebensraum* (1901). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FriedRat.html>>. Acesso em: 09 set. 2011.

De acordo com Menegat (2008), Ratzel era um intelectual orgânico da burguesia pró-imperialista alemã e um dos pensadores protegidos de Bismarck e considerado por muitos como o pai da geografia moderna.

²⁷ Huston Stewart Chamberlain (1855-1927): Inglês naturalizado alemão, genro de Wagner. Seu livro *Os fundamentos do século XX*, escrito em alemão em 1899, é uma das obras fundadoras da teoria racial nazista. (KLEMPERER, 2009, p. 71).

confirmação de que os alemães seriam a raça superior – a Aariana – bem como a explicação para a política de higiene social que colocariam em prática durante o Terceiro Reich.

A teoria de Gobineau traz a perspectiva de dominação de uma raça sobre as demais dentro de um mesmo território, conforme sua superioridade, assim como das nações umas às outras no colonialismo. Assim, os arianos, germânicos, seriam a raça superior, e seu avanço seria impedido somente pela ação das raças inferiores, representada pelos povos invasores. (MENEGAT, 2008, p. 68).

De acordo com Menegat (2008), Ratzel, além de apresentar a divisão dos povos “em dois grandes grupos: ‘naturais’ e ‘civilizados’” (MENEGAT, 2008, p.69) – onde os indivíduos do primeiro grupo eram dominados pela natureza, enquanto que aqueles pertencentes ao segundo, a dominavam –, foi responsável por desenvolver o conceito de espaço vital, uma questão de suma importância para o líder nazista. Segundo a teoria de Ratzel apresentada por esta autora,

A história humana seria a história da luta perpétua dos povos e grupos sociais pelo seu espaço vital – guerras defensivas ou de conquista de território de outros povos. Por isso, as fronteiras nacionais eram sempre relativas e os povos que não conseguissem defendê-las deveriam se submeter e concordar com a redução do seu próprio “espaço vital”. Esta seria uma espécie de “lei de seleção natural” que regeria a história e as relações entre povos e Estados. (MENEGAT, 2008, p. 69).

Porém, foi em Chamberlain que Hitler encontrou maior identificação. De acordo com Menegat (2008), sua obra *Os fundamentos do século XX*, escrita no ano de 1899 se tornou o “livro de cabeceira” (MENEGAT, 2008, p. 69) de Hitler. Nesta obra, Chamberlain apresenta uma síntese das ideias em torno do nacionalismo e do racismo de Wagner e de Nietzsche.

Contesta a idéia de que uma raça nobre tivesse que ser impelida a degenerar-se pelas raças inferiores, como Wagner havia expressado em suas obras. Contrapunha a crença de Nietzsche de que a raça do super-homem podia ser criada. [...] pedia a eliminação da “infecção judaica”. (MENEGAT, 2008, p. 69)

Menegat (2008) explicita ainda a influência do niilismo de Friedrich Nietzsche nas formulações de Hitler sobre a superioridade do povo alemão, fato que, segundo a autora, é afirmado pelo próprio líder nazista. “Os soldados alemães partiam para o front, ao que se diz, com a Bíblia em um bolso da capa e ‘Assim falou Zarathustra’ no outro [...]” (MENEGAT, 2008, p. 70). A autora afirma que a obra deste filósofo se tornou popular durante a Primeira Guerra e isso permitiu a sua utilização pelos nazistas para a “legitimação e justificativa

filosófica do regime. [...] suas idéias eram dotadas de credibilidade intelectual, justamente aquilo que era necessário aos nazistas” (MENEGAT, 2008, p. 70). A filosofia de Nietzsche que foi apropriada pelos nazistas, segundo a autora, pode ser sintetizada na busca pelo super-homem, “um animal político’, livre da moral comum, derivada de séculos de ética cristã – marcada pela dicotomia bem e mal” (MENEGAT, 2008, p. 70), condição que só pode ser alcançada pela evolução do indivíduo, que passa a criar as suas regras e a se distanciar da vulgaridade das multidões. Pensando na educação nazista e correlacionando-a a essa teoria, pode-se facilmente visualizar essa ideia nos acampamentos da JH, nos serviços compulsórios, como o Ano da Terra, e mesmo nas instituições educacionais – as Napolas – pois nesses projetos nazistas os indivíduos eram selecionados por meio da análise de suas características e aptidões e, posteriormente, mantidos longe das influências externas, totalmente afastados de qualquer possível contaminação, ou seja, longe da multidão que poderia oferecer o perigo da contaminação de ideias que prejudicariam sua doutrinação.

Ainda em relação a Nietzsche, ou às suas obras, Menegat (2008) afirma que, apesar de as teorias nazistas remeterem ao pensamento do ilustre filósofo, demonstrando grande semelhança, seria um erro considerá-las como originárias deste pensamento. A explicação mais correta estaria na interpretação deturpada proveniente de uma apropriação indevida por parte dos teóricos ou ideólogos nazistas vinculados ao NSDAP, com vistas a oferecer o embasamento filosófico e científico necessário para que fossem aceitas como verdades incontestáveis e, portanto, capazes de convencer e aliciar a massa. Para esse fim, conforme explicação da autora, esses teóricos, orientados por Hitler, procuravam divulgar à massa as concepções apresentadas por Nietzsche, de forma a convencê-la e para isso utilizavam-se apenas de determinadas obras, trechos ou idéias que expressavam o pensamento nazista da forma como desejavam, suprimindo tudo aquilo que contrariasse ou que pudesse despertar qualquer tipo de dúvida. Munidos desse objetivo, procediam ao recorte das obras de Nietzsche que eram publicados de forma a favorecer e convencer a massa da veracidade de seus pressupostos. Os nazistas editaram verdadeiras “antologias formadas por citações do autor, que continham as ‘máximas nazis’” (MENEGAT, 2008, p. 71), colocando-as ao acesso do povo que acreditava ler Nietzsche, quando na realidade, o lia de forma direcionada, ou seja, da maneira que os nazistas desejavam que fosse lido. Ainda segundo esta autora, a ideia de Nietzsche de “auto-superação do homem” (MENEGAT, 2008, p. 70) foi amplamente utilizada pelos nazistas, que tomavam o cuidado de suprimir qualquer coisa que pudesse entrar em conflito ou contrariar os dogmas por eles postulados. Nesse sentido, a autora relata

que o livro “Além do bem e do mal”, escrito por Nietzsche em 1886, onde o filósofo clama pela instituição de uma “‘grande política’ [...], em que uma elite de legisladores filósofos guiará a Europa para além da política fútil do nacionalismo (considerado por ele como a ‘doença anticultural’ *par excellence*), e divulgará o que significa ser um ‘bom europeu’” (MENEGAT, 2008, p. 71) não constava da lista dos livros permitidos ou indicados para leitura. Os motivos são facilmente explicáveis. Uma breve leitura do capítulo “Povos e Pátrias” já é capaz de permitir a compreensão em torno do afirmado pela autora. Nietzsche (2005) neste capítulo, além de tecer uma crítica ferrenha ao povo alemão com seu germanismo e nacionalismo, lança mão de ideias e argumentos que contrariam de forma enfática todas as teorias de superioridade do povo alemão, bem como da inferioridade do judeu, defendidas e propagadas pelos nazistas. Ao contrário, Nietzsche (2005) chega mesmo a afirmar a superioridade do judeu, colocando-o como “raça superior” (NIETZSCHE, 2005, p. 145). As ideias apresentadas pelo autor em relação aos judeus são bastante claras, como também, claro é o seu pensamento sobre a fraqueza do povo alemão.

Mas os judeus são, sem qualquer dúvida, a raça mais forte, mais tenaz e mais pura que atualmente vive na Europa; eles sabem se impor mesmo nas piores condições (até mais que nas favoráveis), mercê de virtudes que hoje se prefere rotular de vícios – graças, antes de tudo, a uma fé resoluta, que não precisa se envergonhar frente às “idéias modernas” [...]

[...] “Não deixar entrar os judeus” Fechar as portas para o leste (para a Áustria também) – isso é o que ordena o instinto de um povo cuja natureza é ainda fraca e indefinida, de modo que facilmente poderia ser apagada, facilmente extinta por uma raça mais forte. (NIETZSCHE, 2005, p. 145).

Diante destes argumentos, é óbvio que os nazistas procurassem manter esta obra distante da leitura do povo alemão. Hitler e os ideólogos do nazismo, ao que se percebe, possuíam um relativo conhecimento do teor desta obra e, dada a insistência em apresentar a ideia do judeu como um animal perigoso, cujo único objetivo era destruir o povo alemão e se apoderar da Alemanha, pode-se chegar a conclusão de que, provavelmente, a semelhança de Nietzsche, os nazistas reconheciam e temiam as qualidades e o potencial do povo judeu; possuíam consciência de que este povo, por sua própria constituição, pela sua moral e tradição, não se renderia as suas teorias, nem se deixaria dominar, o que poderia se tornar um grande empecilho a execução de seus planos de dominação.

Todas essas teorias e concepções, apresentadas pelos nazistas como fundamentadas científica e filosoficamente, se encontravam estreitamente ligadas aos conceitos de arte e de beleza e culminavam na criação de uma nova comunidade, racialmente pura e bela. Cohen,

diretor do documentário “Arquitetura da destruição” explicita este conceito de beleza quando afirma que todos os crimes e atrocidades cometidos pelos nazistas estavam diretamente ligados ao sonho de Hitler de construir um mundo mais belo, puro e harmonioso. Disso redundou, dentre outras coisas, nas políticas de extermínio e nas práticas de eutanásia de todos aqueles que, de acordo com a concepção de Hitler, contribuíam negativamente para a composição dessa harmonia. Ainda segundo o apresentado no documentário, Hitler nutria grande admiração pelas antigas civilizações, Atenas, Esparta e Roma e, segundo ele, se na construção da nova Alemanha, conseguissem criar uma síntese das três, por certo, estariam construindo uma nação que jamais pereceria.

3.2.2. Linguagens nazistas como forma de aliciamento e dominação

Os nazistas utilizaram-se das mais diversas formas de linguagem para agir sobre o inconsciente das massas. Cartazes coloridos com frases curtas e expressivas; panfletos com mensagens breves e incisivas; documentários e filmes doutrinários que se encarregavam, segundo Lenharo (1986), de exprimir os valores do regime. Este autor afirma que durante o período de domínio nazista – doze anos – foram produzidos em torno de “1.350 longas-metragens” (LENHARO, 1986, p. 53), sendo que noventa e seis foram produzidos pelo Ministério de Propaganda e eram evidentemente de cunho ideológico.

A primeira safra de filmes marcadamente ideológicos, de 1933, preocupa-se em exaltar a importância da militância partidária. O *SA Brand*, por exemplo, homenageia os primeiros milicianos, através da história de um menino pobre, membro da Juventude Hitlerista, e protegido da SA. Vítima das batalhas de rua entre comunistas e as SA, o jovem herói balbucia antes de morrer: “Agora vou para o meu *Führer...*” (LENHARO, 1986, p. 54).

Esses filmes se encarregavam de transmitir, por meio de imagens e cenas comoventes ou violentas, as ideias que os nazistas desejavam incutir no povo alemão, especialmente naqueles a quem se propunham a formar: as crianças, os adolescentes e os jovens. De acordo com Lucena, os filmes de propaganda nazistas, tratados como arte, “produziam efeito, seu conteúdo com um ideal romântico fazia com que as pessoas ficassem ligadas a estes ideais” (LUCENA, 2005, p. 78).

Figura 9 - Poster de 1933 divulgando o filme S.A. Mann Brand.



Fonte: Nazismo (1933)

A figura de Hitler como o líder ideal, responsável pela união do povo em favor de um único ideal – o nacional – povoavam esses filmes para que todos compreendessem que ele era o chefe, o guia, que suas vidas estavam em suas mãos e que ele, o *Führer* do povo, era o único que sabia como e para onde conduzi-los. O ser individual, a identidade e a vida privada eram substituídos pelo bem estar coletivo, que possuía um sentido mais amplo que o de simples comunidade; este coletivo estava diretamente relacionado à nação. Hitler então passou a representar para aquele povo arrasado economicamente, humilhado e derrotado, a figura do líder que povoava o imaginário popular. Na verdade, Hitler se colocava como este líder ansiosamente esperado e se autodenominava o *Führer*, se apresentando como o único ser que tinha poderes para salvar a nação, como se de fato fosse um enviado dos céus com a sublime missão de resgatar o povo alemão da ruína e elevá-lo ao mais alto cume da glória. O filme de propaganda nazista produzido por Leni Reifenstahl e concluído no ano de 1936, “O triunfo da vontade”, pretende passar exatamente essa imagem em cenas que realmente impressionam, especialmente aos indivíduos mais ignorantes e crédulos, ou, aos mais “doutrinados”.

Nas primeiras sequências de *O triunfo da vontade*, Hitler chega de avião como um Messias esperado. O planador plaina sobre as nuvens que se abrem à medida que ele desce sobre a cidade. A propósito dessa cena, a cineasta escreveria “O sol desapareceu atrás das nuvens. Mas quando o *Führer* chega, os raios de sol cortam o céu, o céu hitleriano”. Pelas imagens mágicas e aliciantes de Reifenstahl, o *Führer* se porta como um demagogo/ pedagogo que, feliz, conduz as massas para onde

desejar. Atua como homem sagrado, ao cruzar os braços sobre o peito. (LENHARO, 1985, p. 60).

As linguagens visual, escrita e oral eram utilizadas indiscriminadamente nas propagandas nazistas. De acordo com Fiorini (1963), a propaganda foi a grande arma dos nazistas para levar sua mensagem de modo a que esta se instalasse de forma definitiva nas mentes de todos os indivíduos. Com o objetivo de conquistar o povo alemão em sua totalidade, Hitler em 13 de março de 1933, criou “o novo Ministério de Esclarecimento Popular e Propaganda” (EVANS, 2011, p. 1515) e o colocou sob o comando de Joseph Goebbels. A principal tarefa desse ministério, segundo definição de Goebbels, se constituía na “‘mobilização espiritual’ do povo alemão em uma recriação permanente do espírito de entusiasmo popular que havia [...] galvanizado o povo alemão na eclosão da guerra em 1914” (EVANS, 2011, p. 151).

Com esses objetivos claramente explicitados por Goebbels e tendo como eixo norteador a concepção expressa por Hitler (1983) sobre a vinculação de fatos e necessidades considerados realmente importantes em suas mensagens, entendida pelo líder nazista como a única maneira de se alcançar o fim desejado, articulou-se toda a propaganda que bombardeava a população no Terceiro *Reich*.

Para Hitler (1983) a finalidade de uma propaganda estava em exclusivamente despertar a atenção da massa e, portanto, deveria ser dirigida pelo sentimento e não pela razão.

Toda propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir. Assim a sua elevação espiritual deverá ser mantida tanto mais baixa quanto maior for a massa humana que ela deverá abranger. [...] Quanto mais modesto for o seu lastro científico e quanto mais ela levar em consideração o sentimento das massas, tanto maior será o seu sucesso. [...] A capacidade de compreensão do povo é limitada, mas, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim sendo, a propaganda deve se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho. (HITLER, 1983, p. 121)

Hitler (1983) chamava a atenção para que todos os conteúdos a serem vinculados à propaganda fossem dirigidos de forma simples, porém, consistente, pois afirmava que os sentimentos dos indivíduos não estavam abertos ao meio termo, era necessário ter um foco definido, sendo, necessariamente uma coisa ou outra. De acordo com o exposto por Hitler

(1983), a propaganda deveria ser elaborada em consonância com a capacidade de compreensão da massa que, em sua opinião, era bastante limitada.

Ainda em relação à propaganda, Shirer (2008) relata que na concepção nazista, uma propaganda para ser boa necessitava de fatos – não importando se estes tivessem que ser fabricados – e não de meras palavras. Para conseguir atingir o coração das massas a distorção ou invenção de fatos era apenas uma artimanha necessária e útil. Na opinião de Hitler, conforme afirma Lenharo (1986), se a mentira fosse necessária deveria ser utilizada, porém, essa mentira deveria ser grande, pois dessa forma, jamais passaria pela cabeça das pessoas a possibilidade de se “arquitetar uma tão profunda falsificação da verdade” (LENHARO, 1986, p. 48). Neste sentido, Klemperer relatando a visão de como deveria se articular uma propaganda para atingir seus objetivos apresentada pelo Ministro da Propaganda do Reich Joseph Goebbels, evidencia certo contraste com a visão de Hitler. Para Goebbels a propaganda não deveria mentir, mas ser criativa; utilizando a língua do povo. “Precisamos falar a língua que o povo entende, quem quer falar ao povo, precisa ‘olhar a boca’ do povo, como diz Martinho Lutero” (KLEMPERER, 1999, p. 91).

Lenharo (1986) salienta que o efeito produzido pela propaganda nazista estava no fato de que suas mensagens não se limitavam a oferecer o fim da crise e do desemprego, mas, “tecnicamente bem aparelhada, e financiada com o dinheiro da burguesia, oferecia aos trabalhadores uma mudança profunda no próprio sistema capitalista” (LENHARO, 1986, p. 16). Tendo como base o fanatismo, o misticismo e a capacidade de repetir incansavelmente uma mesma ideia, a propaganda nazista invadia as mentes de uma forma incisiva jamais vista, impregnando os indivíduos com o que Fiorini (1963) chama de “terror ideológico” (FIORINI, 1963, p. 16).

Arendt (1989) quando se refere a propaganda totalitária, salienta que esta é “parte integrante da ‘guerra psicológica’” (ARENDR, 1989, p. 393) e tem como principal característica a utilização “de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos” (ARENDR, 1989, p. 393), instaurando dessa forma o terror, cuja ação é mais drástica e eficiente. Segundo explicita a autora, para os indivíduos que vivem sob um regime totalitário, é mais seguro aderir e aceitar sua doutrina, do que resistir a ela.

Além da propaganda, os nazistas se utilizavam de outro meio bastante eficiente para atingir as massas: os espetáculos, ou conforme denomina Lenharo (1986), a celebração das massas. Durante o Terceiro *Reich* – e mesmo antes da tomada do poder – as grandes

celebrações eram uma constante. Tudo era motivo para reunir a massa em grandes desfiles comemorativos, até mesmo um cortejo fúnebre, conforme relata o autor, era transformado em um grande evento.

A chave da organização dos grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial dessa mesma organização. Nas paradas e desfiles pelas ruas ou nas manifestações de massa, estáticas, em praças públicas, a multidão se emocionava de maneira contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia, para escapar à monotonia de sua existência e prolongar a dramatização da vida cotidiana. (LENHARO, 1986, p. 39, 40).

O nazismo se revestiu de pompa em todos os sentidos. Os uniformes, os símbolos, as reuniões de massa minuciosamente preparadas com marchas cadenciadas e locais ricamente decoradas com bandeiras, flores, etc. – conforme demonstram as imagens –, tudo era organizado de forma a causar impacto na multidão. De acordo com Lenharo (1986), esses acontecimentos foram, aos poucos, adquirindo o sentido de um ritual religioso.

Figura 10 - Cenário grandioso para as comemorações nazistas.



Fonte: Fotos históricas. Nazismo (193?)

A linguagem – oral e escrita – foi outro instrumento de grande poder utilizado pelos nazistas. Klemperer (2009), em sua brilhante análise sobre a linguagem do Terceiro *Reich*, afirma que não foram os discursos, nem os artigos, panfletos, cartazes ou bandeiras que eram cuidadosamente elaborados para servirem de propaganda nazista os grandes responsáveis por empreender maior efeito nos indivíduos, ou por qualquer coisa que forçasse os alemães a registrarem com o pensamento consciente. De acordo com o autor, “o nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases que foram impostas por repetição, milhares de vezes, e foram aceitas inconsciente e mecanicamente” (KLEMPERER, 2009, p. 14). E a manipulação da linguagem foi o grande veículo utilizado para esse fim. O uso indiscriminado de superlativos, de palavras e expressões que passavam a ideia do eterno, do imperecível, contagiava a toda a população, até mesmo àqueles que se viam perseguidos por esta mesma linguagem – os judeus. Klemperer (2009) cita como exemplo que se um professor perguntasse a alguma criança sobre o que viria após o Terceiro *Reich* e esta respondesse que seria o quarto, era fortemente repreendida. De acordo com a mensagem que procuravam disseminar, a criança deveria responder que nada haveria, pois, como o Terceiro *Reich*²⁸ era eterno, o quarto jamais existiria.

A visão em torno da doutrina nazista apresentada por Klemperer (2009) permite a ampliação de seu sentido para além do âmbito meramente político. Segundo este autor, a constituição do Nazismo, a forma como se conduziu, os mecanismos, as estratégias e as linguagens de que se utilizou demonstram que a sua concepção e caracterização estava muito além de um simples partido político ou regime de governo. O nazismo se constituía e se apresentava como uma verdadeira doutrina, permeada de aspectos místicos e articulada por meio de uma linguagem com forte teor evangélico. A denominação de *Reich* em detrimento de Estado, Governo ou qualquer outra nomenclatura política, já se evidencia como um indício dessa concepção, já que se tinha a pretensão de evocar o além, o eterno, o mundo maior e imperecível.

[...] Vê-se como pessoas cultas são capazes de santificar a guerra mais criminosa a partir da antiga idéia de Reich, em que se renova a santificação do próprio conceito de Reich. A troca do termo Reich para Terceiro Reich eleva essa santidade ao terreno místico, em uma mística de uma monstruosa simplicidade que se insinua no inconsciente de todos. Também aqui, a LTI²⁹ endeusa Hitler apropriando-se de algo que já se encontra pronto. [...] Não por acaso, as imagens associadas a esse conceito,

²⁸ De acordo com Shirer (2008), os nazistas se referiam ao Terceiro *Reich* como o *Reich* de mil anos.

²⁹ Linguagem do Terceiro Reich.

ao nome Terceiro Reich, são estranhamente nebulosas, sentimentais, etéreas, totalmente relacionadas com o Além. (KLEMPERER, 2009, p. 196).

Toda a linguagem utilizada no Terceiro *Reich*, que Klemperer (2009) denomina de LTI (Linguagem do Terceiro Reich) ou, a língua dos vencedores, era articulada de acordo com esse ideal. A imagem de Hitler como *Führer* do povo era a imagem idealizada de um novo cristo venerado e respeitado pela massa como se este de fato, fosse o redentor não apenas da Alemanha e de seu povo, mas de toda a humanidade. Para os alemães, naquele momento de violenta depressão, Hitler representava o messias enviado dos céus para libertar a Alemanha de todo o sofrimento. Klemperer (2009) afirma que a massa acreditava em Hitler, acreditava em suas palavras, em seu poder e em sua missão divina. Essa ideia foi pelo autor comprovada em diversos momentos, inclusive, quando os soldados derrotados e combalidos retornavam da guerra ante um país destruído em todos os sentidos; muitos ainda acreditavam, ou melhor, confiavam em Hitler. Alguns justificavam sua crença dizendo que Hitler não era culpado, que não fora ele a articular todos os horrores ocorridos à época; a culpa estava nos traidores do *Führer*. Klemperer explicita ainda, que após o fim da guerra, muitos jovens universitários ainda se encontravam seduzidos pela linguagem nazista, utilizando-a como forma de justificar e suprir as lacunas de sua formação, que eram muitas.

Lenharo (1986), quando descreve a política de espetáculo nazista confirma a visão religiosa apresentada por Klemperer (2009). Esses espetáculos que, preferencialmente eram realizados no período noturno, adquiriam aspectos ritualísticos, sempre com o *Führer* em posição de destaque. Segundo o autor, esse aspecto religioso já se fazia presente nas cerimônias públicas de queima de livros, lembrando “uma mistura de caça as bruxas com o ritual do exorcismo católico, em que a queima de diferentes obras incluídas num novo *Index Librorum* simbolizava a purificação nacional” (LENHARO, 1986, p. 42).

A descrição do culto a personalidade de Hitler apresentada por Lenharo (1986), possibilita a visão sobre o misticismo e o ritualismo de que se revestiam esses espetáculos e do poder que eram capazes de exercer sobre as massas.

O culto da personalidade de Hitler assume traços de pura idolatria. [...] A teatralização agressiva dos grandes encontros apanhava-o como o ponto central do cenário feito de luz, de multidão e de ordem. Cercado da maior solidão em meio à massa, a liturgia teatral realça sua condição de *Führer*, posto acima de todos, inatingível. Não por acaso, [...] Hitler tinha por costume chegar aos locais das festividades de avião. Sobrevoava lentamente sobre a esplanada para aparecer aos olhos de seus fiéis “como um Deus descendo sobre a Terra”. (LENHARO, 1986, p. 46).

Klemperer (1999) ao relatar um discurso de Göring³⁰ em Berlim, onde este afirma que Hitler é a Alemanha e que todos pertenciam a ele, aponta novamente o uso da linguagem do evangelho, uma linguagem que, segundo o autor, “insinua, ameaça, intimida” (KLEMPERER, 1999, p. 82) aos grupos e indivíduos que se encontram diretamente ameaçados. Este autor explicita que os nazistas estavam constantemente especulando sobre o primitivismo e a ignorância da massa e que esse procedimento se apresentava de dupla natureza:

a) procuram disseminar essa ignorância na geração futura, mas também nas classes melhores. 1) ao difamar o intelecto, 2) ao estrangular qualquer formação escolar e universitária; b) misturam verdades entre as mentiras ao estilo da velha piada: “Sim, tenho os bolsos cheios de rendas de Bruxelas”, como o pastor protestante disse ao funcionário da alfândega quando realmente trazia renda consigo. (KLEMPERER, 1999, p. 83, 84).

Diante das considerações apresentadas pelos autores, pode-se perceber a importância de, por meio da perpetuação da ignorância, manter as massas em perfeita dominação. As mensagens nazistas expostas de maneira simples, porém, enfáticas, que eram repetidas incansavelmente, contribuíam para a sedimentação das ideias, por mais fraudulentas e fantasiosas que se apresentassem, no imaginário de todos os indivíduos. As crianças e os jovens certamente foram os mais atingidos e, provavelmente, os mais prejudicados, pois, estes recebiam os ensinamentos da maneira e nos locais onde dificilmente se contestaria a sua veracidade – nas instituições escolares e nos lares – e como agravante, em um período da vida onde o caráter e a personalidade encontram-se ainda em formação, quando o espírito, ainda se encontra predisposto e maleável para a assimilação e, por conseguinte, a doutrinação.

³⁰ Hermann Göring (1893-1946): Comandante-em-chefe da *Luftwaffe*, Presidente do *Reichstag* (Parlamento Alemão, Ministro do Interior da Prússia e segundo homem na hierarquia do Terceiro Reich. Disponível em: <http://www.luftwaffe39-45.historia.nom.br/goring.htm> - Acesso em: 13 set. 2011.

4. JUVENTUDE HITLERISTA: OS JOVENS À SERVIÇO DO TERCEIRO REICH

Começo pelos jovens – disse Hitler – Nós, mais velhos, estamos desgastados (...). Mas meus maravilhosos jovens! Será que existem melhores no mundo? Olhem para todos esses rapazes e meninos! Que material! Com eles, posso formar um mundo novo. (BARTOLETTI, 2006, p. 14)

A ideia de milhões de jovens alemães aderirem de corpo, mente e espírito a um movimento que se delineava em torno de um mesmo ideal, cuja finalidade já estava traçada desde o início pelos idealizadores do NSDAP e que culminou em um dos maiores horrores da história, é um fato incontestável que desperta o interesse de diversos pesquisadores na busca de respostas plausíveis que, se não elucidem, ao menos ofereçam possibilidades explicativas sobre as inúmeras questões que envolvem o tema.

No prefácio de *Juventude Hitlerista: Mocidade traída* de autoria de Koch (1973), S. L. Mayer se referindo aos motivos que levaram milhões de jovens alemães a seguirem Hitler e aos ideais apregoados pelo NSDAP, diz que jamais se poderá dar uma resposta convincente, capaz de justificar plenamente esse fato sem incorrer na ingenuidade de considerá-los pequenos manetes inocentes utilizados pela máquina nazista ou no erro de apontá-los como monstros impiedosos totalmente conscientes dos acontecimentos que se desenrolavam por traz das cortinas do Terceiro *Reich*. Segundo suas considerações, pode-se admitir que esses jovens tenham se deixado seduzir pelo nazismo ou mesmo que fossem naturalmente pervertidos, racistas ou desorientados, ou ainda, uma mistura de ambos. As possibilidades são diversas, mas nenhuma consegue elucidar de forma precisa, sem deixar um lastro de dúvida ou suspeita de erro. O fato é que oito milhões de jovens não apenas ingressaram na JH (Juventude Hitlerista), como lá permaneceram, lutando pela causa nazista até o sacrifício final.

A máquina de propaganda nazista com seus joguetes e aparatos bastante evoluídos para a época configurava-se extremamente eficiente, o que pode levar a conclusão de que esses jovens se deixaram iludir e confundir pelas mensagens propagadas por meio de cartazes, filmes e demais mecanismos propagandísticos estrategicamente delineados e direcionados pelo NSDAP. Além dessa eficácia inquestionável, o autor aponta para outro agravante: a ingenuidade e a maleabilidade humana, capaz de fazer com que os indivíduos – no caso, os alemães – se deixassem levar por ideias que não lhes pertenciam, sem falar na carência em

relação à auto-estima abalada pela derrota na guerra. Porém, conforme questiona o autor, seriam todos os oito milhões de jovens pertencentes a *Hitler Jugend* tão ingênuos a ponto de não perceberem o objetivo real que se escondia por traz do Terceiro *Reich*? E em relação à questão religiosa que sempre foi uma característica ideológica muito poderosa nos lares alemães, como esses jovens conseguiam conciliar o cristianismo com o nazismo?

O fato é que a JH exercia um poder sem precedentes sobre a juventude alemã que se desdobrava para não decepcioná-la. Essa dedicação absoluta e o entusiasmo dos jovens hitleristas pela causa nazista são exemplificados por Bartoletti (2006) na narrativa de algumas histórias elaboradas a partir de depoimentos colhidos junto a alemães egressos da JH, que evidenciam a magnitude da influência e do poder persuasivo da organização sobre a juventude. É recorrente nos depoimentos, a alusão ao grande atrativo exercido pelo movimento e pelo Partido, especialmente em relação às excursões, aos acampamentos e aos uniformes utilizados pelos jovens hitleristas. Todas as crianças e jovens alemães à época alimentavam o ardente desejo de, com ou sem a aprovação dos pais, fazer parte deste movimento que para eles representava a oportunidade de ganhar espaço e glória em um mundo normalmente pertencente e dirigido pelo adulto e nada, nem ninguém era suficientemente convincente para demovê-los da ideia, nem mesmo a proibição dos pais, que era mais comum do que supõe o imaginário popular, visto que nem todos os alemães compactuavam das ideias nazistas, muitos, inclusive, se mostravam contra o movimento juvenil por ele idealizado. Muitos pais viam no NSDAP e em seu grande líder, Adolf Hitler, uma ameaça à paz da nação e temiam ver seus filhos envolvidos em tamanho movimento cujas consequências sequer imaginavam.

Bartoletti (2006) explicita que o NSDAP aproveitando-se do momento de caos vivenciado pela nação alemã em uma época de grandes vicissitudes provocadas por um governo tido como fraco e instável, com altos índices de desemprego e a consequente pobreza generalizada, oferecia aos jovens alemães a possibilidade, caso fizessem parte da JH, de participarem da grande missão de transformar este triste quadro, prometendo-lhes “um grande futuro em uma grande Alemanha” (BARTOLETTI, 2006, p. 13). De acordo com a autora, a adesão a JH abria aos jovens grandes e gloriosas possibilidades de mudança em todos os aspectos.

Criada oficialmente em 1926, a Juventude Hitlerista oferecia a seus integrantes agitação, aventura e novos heróis para venerar. Deu a esses jovens esperança, poder e a oportunidade de fazer suas vozes serem ouvidas. [...] deu também a oportunidade

de se rebelarem contra os pais, professores, padres e outros superiores. [...] Adolf Hitler admirava a energia natural e a capacidade de envolvimento dos jovens. Entendeu que eles poderiam ser uma poderosa força política que ajudaria a moldar o futuro da Alemanha. Em sua luta pelo poder, Hitler aproveitou o entusiasmo e a lealdade deles. [...] Hitler contava com os meninos e meninas da Alemanha. (BARTOLETTI, 2006, p. 13-14)

Aventura, agitação, poder de voz são coisas que, sem sombra de dúvida, atraem a atenção dos jovens de todos os tempos e lugares e foi exatamente o que Hitler ofereceu aos jovens alemães. Essas possibilidades aliadas a grande valorização das qualidades juvenis claramente explicitadas pelo líder nazista e ao próprio poder organizacional e nacionalista dessa juventude demonstrado no período anterior ao Terceiro *Reich* tornam quase que compreensíveis os motivos que impeliram os jovens alemães a se moverem em direção a JH.

A história de um jovem hitlerista morto à época em pleno cumprimento de seu “dever” narrada por Bartoletti (2006), exprime todo o entusiasmo que movia esses jovens no trabalho em prol da causa nazista. Segundo a autora, esse jovem de nome Herbert Norkus, alistou-se na JH após a morte da mãe e com a conivência do pai, que acreditava que a organização pudesse fazer o garoto recobrar o ânimo e a alegria ante a oportunidade de fazer novos amigos, além do que esta poderia lhe proporcionar “uma noção de disciplina” (BARTOLETTI, 2006, p.16). Fato que se concretizou. O jovem rapaz participava com muita alegria dos acampamentos e caminhadas promovidos pela organização, bem como da panfletagem nos arredores de Berlim, que objetivava levar ao restante da população, informações sobre o NSDAP. Para o adolescente era uma verdadeira honra participar desse trabalho de divulgação da “obra” de Hitler. “Era um trabalho duro, mas Herbert levava a sério o credo nazista de auto-sacrifício” (BARTOLETTI, 2006, p.16). Certa vez, conta a autora, durante a panfletagem, Herbert foi perseguido por um grupo rival denominado de Vermelhos³¹, e espancado foi a óbito. A partir desse episódio, Herbert passou a ser considerado pelo NSDAP como mártir do movimento e objeto de propaganda para atrair a adesão de outros alemães: crianças, jovens e adultos. “Para os Nazistas, Herbert Norkus se tornou um mártir que sacrificou a vida por seu *Führer*, Adolf Hitler. Foi um herói que morreu pela causa do Nacional Socialismo.” (BARTOLETTI, 2006, p. 18). O dia de sua morte foi declarado como Dia de Homenagem aos jovens hitleristas mortos e no local de ocorrência do fato, ergueu-se uma placa como os dizeres: “Ele deu a vida pela liberdade da Alemanha” (BARTOLETTI, 2006, p. 18). De acordo com a autora, Norkus não foi o único jovem a

³¹ Grupos considerados comunistas.

perder a vida em defesa da “causa nazista”, sua importância para o partido e para a sua propaganda residia no fato deste ser a vítima mais jovem e por esse motivo, capaz de sensibilizar o povo alemão e assim, conquistar novos adeptos. Os nazistas estavam no caminho certo, a história criada em torno desse rapaz inspirou a centenas de jovens alemães a se alistarem na JH.

Koch (1973) diz que o caso desse rapaz alcançou tal nível de importância e de influência devido à grande propaganda sobre o caso empreendida por Goebbels e também, a um filme baseado em sua história, que foi rodado na Alemanha após o ano de 1933. Este autor afirma que Goebbels se valeu “do massacre de Herbert Norkus para difundir ideias e concepções políticas que reproduziam em escala atterrantemente grande ‘o sacrifício do jovem Norkus’”. (KOCH, 1973, p. 47).

4.1. Movimentos juvenis alemães

Para melhor visualização e compreensão da organização juvenil alemã em movimentos, bem como de seus princípios e objetivos, faz-se importante buscar conhecê-la desde seus primórdios, ou seja, no período antecedente a deflagração da Grande Guerra.

Importante considerar que para os jovens alemães, a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial representava a própria derrota da sociedade alemã. Uma sociedade que, na opinião da juventude, por ser baseada em valores burgueses tidos como falsos já não oferecia atrativos que a convencesse. Assim, muito antes do início da Primeira Guerra Mundial, os jovens alemães começaram, em uma espécie de rebeldia contra a sociedade, a se organizar em movimentos, buscando abrir novos caminhos, fugindo de “uma liderança moribunda que se esforçava para viver uma segunda infância” (KOCH, 1973, p. 10). Essa juventude buscava não apenas ter uma liderança mais jovem, mas, sobretudo “modelar sua própria vida” (KOCH, 1973, p. 10) em conformidade com a concepção que alimentava de como deveria se constituir uma sociedade.

A primeira organização juvenil criada na Alemanha recebeu a denominação de Juventude Alemã Livre. A nomenclatura escolhida já era um indicio das pretensões da juventude que, acima de tudo, ansiava por liberdade. No ano de 1913, o movimento realizou a sua primeira reunião anual, ocasião em que fez a proclamação daquilo a que se propunha a defender.

A Juventude Alemã Livre está decidida a modelar sua própria vida, ser responsável por si mesma e orientar-se pelo sentimento da verdade. Decidiu cerrar fileira na defesa dessa liberdade interior. A bem da compreensão mútua, ela realizará reuniões da Juventude Alemã Livre. Todas as assembleias da Juventude Alemã Livre estão isentas do álcool e da nicotina. (KOCH, 1973, p. 10)

A busca pela liberdade de pensamento e ideais era a mola propulsora do movimento que, em nenhum momento objetivava transgredir a ordem vigente ou provocar rebeliões contra as instituições e autoridades tradicionais, nem se encontrava em condições para tais pretensões. O que os seus jovens membros desejavam era tão somente, por meio de excursões e acampamentos no campo, normalmente realizados em feriados escolares ou finais de semana, fugir dos ambientes considerados opressivos que lhes tolhiam a liberdade, na expectativa de encontrar algo que fosse capaz de trazer um novo alento as suas aspirações juvenis. Essas incursões, segundo Koch (1973) foram responsáveis por promover um verdadeiro retorno ao passado, fazendo com que o folclore alemão renascesse por meio das antigas canções que eram entoadas à beira das fogueiras.

Esse movimento juvenil possuía em sua constituição diversas subdivisões, porém e apesar disso, se mostrava estreitamente unido. E, exceção feita à Juventude Socialista que promovia uma reação “contra um partido que se fossilizara numa instituição, e contra um modo de vida que ia do berço ao túmulo” (KOCH, 1973, p. 11), a maioria das divisões era totalmente apartidária. A divergência de ideias não permitia a união plena desses dois grupos que, embora já conseguissem compreender os problemas que afetava a ambos os lados, não se sentiam, segundo Koch (1973), muito a vontade para caminhar juntos.

Após essa primeira – e única – reunião, a Juventude Alemã Livre voltou a se reunir e, pela primeira vez ao lado da Juventude Socialista, nas “trincheiras da Primeira Guerra Mundial” (KOCH, 1973, p. 11), quando então os jovens puderam provar todo o idealismo de que se encontravam imbuídos, bem como a sua total dedicação à Pátria, se apresentando como voluntários para lutarem até a morte se necessário fosse, em prol da vitória alemã. Fato que se tornou realidade, já que muitos desses jovens não retornaram ao seio da Pátria amada. Esse episódio acabou se convertendo em um mito entre os alemães que ficou conhecido como “mito de *Langemarck*”. (KOCH, 1973, p. 12). Esse mito foi responsável por influenciar as gerações posteriores, e, pode-se afirmar que, por seu idealismo e determinação, influenciou Hitler na constituição e ordenação de “sua juventude”. Para melhor compreensão do surgimento desse mito faz-se importante apresentar na íntegra a transcrição do relato apresentado por Koch (1973).

[...] Voluntários prontos ao supremo sacrifício e que acreditavam estar sendo ameaçados pelo czarismo despótico e pela plutocracia capitalista ocidental. Os ataques que fizeram nos primeiros meses da guerra foram realizados com um entusiasmo que não temia “*we der Tod noch Teufel*” (nem a morte nem ao demônio). O idealismo demonstrado conquistou a apoteose em novembro de 1914, quando batalhões de estudantes alemães voluntários, que se apresentaram antes da idade de convocação, fizeram um ataque frontal às posições britânicas em Langemarck, na Flandres belga, trazendo nos lábios o hino nacional, lábios que o fogo das metralhadoras britânicas logo silenciaram. O ataque fracassou [...] mas também criou um mito – o da dedicação à pátria, até ao sacrifício da vida, um mito de obediência às ordens mesmo que sua finalidade [...] fosse altamente duvidosa. (KOCH, 1973, p. 12)

Os jovens integrantes dos movimentos juvenis alemães que participaram da Grande Guerra e que sobreviveram a ela, não se deram por vencidos ante a derrota, tampouco desistiram de seus ideais. Finda a guerra, os sobreviventes retornaram com mais entusiasmo e novos motivos para se “rebelarem”, o que os impelia a partir para a reorganização dos movimentos.

Em meio aos diversos movimentos que se formavam à época na Alemanha, surgiram grupos de ativistas políticos que, segundo Koch (1973), se dividiam em “socialistas da esquerda e da direita, entre os quais estavam os *Spartakisten*³² e o *Freikorps*³³.” (KOCH, 1973, p. 15). Essas subdivisões, embora as divergências ideológicas e partidárias não lhes permitissem caminhar juntos, comungavam e lutavam por um mesmo objetivo que se resumia em combater àquilo que era considerado como inimigo comum, “a restauração do *status quo social*” (KOCH, 1973, p. 15). Muitos desses jovens, empenhados em defender uma nova concepção de sociedade, mostravam-se dispostos a tudo, inclusive, a matar e a morrer em nome do ideal abraçado; tudo era válido para não permitir que a Alemanha retornasse a situação de antes de 1914. O pensamento desses jovens contrastava em muito com o alimentado pelo restante do povo alemão. Enquanto a população adulta ansiava por um retorno a normalidade, os jovens desejavam justamente o contrário, ou seja, a fuga dessa chamada normalidade. E foi precisamente com o objetivo de combater essa normalidade, que para os mais jovens equivalia ao retorno a uma sociedade burguesa e estagnada, que essa juventude, reacendendo a chama dos antigos movimentos juvenis, se organizou em diversos grupos. Dentre esses grupos destacava-se a Juventude Socialista, a Juventude Democrata, a

³² Os “Espartaquistas” eram grupos armados de esquerda, e seu nome originava-se de Espartaco, o gladiador que liderou uma revolta de escravos, nos arredores de Roma, de 73 a 71 a.C.

³³ *Freikorps* (Corpo de Voluntário): Mercenários [que] nutriam sentimentos ambivalentes em relação a instituição militar alemã, cuja liderança os excluiu da tão ambicionada posição como oficiais no exército regular. (ELIAS, 1997, p. 223); tropas reconstituídas do antigo exército imperial, utilizadas pela administração socialdemocrata. (LENHARO, 1986, p. 18).

Juventude Conservadora e a Juventude Protestante. Com essa reorganização, os jovens alemães evidenciavam a total disposição em participar da construção de uma Alemanha melhor e mais livre. Se agrupando com seus afins, os jovens buscavam se unir, independentemente do credo professado ou do posicionamento político, em torno de um mesmo ideal que se delineava tendo como linha mestra o sentimento de pertença a uma nação e a busca por uma sociedade que correspondesse as suas expectativas.

Os objetivos que impulsionavam a luta juvenil, comum à maioria dos movimentos, eram definidos como “a eliminação do corpo político alemão, das abominações do industrialismo, a luta contra as múltiplas injustiças sociais do sistema capitalista e a luta contra o Tratado de Versalhes”. (KOCH, 1973, p. 15). A consistência desses movimentos idealistas era de tal monta que influenciaram decisivamente na fundação de associações estudantis como a *Deutscher Hochschulring*, a *Deutsche Studentenschaft* e a Juventude Proletária e Comunista Livre.

Koch (1973) explicita que, apesar de empenhada na luta pelos mesmos ideais e movida pelos mesmos interesses como “a rejeição explícita ao antigo, o sentimento de missão para criar para uns, um mundo novo, para outros, uma nova nação” (KOCH, 1973, p. 15), a juventude alemã ativa dividia-se em um grande número de organizações ou associações juvenis, sempre obedecendo às concepções e crenças de seus membros e que isso era um reflexo evidente da fragmentação vivenciada pela política alemã à época. Este autor afirma que a juventude alemã não se deixara abalar pelo fracasso na guerra, nem se libertara das experiências vivenciadas em combate e que, embora estivessem em tempo de suposta paz, continuava em marcha com um nacionalismo revolucionário que “não lhes permitia sequer considerar a restauração do império efêmero e desaparecido, nem se convencer com seu epílogo burguês, a democrática e liberal República de Weimar” (KOCK, 1973, p. 16), ou seja, a juventude alemã não se dispunha a aceitar o retorno a um passado com o qual não se identificava, assim como não acreditava nas promessas que se descortinavam no presente. Pode-se compreender que essa juventude que viu de perto todo o horror da guerra, participando ativa e integralmente (de corpo e alma) do conflito, não estava disposta a permitir que a sua sociedade voltasse a mesma posição de antes da guerra. Esses meninos acreditavam firmemente que a transformação da sociedade e de toda a nação era possível, que a criação de um mundo novo, capaz de descortinar novas perspectivas, não era apenas uma quimera e que eles poderiam contribuir de forma decisiva nessa empreitada.

Os jovens idealistas e determinados do pós-guerra possuíam algo que, de acordo com Koch (1973), os responsáveis pelo governo da República de Weimar não tiveram perspicácia suficiente para compreender: a força da união e da vontade de lutar de corpo e espírito na reconstrução de uma nação decadente e humilhada. Não considerar o potencial da juventude oferecendo-lhe atrativos suficientes para conquistar seu apoio, de acordo com este autor, foi o grande erro da República de Weimar, que, após se aperceber do equívoco, tentou reverter a situação, buscando mobilizar todos os jovens para se unirem em um único movimento, porém essa tentativa, por total falta de sutileza, mostrou-se totalmente infrutífera. Conforme relata Koch (1973), a proclamação de 1919 que convocava todos os jovens alemães, engajados ou não em algum movimento, a se unirem em uma “grande comunidade juvenil nacional” (KOCH, 1973, p. 16) não obteve êxito, já que foram poucos os que atenderam ao chamado. Os motivos desse fracasso são evidentes. O apelo feito à juventude não oferecia o novo; o que se visava era apenas promover a união com o objetivo de manter aquilo que já existia, sem oferecer a possibilidade de inovação e de transformação, prevalecendo, apesar da suposta liberdade democrática, a continuidade de um sistema que na concepção dos jovens era ultrapassado e decadente.

O antigo cabo do exército Adolf Hitler, mais perspicaz, não cometeu o mesmo erro. Desde o início de sua trajetória, o líder nazista soube vislumbrar todo o potencial e idealismo da juventude alemã, percebendo o quanto esta poderia se tornar uma forte aliada em sua luta para a conquista do poder. Agindo com maior sutileza e transmitindo sua convicção aos jovens de maneira mais consistente, foi capaz de atraí-los para o seu movimento. Outro motivo que servia de atrativo para a juventude se referia à definição do termo nacional-socialismo, que nunca era claramente explicitada; “Como Hitler não explicava o que queria dizer com ‘nacionalismo’ nem com ‘socialismo’, ele poderia ser tudo para todos” (KOCH, 1973, p. 16), ou seja, cada um poderia interpretar ou compreender de acordo com o seu entendimento, com suas crenças ou aspirações. Hitler ao falar sobre o nacional-socialismo limitava-se a apresentar uma síntese entre os termos, assim foi atraindo a atenção da juventude para seu movimento, tornando-o

o grande *Sammelbecken*, o cadinho de conceito de personalidades e aspirações políticas que freqüentemente se excluíam uns aos outros. Nesse cadinho, as ideias nacionalistas e socialistas, o conceito humanitário do *Volk* de Herder e do racismo de Houston Stewart Chamberlain, os ambiciosos sonhos pangermânicos, a ideologia corporificada e os princípios fascistas de liderança foram misturados com velhas ideias do *Reich* e com as tradições prussianas de sobriedade e obediência. [...] os

elementos que ferveram nesse cadinho não se fundiram, mas, pelo menos, em comparação com os partidos existentes no *Reichstag*, Hitler parecia ter algo de novo e diferente a oferecer. (KOCH, 1973, p. 18)

E era precisamente essa possibilidade de se ter algo novo que atraía os jovens para o NSDAP. O pensamento da juventude alemã que serviu de motivação para que se deixasse seduzir pelo nacional-socialismo, transformando-a em terreno fértil ao plantio de sua ideologia, é expresso nas palavras de um alemão que à época, ainda não se encontrava filiado a qualquer organização nazista, relatadas por Koch (1973).

Agora estamos prontos para criar grupos e formações que, com imensa força, se dedicarão a um único objetivo. Estamos prontos para a subordinação aos nossos líderes e desprezamos os que, carregados de sentimentos típicos do passado, se preocupam com a superficialidade do ego; os que pensavam que, obedecendo a uma ordem, rebaixavam sua personalidade. Deploramos o culto ao individualismo, o exaltado personalismo das gerações passadas. Desprezamos também a atual burguesia, por ser incapaz de se organizar em movimentos vigorosos, porque não se subordina, nem se subordinará, no eterno medo de perder qualquer parcela, minúscula que seja, do próprio individualismo.

Assim reagia uma geração que aprendeu na guerra a sacrificar-se, a sofrer e a matar. Jovens demais e por demais envolvidos no torvelinho que os cercava, não tinham habilidade nem tempo para analisar e julgar friamente. Eles eram material pronto para os “flautistas” de Nuremberg, que lhes prometiam uma Alemanha, um novo *Reich* e uma nova sociedade. (KOCH, 1973, p. 18,19)

De acordo com Koch (1973), a juventude alemã já se encontrava imbuída de um ideal muito antes da conversão de todas as formações juvenis na Juventude Hitlerista, a mudança na cor do uniforme representou apenas mera formalidade.

4.2. Movimentos juvenis nazistas: o nascimento da Juventude Hitlerista

A criação de um movimento juvenil dentro do NSDAP, contrariando o pensamento da maioria das pessoas, não teve Hitler como o seu grande e único mentor. Hitler pretendia conquistar o apoio da massa jovem alemã, no entanto, segundo afirmação de Koch (1973), os créditos da ideia inicial de reunir todos os jovens alemães em um grande movimento em defesa da causa nazista devem ser atribuídos a Gustav Adolf Lenk, um simples lustrador de móveis e membro atuante do Movimento Alemão Juvenil desde o ano de 1919. É certo que Hitler alimentava o desejo de ver a juventude reunida à seu lado, e isso pode ser confirmado em seu livro, *Mein Kampf*, mas o fato é que, o grande visionário a lhe apontar o caminho foi Lenk, que descontente com as atitudes e os rumos tomados pelo movimento do qual fazia

parte e ao mesmo tempo, fascinado pela oratória do líder nazista, não titubeou e no ano de 1921 filiou-se ao NSDAP tornando-se um de seus primeiros membros. Logo após o ingresso no partido, Lenk começou a enviar memorandos diretamente a Hitler e a Drexler – fundador do partido – alertando-os quanto a necessidade de o NSDAP ter a própria organização juvenil e do quanto isso seria importante para a concretização da causa por eles abraçada. Esses memorandos rapidamente encontraram eco nas aspirações do líder nazista que, por meio de circular aos membros do partido, apresentou a seguinte declaração.

Devido ao avultado número de cartas que chegam a liderança do partido para saber se o movimento tem seu departamento juvenil, decidimos criar a organização necessária para instituí-lo. [...] A organização do departamento juvenil será realizada pelo *Stürmabteilung* (SA ou Tropas de Assalto), que de imediato elaborará em detalhes os seus estatutos que, depois de prontos, deverão ser encaminhados aos *Ortsgruppen* (os distritos partidários locais). (KOCH, 1973, p. 21-23)

Menos de um mês após a circular, Hitler determinou a publicação de uma proclamação pública onde, além de solicitar a criação do movimento juvenil, fazia uma convocação a todos os jovens alemães, salientando a importância do movimento, da adesão da juventude e do quanto o NSDAP estava imbuído da firme determinação de prepará-los para o futuro.

O partido criou agora um “Movimento Juvenil do Partido Nacional-Socialista Operário Alemão”, cuja finalidade é reunir os nossos jovens seguidores que, devido a idade, ainda não podem ser aceitos nas fileiras das Tropas de Assalto (*Stürmabteilung*). O “Movimento Juvenil do NSDAP” cuidará para que esses ombros sejam bastante fortes para um dia poder suportar esse peso gigantesco. Exigimos que a Juventude Nacional-Socialista e os jovens alemães, em geral, independente de classe ou ocupação, entre quatorze e dezoito anos de idade, cujo coração tenha sido atingido pelo sofrimento e dificuldades da Pátria, e que mais tarde queiram ingressar nas fileiras dos combatentes do inimigo judeu, causa única de nossa vergonha e de nossos sofrimentos, ingressem no “Movimento Juvenil do NSDAP” Também apelamos para as organizações juvenis ainda desvinculadas de qualquer movimento político para que ingressem nesta frente alemã unida contra o inimigo comum, ligando-se a nós, criando assim um poderoso aríete. (KOCH, 1973, p. 23).

Com essas palavras, Hitler dava início a criação do movimento que futuramente ficaria conhecido como *Hitler Jugend*, a Juventude Hitlerista. Inicialmente, o movimento era de pequenas proporções, porém, o interesse do NSDAP era de fato atrair a todos os jovens alemães, independente de sua posição social ou condições financeiras e para atingir a meta o NSDAP não poupou sacrifícios, chegando a prometer a isenção das mensalidades para aqueles cujas famílias não se encontravam em condições para arcar com novas despesas.

Figura 11 - Membros da Juventude Hitlerista em desfile na praia.



Fonte: Linha do tempo (1936)

Desde o início do Movimento Juvenil do NSDAP, houve uma grande preocupação em relação a sua organização burocrática, inclusive no tocante a elaboração de estatutos que regulamentavam e regulavam a sua existência. Esse estatuto que foi redigido e publicado imediatamente após a criação do movimento, possuía dez artigos que explicitavam e regulamentavam todas as questões pertinentes a sua organização, sua vinculação e subordinação ao partido, os principais objetivos e as condições a serem obedecidas para a aceitação dos jovens que pleiteassem a filiação. Nesse estatuto, o NSDAP já procurava expor com clareza a sua concepção ideológica em torno do sangue, da raça e do anti-semitismo, conforme é possível observar na transcrição do artigo terceiro, que trata dos objetivos e do artigo quinto, que determina as condições de filiação, apresentada por Koch (1973).

O art. 3.º procurava enunciar alguns dos objetivos do movimento juvenil, despertar e valorizar as características que têm origem no sangue germânico, a saber, “o amor pela sua pátria e pelo seu povo, a fruição do combate franco e honesto e da atividade física saudável, a veneração de valores éticos e espirituais e a rejeição de todos os valores oriundos da judiaria e de Mammon”. [...] também estipulava que o movimento ignorava diferenças de classe, ocupação ou posição social, pois estas não correspondem à verdadeira natureza germânica “e são contrárias aos velhos conceitos de uma comunidade de raça e sangue de todo o povo alemão”. [...] o art. 5.º limitava a filiação aos “alemães” (arianos) entre quatorze e dezoito anos de idade. Estrangeiros e judeus não podem ser membros.”. (KOCH, 1973, p. 23, 24).

Porém, e apesar de todo o alarde promovido pelo NSDAP com inúmeros apelos e publicações onde era enfatizado o quanto os nazistas valorizavam o potencial de todos os jovens alemães e conclamando-os a assumirem a grande responsabilidade que possuíam em

relação ao futuro da nação, não obtiveram o retorno esperado. Poucos foram os que se interessaram pela proposta e se apresentaram para ingressar na organização. Mesmo ante esse fracasso inicial, os nazistas promoveram a primeira reunião do movimento no dia treze de maio de 1922, que aconteceu na cervejaria *Bürgerbräukeller*. Essa reunião também não apresentou melhores resultados, visto que contou com a participação de apenas dezessete jovens, número ínfimo diante das pretensões dos líderes nazistas. No entanto, mesmo diante do pequeno número de adesões, o NSDAP deu início a organização do denominado “Movimento Juvenil do Partido Nacional-Socialista Operário Alemão”, estabelecendo que a sua estrutura fosse dividida em duas alas: a primeira para os adolescentes com idades entre quatorze e dezesseis anos e a segunda, para os jovens de dezesseis a dezoito anos.

O comando do movimento estabelecido na cidade Munique, que recebeu a denominação de *Jungsturm Adolf Hitler*, ficou a cargo de Lenk, seu primeiro idealizador, com subordinação direta às S.A. A sua primeira aparição como unidade, segundo Koch (1973), ocorreu em 28 de janeiro de 1923, durante as festividades comemorativas ao Dia do Partido, o “primeiro *Parteitag* oficial” (KOCH, 1973, p. 26) realizado em Munique, onde os jovens membros da organização puderam receber o primeiro galhardete³⁴.

A partir de então, o movimento juvenil começou a sua expansão regional com o surgimento de diversos outros grupos, fato que impulsionou os líderes nazistas a ambicionarem promover a sua extensão por toda a nação. Lenk, nessa época foi promovido a líder nacional, recebendo como missão coordenar a criação do “Centro administrativo e de organização do Movimento Juvenil Nacional-socialista para toda a Alemanha” (KOCH, 1973, p. 26).

O movimento juvenil estava em franco crescimento quando em novembro de 1923 ocorreu a prisão de Adolf Hitler. O acontecimento provocou, de acordo com Koch (1973), uma verdadeira desintegração do partido e conseqüentemente, de sua ala juvenil. Porém, este não se dissolveu. Apesar de aparentemente enfraquecido, continuou a se multiplicar, surgindo novos grupos, entre eles, a *Schilljugend*, a Associação Juvenil da Grande Alemanha e a Associação Juvenil da Defesa Alemã, ambas criadas por Lenk ao norte da Baviera.

Com a libertação de Hitler em 1925, o NSDAP retomou a sua trajetória e Lenk, convocou a todos os partidários para a recriação do movimento juvenil do partido. Nesse mesmo ano, a Associação Juvenil da Grande Alemanha “tornou-se formalmente parte do

³⁴ Flâmula ou bandeira da organização.

NSDAP, cortando-se todas as conexões existentes com outras organizações juvenis de igual orientação, porque Hitler rejeitava qualquer movimento que não se submetesse incondicionalmente à sua vontade pessoal”. (KOCH, 1973, p. 33).

Em junho de 1926 o NSDAP realizou a sua primeira reunião após a reorganização, onde a Associação Juvenil da Grande Alemanha, por sugestão de Julius Streicher³⁵, passou a ser denominada *Hitler-Jugend*, Liga da Juventude dos Operários Alemães. Assim, “nascia a *Hitler-Jugend*, a ‘Juventude Hitlerista’” (KOCH, 1973, p. 33), que, imediatamente foi declarada por Hitler como a única organização juvenil oficial do NSDAP, o que “representava a integração do Movimento Juvenil Nacional-Socialista no aparelho partidário” (KOCH, 1973, p. 33).

A partir de então, por transmitir uma sensação de vitalidade, força e potência, segundo afirma Lucena (2005), o jovem passou a ser considerado como “metáfora do nazismo” (LUCENA, 2005, P. 72). Ainda de acordo com esta autora, a juventude fardada passou

a ser o ícone da nação. As representações da juventude reiteraram e afirmaram seu papel enquanto protagonista social do regime. Sua imagem era baseada em um modelo ritualizado, construído por meio de marchas e de atividades pedagógicas e de publicidade subliminar, dirigidas à juventude alemã. Para as crianças, os desfiles militares representavam festejos cívicos. (LUCENA, 2005, p. 72).

4.2.1. Juventude Hitlerista: o grande movimento juvenil alemão

A JH, cuja organização começou a tomar corpo em 1922, no mesmo ano em que se realizava a Primeira Conferência Mundial Escoteira de Paris, foi, segundo Michaud (1996), ideologicamente inspirada nos modelos da organização fascista de Mussolini, porém, apresentando uma sensível diferença ao imprimir maior importância ao racismo “na formação do Homem novo” (MICHAUD, 1996, p. 292). Este autor apresenta algumas considerações

³⁵ Julius Streicher (1885-1946): Nascido em Fleinhausen em 12 de fevereiro de 1885 e filho de um professor, trabalhou como professor do ensino fundamental até o ano de 1914, quando então se juntou ao Exército alemão. Durante a Primeira Guerra foi outorgado com a Cruz de Ferro e em 1918 alcançou o posto de tenente. Em 1919, Streicher ajudou a estabelecer a organização antisemita Wistrich, e 1920 tornou-se membro do NSDAP. Em 1923, Streicher fundou e editou o jornal racista, *Der Stürmer* que se tornou parte da máquina de propaganda nazista, circulando até o ano de 1945. Neste jornal, Streicher argumentava que os judeus eram responsáveis pela depressão, pelo desemprego e pela inflação na Alemanha, bem como por 90 por cento da prostituição no país. Publicou também, livros infantis antisemitas, dentre eles, “Der Giftoliz” (O cogumelo venenoso). Julgado em Nuremberg, foi considerado culpado de crimes contra a humanidade no Julgamento de Nuremberg. Suas últimas palavras antes da execução em 16 de outubro de 1946 foi “*Heil Hitler*”. Disponível em: <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/GERstreicher.htm>>. Acesso em 21 set. 2011.

em torno da organização da juventude nazista com a participação de todos os jovens alemães que explicitam claramente os objetivos intrínsecos nesta pretensão.

As Juventudes Hitleristas deviam ser, segundo seus dirigentes, as verdadeiras “escolas da nação”. [...] tinham por função não apenas suplantar a escola e a família em suas tarefas educativas, mas também iniciar um processo de “educação permanente”, no sentido que Hitler dava a entender no discurso que fez às “suas” *Hitler Jugend* em setembro de 1935, no congresso do NSDAP em Nuremberg:

Nós começaremos a educar este povo de uma maneira nova, a dar-lhes uma educação que se inicia com a juventude para jamais terminar. No futuro, o jovem homem passará de uma escola a outra. Isso começará pela criança para terminar com o velho combatente do movimento. *Ninguém deve poder dizer que haverá para ele um tempo em que estará entregue a si próprio.* [...] “[...] e por toda a vida eles não serão mais livres”. (MICHAUD. 1996, p.297)

Seguindo o exposto por Hitler no discurso transcrito por Michaud (1996), que evidencia de forma bastante clara o objetivo de que a JH assumisse o papel educativo de todos os jovens alemães, era mais que natural que o líder do NSDAP pretendesse a unificação de todos os movimentos juvenis, e sua total subordinação à JH e ao partido. Nesse sentido, iniciou-se a integração dos diversos grupos que se encontravam espalhados pela Alemanha à JH, dando corpo ao idealizado desde o início pelos líderes nazistas, ou seja, a junção de todos os movimentos em uma única e grande organização sob o comando da S.A. Diante disso, fez-se necessário a reelaboração do estatuto de 1922, visto a necessidade de se efetuar algumas modificações que atendessem a nova demanda e aos novos objetivos. Com algumas inserções o novo estatuto foi publicado com a denominação de “Diretrizes sobre as relações entre NSDAP e a JH”. As principais modificações foram, primeiramente, a exigência de filiação ao partido de todos os membros da JH com idade acima de dezoito anos, ou seja, toda criança e adolescente que se tornasse membro da JH deveria obrigatoriamente permanecer no partido, integrando, após a maioridade, outras fileiras do NSDAP; a anexação da JH à estrutura do NSDAP; a exigência de concordância do partido para as nomeações daqueles que comporiam os escalões superiores; a total obediência da JH aos líderes partidários; a realização compulsória de reuniões sob a orientação do partido a cada três meses. Outras novidades apresentadas pelo novo estatuto foram: a cobrança da mensalidade que passou a ser compulsória a todos os integrantes, independente de suas condições financeiras e a padronização do uniforme.

A subordinação da JH ao NSDAP destacada nas diretrizes, não agradou a todos os seus membros, já que isso contrastava com algumas de suas ideias, como a questão de estar

sob o comando de uma geração mais velha, fato que ia de encontro com os ideais dos jovens e também da máxima fundamental que dizia que a juventude deveria ser liderada por jovens.

Aproximadamente um ano e meio após a instituição da JH, mais precisamente em outubro de 1927, o partido criou um órgão específico para tratar de todos os assuntos relativos a organização, denominado de Comissão Juvenil do NSDAP. Esse órgão posteriormente foi ampliado de modo a atender a grande demanda proveniente da expansão do movimento, recebendo a denominação de Departamento Juvenil do NSDAP.

Conforme relatado anteriormente, inicialmente a liderança da JH estava sob a responsabilidade de seu primeiro idealizador, Adolf Lenk, porém este não conseguiu se manter no comando por muito tempo, pois, apesar de seu esforço para reorganizar o movimento juvenil após o retorno de Hitler e de sua fidelidade incondicional ao partido e ao seu líder, acabou sendo vítima de uma campanha de difamação que culminou em sua demissão. Sua posição foi assumida por Kurt Gruber que, segundo Koch (1973) poderia ser definido como “um produto típico da geração alemã do pós-guerra” (KOCH, 1973, p. 32). Gruber, de acordo com este autor, recebeu desde o início total apoio de Hitler, visto que, a ingenuidade ideológica de que era portador o fazia seguir todas as determinações dispostas no programa do NSDAP sem qualquer questionamento, “ignorando as ambigüidades e interpretando as declarações anti-semitas mais intransigentes como sinal dos tempos e cujas inferências radicais se apagariam assim que se alcançasse seu efeito propagandístico”. (KOCH, 1973, p. 33). Essa suposta ingenuidade do novo líder da JH o fazia conceber Adolf Hitler como um mero revolucionário social, fato bastante agradável aos olhos do líder nazista, pois, com essa convicção Gruber se tornava um alvo fácil ao controle e à manipulação, sendo perfeito para obedecer cegamente a todos os seus comandos.

Gruber tinha como principal rival o líder do Movimento Estudantil Nacional-socialista Baldur Von Schirach³⁶, que, por pertencer à camada superior (elite) da sociedade alemã, conquistou de imediato o apreço de Hitler. Schirach ambicionava assumir a posição ocupada por Gruber junto a JH e nesse sentido, empreendeu algumas ações objetivando provocar a sua

³⁶ BALDUR BENEDIKT VON SCHIRACH (1907-1974): Militar nazista; entrou para a *Wehrjugendgruppe* no ano de 1917 e filiou-se ao NSDAP em 1925; no ano de 1940 organizou a evacuação de 5.000.000 de crianças das cidades bombardeadas pelos aliados e uniu-se ao Exército, servindo na França, sendo condecorados em 1941 com a Cruz de Ferro; Foi líder da *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista) e "*Gauleiter*" (Comissário) de Viena; no ano de 1945 rendeu-se aos aliados e denunciou Hitler no Julgamento de Nuremberg; em outubro de 1946 foi condenado a 20 anos de prisão em Spandau; após cumprir a pena integralmente passou a viver no sul da Alemanha; No ano de 1967 publica suas memórias: "*Ich Glaubte an Hitler*" ("Eu Acreditei em Hitler"). Disponível em: <<http://www.projetoVIP.net/0509.htm>>. Acesso em: 02 out. 2011.

demissão, porém, seu projeto não surtiu o efeito desejado e Gruber, com total apoio de Hitler, continuou a frente da liderança da JH, onde conseguiu promover algumas importantes ações aos olhos dos jovens, como, por exemplo, a permissão para que os membros da JH ao completarem dezoito anos permanecessem na organização, assumindo, após receberem o treinamento adequado, postos de liderança.

Outra iniciativa de Gruber efetivada em dezembro de 1928 que, devido ao seu alcance doutrinário merece ser destacada, diz respeito à convocação dos líderes da JH para determinada reunião que tinha como objetivo colocar à discussão três questões relativas a organização que, em sua concepção, se apresentavam como grandes problemas que demandavam posicionamento imediato. Os dois primeiros estavam relacionados a necessidade de se ampliar o alcance da JH de modo a contemplar as meninas e as crianças menores de quatorze anos. Para isso, Gruber sugeriu que o NSDAP determinasse a criação de duas novas alas no interior do movimento juvenil: uma infantil que seria destinada às crianças com idades entre dez e quatorze anos e outra feminina, onde se ofereceria a oportunidade ao sexo feminino – meninas e moças – de também participar do movimento. Já o último, porém não menos importante na visão de Gruber, referia-se aos princípios da JH, que em sua concepção, necessitavam de certos esclarecimentos para que todos se conscientizassem de que a JH não era uma organização ou um grupo juvenil como outro qualquer e que não deveria jamais ser vista ou confundida como tal. Era preciso fazer com que todos compreendessem o seu real significado e toda a sua dimensão.

Ela não era nem uma associação política paramilitar nem uma associação de “escoteiros anti-semita” tampouco era parte de qualquer organismo do movimento juvenil fossilizado então existente. Ela era um “novo movimento de jovens alemães de mentalidade revolucionária social”, que se sentiam profundamente concordes quanto ao destino de sua pátria. (KOCH, 1973, p. 36)

A grande missão da JH, segundo Koch (1973), era promover junto aos jovens membros um treinamento individual que os capacitariam para o enfrentamento e o domínio em todas as circunstâncias, o que significava que os jovens membros da organização estariam aptos para algo mais que simplesmente sentir o país, mas, e principalmente “lutar por ele, arriscar a própria vida para libertá-lo dos ‘grilhões do capitalismo e dos inimigos da raça alemã’”. (KOCH, 1973, 36-38).

A criação da JH como organização integrada e subordinada ao NSDAP, conforme apontam Koch (1973) e Michaud (1996), tinha como pretensão maior promover a reunião de

todos os jovens alemães – indistintamente, inclusive crianças pequenas – em um único e grande movimento centrados em torno de um mesmo ideal. Os autores são unânimes ao afirmar que essa grande reunião trazia implícito alguns objetivos essenciais ao sucesso da política nazista e que os líderes do NSDAP possuíam plena consciência dos meios de que se utilizariam para efetivar esses objetivos. Bartoletti (2006) acrescenta que

Hitler queria obter a *Gleichschaltung*, ou ‘submissão’ de todas as áreas da sociedade alemã. Começou por eliminar os outros grupos de jovens, dizendo: - É importante levar toda a nova geração para a Guarda do Nacional Socialismo para que jamais seja espiritualmente atraída por um partido da velha geração. (BARTOLETTI, 2006, P. 35).

De acordo com o explicitado por estes autores depreende-se que, para que os planos nazistas se cumprissem, para que se efetivasse a remodelação de toda a nação, era primordial envolver a todos em um mesmo ideal, era preciso ocupar todas as mentes em conformidade com os pressupostos nacional-socialistas e quanto mais cedo esse trabalho se iniciasse, mais facilmente seria realizado e os frutos seriam colhidos com maior rapidez e eficácia. Era preciso envolver os jovens na nova política de modo a não permitir a sua contaminação por ideias capitalistas ou comunistas, consideradas pelos nazistas como o grande mal que afetava a paz e a glória da Alemanha, inculcando em suas mentalidades, o mais urgente possível, ideias que os colocavam como portadores da grande missão de salvar a pátria, aqueles que, com total comprometimento, seriam os responsáveis por sua libertação de todo o mal que a aprisionava em um momento caótico e obscuro e que, para isso, nenhum obstáculo deveria ser visto como intransponível – nem mesmo a preservação de suas vidas. O hino da JH escrito por Schirach retrata claramente o “como” e o “para que” os jovens eram preparados. O trecho “Marchamos por Hitler, pelas noites e no sofrimento... nossa bandeira sobrepõe-se a própria morte” (KOCH, 1973, p.46) confirma a ideia de que, para os jovens hitleristas, a própria vida já pouco ou nada significava; o que de fato importava, aquilo que dava real sentido as suas vidas era lutar pelo *Führer* e pela bandeira que ora abraçavam.

Dando prosseguimento ao grande projeto de transformar a JH em um movimento juvenil de grandes proporções, Gruber, no ano de 1929, pleiteou a sua filiação “ao *Reichskomitee* das Associações Juvenis Alemãs” (KOCH, 1973, p. 40). A tentativa fracassou, no entanto, decidido a não recuar em seu objetivo de convencer o público alemão apolítico da importância e do valor de sua organização, buscou outras formas de sensibilizá-lo. Primeiramente, organizou na cidade de Munique uma grande exposição da Juventude

Hitlerista e em seguida promoveu uma reunião de massa na cidade de Berlim. Tudo com um único e claro objetivo, mostrar a grandiosidade e a beleza de seu movimento e assim, conquistar o apoio da população.

A organização da JH – mesmo sem o assentimento do *Reichskomitee* das Associações Juvenis Alemãs – se alastrava rapidamente. Segundo Koch (1973), no ano de 1930 a organização encontrava-se dividida em trinta e cinco *Garie*³⁷ e contava com a filiação de dezoito mil jovens alemães e três mil austríacos. À época, os governantes da República de Weimar, preocupados com as dimensões tomadas pelo movimento, tomaram algumas providências na tentativa de coibir o seu avanço. A primeira foi a tentativa de proibir novas adesões por meio da ameaça de expulsão escolar dos jovens que se tornassem membros da JH. A marginalização do movimento e a proibição de suas publicações foram outras medidas adotadas para reprimir o fenômeno. Todas essas medidas influenciaram consideravelmente o bom andamento do movimento, porém, a que mais afetou a organização – não apenas a JH, mas o partido como um todo – foi sem dúvida, a proibição das publicações que, por serem editadas em gráfica própria, causou sérios prejuízos financeiros ao partido. Não obstante e apesar da proibição, da marginalização e dos prejuízos, o movimento não se desfez, tampouco recuou em seus propósitos, continuando, mesmo que clandestinamente, em plena atividade. Em algumas regiões, haviam grupos constituídos que promoviam ações radicais, muitas vezes de forma violenta, especialmente em relação aos comunistas. Esses grupos, como é o caso da Juventude Operária Alemã de Kiel, relatado por Koch (1973), que tentavam conquistar o apoio da população e a adesão de novos adeptos por meio da distribuição de panfletos com conteúdos nacionalistas e contrários ao sistema, incitando os jovens a lutarem em prol da causa por eles defendida.

Jovens companheiros. Derrubaremos o velho sistema. Não estamos pedindo seus votos nas eleições para o *Reichstag*, o que queremos é você. No dia em que os nacionais-socialistas conquistarem o poder, começará a Revolução Alemã. Então, os jovens socialistas dos diversos campos devem-se unir para enfrentar as forças da reação. Nossos estandartes não ostentam os lemas de “Moscou”, nem de “Internacionalismo” nem de “Pacifismo”! O único nome que trazem é “Alemanha”, nada mais que “Alemanha”.

Juntem-se a nós, a Juventude Operária Alemã, com suas bandeiras desfraldadas; lutem conosco contra o velho sistema, contra a velha ordem, contra a velha geração. Somos os últimos combatentes da liberdade; lutem conosco pelo Socialismo, pela liberdade e pelo pão!

Unam-se à Juventude Operária Alemã de Kiel! (KOCH, 1973, p. 48,49)

³⁷ No original em alemão, significa Províncias.

O comportamento e os atos políticos desses grupos extremistas trouxeram sérias complicações aos membros da JH, que passaram a ser vítimas de constrangimentos e discriminações violentas nos locais públicos – ruas, escolas, locais de trabalho, etc. –, fato que causava preocupação aos seus familiares. “A violência de rua fazia com que qualquer membro da JH se tornasse suspeito [...] Os pais preocupavam-se com o bem-estar físico de seus filhos e tentavam em vão opor-se às suas atividades políticas.” (KOCH, 1973, p. 49).

Marginalizada, a JH via-se forçada a enfrentar a oposição das autoridades locais e da Igreja Católica Romana que tentavam de todos os meios mudar o foco da juventude. Porém, “era impossível enfrentar o componente nacionalista dos nazistas” (KOCH, 1973, p. 49).

No ano de 1931, após a demissão de Gruber, Hitler criou o Departamento do *Reichsjugendführer*³⁸ e nomeou Schirach para a sua liderança. Com a nomeação, Schirach, além de continuar no comando da Associação Nacional Socialista de Estudantes e da Liga dos Estudantes Nacional-socialistas, tornou-se também o responsável imediato pela JH.

À frente do Departamento do *Reichsjugendführer*, Schirach, dando continuidade aos projetos iniciados pelo antigo líder, Gruber, promoveu a oficialização da ala feminina da JH, que até então, seguindo o preconizado pela ideologia e pela pedagogia nazista que reservava um papel secundário – porém, não menos importante – a mulher alemã, permanecia na obscuridade, sem merecer grande atenção por parte de Hitler e dos demais líderes do NSDAP. O movimento da juventude feminina, apesar de criado em 1927, só conseguiu oficializar a sua existência no ano de 1930 quando então recebeu a denominação *Bund Deutscher Mädel* (BDM), Associação das Jovens Alemães. A BDM, no entanto, só se tornou de fato parte integrante da JH no ano de 1931, quando então foi definida como a única organização feminina integrada ao NSDAP.

Outro projeto iniciado por Gruber que mereceu a atenção de Schirach foi a incorporação de uma importante organização juvenil, a *Deutscher Jungvolk*, Os Jovens Alemães. Essa organização, segundo Koch (1973), era oriunda da Áustria e dos Sudetos da Tcheco-Eslováquia e a sua filiação a JH não se fez da mesma forma que as demais organizações, sendo incorporada “não como parte integrante, mas como um organismo separado dentro da JH” (KOCH, 1973, p. 45). A sua importância para o movimento e consequentemente para o NSDAP se fundamentava no fato de que, como a organização ainda

³⁸ Líder da juventude do Reich.

conservava muito das tradições dos movimentos juvenis de antes da guerra, seria ideal para receber e cuidar dos membros menores de quatorze anos.

O ano de 1932 foi de grande importância para a JH, pois, além de conseguir um considerável aumento de seu contingente com a incorporação de novos membros, livrou-se da proscricção, readquirindo assim, o direito de novamente marchar em formações uniformizadas e ainda, com o auxílio do governo Papen, conseguiu finalmente a sua filiação junto a Comissão Nacional de Associações Juvenis Alemãs. No entanto, para Schirach isso não era suficiente, já que a sua meta não tinha em vista apenas conseguir a filiação junto a essa organização, mas sim transformá-la em instrumento da JH. Visando alcançar seu objetivo, o líder da JH, percebeu que para esse intuito, seria de vital importância conquistar o apoio de todo o povo alemão, e decidiu convocar uma reunião de massa reunindo todas as unidades da JH, onde teria a oportunidade de demonstrar todo o potencial e a força de que a organização se achava imbuída, com o objetivo de impressionar e conscientizar a população de sua grandeza e importância. O grande evento que se realizou na cidade de Potsdam, apresentou resultados impressionantes, conseguindo superar as expectativas da própria organização, visto que a participação de cerca de cem mil jovens oriundos das mais diversas regiões estava muito além da estimativa inicial que era de no máximo vinte mil. Mas o que mais impressionou foi o entusiasmo com que esses jovens se apresentaram. Koch (1973, relata que esse entusiasmo foi de tal monta que além de impressionar aos observadores comuns, foi responsável por influenciar as demais organizações juvenis não filiadas a JH, que se encontravam presentes na reunião, influenciando também, o pensamento e a conduta posterior da própria JH, ou melhor, de seus membros, que compreenderam a dimensão e o poder do movimento.

Não há como exagerar o impacto psicológico de tal reunião de massas. Pequenos grupos da JH, vivendo em estado de semi-isolamento [...] ganharam subitamente a sensação de ser parte de um todo, de saber que, além deles próprios, havia milhares de outros na Alemanha lutando pelo mesmo objetivo.

[...] Talvez seja difícil avaliar a influência da JH sobre a juventude alemã como um todo [...]. Dentro da “Comissão Nacional de Associações Juvenis Alemãs”, ela representava menos de um por cento, mas sua influência indireta era suficientemente persuasiva para fazer com que muitas dessas organizações juvenis adaptassem seu estilo e seus lemas aos da JH. (KOCH, 1973, p. 53).

Conforme desejava o líder da JH, Schirach, a partir de março de 1933 o controle da JH sobre todos os movimentos juvenis começou a se efetivar. No mês de abril desse mesmo ano, os escritórios da “Comissão Nacional das Associações Juvenis Alemãs” foram literalmente

ocupados pelos membros da JH. Segundo Bartoletti (2006), cerca de cinquenta rapazes sob o comando de Schirach, explodiram a sede da organização, saqueando seus escritórios, confiscando os arquivos de seis milhões de jovens de grupos rivais e com isso, pondo fim em cerca de quatrocentos grupos de jovens em sua maioria “de orientação política ou religiosa” (BARTOLETTI, 2006, 35, 36). Ainda de acordo com esta autora, “muitos integrantes passaram para a Juventude Hitlerista; alguns, por vontade própria; outros, porque era perigoso não entrar. Os grupos de jovens comunistas e judeus se desfizeram rapidamente. Mas outros continuaram a atuar na clandestinidade e a fazer reuniões secretas.” (BARTOLETTI, 2006, p. 36).

Após essa ocupação a JH passou a ser de âmbito nacional e se tornou político-partidária e Schirach recebeu o título de *Jugendführer des Deutschen Reichs* – Líder da Juventude do “*Reich*” Alemão, assumindo o comando de todos os movimentos juvenis alemães, controlando praticamente todos os assuntos relacionados à organização e se tornando “o responsável por educar todos os jovens no espírito do Nacional-Socialismo” (BARTOLETTI, 2006, p.36).

Apesar de todas as conquistas da JH, Schirach vislumbrava alguns problemas em seu interior que se configuravam em objeto de sua preocupação. Um deles resumia-se na falta de líderes capacitados para assumirem o comando das diversas divisões da organização. Na tentativa de minimizar esse problema fundou na cidade de Potsdam, uma escola especializada nesta formação, a *Reichsführer*.

Outro aspecto merecedor dos cuidados de Schirach estava relacionado a imagem da JH como organização sob seu comando e para mantê-la incólume, desenvolveu formas de combate a todo tipo de intrigas e possíveis deficiências que pudessem ocorrer em seu seio, como por exemplo, a instituição de atividades anuais. Essas atividades recebiam, em consonância com os seus objetivos, uma designação especial. A primeira atividade programada pelo líder juvenil foi instituída no ano de 1935 com a denominação de “Ano do treinamento” e tinha como objetivo formar o maior número possível de líderes para a JH por meio de um trabalho que envolvia o conhecimento histórico, político e racial, acompanhado de amplo treinamento físico. Segundo Koch (1973), Schirach definia a JH como “uma comunidade de educação ecológica” (KOCH, 1973, p. 68) e insistia que aquele que marchava em suas fileiras não era “um entre milhões, mas o soldado de uma ideia” (KOCH, 1973, p. 68). Para o grande *Führer* da JH, “o melhor jovem hitlerista, independente de categoria ou

posto, é aquele que se entrega totalmente ao *Weltanschauung* nacional-socialista”. (KOCH, 1973, p. 68).

O projeto do ano seguinte – 1936 – foi intitulado “O ano da *jungvolk* alemã” e tinha como objetivo recrutar para as fileiras da ala infantil, todos os meninos e meninas nascidos no ano de 1926. Esse seria mais um presente a ser ofertado ao *Führer*, visto que a cerimônia onde as crianças prestariam o juramento estava marcada para o dia vinte de abril, dia de seu aniversário, o que – conforme será exposto adiante – expressava um sentido que estava muito além de simples presente de aniversário. Para a efetivação positiva desse empreendimento, tudo era válido para atrair e conquistar o apoio das crianças, desde a propaganda realizada com entusiasmo pelos integrantes da JH, com a distribuição de panfletos e cartazes, até a utilização de persuasão junto aos professores para que convencessem seus alunos a se apresentarem.

Figuras 12 e 13 - Pôsteres de propaganda de 1936 convocando todas as crianças (meninos e meninas) de 10 anos para a JH. Tradução: A Juventude serve ao *Führer*. – Todos os meninos(as) de 10 anos na *Hitler-Jugend*.



Fonte: Linha do tempo (1936)

Para o ano de 1938 reservou-se o projeto “Ano da compreensão” onde os jovens eram adestrados no “‘pacífico’ uso das armas” (BLEUEL, 1972, p. 197). Segundo Bleuel (1972), um milhão, duzentos e cinquenta mil jovens receberam nesse ano o treinamento com armas de fogo, cujo êxito possibilitou a JH receber uma premiação significativa na competição realizada no ano seguinte: “a medalha de alta precisão” (BLEUEL, 1972, p. 197).

A importância reservada às festividades era de grande evidência durante o Regime. Assim, os feriados nazistas começaram a se espalhar por todo o ano, afinal tudo deveria ser

motivo para festejos que possibilitassem a organização de desfiles grandiosos, capazes de sensibilizar e de agir sobre as massas, divulgando os preceitos nacional-socialistas a fim de conquistar seu apoio. Dentre os feriados, destacava-se o “Dia da Juventude do Estado”, cuja comemoração acontecia no dia sete de junho. Amplamente comemorado, esse era mais um artifício para fortalecer a ideia da grandiosidade da juventude do *Reich*.

Os sábados foram transformados em uma espécie de feriado escolar, tendo suas aulas canceladas para que os jovens hitleristas pudessem se dedicar exclusivamente aos treinamentos físicos, cumprindo assim, o pressuposto nazista de que era preciso dedicar mais tempo ao aprimoramento do corpo, da vontade e do caráter. Declarado em 1934 como “Dia Nacional da Juventude”, os sábados ficaram reservados para que os jovens membros da JH, segundo aponta Michaud (1996), cumprissem uniformizados o seu serviço “cívico”, enquanto que os não membros deveriam a se dedicar a outra atividade de evidente cunho ideológico: os chamados “cursos de política nacional” (MICHAUD, 1996, p. 298). As quartas-feiras também foram no mesmo ano, “promovidas a dia de vigília” (MICHAUD, 1996, p. 298), com suas noites declaradas como “Noite do Lar da HJ” (BLEUEL, 1972, p. 194). Ambos os autores afirmam que essa iniciativa não ofereceu bons resultados e que, por falta de líderes em número e em condições suficientes para comandar os jovens, a maioria acabava perambulando pelas ruas e perturbando “a ordem das colunas de seus colegas que para cumprirem o programa do fim de semana, saíam para longas marchas”. (BLEUEL, 1972, p. 195). Dessa forma, essas atividades passaram a ser realizadas em duas tardes semanais. Ainda de acordo com Bleuel (1972), às quartas-feiras aconteciam também, os saraus da JH denominados de “Hora da Jovem Nação”. Nesses saraus os jovens hitleristas participavam inicialmente, de audições acerca do “grande passado histórico da nação” (BLEUEL, 1972, p. 195) e da exibição de filmes. Na sequência, entoavam canções e debatiam questões relativas aos temas abordados no dia. Para encerrar, ouviam a transmissão radiofônica “Hora da Jovem Nação”. Lucena (2005) destaca que essas transmissões eram destinadas exclusivamente aos jovens e reforçava o “discurso ideológico contido nos conteúdos dos cursos” (LUCENA, 2005, p. 78) promovidos para a juventude. Um dos depoimentos apresentados por esta autora afirma que “o rádio tinha como objetivo transmitir aquilo que a crença nazista permitia: Era estritamente proibido ouvir rádio do exterior. Que nós ouvíamos era só notícia que Hitler permitia”. (LUCENA, 2005, p. 79).

Mas não era apenas por meio das programações radiofônicas que se reforçava o doutrinação ideológico dos jovens alemães, os filmes exibidos nos saraus cumpriam com o

mesmo objetivo. Bleuel (1972) oferece uma exposição em torno do arsenal de projetores cinematográficos disponíveis para uso da JH em seus saraus e dos títulos desses filmes que, conforme se pode perceber, são explicitamente sugestivos.

Em fins de 1938, havia nas diversas sedes da HJ dois mil e quinhentos projetores cinematográficos e cinco mil películas que eram distribuídas mensalmente. O texto explicativo acompanhava naturalmente todos esses filmes, de forma que até mesmo os menos dotados líderes da HJ podiam despreocupadamente rodá-los em suas concorridas vesperais. Família Saudável, Povo Sadio, A Descendência e as Moléstias Hereditárias, Cinco Mil Anos de Germanismo, Versalhes e sua superação e Do Antigo para o Novo Exército eram alguns dos expressivos títulos dessa coleção. (BLEUEL, 1972, p. 195).

Toda a programação dessas vesperais hitleristas, como se pode observar, era totalmente de cunho ideológico, sempre objetivando reforçar nos jovens as ideias formuladas pelo NSDAP.

Além da preocupação em manter os jovens ocupados com treinamentos físicos, cívicos e doutrinários, a liderança do NSDAP tinha outras preocupações, como por exemplo, a formação daqueles que posteriormente liderariam a juventude, pois, conforme concebiam, estes deveriam ser preparados de forma a dar continuidade a obra por eles iniciada junto aos integrantes mais jovens que chegavam ao movimento, assim, a criação de escolas especializadas nesta formação, como a *Reichsführer* de Potsdam referida anteriormente, era uma necessidade vista como primordial. Essa preocupação não se restringia as divisões masculinas, a ala feminina também foi alvo dos cuidados do NSDAP. De acordo com Koch (1973), o partido fundou no ano de 1934 cerca de vinte e sete escolas dedicadas exclusivamente a formação de líderes para a BDM. O autor cita que, apesar de a maioria dessas escolas, tanto para a ala feminina quanto para a masculina, trazerem “a marca da improvisação” (KOCH, 1973, p. 69), conseguiu formar ainda nesse ano um total de mais de doze mil líderes para a JH e mais de vinte e quatro mil para a *Jungvolk*. Ainda segundo este autor, a formatura desses novos líderes que ocorreu durante o festival do partido em Nuremberg, representou para esses adolescentes um verdadeiro dia de glória, visto que, Hitler, em seu discurso, se dirigiu a eles como os “fiadores do futuro, ‘atrás de quem toda a Alemanha um dia marchará’”. (KOCH, 1973, p. 69).

Nessa época, exceção feita a Juventude Católica que ainda resistia, todos os grupos juvenis da Alemanha encontravam-se sob a coordenação da JH, cuja importância mostrava-se cada vez mais acentuada, tendo inclusive, adquirido o direito a ter um horário especial nas rádios alemãs para se expressar aos jovens e conseqüentemente, a todo o povo da nação.

Para conseguir abarcar o maior número possível de integrantes para as fileiras da JH os nazistas utilizaram-se dos mais amplos e diversos artifícios, lançando mão, inclusive da pressão junto às escolas e aos professores que ainda não haviam se rendido a filosofia nazista. Para conquistá-los chegaram a oferecer premiações. Os professores que aderissem a política educacional do NSDAP e que incentivassem seus alunos a filiar-se a JH eram agraciados com uma homenagem pública; e as escolas que comprovassem possuir entre seus alunos noventa por cento de membros da JH recebiam como presente uma bandeira da organização.

Em primeiro de dezembro de 1936, Hitler promulgou a lei que tornava a filiação a JH compulsória para todas as crianças com idade acima de dez anos. Segundo Michaud (1996), essa lei, embora elaborada em 1936, foi regulamentada e aplicada apenas no ano de 1939, quando então teve seus decretos assinados. A partir de então, todos os pais ficaram obrigados a declarar seus filhos ao NSDAP, quando estes completassem dez anos e caso não o fizessem estavam sujeitos a multa e até mesmo a prisão. Com isso a educação de toda a juventude alemã saía do âmbito meramente familiar e passava para as mãos do *Reichsjugendführer* do NSDAP, Baldur Von Shirach, assumindo assim, conforme afirma Koch (1973) o lugar de “terceira força legal em importância na formação do caráter da juventude alemã” (KOCH, 1973, p. 75). Um dos artigos da referida lei, conforme exposto por Bleuel (1972), cuidava de regular a subordinação de toda a juventude alemã a doutrina do NSDAP.

A totalidade da juventude alemã, exceto durante sua permanência no lar paterno e ao freqüentar os cursos escolares, estará incorporada à Juventude Hitlerista, quer no sentido físico quer no moral ou espiritual, e integrada doutrinariamente ao Nacional-Socialismo para, nestas condições, servir á nação e promover a educação comunitária do povo. (BLEUEL, 1972, p. 190).

Michaud (1996) explicita que, a coerção exercida sobre os pais resultou na total destruição da identidade privada nos jovens “em favor da imagem coletiva do *Führer*” (MICHAUD, 1996, p. 299). Ainda de acordo com este autor, a famosa fórmula de Goering que dizia “Eu não tenho consciência! Minha consciência se chama Adolf Hitler.” (MICHAUD, 1996, p. 299) representava “o termo ideal de *Erziehung* pela qual os nazistas procuravam modelar o Homem Novo” (MICHAUD, 1996, p. 299). Assim, as normas morais familiares começaram a ser totalmente desafiadas e descartadas em favor de “corresponder ao desejo do *Führer*” (MICHAUD, 1996, p. 299). Essa premissa fazia com que os conflitos familiares se tornassem uma constante nos lares alemães, onde a autoridade paterna, como

também seus preceitos morais, eram constantemente desrespeitados em detrimento de agradar ao *Führer*.

Outra lei decretada no ano de 1936 colocou fim à possibilidade de existência de qualquer organização juvenil não-nazista. A lei não poupou sequer a Juventude Católica, que até então se mantivera dentro de seus preceitos, sem a interferência do partido.

Nessa época, segundo Bleuel (1972), a JH já contava com mais de cinco milhões de integrantes, porém, o número, apesar de expressivo, ainda não satisfazia ao líder nazista que continuava, por meio de seus discursos grandiosos, a clamar por seus jovens.

O Ano do Treinamento (*Jahr der Ertüchtigung*) de 1935, exposto anteriormente, foi um projeto elaborado com a finalidade de atingir dois objetivos de considerável relevância para o NSDAP: “conseguir o maior número de recrutas já preparados pelo treinamento paramilitar para 1936, e também, despertar o interesse da juventude pelos Jogos Olímpicos de 1936” (KOCH, 1973, p. 94). Nesses cursos, o treinamento paramilitar tinha primazia sobre os esportes simples, o que requeria recursos específicos para sua efetivação e para isso fez-se necessário o auxílio do exército, que por visualizar nessa juventude “uma reserva ideal de potencial humano bastante adequado para a realização dos planos que visavam a rápida expansão das forças armadas alemãs” (KOCH, 1973, p. 95), prontamente aceitou assumir o comando desse treinamento.

Com o exército à frente da educação dos jovens hitleristas, não tardaram a surgir as divergências, visto ser notória a distinção existente entre a sua concepção de educação e a postulada por Hitler. Porém, segundo Koch (1973), essas divergências se mostravam mais “caracterizadas por uma fraseologia vaga do que por um conceito educacional claramente definido” (KOCH, 1973, p. 96), ou seja, apresentavam-se mais por meio do discurso sobre os objetivos e as funções da educação, sem formalizar qualquer definição precisa em torno de seus conceitos. Contudo, embora sem apresentar uma definição precisa, ao final culminavam em um mesmo sentido.

Koch (1973) apresenta a declaração de determinado membro do departamento jurídico do *Reichsjugendführer*, onde este formula uma comparação entre

os objetivos da educação orientada para as humanidades, que para ele, culminavam no conceito de “amor”, com os novos ideais nacional-socialistas de “não fazer concessões, preparação para a luta, entusiasmo pela causa e profunda fé na ideologia nacional-socialista”, por ele reduzidos ao denominador comum de “honra” (KOCH, 1973, p. 96).

De acordo com esse pensamento, o conceito de amor seria responsável pela interiorização de sentimentos como, “compaixão, sujeição e humildade” (KOCH, 1973, p. 96) que culminariam na morte da personalidade, enquanto que a educação baseada no conceito de honra produziria “uma raça de combatentes imbatíveis [e] conforme seria inculcado na mente da juventude alemã criaria a comunidade nacional perfeita, o *Volk* racial perfeito” (KOCH, 1973, p. 96). Segundo esse conceito, a educação e a formação dos jovens alemães, até então de incumbência das estâncias familiares e escolares, ficariam, subordinadas ao partido e a JH, sendo estes os responsáveis pela modelação de todas as crianças nascidas de pais e mães alemães em verdadeiros alemães. À escola, caberia apenas a transmissão dos conhecimentos empíricos tradicionais, porém, como se poderá observar no capítulo dedicado a explanação sobre a educação, até mesmo esses conhecimentos eram direcionados. A autonomia da escola, dos docentes, bem como dos familiares mostrava-se bastante relativa, praticamente insignificante.

Em relação aos conceitos ideológicos dentro da JH, Koch (1973) não acredita que os seus jovens membros tivessem plena consciência sobre eles, talvez uma minoria até o tivesse, mas o que movia a grande maioria, o que os levava a ingressar e a se manter na JH era de fato a possibilidade de participarem de uma associação em companhia de outros jovens cujas ideias eram afins, em atividades que ofereciam aventura, diversão e emoção e que lhes proporcionava a sensação de poder, de se sentirem importantes e atuantes no mundo em que viviam. Bartoletti (2006) vem confirmar essa ideia ao expor que “a Juventude Hitlerista oferecia a seus integrantes agitação, aventura e novos heróis para venerar. Deu a esses jovens, esperança, poder e a oportunidade de se rebelar contra os pais, professores, padres e outros superiores” (BARTOLETTI, 2006, p. 13). Conforme se pode perceber, não eram propriamente as ideologias do NSDAP explicitadas por Hitler em *Mein Kampf* que instigava a juventude alemã a ingressar na JH, mas elementos como o ideal nacionalista – já presente no cerne de todo alemão – e também a valorização de suas qualidades e capacidades evidenciadas a todo o momento pelos líderes do NSDAP, os quais não se cansavam de proclamar o quanto eram importantes para a grandeza e para a glória da nação. O testemunho de um ex-integrante da JH citado por Koch (1973) reforça a ideia de que a maioria dos jovens que ingressava na organização não o fazia por ser obrigado ou movido por fatores políticos ou ideológicos, mas pelo desejo de se reunir com outros jovens em atividades emocionantes. “Nós realmente marchávamos em desfiles e odiávamos o Partido Socialista Alemão, mas tudo isso era geral, não específico – era parte do todo. Não tínhamos consciência plena do que

estávamos fazendo, mas nos divertíamos e também nos sentíamos importantes”. (KOCH, 1973, p. 53). Segundo afirma este autor, o NSDAP conseguiu criar “entre os jovens o sentimento de que eles não estavam apenas disputando jogos, mas participando ativamente na luta para devolver à Alemanha a sua honra e sua antiga posição no mundo” (KOCH, 1973, p. 55). O autor afirma ainda, que a maioria dos jovens membros da JH, que em 30 de janeiro de 1933 participaram da marcha em homenagem a nomeação de Hitler como Chanceler da Alemanha, não fazia a menor ideia “para onde os levavam os ‘Ideais Nacionalistas’ [ou mesmo] a sensação de importância dentro do breve período de doze anos; eram muito poucos os que desconfiavam do quanto seu idealismo e disposição para o sacrifício seriam explorados, e para que fins” (KOCH, 1973, p. 55).

Esse espírito nacionalista difundido e amplamente alimentado pelos nazistas influenciava até mesmo os jovens de crença judaica, que, por desejarem fazer parte do movimento, chegaram a procurar por Hitler numa tentativa de convencê-lo de que, a semelhança dos demais jovens, eles também pertenciam à nação alemã e encontravam-se imbuídos de um “patriotismo sincero”. (KOCH, 1973, p. 55).

Figura 14 - Membros da Juventude Hitlerista marcham na presença do seu líder, Baldur von Schirach (à direita, efetuando a saudação), e de outros oficiais nazistas, incluindo Julius Streicher. Foto tirada em Nuremberg, Alemanha, 1933.



Fonte: Enciclopédia do holocausto (1933)

Os desfiles e os uniformes da JH eram outros atrativos que instigavam as crianças judias a desejarem fazer parte do movimento. O depoimento de um alemão residente no Brasil colhido por Lucena (2005) demonstra claramente o quanto as marchas cívicas e as paradas militares promovidas pelo NSDAP “contaminavam as crianças judias” (LUCENA, 2005, p.

72). O depoente recorda que “ficava enciumado” (LUCENA, 2005, p. 73) ao ver os jovens de Hitler marchando uniformizados. Ainda de acordo com esta autora, criou-se, à época, “uma fantasia generalizada sobre uniformes. As vestes nazistas sugerem comunidade, ordem e identidade” (LUCENA, 2005, p. 72). Já as faixas e medalhas que os jovens hitleristas ostentavam orgulhosos expressavam a autoridade e a competência de seu portador, indicando o grau de seu poder e valor dentro do movimento.

No entanto, o poder era de fato o maior de todos os atrativos apresentados pela JH. Bartoletti (2006) diz que “a juventude hitlerista gostava do poder que exercia sobre os professores e outras autoridades” (BARTOLETTI, 2006, p. 41) e quanto maior fosse o posto do jovem dentro da instituição, maior seria o seu poder dentro e fora da JH. Assim, a possibilidade de crescer no movimento, tornando-se um líder cada vez mais glorioso, com a oportunidade de mandar e comandar, aliado aos atrativos oferecidos pelas cerimônias de desfiles com bandas, bandeiras e distintivos, e mesmo, a possibilidade de tornar-se um herói – mesmo que morto – fazia com que as crianças e os jovens se dedicassem com a mais absoluta fidelidade à JH e ao partido. Porém, o que não imaginavam é que isso tudo era apenas uma forma de atraí-los para o serviço e o treinamento militar necessário a grande ascensão do partido e de seu líder Adolf Hitler. Pode-se mesmo afirmar que era um verdadeiro trabalho de adestramento em prol do grupo e do objetivo nazista, o que para os jovens era considerado perfeitamente correto e normal, conforme expõe Bartoletti (2006).

[...] uma simples lei natural, a única maneira de evitar o caos [...] a JH não aceitava demonstrações de originalidade ou individualidade. Através de exercícios e marchas militares, os integrantes aprendiam a pensar e agir como se fossem uma só pessoa. [...] aprendiam a obedecer ao líder, não importava o que fosse. Os nazistas chamavam essa filosofia de ‘principio de liderança’, que exigia total obediência aos superiores. (BARTOLETTI, 2006, p. 31).

4.2.2. A seleção e preparação do jovem hitlerista

Lembrando a ideia de Hitler de que, em detrimento da escola, a “sua” juventude deveria ser educada por meio da JH, bem como do fato de que nem todas as crianças estavam aptas a fazer parte do movimento, faz-se importante descrever os procedimentos e as exigências constantes do processo de seleção.

Segundo Michaud (1996), o garoto (*pfimph*) fazia seu alistamento aos dez anos de idade. Após esse alistamento, de acordo com Bartoletti (2006), as crianças prestavam o

juramento da JH. Segundo depoimento de um membro da organização relatado por esta autora, os candidatos, em cerimônia cercada de pompas e rituais, seguravam com a mão esquerda a Bandeira de Sangue – supostamente embebida no sangue dos mártires que haviam sacrificado a vida pelo Partido Nazista – enquanto, levantando três dedos da mão direita faziam o seguinte juramento: “Na presença desta Bandeira de Sangue, que representa o nosso *Führer*, juro dedicar todas as minhas energias e minhas forças ao salvador do nosso país, Adolf Hitler. Aceito e estou disposto a dar minha vida por ele. E que Deus me ajude”. (BARTOLETTI, 2006, p. 28). Contudo, o juramento era apenas o início da caminhada. Após a cerimônia, todas as crianças eram iniciadas nos preparativos para de fato serem integradas ao movimento. A primeira prova a que os jovens candidatos se submetiam consistia de uma avaliação escrita onde se apurava os seus conhecimentos sobre as ideias nazistas em torno da raça e da política, além da comprovação de sua origem racial, que possuía caráter eliminatório. Bartoletti (2009) destaca que apesar de o alistamento se apresentar como voluntário, nem todas as crianças se encontravam habilitadas para serem aceitas na JH. Esse acesso só era permitido às crianças com ascendência ariana comprovada por meio de um documento oficial assinado e selado denominado de *abnempass*, que provava a sua origem racial. Além desse documento, era necessária também, a conferência dos registros religiosos, cujo objetivo era claro: a exclusão de toda criança de credo judaico.

Figura 16 - Cerimônia de juramento, onde um integrante da JH assina a declaração de que é ariano puro.



Fonte: Bartoletti (2006, p. 28)

Conforme exposto nos capítulos anteriores, a questão racial para os nazistas era de suma importância. Consideravam a raça ariana como a única raça superior e, ser ariano

significava pertencer aos “povos nórdicos ou brancos, sem mistura de antepassados judeus” (BARTOLETTI, 2006, p. 29), sendo os mais puros aqueles que apresentassem cabelos louros, olhos azuis e uma cabeça com formato único em perfeitas proporções “entre a largura, o comprimento e a altura da cabeça” (TAHA, 2007, p. 105, 106); segundo Taha (2007), a “besta loira esplendida³⁹” (TAHA, 2007, p. 106) de Nietzsche. Desde a iniciação na JH, os seus membros “aprendiam que a raça ariana estava acima de todas” (BARTOLETTI, 2006, p. 29).

Outro requisito exigido dos candidatos a JH dizia respeito à sua saúde. Todo aquele que desejasse se tornar membro da organização juvenil necessitava comprovar ser um indivíduo saudável, não possuindo qualquer doença considerada hereditária. Nesse sentido, Bartoletti (2006) traz uma informação que oferece um panorama da marginalização e exclusão a que as crianças alemãs se encontravam expostas. Marginalização que, como não poderia deixar de ser, estava atrelada aos ideais de raça e de superioridade individual que contribuiria para a superioridade coletiva. Segundo a autora, as crianças que fossem portadoras de qualquer tipo de deficiência física, visual ou auditiva não eram imediatamente excluídas do movimento, desde que comprovassem que a sua deficiência não era de cunho hereditário. Para recebê-las a JH possuía uma seção especial denominada de JH Doente ou com Deficiência. Porém, o ingresso era totalmente vetado aos deficientes mentais, não importando a adesão ou a fidelidade que essas crianças ou seus familiares mantivessem com o NSDAP. O mesmo acontecia em relação aos judeus ou aos “meio” judeus, mesmo que convertidos ao cristianismo. Fato que muito entristecia as crianças judias, pois, marginalizadas pelo nazismo, eram afastadas do convívio de seus amigos e embora se sentissem – como qualquer outra criança alemã – parte da Alemanha e dispostas a servir por ela, esse direito lhes era negado.

Após a comprovação da origem e dos conhecimentos nazistas, iniciava-se a avaliação da capacidade física que vinha seguida da prova de coragem. A capacidade física era avaliada por meio de provas de corridas, jogos de beisebol, natação e ginástica, já a coragem do voluntário se verificava por meio de provas que consistiam normalmente, em pular “de uma altura de dois a três andares em cima de uma lona ou dentro d’água”. (BARTOLETTI, 2006, p. 30). A prova, muitas vezes provocava lesões e dores nas crianças, no entanto, isso não as

³⁹ Por “besta loira“, Nietzsche se refere ao leão, ou seja, o mais forte e nobre animal; “para homens superiores, mais fortes, mais vitoriosos, alegres, bem constituídos em corpo e alma; leões risonhos devem surgir!” (Thus Spoke Zarathustra, p. 294). “Besta loira” é também um termo racial que designa uma raça superior, uma raça aristocrática. (TAHA, 2007, P. 106);

preocupava, pois tudo era compensado pela aprovação que lhes daria o direito de finalmente poderem vestir os uniformes e a “camisa” da Juventude Hitlerista.

O comportamento ou a postura política familiar dos candidatos também se constituía em requisito fundamental a sua aceitação, fato que, muitas vezes, os colocava em posição de censura e rebeldia em relação aos pais que se negassem a compactuar com os ideais nacional-socialistas. “Não querendo ser excluídas, as crianças imploravam para os pais entrarem para o Partido Nazista ou serem bons nazistas” (BARTOLETTI, 2006, p. 30); e ser um bom nazista significava aceitar a ideologia nazista de raça e superioridade, como também, não ter amigos ou proteger pessoas consideradas não alemãs, ou seja, judias.

Após serem aprovados na seleção, segundo Michaud (1996, p. 300), os garotos passavam a fazer parte da *Jungvolk* – Jovem povo alemão – onde permaneciam por um período de quatro anos. Nos primeiros meses – que poderia ser de dois a seis – segundo Koch (1973), os meninos e as meninas passavam por uma espécie de noviciado. Após esse período, realizavam novas provas ideológicas, físicas e de bravura, que os habilitava a ter “o direito de usar a faca de ‘escoteiro’ [...] modelada na forma de uma baioneta militar, embora em tamanho menor; a ombreira e as insígnias da *Jungvolk* na camisa parda.” (KOCH, 1973, p. 74). Todos os progressos físicos e ideológicos eram anotados e avaliados em uma caderneta que os acompanhava por todo o período. Ao final, se aprovados, participavam da “cerimônia que acontecia todos os anos, no dia do aniversário de Hitler (20 de abril), a fim de que cada um soubesse que ‘pertencia ao *Führer*’” (MICHAUD, 1996, P. 300), onde prestavam juramento. Em relação a esse juramento, percebe-se certa contradição entre os autores Bartoletti (2006) e Michaud (1996): a primeira apresenta o juramento como sendo o primeiro passo para ingressar na JH e o último aponta que este acontecia ao final do período como sendo uma espécie de certificação.

Michaud (1996) relata que, após o juramento é que se iniciava a verdadeira educação dos garotos que os levaria a “pensar alemão [e] agir alemão” (MICHAUD, 1996, P. 300) para que estes pudessem finalmente se identificar com a imagem ideal do homem novo, apresentada por Hitler, segundo a qual, “o menino alemão do futuro deve[ria] ser vivo e hábil, rápido como o galgo, resistente como o couro, duro como o aço de Krupp. Para que nosso povo não desapareça sob os sintomas de degenerescência de nosso tempo, devemos erguer um Homem Novo.” (MICHAUD, 1996, p. 300).

Bleuel (1972) expõe que, assim que o garoto era admitido na DJ (*Deutsches Jungvolk* - Contingentes da Juventude Alemã) recebia do líder da Juventude do *Reich* a afirmação do fim de sua infância.

[...] sua infância se achava agora encerrada e que dali em diante todos pertenciam à Juventude. Ia começar uma nova fase de sua vida, repleta de deveres. Eles trabalhavam agora para o futuro da Alemanha e para o nosso querido *Führer*: “a ele pertencemos hoje, amanhã e eternamente”. (BLEUEL, 1972, p. 194)

Assim, o garoto deixava de ser um menino para se tornar um homem e isso era mais um fator atrativo para o ingresso na JH, pois lá, ao contrário do que acontecia em seus lares ou nas escolas, não mais seriam tratados como crianças, mas como homens adultos.

O ingresso das meninas na JH, a semelhança dos meninos, acontecia ao completarem dez anos de idade, quando então passavam a fazer parte da *Jung-Mädel* (Jovens Virgens), recebendo durante os primeiros quatro anos os mesmos ensinamentos oferecidos aos meninos. Segundo Michaud (1996), esses ensinamentos eram apresentados com a seguinte divisão:

[...] no primeiro ano, meninos e meninas deviam aprender os “Deuses e heróis dos germânicos”; no segundo, os “grandes alemães” (de Frederico, o Grande a Bismarck); no terceiro, “Vinte anos de combate pela Alemanha” (os “anos de luta” do nacional-socialismo); no quarto, enfim, “Adolf Hitler e seus companheiros de luta”. (MICHAUD, 1996, p. 300).

A semelhança do que ocorria nas escolas em relação ao ensino de História, de acordo com o programa da JH, estes eram direcionados de modo a cumprir com o pressuposto nazista de levar o jovem a pensar e agir alemão, ou seja, seu objetivo era inteiramente de cunho ideológico e doutrinário com a finalidade de moldar o pensamento e o comportamento dos jovens.

O programa prescrevia também, os exercícios físicos para “endurecer o corpo”, cumprindo assim, com outro pressuposto nazista de modular e tornar o corpo saudável. De acordo com Lucena (2005), as atividades prescritas aos meninos tinham como premissa a resistência e a competição. “O rapaz era formado para servir a nação e para isso tinha que aprimorar o corpo por meio de exercícios físicos.” (LUCENA, 2005, P. 76). Para corresponder a essa atividade do programa, os meninos deveriam percorrer quilômetros a pé. A quantidade desses quilômetros aumentava de acordo com a idade dos garotos. Os meninos de dez anos percorriam de oito a dez quilômetros por dia, enquanto que os de treze, deveriam percorrer “dezoito quilômetros, dos quais dois terços, pelo menos, durante uma longa

marcha”. (MICHAUD, 1996, p. 300). Segundo Hermann Rauschning⁴⁰ citado por Michaud (1996),

De início, [...] essas marchas passavam por estranha mania do nacional-socialismo. Foi apenas muito mais tarde que se discerniu ali também uma vontade sutil, que sabia muito bem encontrar os meios apropriados aos meus fins. [...] A marcha mata o pensamento. A marcha mata a individualidade. A marcha é o rito mágico insubstituível, cujo mecanismo moldará a comunidade popular até o subconsciente [...] O passo cadenciado faz entrar nos corpos por assim dizer, o sentimento de comunidade. (MICHAUD, 1996, p. 300).

As palavras de Rauschning oferecem um panorama onde, mais uma vez se pode observar a questão do treinamento para atender ao coletivo, a comunidade, com a “morte” de toda e qualquer individualidade. O indivíduo deixava de ser ele mesmo, de atender aos seus anseios, para ser o todo, para atender a esse todo que, provavelmente, sequer tinha noção do seu real significado. Esse ponto explicita claramente o desaparecimento do sujeito submetido ao grupo; o desaparecimento da individualidade em favor da coletividade. Esse pressuposto que evidencia o não individualismo vai ao encontro do explicitado por Hannoun (1997) sobre a ideologia nazista ser uma sociobiologia, cujo fundamento não se encontra situado no nível individual, mas sim do grupo.

A natureza biológica que caracteriza uma pessoa não lhe é individualmente característica; não é senão a da sua raça, da qual essa pessoa é apenas um espécime entre outros. [...] obedecer à sua “natureza” significa obedecer não a si próprio, à sua pessoa, mas sim ao grupo sociobiologicamente definido. [...] O primeiro dever do jovem nazi é o sacrifício de si próprio ao grupo, figurado, aqui, pelo partido, o povo (*Volk*), ou a própria raça, sacrifício que lhe exige minorização, senão mesmo a extinção integral das suas aspirações pessoais. (HANNOUN, 1997, p. 37)

Quando os jovens completavam quatorze anos ingressavam na JH, porém, essa transferência não se fazia sem antes os jovens provarem a sua aptidão. Segundo Bleuel (1972), os meninos passavam novamente, por provas esportivas e ideológicas, onde era preciso “satisfazer certos índices mínimos” (BLEUEL, 1972, p. 194). No campo esportivo as exigências resumiam-se em “percorrer 60 metros em 12 segundos, salto em distancia 2,75 m, lançar a pelota a 25 m, participar de uma viagem durante um dia e meio” (BLEUEL, 1972, p. 194). A comprovação do conhecimento ideológico se baseava em “saber cantar o hino

⁴⁰ H. Rauschning, *Die Revolution des Nihilismus* (1938), p. 77; trad. Franc., p. 102.

nacional-socialista (*Horst-Wessel*⁴¹) e o hino da bandeira da HJ” (BLEUEL, 1972, p. 194). Ao final, todos os meninos afirmavam sua fidelidade por meio de “uma espécie de juramento do espadachim [que dizia:] Os infantes do Contingente da Juventude são rijos, calados e fieis. Os infantes são camaradas. O mais alto conceito do infante é a honra.” (BLEUEL, 1972, p. 194).

Finalmente, quando os rapazes completavam dezoito anos, eram enviados a outras estruturas do NSDAP como, a Frente de Trabalho – obrigatória para os jovens de ambos os sexos – a S.A. ou a S.S. Já as meninas permaneciam por mais tempo na BDM, até os vinte e um anos. Aos dezessete eram iniciadas na seção Fé e Beleza, onde recebiam um aprendizado intensivo nos “objetivos especificamente femininos” (MICHAUD, 1996, p. 301).

O aprendizado ideológico prosseguia por todo o tempo em que os jovens permaneciam na JH e aconteciam por meio de cursos semanais realizados nos centros da JH que versavam sobre temas como:

“o combate pelo *Reich*” desde os antigos germanos até Hitler, passando pelas relações do imperador com o papado; sobre “o povo e a herança do sangue”, sobre “o espaço vital”, assim como sobre problemas referentes ao “futuro do Movimento”, à “obra do *Führer*” ou a “Alemanha no mundo”. (MICHAUD, 1996, P. 301)

Em relação aos princípios educacionais dentro da JH, a explicitação do treinamento oferecido aos futuros líderes da organização apresentada por Koch (1973) possibilita o entendimento em torno de sua fundamentação e de seu direcionamento. Segundo este autor, o treinamento para o aprimoramento físico e ideológico dos jovens possuía a seguinte configuração:

[...] o treinamento da liderança da JH [...] consistia de cursos de três semanas, cada uma totalizando um total de 170 horas. Destas, 105 horas eram destinadas ao “treinamento físico”, divididas em 49 horas de esportes “cross-country”, 40 horas de exercícios físicos e 16 horas de exercícios de tiro com fuzil. Um total de 65 horas era gasto com “treinamento ideológico”, que compreendia 37 horas de instrução política, 3 horas de seminários políticos e o restante era dedicado a algum dos aspectos mais práticos da liderança da JH, tais como direção de pequenas reuniões e debates de grupo. (KOCH, 1973, p. 94).

Pelo conteúdo desta descrição depreende-se que de fato, o objetivo desses cursos era promover a formação do indivíduo para o combate, para a luta em favor dos ideais nazistas; um treinamento com vistas à preparação para uma futura e esperada guerra. O treinamento em

⁴¹ Horst Wessel (1907-1930): estudante alemão, membro do Partido Nazista desde 1926, compôs a canção que se tornou hino dos nacional-socialistas, ao lado do hino alemão propriamente dito. Wessel morreu vítima de atentado. (KLEMPERER, 1999, p. 13).

torno da modulação do corpo e porque não dizer, das ideias, oferecido por esses cursos, era desenvolvido em caráter intensivo, deixando pouco, ou praticamente nenhum tempo para que os rapazes pudessem formular qualquer pensamento que não fosse dirigido aos ideais nacional-socialistas. Percebe-se que esse treinamento traduzia de forma clara os pressupostos educacionais concebidos por Hitler e expressos em *Mein Kampf*, os quais denotam que a fundamentação de todos os princípios educacionais por ele formulados, encontrava-se embasada em suas experiências durante a guerra, o que fazia o líder nazista buscar formas de realizar as modificações necessárias para evitar o que denominava de ocorrências desastrosas, que, em sua opinião, na maioria das vezes eram resultantes da educação mal orientada recebida pelos combatentes no período anterior a guerra. E tendo como premissa a ideia do preparo para o combate é mais que natural que, embora necessário, o aprendizado cultural e intelectual dos jovens fosse relegado ao segundo plano e que a sua não realização pouco ou nada significava, visto não ser capaz de proporcionar o condicionamento de caráter, físico e ideológico necessários ao combate. Para Hitler, era impossível adquirir supremacia mundial ou mesmo vencer uma guerra com meros conhecimentos teóricos que com o tempo, em sua grande maioria, se perdem no esquecimento.

Bleuel (1972) destaca a posição de conflito assumida pela JH em relação às autoridades familiar e escolar desde o seu início. A partir da obrigatoriedade de filiação, os jovens se tornavam alvo fácil para o adestramento.

Os jovens e as mocinhas eram agora obrigados a se incorporar às fileiras da Juventude Hitlerista. Sua vivacidade e seu entusiasmo em face das aparentemente livres e progressivas formas de vida juvenil abriram caminho para que, com iguais crença e fidelidade, aceitassem e absorvessem os ensinamentos e sermões diários que ali lhes eram ministrados entre os hinos matinais e as reuniões ao pé do fogo. (BLEUEL, 1972, p. 191)

Este autor afirma ainda que todos os ensinamentos recebidos pelos jovens nas reuniões, acampamentos e demais atividades junto a JH eram por eles levados à seus familiares e que isso acabava gerando sérios problemas nos lares alemães, prejudicando as relações entre pais e filhos.

Esses testemunhos adquiridos eram a seguir levados por eles para casa, onde os propagavam entre os seus que, em grande maioria, ainda se mantinha na condição de apertados, meros expectantes ou até mesmo opositoristas ferrenhos. E então a confiança e as relações entre pais e filhos eram súbita e radicalmente perturbadas. Assim, em vez de um esclarecimento franco e construtivo para muitos pais e mães

eram o silêncio e a prevenção que daí em diante se arvoraram em mandamentos domésticos. (BLEUEL, 1972, p. 191).

Dessa forma, a pedagogia nazista cumpria com seu principal pressuposto de suplantar a família e a escola na educação da juventude alemã, conforme assim desejava e determinava o líder do NSDAP.

Seguindo a filosofia da JH que era guiada pelo lema “a Juventude deve ser dirigida pela própria Juventude”⁴² (BLEUEL, 1972, 190), a direção das reuniões denominadas de Tardes domésticas – que aconteciam nos mais diversos locais, como, porões, celeiros e prédios vazios – estava a cargo de líderes cuja idade era pouco maior que a dos demais participantes. Segundo relato de um membro da JH apresentado por Bartoletti (2006), o líder de seu grupo, que se constituía em seu chefe sob todos os aspectos, exercendo sobre ele uma influência mais poderosa que a de seus pais e professores, não passava de um garoto de apenas dezessete anos. Nessas reuniões “as crianças cantavam, faziam jogos, decoravam frases de propaganda, ouviam palestras e liam folhetos: tudo para aprenderem a serem bons nazistas” (BARTOLETTI, 2006, p. 31), conforme estabelecia a pedagogia nazista.

As rádios, por meio de programas especialmente dedicados à JH, em aparelhos radiofônicos oficiais denominados de “Rádio do Povo”, que estratégica e premeditadamente, sintonizavam apenas as estações aprovadas pelo NSDAP, era outra forma de preencher o tempo dos jovens e contribuir para impregná-los com as ideias nazistas. Toda a programação estava voltada para alimentar as mentes juvenis com a ideologia formulada e propagada pelos teóricos nazistas que visava formar física, mental e espiritualmente o indivíduo nazi, concretizando a imagem do “indivíduo robusto, de caráter aguerrido” (HANNOUN, 1997, p. 36) e completamente submisso à autoridade do grupo e de seus representantes.

Os nazistas sabiam do que as crianças gostavam – uniformes, bandeiras, bandas de música, distintivos, armas e histórias de heróis – e ofereciam tudo isso em quantidade. Organizaram a JH como se fosse um exercito completo, até com regimentos. Um menino podia começar como *Pimph* (menino) para liderar um esquadrão, pelotão, companhia, batalhão e até um regimento. A menina podia começar em *mädel* (menina) até se tornar uma líder da ala feminina da JH. (BARTOLETTI, 2006, p. 31)

⁴² De acordo com Bleuel (1972), o lema “a Juventude deve ser dirigida pela própria Juventude” foi instituído por Baldur Von Schirach ao assumir a liderança da JH.

Porém, eram os acampamentos os grandes atrativos da JH e de acordo com Schirach, a melhor forma de se conseguir que os “jovens e moças se submetiam de boa vontade a um regime severo” (BLEUEL, 1972, p. 196). De acordo com Bartoletti (2006),

os nazistas acreditavam que os acampamentos inculcavam obediência, disciplina e respeito pelo duro trabalho físico [...] fortalecia o companheirismo entre os jovens de todas as classes, já que ricos e pobres viviam lado a lado, fazendo os mesmos trabalhos físicos e compartilhando as mesmas refeições. (BARTOLETTI, 2006, P. 63).

Em relação a esses acampamentos, Michaud (1996) relata que com eles, os jovens “assumiam a herança da *Jugendbewegung* dissolvidas [mas que] sob a liderança da HJ, haviam se tornado verdadeiros campos de treino militar” (MICHAUD, 1996, P. 301). Nesse sentido, Bleuel (1972) evidencia que a juventude foi atraída pelo “aspecto romântico do antigo Movimento Jovem, com suas barracas, cozinha de campanha, manobras táticas e conselhos ao pé do fogo [e iludida] quanto ao caráter militar da vida dos acampamentos” (BLEUEL, 1972, P. 196). Michaud (1996) confirma o exposto por Bleuel (1972) sobre a conversão dos acampamentos juvenis em campo de treinamento militar. Segundo este autor, a própria organização da JH apresentava um aspecto militar estruturado a maneira do exército, com uma “hierarquia vertical de seus 32 títulos e graduações e seu recorte geográfico em cinco seções” (MICHAUD, 1996, p. 302). O lema “Nós nascemos para morrer pela Alemanha” estava presente ornamentando todos os campos, de forma a fazer com que os jovens estivessem plenamente conscientes de sua pertença e de seu real papel dentro da nova nação.

Nesses acampamentos, em uma rotina distribuída em doze horas de atividades, oito de sono e duas de tempo livre, os jovens vivenciavam de fato um verdadeiro treinamento militar. Segundo Michaud (1996), as atividades para os rapazes encontravam-se divididas em:

treinamento em formação aberta e cerrada, camuflagens, emboscada para o inimigo, proteção de uma coluna em marcha, operações de batedores, montagem de tendas, cartografia, exercícios de tiro, assim como todos os esportes capazes de desenvolver o senso de desempenho. (MICHAUD, 1996, P. 302)

além das marchas e dos cursos de vôo a vela e a motor. Já as moças participavam de atividades mais leves que enfocavam aprendizados em torno de “conhecimentos aprofundados de socorro e salvamento’, ‘primeiros socorros’ e ‘defesa passiva’ em caso de ataque aéreo e guerra química” (MICHAUD, 1996, P. 302). As considerações apresentadas

por Bleuel (1972) e Michaud (1986) são confirmadas e reforçadas por Bartoletti (2006). Segundo apurou esta autora,

Como parte da obrigação de servir, os integrantes da JH acampavam três semanas no verão para se prepararem para a vida militar. Lá, os meninos aprendiam as qualidades de um bom soldado: limpeza, asseio, espírito de equipe e obediência. Cada semana tinha um lema: na primeira, “Nós lutamos!”; na segunda, “Nós nos sacrificamos!”; na terceira: “Nós vencemos!”. (BARTOLETTI, 2006, P. 65-66)

Esta autora relata ainda sobre o quanto a vida nesses acampamentos, que se iniciava às seis horas da manhã, era altamente militarizada. A descrição das atividades a que os meninos se encontravam submetidos, onde “aprendiam a obedecer ordens sem discutir e a matar, mesmo se isso significasse a própria morte” (BARTOLETTI, 2006, P. 66), reforça essa tese. Diante deste panorama, fica difícil não visualizar a preparação para a guerra, como também deixar de observar a sua total discrepância com a apregoada política apaziguadora de Hitler.

Em relação às meninas, apesar de receberem os ensinamentos que por certo as tornariam capacitadas a agir em favor de sua autoproteção e defesa em caso de guerra, e também, auxiliar nas tarefas de socorro e salvamentos de feridos, o aprendizado considerado de maior importância ainda era o “da maternidade e de sua função ‘vital’ para o futuro da jovem Alemanha.” (MICHAUD, 1996, p. 302), pois, era dessa forma que elas de fato corresponderiam ao desejo do *Führer*; “Era então que se tornavam verdadeiramente os ‘soldados de uma ideia’, com a missão de dar corpo ao ‘Reich ideal’”. (MICHAUD, 1996, p. 302).

O trabalho desenvolvido dentro da BDM para inculcar nas moças “seu dever com relação à raça” (MICHAUD, 1996, p. 302) e a ideia de que todas poderiam e deveriam contribuir para o futuro da nação conforme pregava o *slogan* “dar um filho ao *Führer*” (MICHAUD, 1996, p. 302) mostrou-se de extrema eficiência. Michaud (1996) afirma que o aprendizado dentro da BDM aliado à instauração em outubro de 1935, do chamado “casamento biológico”, recomendando as relações sexuais fora dos laços do casamento entre rapazes e moças unidos pelo mesmo ideal de conservação da raça” (MICHAUD, 1996, p. 302) apresentou resultados surpreendentes: mais de mil moças retornaram grávidas do congresso do partido realizado no ano seguinte na cidade de Nuremberg. Esse número que a princípio já se mostra absurdo, aumentou consideravelmente a partir de 1937. De acordo com Michaud (1996), “do ‘ponto de vista’ nacional-socialista, o *Führer* era, portanto, evidentemente, o pai simbólico de todos esses filhos nascidos sob o signo do ideal racional,

era ele que os gerava pela potencia da ‘ideia nacional-socialista’ e em virtude de sua ‘inabalável vontade’” (MICHAUD, 1996, p. 303). Dessa forma, nada mais natural que o Ministério do Interior do *Reich* concedesse a essas jovens o direito a serem chamadas de senhoras, afinal, simbolicamente, todas eram mulheres de Hitler, todas eram mães de seus filhos. Além desse direito garantido por meio de decreto, as jovens mães solteiras passaram também a representar “figuras de heroínas habitadas pela ideia nacional-socialista, lutando na ‘frente dos nascimentos’ para assegurar a reprodução do ‘material humano’” (MICHAUD, 1996, p. 303), necessário à construção da nova nação.

Bleuel (1972) relata que a quantidade de mães solteiras dentro da BDM à época era de tal monta que a sua sigla passou a ser alvo de diversas designações menos honrosas, como por exemplo,

“*Bald deutsche mutte*’ – Brevemente mais uma mãe alemã; “*Bubi drück mich*” – Menina me bolina; “*Bedarfsartikel deutscher Männe*” – Artigo de consumo dos homens alemães; “*Brauch deutsche Mädchen*” – Preciso de mocinhas alemãs; e “*Bund deutscher Milchkühe*” – União de vacas leiteiras alemãs”. (BLEUEL, 1972, p. 200).

Essa situação certamente não contava com o apoio incondicional de todos os pais, porém, pouco lhes restava fazer para conter a liberdade sexual de suas filhas, visto que, se expressassem qualquer aversão a disposição de suas filhas em dar um filho ao *Führer*, estavam sujeitos a serem por elas denunciados a polícia nazista como opositores da “política de *Bevölkerung*, de povoamento para o leste, que devia dar realidade ao ‘espaço vital’” (MICHAUD, 1996, p. 303).

Essa questão relacionada à maternidade fora do casamento aponta o que Lenharo (1996) chama de “tese do pragmatismo da ‘dupla moral nazista’” (LENHARO, 1996, p. 72). Segundo este autor, enquanto, por um lado, Hitler pregava em seu *Mein Kampf* a necessidade de uma educação severa e enfatizava o “casamento precoce e a família numerosa como recursos de regeneração da sociedade” (LENHARO, 1996, p. 72), por outro, possibilitava, inclusive por meios legais, a liberdade sexual tanto com fins de procriação quanto ligadas ao simples prazer. Essa abertura permitia e regulamentava a prostituição, vista como de utilidade pública, e também, permitia as relações pré e extraconjugais. Lenharo (1996) explicita que “o adultério não era condenado, as mães solteiras eram honradas, e a virgindade das moças deixava de ser valorizada” (LENHARO, 1996, p. 73). Considerando a caracterização de certa forma conservadora do povo alemão, que preservava e valorizava a instituição e a autoridade

familiar, é no mínimo intrigante verificar a aceitação de tal procedimento durante o Regime Nazista, visto a sua contradição com a tradicional moral familiar.

Quanto à educação feminina dentro da BDM, o seu fim maior era “a conscientização de suas obrigações comunitárias e de inteira predisposição ao sacrifício em prol da causa nacional-socialista” (BLEUEL, 1972, p. 199), ou seja, cumprir com a missão de povoar a nova Alemanha com o melhor e mais puro material genético idealizado pela doutrina nazista.

4.2.3. Sessões especializadas da JH

Com o passar do tempo, a JH começou a perder o seu encanto para alguns de seus membros. Para muitos, as atividades pertinentes a organização passaram a representar “apenas mais uma parte da rotina da semana” (KOCH, 1973, p. 126). Essa queda no entusiasmo dos membros da JH que se refletia na disciplina e no treinamento, não passou despercebida aos líderes da organização que prontamente tomaram as providências necessárias para reacender a chama do entusiasmo inicial que envolvia e contagiava a todos. Procurando maneiras de atender “aos interesses especiais de seus membros” (KOCH, 1973, p. 126) e, obviamente, vislumbrando necessidades futuras, inseriram formações especializadas dentro da JH. Dentre essas formações, Bartoletti (2006) destaca como de maior popularidade entre os meninos a *Flieger*-JH (Força aérea), a *Motor*-JH (motocicletas) e a *Marine*-JH (Marinha).

Koch (1973) relata que no ano de 1934, os membros da JH receberam permissão para participar da Associação Alemã de Esportes Aéreos e para em grupos se mobilizarem, dentro da própria organização, para o planejamento e a construção de modelos de planadores. Posteriormente, por volta de 1937, os líderes da JH fundaram a sessão denominada de *Flieger*-JH que possibilitava aos seus jovens membros adquirir os conhecimentos rudimentares em torno de aeronáutica que os habilitaria a integrar, ao completarem dezoito anos, o “NS-*Flieger-Korps* (Corpo de Aviadores Nacionais-Socialistas)” (KOCH, 1973, p. 126), onde receberiam instruções de vôo em planadores e em aviões motorizados. Este se configurava “o primeiro passo para ser piloto da Força Aérea Alemã” (BARTOLETTI, 2006, p. 65).

A *Motor*-JH, criada no ano de 1933, destinava-se a receber jovens acima de dezesseis anos para o aprendizado de direção de motocicletas. Nessa seção, os meninos recebiam – após o devido treinamento de direção em veículos automotores – a Carteira de habilitação, recebendo também, conhecimentos sobre mecânica e sobre os códigos de trânsito nacional e

internacional. Segundo Koch (1973), esse treinamento tinha como finalidade preparar os jovens para posteriormente servirem “nas unidades motorizadas e no corpo de motoristas da *Wehrmacht*” (KOCH, 1973, p. 129).

Figura17 - Membros da formação especial – Motor-HJ. Em 1933, esta formação possuía 3.000 membros.



Fonte: Koch (1973, p. 128)

A Seção “*Marine-JH – A Juventude Hitlerista Naval*” (KOCH, 1973, p. 129) oferecia a seus membros, por meio de um rigoroso treinamento, o aprendizado em torno de navegação e de remo em lagos e rios, que os certificava para no futuro, integrarem o corpo da Marinha Alemã.

Figura 18 - Futuros almirantes da *Marine-HJ*, recebendo uma lição de cartografia.



Fonte: Koch (1973, p. 128)

A JH disponibilizava ainda, outras formações menores como, por exemplo, a unidade de comunicação, onde os jovens “aprendiam a telegrafar em código Morse” (BARTOLETTI, 2006, p. 65); a unidade que cuidava dos futuros médicos; a *Reiter-JH*, uma unidade de cavalaria que tinha como objetivo atrair a juventude pertencente às zonas rurais e ainda, a–Força de Patrulha – “que atuava como se fosse uma ala jovem de agentes da Gestapo, prendendo crianças e adolescentes que desrespeitavam a lei”. (BARTOLETTI, 2006, p. 65). A força de ação dos membros dessa sessão – como se pode observar na descrição de Bartoletti (2006) – era, de certa forma, de grande monta, assumindo ao mesmo tempo, aspectos e atitudes de investigadores, espiões e policiais. Os garotos integrantes da *Streifendienst* estavam, inclusive, autorizados a aplicar a repreender e até mesmo punir àqueles que não fizessem a saudação hitlerista de forma adequada.

Ficavam atentos a menores de idade que fumassem ou bebessem, sendo condenados a três semanas de prisão e multa de cinquenta *reischsmarks*. Conferiam carteiras de identidade para evitar que adolescentes menores assistissem a filmes proibidos, com cenas de dança e beijos. Conferiam se os jovens se comportavam de forma ordeira em lugares públicos. Notificavam sobre vizinhos suspeitos e chegavam a acompanhar os serviços religiosos para garantir que os sermões estavam de acordo com os princípios nazistas. (BARTOLETTI, 2006, p. 65).

Além dessas formações ou seções especializadas, os jovens hitleristas eram também integrados a outro serviço especial: o serviço agrícola. Essa integração, que era compulsória, possuía finalidades bastante definidas, as quais, segundo Koch (1973), foram explicitadas em circular expedida pelo NSDAP em janeiro de 1940.

O serviço agrícola é uma tarefa política do nacional-socialismo. Sua finalidade é levar rapazes e moças da cidade de volta a terra, criar novos recrutas para ocupações agrícolas e garantir sua continuidade. Os melhores deles devem receber oportunidades de se estabelecerem. A JH é o único executor do serviço agrícola... (KOCH, 1973, p. 129).

Com esse serviço, cumpria-se o pressuposto do sangue e terra apregoados pelo NSDAP e ainda, garantia-se para o futuro, a mão de obra necessária a substituição dos trabalhadores rurais que por ventura fossem convocados para a guerra. Koch (1973) relata que durante a Segunda Guerra Mundial, mais de trinta e oito mil jovens assumiram postos de trabalho junto à produção agrícola “para que a fome não comprometesse a fama do superguerreiro germânico”. (KOCH, 1973, p. 129).

4.3. A juventude dissidente

De acordo com Michaud (1996), os jovens alemães eram considerados objetos privilegiados do *Führer* e possuíam clara consciência desta condição. No ano de 1939 já somavam em torno de nove milhões de jovens a aceitar – por bem ou por mal – o pacto que o autor classifica de “mais que faustino” (MICHAUD, 1996, p. 307). Ainda segundo este autor, qualquer compreensão em torno do laço estabelecido entre a juventude e Hitler faz-se necessário esclarecer a sua natureza material. Aquilo que seduzia aos jovens encontrava-se “além do programa ‘de independência, de liberdade e de felicidade’ proposto por Hitler” (MICHAUD, 1996, p. 307). A imagem do poder de invencibilidade apresentado por meio dos desfiles fardados, das bandeiras, dos tambores e dos cantos eram os maiores objetos de sedução. Esses espetáculos exerciam o poder de “despertar em cada um o desejo de tomar parte nele como em uma grande obra de arte coletiva, a que Wagner chamara de ‘a obra de arte comum do futuro’” (MICHAUD, 1996, p. 307, 308) por meio da qual se conseguiria atingir a redenção de todo um povo.

Hitler, como organizador artístico dessa obra estava atento aos mínimos detalhes, inclusive aos uniformes. A remodelação dos trajes coordenada por diversas vezes por Hitler se fazia acompanhar da remodelação dos comportamentos de toda a nação e, dessa forma, se projetava a transformação de todo o cenário, o grande palco para a ópera de criação de uma nova civilização alemã.

Ainda segundo Michaud (1996), o grande objetivo da arte – pela via política – era agir na transformação do material humano. Essa missão artística não consistia em apenas unir o povo, mas, em criar, dar forma, eliminar o doente – ou aquilo que contrapusesse ou ofendesse a beleza – e abrir espaço para aquilo que era considerado saudável – belo –, dando o direito, inclusive, “de violentar o material humano (*Menschmaterial*) quando opunha resistência à sua transformação segundo a ideia” (MICHAUD, 1996, p. 309). Essa ideia de seleção e de eliminação se configurava no coração do ideal nacional-socialista. Hitler esperava de sua juventude que esta aderisse e praticasse o mesmo fanatismo que, em sua opinião, possuíam e eram essenciais aos artistas. Fanatismo que de acordo com Klemperer (2009) encontrava-se impregnado em todos os mecanismos educativos nazistas. Hitler desejava que os jovens de fato encarnassem – em seus trajes e em seus comportamentos – o *Reich* eterno, tornando-se um exemplo a ser seguido por todo o povo.

Ao convocar os jovens a tornar-se os artistas do povo alemão e, simultaneamente, a ser a obra de arte que lhe serviria de modelo, Hitler, conscientemente ou não, fazia seu um dos pressupostos mais ousados da modernidade, segundo o qual o possível e o real mudaram de posição. [...] aí residia o “arcaísmo” que Hitler herdava da teoria “clássica” da arte – tratava-se antes de tudo, por meio dessa representação da juventude, de sair da história para ganhar a eternidade pela “Arte, eternamente jovem” (Wagner). (MICHAUD, 1996, p. 309, 310).

Para que essa obra de arte se concretizasse era preciso eliminar, não apenas o judeu, mas a influência judia que, segundo Hitler (1983), contaminava o espírito do alemão. Era preciso, conforme explicita Michaud (1996) destruir o judeu que existia dentro de cada indivíduo. Quando se refere ao judeu interno, os nazistas tinham em vista os jovens que, rebelando-se às imposições da JH, se organizavam para protestar contra a repressão, assumindo um comportamento confrontador ao ideal de juventude idealizado por Hitler.

Desde o início da implantação do movimento juvenil dentro da organização do NSDAP, conforme já explicitado neste capítulo, os líderes nazistas tinham a pretensão clara e objetiva de proceder a dissolução de todos os grupos e associações de jovens que se encontrassem vinculados a crenças e ideologias que não se enquadrassem na causa por eles abraçada. No princípio houve a preocupação de atrair esses grupos na tentativa de incorporá-los a JH. Posteriormente, passaram da persuasão à obrigação e a proibição, ou seja, proibiram a criação e mesmo a continuidade de todo e qualquer grupo juvenil independente, determinando que apenas a JH tivesse lugar na Alemanha e que todas as crianças e jovens, a partir dos dez anos de idade, deveriam obrigatoriamente filiar-se a ela. No entanto e apesar de todo esse cuidado, alguns grupos e líderes juvenis não se renderam aos “encantos” da JH e por esse motivo passaram a existir – e agir – na clandestinidade. Alguns, inclusive, conforme relata Koch (1973), conseguiram infiltrar alguns de seus membros na organização nazista com o objetivo de ficar a par de todos os acontecimentos. Segundo o autor, um desses grupos considerado como de maior importância, denominava-se “Frente Negra” e tinha como líder Otto Strasser, um antigo membro do NSDAP.

Por determinado período – mais no início do movimento – esse tipo de estratégia ainda se fazia possível, porém, como o passar dos tempos e com a cada vez maior consolidação do poder do NSDAP no país, essas ações foram se tornando mais difíceis e perigosas. “Por iniciativa de Schirach, começou o arrebanhamento de todos os líderes dos Movimentos Juvenis Alemães” (KOCH, 1973, p. 130). Muitos desses líderes acabaram na prisão, outros foram enviados aos campos de concentração especialmente criados para recebê-los e outros ainda, foram vítimas de assassinatos. Aqueles que conseguiram permanecer em liberdade

passaram a viver sob vigilância constante, o que os forçava a emigrar para países vizinhos, de onde tentavam alertar e influenciar o povo alemão, por meio de “periódicos e folhetos de propaganda que eram contrabandeados para a Alemanha”. (KOCH, 1973, p. 132).

Além desses movimentos clandestinos que se dedicavam a enviar ao povo alemão informações sobre o que de fato ocorria no país, a JH enfrentava problemas internos de rebeldia que precisavam ser combatidos. Um desses problemas dizia respeito aos jovens desertores que, cansados da rotina obrigatória da JH, se uniam em grupos para se rebelarem contra o serviço compulsório. Outro problema relacionava-se aos jovens que, apesar de continuarem com membros da JH, formavam verdadeiras quadrilhas que se rebelavam “contra a conformidade e [...] contra a arregimentação compulsória”. (KOCH, 1973, p. 133)

Confirmando as considerações apresentadas por Koch (1973) em relação à resistência juvenil, Lenharo (1986) afirma que, embora não apresentasse contornos espetaculares, mantendo-se muitas vezes num silêncio que chegava a intrigar as autoridades, esta existiu de forma efetiva. A colaboração juvenil estudantil ao NSDAP, de acordo com este autor, foi de apenas dez por cento de seu total

Bartoletti (2006) também faz menção aos grupos juvenis da resistência e aponta o grupo *Weisse Rose* (Rosa Branca), fundado por estudantes da Universidade de Munique no ano de 1942, como um dos mais famosos. Formado por um professor e seis estudantes universitários – os quais eram jovens egressos de diversos movimentos juvenis, inclusive da JH –, esse grupo, após tomar conhecimento sobre a verdadeira face do Terceiro *Reich* e de tudo que de fato ocorria por detrás de suas gloriosas cortinas, se mobilizou promovendo ações que tinham como objetivo alertar ao povo que se rendera aos encantos do nacional-socialismo, pois compreenderam que era preciso fazê-lo conhecer toda a verdade que se ocultava atrás dos planos grandiosos de Hitler. Os jovens integrantes do Rosa Branca se organizaram e “partiram para a denúncia do regime.” (LENHARO, 1986, p. 13). As atividades desse grupo consistiam na pichação de paredes das “casas da cidade com a frase ‘espírito vive’” (LENHARO, 1986, p. 13) e na panfletagem dentro e fora da universidade, “apelando para a ‘renovação do espírito, gravemente ferido’. Conclamavam as pessoas a se manifestarem, a romperem o círculo da culpa, em suma, a reagirem”. (LENHARO, 1986, p. 13). Bartoletti (2006) relata que os folhetos distribuídos pela cidade de Munique e cidades do sul da Alemanha eram denominados de “Folhetos Rosa branca”. Ainda de acordo com esta autora, a mensagem contida nesses folhetos envergonhava o povo alemão. O conteúdo de um desses folhetos trazia a seguinte mensagem.

Informamos que, desde a conquista da Polônia, 300 mil judeus foram assassinados lá da forma mais animalésca. Estamos assistindo ao crime mais assustador contra a dignidade humana, um crime sem paralelo na História. Pois judeus também são seres humanos. (BARTOLETTI, 2006, p. 99).

Descobertos pela polícia nazista durante uma panfletagem na universidade onde estudavam, foram presos e em seguida julgados pelo denominado Tribunal do Povo que os considerou culpados, condenando todos à morte por decapitação.

Hans Scholl, que na infância e adolescência servira brilhantemente na *Jungvolk*, aonde chegara à posição de *Fähnleinsführer* (líder de esquadrão), chegando a comandar um pelotão de cento e cinquenta jovens e que, cansado do conformismo exigido dos integrantes do movimento, pediu seu afastamento, estava entre esses jovens, juntamente com sua irmã, a estudante Sophie Scholl.

O grupo Rosa Branca, conforme apontam Koch (1973), Lenharo (1986), Bartoletti (2006) e Gilles (1985), foi sem sombra de dúvida, o mais famoso grupo de resistência ao Regime Nazista, porém, não foi o único. Muitos jovens, a exemplo de Hans e Sophie, que cansados da JH e de suas exigências e também, de serem controlados pelo nazismo e seu *Führer*, formaram grupos ilegais em atividades antinazistas. Esses jovens, segundo Bartoletti (2006) se rebelavam contra o regime em busca da liberdade perdida. De acordo com a autora, esses jovens “queriam direitos individuais, ou seja, liberdade para falar o que pensavam, para ler o que quisessem, para se vestir como desse vontade, cantar e dançar as músicas que gostassem” (BARTOLETTI, 2006, p. 102), em suma, queriam tudo aquilo que o nazismo havia lhes tirado: a liberdade de serem eles mesmos. Himmler⁴³ classificava esses grupos, que denominava de quadrilhas, em três categorias: a primeira categoria era classificada como “de caráter criminoso anti-social” (MICHAUD, 1996, p. 312), cujas manifestações consistiam em algazarras e infrações policiais; a segunda envolvia um caráter de oposição política expressado pela rejeição e indiferença as organizações e determinações do NSDAP e a terceira era qualificada como “individualista liberal” (MICHAUD, 1996, p. 312) e apresentava um comportamento de confronto aos modelos comportamentais e de vestuários definidos pelos nacional-socialistas; seus membros que, normalmente, pertenciam à classes mais sociais mais elevadas, procuravam apenas a satisfação de seus desejos pessoais “adotavam os ‘ideais ingleses’, a língua, o comportamento, os trajes ingleses; preferiam o jazz

⁴³ Chefe da SS e da polícia nazista.

e a música *hot*, o *swing* etc.” (MICHAUD, 1996, p. 312), o que os tornava alvo das perseguições nazistas e pretensos candidatos aos campos de concentração.

Em relação a esses grupos, que possuíam nomes pitorescos como: Piratas de Edelweiss, Os navarros, Gangue Negra, Tropa Libertina, Bartoletti (2006) afirma que suas ações não visavam propriamente denunciar o regime como o fazia o Rosa Branca, mas tão somente transgredir as normas nazistas e levar perturbação aos integrantes da Patrulha da JH. Essa era a maneira encontrada por esses jovens para se rebelarem, demonstrando sua revolta perante a vida controlada a que se submetiam todos os alemães. Os jovens membros desses grupos eram alvo de constante perseguição e quando apanhados pela polícia nazista eram imediatamente encaminhados aos campos de concentração, onde permaneciam sob a constante vigilância “dos oficiais da polícia, soldados e recém-recrutados líderes da JH” (BARTOLETTI, 2006, p. 103).

Esses grupos se encarregavam de contribuir para o fracasso da visão de Hitler de que todos os jovens deveriam se tornar soldados da sua idéia.

5. A EDUCAÇÃO NO TERCEIRO REICH

A educação, seja familiar ou institucional, sempre foi considerada de importância vital para a formação do indivíduo, especialmente na modernidade e na contemporaneidade. A crença de se iniciar esta educação o mais cedo possível para se obter melhores resultados não é nenhuma novidade e isto, conforme destaca Arendt (2001, p. 225, 226) baseia-se na suposta superioridade do adulto e nas relações de poder. A autora diz que

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca a política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há uma inversão ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e na tentativa de produzir o novo como em *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. Por esse motivo na Europa, a crença de que se deve começar das crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrina. (ARENDR, 2001, p. 225, 226)

Diante das considerações de Arendt (2001), faz-se importante, para compreender a adesão das crianças e dos jovens alemães às ideias e teorias nazistas, buscar conhecer qual o papel desempenhado pela educação dispensada a eles durante o Terceiro *Reich*, no sentido de apurar de que forma e até onde a sua influência foi responsável pela modelagem de seus comportamentos.

Goldhagen (1997, p. 37) relata que no ano de 1941,

um educador americano intimamente familiarizado com as escolas nazistas advertiu que ‘a educação nazista [...] produziu uma geração de seres humanos na Alemanha nazista tão diferente da juventude americana normal que a mera comparação acadêmica nos parece inútil e qualquer tipo de avaliação do sistema educacional alemão é extremamente difícil. (GOLDHAGEN, 1997, P. 37).

5.1. Educação geral: concepções, conceitos e diretrizes

Durante o Terceiro *Reich* (1933-1945) houve uma crescente valorização da juventude alemã que, explícita ou implicitamente tinha como objetivo atrair os jovens para o movimento e utilizar seu potencial a serviço do NSDAP. Essa ideia já começava a se delinear, segundo aponta Michaud (1996, p. 291) na fala do Chefe da organização do partido nazista, Gregor

Strasser⁴⁴ (INE), que no ano de 1927 bradava “Caiam fora, velhos!”. Sete anos mais tarde, em 1934, o então chefe da Juventude do *Reich*, Baldur Von Schirach, confirmava essa ideia ao dizer que “só o que é eternamente jovem deve ter seu lugar (*Helmat*) em nossa Alemanha”, e que ‘os homens interiormente velhos são a peste de um povo são’”. (MICHAUD, 1996, p. 291) As palavras de Schirach esclarecem o verdadeiro sentido dado à juventude e revelam o seu real significado no Terceiro *Reich*, segundo a visão de Hitler e de seus partidários. Essa juventude enaltecida pelos nazistas, não estava relacionada simplesmente ao estado biológico do ser humano, a determinado período da vida que antecede a maturidade, mas a uma atitude. Era a juventude de espírito, de ideias. Jovem na concepção nazista era todo aquele que compreendia, aceitava e internalizava as novas ideias e as novas metas que se instituíam na Alemanha com o novo regime; era aquele que se comprometia com e por elas.

De acordo com Michaud (1996), Schirach, o *Führer* da JH, propagava que o jovem que marchava nas fileiras da JH não era simplesmente um número entre milhões, “mas o soldado de uma idéia”. (MICHAUD, 1996, p. 291). A ideia a que todo jovem alemão deveria se dedicar como um soldado inseria-se na questão do sangue, ou melhor, era de fato o seu sangue e a sua raça. Assim, esse jovem soldado tinha um combate a ser permanentemente travado durante toda a sua vida. Esse combate não se encontrava relacionava ao simples conflito de gerações, que existe em todos os tempos e lugares, nem mesmo se inseria na “luta contra o sistema de Weimar” (MICHAUD, 1996, p. 291). O seu alcance era historicamente maior. Tratava-se do eterno combate que a raça ariana travava para a preservação da pureza de seu sangue e que, o jovem soldado – de qualquer idade – não deveria medir esforços para defendê-la.

De acordo com Vitkine (2010), Hitler possuía plena consciência da dificuldade de transformar os alemães adultos em nazistas convictos, mas “a juventude, em compensação, pareceu-lhe um eldorado a ser conquistado a qualquer preço. O novo alemão seria formado na idade em que se é realmente maleável” (VITKINE, 2010, p. 58), ou seja, transformar aqueles que já se encontravam formados física e intelectualmente se constituía em uma tarefa difícil e praticamente impossível, assim, o cuidado deveria ser transferido para a juventude, que desde a mais tenra idade, deveria ser submetida a uma educação que de fato a moldaria em conformidade com aquilo que Hitler e o nazismo esperavam. Uma das questões centrais dessa

⁴⁴ Gregor Strasser (1892-1934): político alemão, membro do NSDAP desde 1921. Participou do golpe de Estado organizado por Hitler. Foi assassinado durante a noite das facas longas.

educação estava relacionada ao sangue e nesse ponto, Hitler (1983) se expressa de forma categórica ao se referir a importância da preservação de sua pureza.

A perda da pureza de sangue por si só destrói a felicidade íntima, rebaixa o homem por toda a vida, e as conseqüências físicas e intelectuais permanecem para sempre. Todos os demais problemas vitais, examinados e comparados em relação a este, aparecerão ridiculamente mesquinhos. Todos são limitados no tempo. A questão, porém, da conservação ou não conservação do sangue perdurará sempre, enquanto existir a Humanidade. (HITLER, 1983, p. 211).

Nesse sentido a escola seria o palco ideal para iniciar o trabalho de firmar na mente e nos corações dos jovens esse compromisso com a ideia e, especialmente com os cuidados em relação à preservação da raça, e o Estado deveria assumir o compromisso de conduzir a educação de forma a promover o aprendizado necessário para que esta conscientização em torno da raça se efetivasse de forma precisa e definitiva. Para Hitler (1983), conforme explicitamente destacado em *Mein Kampf*, a educação de todo o povo deveria ser dirigida pelo Estado de modo a preparar a infância, segundo suas palavras, “desde os primeiros tempos” (HITLER, 1983, P. 256) para que esta fosse capaz de “enfrentar a luta pela vida” (HITLER, 1983, p. 256) que a aguardava e que todo o cuidado deveria ser tomado para que não se formasse “uma geração de comodistas” (HITLER, 1983, p. 256). Todo esse trabalho educativo, de acordo as ideias do líder nazista, deveria ter início no lar, sob os cuidados atentos das mães, e continuado pelo Estado.

Em relação à responsabilidade do Estado – no caso o racista – na educação das crianças e jovens alemães, que não se limitava aos bancos escolares e que suplantava inclusive a família, Michaud (1996) apresenta as seguintes considerações.

Porque essa tarefa de formação (Bildung) e de educação (Erziehung) cabia em primeiro lugar ao estado racista ou “étnico” (völkisch), a família e a escola iam pouco a pouco tornar-se lugares ou instâncias secundárias, naturalmente subordinadas às organizações paramilitares da juventude. [...] a escola, embora fosse menos imediata e com freqüência menos controlável ideologicamente, continuava a ser – sobretudo no início do novo regime – o único lugar em que o Estado racista podia esperar deixar sua marca no conjunto dos jovens alemães. (MICHAUD, 1996, p. 292).

Com o Estado à frente da educação dos jovens durante o Terceiro *Reich*, a autoridade familiar pouco a pouco declinava fazendo surgir um novo estilo de vida, definido por

Rosenberg⁴⁵ como o de uma “coluna em marcha” (MICHAUD, 1986, p. 292), e a escola, cabia então assegurar “um papel articulador na formação desses jovens, cuja missão era dar corpo e realidade ao ‘Reich ideal’ (*ideales Reich*)”. (MICHAUD, 1996, p. 292).

Objetivando sintetizar os princípios que deveriam nortear a política nacional-socialista do futuro, bem como sua atitude em relação à juventude, Hitler fez uma declaração no ano de 1924, antes mesmo de assumir o poder, com a qual iniciava a sua sementeira no solo da juventude, que, carente de possibilidades, mostrava-se apta não apenas a receber as sementes, mas a fazê-las germinar e frutificar rapidamente.

A meta do estado popular tem de ser a orientação de seu trabalho educacional não para o simples fim de ministrar conhecimentos, mas para criar e treinar corpos saudáveis. O treinamento das faculdades intelectuais representa apenas um objetivo secundário. Mas também nisto deve-se dar ênfase, em primeiro lugar, á modelagem e formação do caráter, sobretudo para desenvolver a força de vontade e a capacidade de tomar decisões, juntamente com pronunciado senso de responsabilidade. O treinamento erudito e científico ocupa o último lugar... um homem de pequenas realizações intelectuais, mas fisicamente saudável, de caráter bom e estável e pronto a tomar decisões responsáveis, é mais valioso e vantajoso para a comunidade nacional do que uma pessoa fraca e de elevada cultura. (KOCH, 1973, p. 9).

Sempre visando conquistar a juventude e explicitar de maneira clara o que esperava em relação a sua formação, o líder nazista aproveitava todas as oportunidades para pronunciar seus conceitos e aspirações, onde além de exaltar o potencial dos jovens, expunha todas as suas ideias que se tornavam determinações. Exemplo disso pode ser observado no discurso inflamado proferido por ele no ano de 1935 – quando já se encontrava à frente do comando da nação – durante a abertura do Congresso do Partido em Nuremberg, aos 54 mil jovens pertencentes a Juventude Hitlerista, onde, segundo relata Bleuel (1972), proclamou o seu pensamento sobre o que esperava da nova juventude alemã, sobre quem repousava as suas expectativas, bem como o futuro da nação.

Hoje já não é mais no rotineiro bebedor de cerveja que vemos o ideal do povo alemão, mas sim, nos homens e moças higidamente saudáveis de animo rijo. O que

⁴⁵ Alfred Rosenberg (1893-1946), considerado um dos principais autores dos credos ideológicos nazistas, incluindo a política racial da Alemanha nazista, o anti-semitismo, a *Lebensraum*, a revogação do Tratado de Versalhes, e a oposição à arte degenerada. É conhecido também, por sua rejeição ao Cristianismo, ao jogar um papel no desenvolvimento do Cristianismo Positivo. Em Nuremberg, foi julgado e condenado à morte por crimes contra a humanidade. Disponível em: <[http://www.enotes.com/topic/List of Nazis](http://www.enotes.com/topic/List_of_Nazis)>. Acesso em: 02 out. 2011.

agora esperamos de nossa juventude alemã é algo diferente do que se desejava no passado. (BLEUEL, 1972, p. 152).

Com estas palavras, Hitler evidenciava a sua intenção em incutir nos presentes o seu desejo, mostrando que a imagem tradicional sobre a reputação cervejeira dos jovens alemães, que até então se constituía em um ideal a perseguir, era deturpada e errônea e que a verdadeira imagem a ser incorporada pela juventude deveria ser a do jovem física e mentalmente saudável, forte, corajoso e empenhado em fornecer à nação aquilo de que ela necessitava, ou seja, os meninos deveriam se tornar soldados eficientes e as meninas, mães operosas dispostas a oferecer muitos filhos saudáveis e “puros” à nação e ao “seu *Führer*”. E este era o fim maior a que a educação deveria almejar; o intelecto era fator secundário e mesmo dispensável.

Hitler possuía uma concepção bastante particular sobre os efeitos produzidos pela educação intelectual, o que o fazia proclamá-la como nociva. Assim, durante o Regime Nazista “o saber é poder foi estigmatizado como uma molesta fórmula de decadência burguesa.” (BLEUEL, 1972, p. 153). No ano de 1932, o líder nazista formulou a receita de educação para o futuro que pretendia para a sua juventude.

[...] em 1932, Hitler expôs insistentemente os motivos que o levaram a, de uma vez por todas, suprimir aquilo que então se convencionara chamar de educação geral. A seguir, esboçou sua bárbara receita: “A educação geral é o veneno mais desintegrador e dissolvente já descoberto pelo liberalismo para a sua própria destruição. A plena liberdade educacional é um privilégio da elite e de mais uns poucos a que ela proporciona tal acesso. Todo o complexo científico deve permanecer em constante seleção e controle. O saber é um recurso auxiliar de vida, mas não a sua própria razão de ser. E assim nos tornaremos mais conseqüentes, proporcionando a ampla massa dos níveis inferiores uma oportunidade de participarem dos benefícios do analfabetismo. (BLEUEL, 1972, p. 153). (Grifo nosso)

Inicialmente, as palavras pronunciadas por Hitler nesta assertiva, do ponto de vista do acesso possibilitado pela educação geral, poderiam até serem consideradas louváveis, visto sugerirem que o grande líder do NSDAP encontrava-se plenamente consciente dos problemas que a afetavam e da dificuldade em fazer com que a educação científica e intelectual atendesse a todas as camadas da população, acabando por beneficiar apenas uns poucos privilegiados, enquanto que a maioria da população, especialmente a camada social e economicamente menos favorecida, ficava a margem dessa educação. Porém, ao longo de sua exortação, esta visão se desmantela, visto ser notório que Hitler, ao apontar a grande deficiência do sistema educacional alemão, não o fez no sentido de demonstrar sua

preocupação em buscar os meios para solucioná-la, no sentido de ampliar o seu alcance de modo a conseguir abarcar a toda a população. O seu objetivo é claramente definido quando a classifica como nociva e, portanto, desnecessária. Em sua opinião, conforme explicitado acima, a seleção e o controle do acesso a educação científica era primordial e que, o analfabetismo poderia ser um grande benefício para a grande massa que não se encontrava apta ou em condições de ser contemplada por esta educação. Esta questão, ou seja, o fato de Hitler e seus companheiros de partido propagarem o analfabetismo como benéfico, se pensada correlacionando-a aos ideais almejados pelos nazistas, torna-se, em partes, perfeitamente compreensível, visto que para atingir seus objetivos era imprescindível conquistar o apoio, ou melhor, a adesão cega da massa, e quanto mais carente de conhecimentos e de informações se apresentasse o indivíduo, mais facilmente este seria conduzido e menos resistência ofereceria a “doutrinação” e ao controle desejados, o que retrata claramente o temor ao ser pensante. No entanto, se a visualizarmos tendo em vista o fim maior objetivado pela educação nazista, que seria o militar, onde os jovens seriam preparados para se tornarem soldados em potencial com o objetivo claro de defender a Pátria no caso de uma guerra – que, tudo indica já estava premeditada desde o início como necessária – esta ideia se apresenta como absurda, visto que, um soldado quando em combate se depara com procedimentos que requerem o uso tanto da leitura quanto da escrita. As instruções, mensagens de superiores, mapas e manuais técnicos sobre armamentos e instrumentos diversos, necessariamente, exigem deste soldado um mínimo de conhecimento que o permita proceder a leitura e em alguns casos, a escrita, coisas que não condizem com o analfabetismo. Talvez, entre aqui a questão da seleção que a princípio norteava os pensamentos dos líderes do NSDAP que definia claramente que nem todos os indivíduos se encontravam aptos ou eram merecedores de exercer determinadas funções, apenas os considerados indivíduos superiores, os portadores do mais puro e nobre sangue: os Arianos.

Embora Hitler ambicionasse ver essa sua ideia de educação plenamente concretizada, o tempo não lhe permitiu. Contudo, é inegável o fato de que o seu direcionamento foi impulsionado no sentido de alcançar o fim desejado. Para isso, além de efetuar a nazificação das escolas já existentes, criou-se durante o Terceiro *Reich*, as escolas nacional-socialistas, para onde eram encaminhadas todas as crianças e jovens em idade escolar que, por meio de um rigoroso aprendizado, eram submetidos à ordem e a disciplina, início da educação a que estariam subjugados, segundo palavras proferidas pelo próprio Hitler, durante a comemoração do Dia do Partido no ano de 1935, até o fim de suas vidas.

No futuro, o jovem homem ascenderá de uma escola para outra. Esta ascensão terá início na idade infantil e irá se encerrar quando o já veterano combatente atingir a idade madura. De então em diante ninguém dentre eles poderá dizer que em alguma época de sua vida atravessou uma fase em que teve de contar exclusivamente consigo mesmo. (BLEUEL, 1972, . 153).

Desde o início, o que de fato importava era incutir nas mentalidades juvenis que o primordial não era o interesse individual, mas o coletivo e que este último deveria sempre sobrepujar ao primeiro. Assim, o jovem era privado da liberdade de decidir sobre sua vida e seu futuro, isto já não lhe pertencia; nem mesmo aos familiares era garantido este direito. O que direcionava o caminho de cada jovem alemão era o interesse geral, do povo e da nação alemã. Era preciso que todo o povo fosse direcionado a dirigir sua vida em favor da coletividade e, nada melhor que proceder a essa iniciação por meio dos jovens, conforme aponta Bleuel (1972).

Em quem melhor inculcar esta posição e em condições de mais favoráveis perspectivas senão na entusiástica receptividade da juventude? Daí também não se haver postergado um só minuto em basear nesta mesma juventude o proclamado *Reich* de Mil Anos e todo o futuro da nação. (BLEUEL, 1972, p. 153).

Um fator importante a se considerar e que, certamente contribuiu para o direcionamento anti-intelectual da educação nazista, encontra-se relacionado ao pensamento alimentado por Hitler em relação aos professores e aos conhecimentos acadêmico-científicos. O líder do NSDAP cultivava desde a juventude um profundo desprezo por todos os professores e pela vida acadêmica, desprezo que é explicitado por ele de forma clara por todo *Mein Kampf* e também em suas conversas informais com os companheiros de partido. De acordo com os relatos apresentados por Shirer (2008) e conforme se pode constatar em suas palavras sobre os mestres que fizeram parte de sua vida educativa, Hitler nutria verdadeiro asco pela classe docente que, em sua opinião, era em sua maioria composta por desequilibrados.

Quando penso nos homens que foram meus professores, percebo que quase todos eles eram ligeiramente malucos. Os que podiam ser considerados bons mestres eram raros. É trágico pensar que tal gente tenha o poder de barrar o caminho a um jovem. Guardo as mais desagradáveis lembranças de meus mestres. Seu aspecto exterior exsudava limpeza [...] Eram produto de um proletariado destituído de toda independência pessoal de pensamento, que se distinguiu por uma ignorância sem paralelo e que prestava admiravelmente a tornar-se os pilares de um falso sistema de governo [...].

Quando me lembro de meus professores de escola, compreendo que metade deles era constituída de anormais [...] Eram, em sua maioria, um tanto ou quanto desequilibrados mentalmente, e alguns deles terminaram seus dias como lunáticos declarados!

[...] Nossos mestres eram tiranos absolutos. Não tinham simpatia alguma pela juventude; seu único objetivo era entulhar nossos cérebros e converter-nos em macacos eruditos, como eles próprios. Se algum aluno revelava o menor traço de originalidade, perseguiam-no sem cessar, e os alunos modelos que vim a conhecer fracassaram todos, mais tarde, na vida. (SHIRER, 2008, p. 31).

Como se pode observar nas palavras de Hitler relatadas por Shirer (2008), este de fato de não tinha a menor consideração para com a classe docente, percebe-se inclusive indícios de que alimentava certo rancor e os culpava por seu fracasso escolar, o que denota que, provavelmente, este seja o grande e verdadeiro motivo de sua aversão.

De acordo com Shirer (2008), para o grande líder nazista, apenas dois professores de sua juventude mereciam o seu apreço; o professor Theodor Gissinger que tentou lhe ensinar ciência e o Dr. Leopold Pötsch, professor da disciplina de História que, como nacionalista alemão fanático, foi responsável por exercer forte influência na formação do jovem Hitler e de suas concepções, sendo que este último recebeu de Hitler um “caloroso tributo” nas páginas de seu livro.

Foi talvez decisivo para toda a minha vida posterior o fato de a sorte me haver dado um professor de História que compreendia, como poucos outros, este princípio: o de reter o essencial e esquecer o não essencial. (...) Em meu professor, o dr. Leopold Pötsch, do ginásio de Linz, tal requisito se cumpria de maneira verdadeiramente ideal.

[...] valia-se de nosso florescente fanatismo nacional como um meio de educar-nos, apelando freqüentemente para o nosso senso nacional. (SHIRER, 2008, p. 32- 33).

Pensando a questão educacional pelo prisma da concepção alimentada por Hitler desde a juventude em torno da instituição escolar e principalmente, em relação aos professores – fato que pode ser facilmente identificável em suas palavras –, é perfeitamente compreensível que procurasse direcionar a educação no Terceiro *Reich* rumo a desvalorização do conhecimento intelectual e da classe docente. Para ele, a maioria dos ensinamentos escolares só servia para entulhar as mentes juvenis e, portanto, deveriam ser descartados em favor de aprendizados que realmente pudessem ser utilizados e aplicados na vida prática.

Em relação à educação, no capítulo de *Mein Kampf* dedicado a explanação em torno de seu conceito de Estado, Hitler (1983) expõe categoricamente o seu pensamento sobre como esta deveria ser articulada e de que maneira o Estado deveria conduzi-la no sentido de atuar

de forma decisiva na formação do indivíduo caracterizado como ser superior, o denominado Ariano.

Para a formação desse indivíduo, do “super-homem” – termo emprestado de Nietzsche⁴⁶ – o que deveria prevalecer não era o aprendizado intelectual, mas o aprimoramento do corpo, do caráter e da vontade. A educação intelectual seria um mero complemento. “[...] o Estado deve dirigir a educação do povo não no sentido puramente intelectual, mas visando à formação de corpos sadios. Em segundo plano vem a educação intelectual”. (HITLER, 1983, p. 255). Conforme destaca Shirer (2008), de maior importância era, segundo opinião de Hitler, “a significação de atrair e depois treinar a juventude para o serviço ‘de um novo Estado Nacional’” (SHIRER, 2008, p. 336).

Portador de uma oratória eficazmente persuasiva, Hitler em seus discursos sempre procurava referir-se a “sua juventude” de modo a frisar a sua importância para a nação e expressar o seu desejo de, independentemente da aceitação ou não dos pais, guiar a juventude do *Reich*, cuja formação estaria a cargo do Estado nacional-socialista. Exemplo disso é a declaração feita por ele em maio de 1937, relatada por Shirer (2008), onde afirmava: “O novo *Reich* não entregará sua juventude a ninguém, mas tomá-la-á e lhe dará sua própria educação e criação”. (SHIRER, 2008, p. 336). E foi exatamente desta forma que se procedeu. A juventude alemã de fato ficou sob todos os aspectos, condicionada as diretrizes do NSDAP. Era o partido quem decidia qual a melhor pedagogia a ser aplicada nas escolas alemãs, que conteúdos seriam ensinados aos estudantes, de que forma isso aconteceria e a cargo de quem ficaria a responsabilidade por ministrar esse ensino.

Nesse sentido, uma das primeiras providências tomadas pelo NSDAP para por em prática a pedagogia nazista foi a nomeação no ano de 1934, de Bernhardt Rust⁴⁷, um antigo mestre-escola provincial, membro do Partido Nazista e amigo de Hitler, para chefiar o Ministério da Ciência, Educação e Cultura Popular do *Reich*. Como ministro, Rust tinha como incumbência cuidar da educação geral no Terceiro *Reich*, tendo como principal responsabilidade dar o direcionamento necessário ao ensino que seria ministrado às crianças e aos jovens alemães em consonância com o idealizado pelo NSDAP e principalmente, com a concepção de educação formulada por seu líder maior Adolf Hitler. Shirer (2008) destaca que Rust no ano anterior ocupara este mesmo ministério na Prússia e que “alardeava que

⁴⁶ Este assunto é tratado no segundo capítulo.

⁴⁷ Bernhardt Rust (1883-1945), professor, foi Ministro da Cultura da Prússia no período de 1933 a 1934 e Ministro da Ciência, Educação e Instrução Pública do Reich de 1934 a 1945. Cometeu suicídio no ano de 1945. (KLEMPERER, 199, P. 854)

consequira da noite para o dia a liquidação da escola como instituição de acrobacia intelectual” (SHIRER, 2008, p. 336). Por estas palavras depreende-se que Shirer (2008) está com razão quando afirma que Rust era talhado para a missão, visto ser evidente que este comungava das mesmas ideias de Hitler em relação à educação intelectual e que seguia a risca tudo o que determinava o “evangelho nazista”, sendo assim, é certo que tudo faria para direcionar a educação no Terceiro *Reich* exatamente como concebia e determinava o seu *Führer*. Na opinião de Hitler, a educação não deveria ficar restrita ao aprendizado teórico nas salas de aula, mas ser estendida para além da escola e dos conteúdos meramente intelectuais, sendo realizada “a maneira espartana, em grupos juvenis consecutivos treinados política e militarmente” (SHIRER, 2008, p. 336) e que teria como ápice, quando o jovem atingisse os dezoito anos, o trabalho compulsório e finalmente o serviço militar junto às forças armadas. Essa ideia é claramente explicitada pelo líder nazista em *Mein Kampf*, onde define que, primeiramente deveria vir o trabalho da educação no sentido da raça e finalizando, o treinamento militar.

O trabalho da educação coletiva do Estado Nacionalista deve ser coroado com o despertar do sentido e do sentimento de raça, que deve penetrar no coração e no cérebro da juventude que lhe foi confiada.

Nenhum rapaz, nenhuma rapariga deve abandonar a escola sem estar convencido da necessidade de manter a pureza da raça.

Assim se estabelecerão as condições preliminares para o posterior desenvolvimento cultural.

[...] Sob o ponto de vista racial, essa educação deve ser completada pelo serviço militar, que deve ser visto como a conclusão da educação normal de cada alemão. (HITLER, 1983, p. 266).

A partir dessa nova pedagogia, ideologicamente moldada de acordo com as concepções nazistas, procedeu-se o que Shirer (2008) denomina de “nazificação” de todas as escolas, do primeiro grau às universidades. Segundo este autor, com a nazificação, o *Der Deutsche Erzieher* – órgão oficial dos educadores alemães – colocou em prática algumas medidas como, por exemplo, a modificação dos currículos escolares, a re-elaboração dos manuais, como também a conversão do livro *Mein Kampf* em “infalível estrela polar pedagógica” (SHIRER, 2008, p. 336), ou seja, era com base nas diretrizes apontadas pela chamada bíblia nazista que se direcionaria o modelo educativo do Terceiro *Reich*. Segundo afirma Bartoletti (2006), a partir de então, o currículo escolar sofreu uma padronização, ou seja, todos os alunos de todas as classes sociais receberiam o mesmo ensinamento e isso

porque, de acordo com a autora, “Hitler achava importante que todos os alemães tivessem a mesma ‘visão de mundo’ (em alemão, *wietanschauung*)”. (BARTOLETTI, 2006, p. 40).

Em relação ao ensino universitário, Koch (1973) relata que este obedecia aos mesmos padrões educacionais dos níveis inferiores, sendo que as universidades, talvez, se apresentassem como uma das mais envolvidas nas questões ligadas aos preceitos nazistas. Segundo este autor as universidades alemãs “eram os baluartes do nacionalismo” (KOCH, 1973, p. 101) antes mesmo de o NSDAP chegar ao poder. A Liga dos Estudantes Nacionais Socialistas, instituída em substituição as entidades estudantis e que se encontrava subordinada ao líder da JH, Baldur Von Shirach, tinha como missão “criar novo tipo de estudante, um novo tipo de professor universitário e um novo conceito de corpo de conhecimentos” (KOCH, 1973, p. 101), assim os exercícios físicos e o treinamento paramilitar nas universidades tornaram-se compulsórios a todos os jovens acadêmicos. Confirmando esta ideia, Giles (1985) expõe que uma das características da educação universitária de maior importância era de fato, o treinamento físico paramilitar. À semelhança do que ocorria com os docentes alemães, todos os estudantes que tivessem a pretensão de dar prosseguimento aos estudos, estavam obrigados a filiar-se a referida Liga.

5.2. Corpo docente: Treinamento especializado

Delimitados os fins da educação e os meios de atingi-la, fazia-se necessário implantar a nova política pedagógica, bem como a aplicação das normas educacionais com toda a urgência.

O Nacional-socialismo é uma doutrina que estabelece a reivindicação totalitária como um princípio de absoluta prioridade e não como objeto de eventual preferência opinativa. E o meio de dar existência concreta a esta reivindicação chama-se educação. (BLEUEL, 1972, p. 154).

A implantação dessa nova política pedagógica não encontrou muita resistência por parte do sistema educacional alemão, visto que muitos educadores se mostravam incomodados diante das “vicissitudes da ‘República de Weimar’” (KOCH, 1973, p. 91), especialmente nos níveis secundários e superior e, portanto, aberto as novas perspectivas oferecidas pelos nazistas. Esses docentes, a princípio, acreditavam que a democracia de Weimar possibilitaria uma abertura para que se promovesse a reforma do ensino, porém, essa

crença se desfez diante da invasão das salas de aulas e dos salões de conferências pela luta político partidária provocada pela “asserção de grupos de interesses sociais, políticos e religiosos” (KOCH, 1973, p. 91), e os docentes se aperceberam de que essa abertura não se concretizaria e que a liberdade por eles ansiada também não se confirmaria. Sem a reforma do ensino e sem liberdade de expressão, muitos professores acabaram vítimas da perseguição do sistema, especialmente aqueles que apresentavam uma participação política mais ativa e, ainda mais, se essa participação estivesse ligada ao nacional-socialismo ou ao comunismo; estes eram simplesmente afastados de suas funções. Com os estudantes, a situação não era diferente; os mais engajados eram terminantemente proibidos de prestar os exames que lhes conferiam o direito de concluir ou dar continuidade aos estudos. Essa situação de insegurança e incertezas fomentou a insatisfação de muitos professores em relação à política supostamente democrática de Weimar, os quais, a exemplo do que ocorria com boa parte da população alemã, passaram a vê-la com certa repugnância e a comungar de ideias contrárias a sua permanência, fato que facilitou consideravelmente a aceitação dos pressupostos educacionais idealizados pelos nazistas e os impeliu a sujeitarem-se ao treinamento necessário para dar início a nova política pedagógica. Porém, e apesar de insatisfeitos com os percursos delineados pela República de Weimar e propensos a aderir ao NSDAP, os professores, conforme afirmação de Koch (1973), vacinados contra as mudanças de governo que, quando ocorriam, alteravam repentinamente todas as configurações políticas e educacionais do país, só se renderam de fato ao Nacional-Socialismo, filiando-se ao partido, após as eleições de março de 1933, do incêndio do *Reichstag*⁴⁸ e da aprovação da Lei de Autorização. Contudo, muito antes disso acontecer, os recintos escolares já haviam começado a receber a marca do nazismo pelas mãos dos membros da Juventude Hitlerista que se encarregavam da tarefa de modificar os ambientes escolares, retirando e queimando quadros com retratos de políticos importantes que se encontravam nas paredes das escolas e substituindo as bandeiras da República de Weimar por bandeiras do NSDAP.

Conforme relatado anteriormente, no ano de 1933 o Ministério Prussiano de Ciência e Educação encontrava-se sob a responsabilidade de Rust, e um de seus primeiros atos enquanto ministro, foi a expedição de um decreto que anulava todas as medidas disciplinares tomadas em relação aos alunos de janeiro de 1925 até o presente ano. Esse decreto beneficiava muitos alunos que, por diversos motivos, foram afastados das instituições escolares, pois permitia a

⁴⁸ Sobre este assunto ver primeiro capítulo.

eles o retorno aos bancos escolares, retomando os estudos exatamente do ponto onde haviam parado.

Logo que assumiu a jurisdição de toda a Alemanha, o ministro Rust cuidou também, de por em prática uma espécie de limpeza no corpo docente das escolas, removendo todos os professores partidários de partidos democráticos e os de crença judaica, os quais, independentemente de sua capacidade pedagógica, foram substituídos por docentes nacional-socialistas. Koch (1973) destaca que esses docentes eram melhores nacional-socialistas que professores. Assim, os professores que não se adequavam às novas normas, ou seja, que eram de crença judaica ou que não se mostravam simpatizantes da causa nazista foram sumariamente demitidos ou, conforme relata Klemperer (1999), aposentados por se enquadrarem no parágrafo seis da Lei do Funcionalismo Público que determinava que todo e qualquer funcionário público considerado supérfluo seria compulsoriamente aposentado; enquanto que os simpatizantes, aqueles que se enquadravam nos parâmetros educacionais nazistas, foram enviados às escolas especiais onde receberiam o treinamento dentro dos princípios nacional-socialistas, com ênfase nas doutrinas raciais, o que os tornaria capacitados ao ensino de acordo com as novas diretrizes. Organizado pelos departamentos de educação pública, esses treinamentos eram realizados por meio de cursos rápidos, onde se transmitia aos docentes, ou educadores – este termo ganharia grande relevância no período em questão – “toda a significação pedagógica estatal da história da família, inclusive no tocante aos caracteres hereditários e raciais.” (BLEUEL, 1972, 154). Essa preparação foi realizada até o ano de 1939 em acampamentos de instrução e oferecia aos educadores ensinamentos ideológicos, treinamento de defesa e de esportes campestres, os quais seriam posteriormente aplicados junto aos alunos. A participação dos professores nesse novo modelo pedagógico, contudo, não se dava de maneira aleatória. O direito a receber o referido treinamento só era concedido aos professores que fossem aprovados nos exames aplicados pelos nazistas, comprovando primeiramente, que se encontravam “espiritualmente identificados com o Nacional-Socialismo” (BLEUEL, 1972, p. 154). O seu comportamento político também era considerado como de vital importância para garantir a sua inserção e permanência no programa.

Ainda em relação à “aposentadoria” regulamentada dos docentes judeus, Klemperer (1999) destaca que

No dia 7 de abril de 1933, entrou em vigor a “Lei para a restauração do funcionalismo público”, cujo parágrafo 3 dizia: “Funcionários públicos sem origem ariana devem ser compulsoriamente aposentados”. Como argumento para tal parágrafo afirmava-se que “judeus” não podiam pensar à maneira alemã, portanto, não podiam reger “alemães”, tampouco administrar o seu Estado. O parágrafo “ariano” tornou-se parte integrante de outras leis ainda em 1933, cuja conseqüência foi a expulsão de pessoas de origem judaica das universidades e escolas superiores, teatros, editoras, orquestras, institutos de medicina, etc. (KLEMPERER, 1999. 850, 851)

A partir da promulgação dessa lei, o caminho acadêmico para os não arianos – especialmente os judeus – começou a se fechar. Muitos foram “presenteados” com a demissão “voluntária” enquanto outros foram simplesmente destituídos de suas funções ou impedidos de dar prosseguimento em seus projetos acadêmicos. Klemperer (1999), professor de línguas e literaturas românicas da Universidade de Dresden⁴⁹, de origem judaica, e que á época, ministrava aulas de Francês Antigo e de História da Cultura, oferece diversos exemplos que ilustram claramente a questão. O autor relata que foi afastado da comissão de provas do Instituto Pedagógico e com isso “foi tirado dos estudantes a possibilidade do francês como disciplina optativa” (KLEMPERER, 1999, p. 50). Este relato oferece duas claras eliminações dentro do meio acadêmico: a do professor judeu e a da língua francesa, pertencente ao considerado por Hitler como o grande inimigo da Alemanha, a França. Outro exemplo oferecido pelo autor diz respeito a um colega da academia que, por ser casado com uma mulher não ariana, foi afastado do cargo de assistente e impedido de “fazer a livre-docência” (KLEMPERER, 1999, p. 65). Importante destacar a proibição impostas aos judeus em relação à frequência às bibliotecas, relatada por Klemperer (1999) fato que praticamente os impossibilitava de desenvolver ou dar continuidade aos seus trabalhos acadêmicos.

Em relação ao trabalho de treinamento junto aos professores, Klemperer (1999, p. 73) explicita que em junho de 1934, o Ministro da Educação do *Reich* expediu um decreto que determinava que todos os professores deveriam “ser ‘reciclados nacional-politicamente’ durante quatro semanas por ano, no campo comunitário” (KLEMPERER, 1999, p. 73). Bleuel (1972) também apresenta considerações importantes para a compreensão dos moldes e do direcionamento desse programa de treinamento. Segundo este autor, o que se realizava junto aos docentes era um verdadeiro “adestramento especializado” (BLEUEL, 1972, p. 154) realizado por meio de cursos, congressos, viagens e boletins editados pelo Instituto Central Alemão de Educação e Ensino – *Deutschwe Zentralinstitut für Erziehung und Unterricht*.

⁴⁹ Importante cidade alemã que foi bombardeada pelos Aliados em fevereiro de 1945.

Ainda de acordo com este autor, os temas constantes deste programa eram de cunho evidentemente ideológico e dividiam-se em: pré-história alemã, aspectos da história racial, arte popular, fator étnico na formação artística, música, jogos esportivos, defesa pessoal e a missão educativa da mulher, cuja ordenação evidenciava “o tipo de teor pedagógico exigido pela natureza ideológica do nacional socialismo” (BLEUEL, 1972, p. 154), no entanto, apesar de claramente explicitados por meio dos temas propostos, “o contorno deste conjunto ideológico era demasiadamente vago e indeterminado” (BLEUEL, 1972, p. 154). Nem mesmo o Professor Ernst Krieck, um dos ideólogos-chefes da educação popular, conseguiu oferecer fórmulas mais expressivas e significantes em torno da pedagogia que se pretendia instituir. Segundo esse professor, “Para cada concepção de universo, a raça, o sangue, a tradição étnica, assim como as condições naturais e históricas, constituem da mesma forma o potencial decisivo do sobrenatural e também da vida daqueles que são portadores do mesmo”. (BLEUEL, 1972, p. 155). Diante dessas expressões vagas e imprecisas em torno do programa de ensino uma certeza ficou bastante evidente: o liberalismo, o materialismo, a objetividade científica e o intelectualismo foram radicalmente marginalizados. Primeiramente, todos deveriam considerar-se como “membro ou parcela do povo, para através do elo sanguíneo e por intermédio da vida comunitária popular, alcançar a natural harmonia entre o próprio trinômio corpo-alma-espírito”. (BLEUEL, 1972, p. 155).

Outra ação impetrada por Rust foi instituir nas escolas a saudação nazista “*Heil Hitler!*”, que se tornou compulsória, ou seja, todos os professores e alunos estavam obrigados a fazê-la no início e no término de todas as aulas. Bartoletti (2006) relata que todas as manhãs, os alunos ficavam em forma e a aula era iniciada com um “‘Heil Hitler!’ Não se ouvia mais o cumprimento dos professores, ‘Bom dia, meninos’”. (BARTOLETTI, 2006, P. 40, 41). Até o ano de 1934, essa saudação significava “a aptidão ao combate permanente que, desde a idade de dez anos, devia travar o *soldado de uma idéia*” (MICHAUD, 1996, p. 296); posteriormente o seu significado foi ampliado, passando a ser para todos os jovens, mais que uma simples saudação à Hitler, mas, “sua saudação por Hitler, o ‘médico do povo alemão’, o Salvador da Alemanha cuja “visão’ ou ‘ideia’ do *Reich* eterno e puro um dia se tornaria realidade” (MICHAUD, 1996, p. 296). Erika Mann, citada por Michaud (1996), relata que

O jovem alemão [...] fazia a saudação hitlerista de cinquenta a 150 vezes por dia: ao deixar a casa familiar de manhã saudava com um “*Heil Hitler!*” o “chefe da célula” com quem cruzavam na escada, seus camaradas encontrados na rua e o fiscal do bonde; repetia essa mesma saudação transformada em lei com seus professores, no

começo e no fim de cada hora de curso, com o padeiro ou com o dono da papelaria à saída da escola, com seus pais quando voltava na hora do almoço. (MICHAUD, 1996, p. 295).

Não responder com a mesma saudação era considerado um grave delito e o culpado deveria ser – e era – denunciado. Ninguém escapava da delação e da conseqüente punição, nem mesmo os familiares. O perigo da delação, principalmente no ambiente escolar, era grande e isso provocava certo temor nos professores, conforme afirma Klemperer (1999).

Depois de qualquer seminário, qualquer aula prática, sinto medo. E se houvesse um traidor dentre a minha meia dúzia de alunos. Nunca ergo o braço ao entrar; nas aulas e em alguns minutos de conversa após a aula, deixo escapar uma palavra perigosa com facilidade. (KLEMPERER, 1999, p. 58)

O temor desses professores era justificado visto que, qualquer gesto, atitude ou “palavra incauta podia resultar a detenção do professor” (EVANS, 2011, p. 312). Os próprios alunos, especialmente aqueles que não nutriam muita simpatia pelo seu professor ou que se sentiam prejudicados de alguma forma por ele, se encarregavam de fazer a denúncia. Evans (2011) relata o caso de uma professora do distrito do Ruhr que foi detida por contar em sala de aula, uma piada política. Uma das crianças, que possuía apenas 12 anos, contou aos pais que se encarregaram de denunciá-la a Gestapo. “Em 20 de janeiro de 1938, ela apresentou-se ao Tribunal Especial em Düsseldorf, foi julgada culpada e obrigada a pagar uma multa; sua prisão preventiva de três semanas foi levada em conta” (EVANS, 2011, p. 312). A sua demissão do trabalho ocorreu antes mesmo do seu julgamento. Evans (2011) salienta que os professores viviam em constante vigilância, especialmente aqueles considerados sob suspeita.

É provável que professores sob suspeita recebessem visitas frequentes de inspetores, e, [...] todo professor que tentasse reduzir o impacto do ensinamento cada vez mais nazificado que era obrigado a ministrar, “tinha que considerar cada palavra antes de falar, visto que os filhos dos velhos ‘companheiros de Partido’, estão observando constantemente, de modo a poder apresentar uma denúncia”. (EVANS, 2011, p. 312)

Além de todos os problemas de ordem política e pedagógica enfrentados pelos docentes alemães, estes ainda se deparavam com problemas de ordem comportamental: a rebeldia de alguns alunos membros da JH, que, impulsionados pela crença de que chegara o momento da desforra contra o que chamavam de “hipócritas liberais burgueses” (KOCH, 1973, p. 92) se voltavam contra os professores, desferindo-lhes todo tipo de ataque. As

agressões desse tipo, normalmente, terminavam impunes, pois esses alunos, como membros da JH, sempre circulavam com seus uniformes completos, o que lhes servia de garantia contra qualquer represália, mesmo do corpo policial, visto que a repreensão ou castigo a um jovem fardado era considerado como “ofensa ao traje de honra”. (KOCH, 1973, p. 92). Os ataques e o desrespeito aos professores e a escola foram de tal monta que o NSDAP viu-se forçado a tomar algumas medidas visando restabelecer a ordem e a disciplina nas escolas. Uma dessas medidas foi “forçar o maior número possível de jovens professores a servir na JH” (KOCH, 1973, p. 92), ou seja, fazer com que os professores mais jovens que lecionavam nas escolas alemãs, a semelhança de seus alunos, fossem membros atuantes da JH, pois dessa forma, com ambos (professores e alunos) compactuando de um mesmo ideal e trabalhando por uma mesma causa, acreditava-se que haveria maior cumplicidade, o que tornaria a relação mais amistosa, acabando, assim, com as desavenças escolares.

Com objetivo semelhante, o Ministério da Educação, sob o comando de Rust, proferiu a seguinte declaração: “A autoridade da escola no estado racial não deve ser violada’ [...] Cabe aos diretores de escolas cuidarem para que os alunos obedeçam incondicionalmente aos professores, e que a lei e a ordem reinem supremas em todas as escolas”. (KOCH, 1973, p. 92). Na ocasião, Rust também aproveitou para expressar suas ideias em torno das funções da escola, afirmando que “A tarefa suprema é a educação da juventude a serviço do *volk* e do Estado no espírito nacional-socialista. Qualquer função controladora deve ser exercida apenas pelo órgão administrativo imediatamente superior”. (KOCH, 1973, p. 92), o que significava que a escola era o espaço onde os jovens receberiam os conhecimentos necessários para a sua formação para futuramente, servir ao povo e ao Estado; que a função dos alunos na escola, não era controlar os professores, mas, assimilar o conteúdo transmitido nas aulas. Posteriormente, essa mesma declaração foi utilizada pelo NSDAP para fortalecer a tentativa de conter as ações dos jovens hitleristas, que começavam a ser encarados pelos pais dos demais alunos e pela própria escola, como uma ameaça em potencial.

No entanto, essas medidas não se mostraram de grande eficiência. A posição de temeridade ante os desmandos dos membros da JH assumida pelas escolas e pelos pais exigiu do NSDAP, medidas mais drásticas. Diante dessa necessidade, a liderança do partido, com o objetivo de finalmente apaziguar a situação e devolver a tranquilidade ao ambiente escolar, apresentou a JH uma rigorosa repreensão onde determinava o fim da rebeldia juvenil e o respeito às autoridades escolar e familiar, dizendo que todos os seus membros deveriam

[...] respeitar incondicionalmente a autoridade da escola e que seus líderes devem lembrar aos membros de que devem cumprir plenamente as exigências da escola. Em suas exigências à juventude, a escola, bem como a JH, têm de respeitar a participação dos pais, assim como a manutenção de uma vida familiar saudável. No novo estado, a família em particular representa a semente germinal e a base do *volkstüm*, e sua existência deve ser estimulada e protegida. (KOCH, 1973, p. 93)

Em conformidade com a nova política educativa do Terceiro *Reich*, a filiação à Liga dos Professores Nacional-Socialistas, uma associação fundada em 1929 que tinha como finalidade ser “responsável pela execução da coordenação ideológica e política de todos os professores, de acordo com a doutrina nacional-socialista” (SHIRER, 2008, p. 337) e que, era também, a responsável direta pela publicação do “mensário O Educador Alemão” (KOCH, 1973, p. 97), tornou-se, a partir do ano de 1933, compulsória a todos os docentes alemães que tivessem a pretensão de continuar no exercício da profissão. Koch (1973) relata que essa associação foi responsável pela queda na qualidade do ensino ministrado durante o Terceiro *Reich* e, conseqüentemente, pelo baixo nível do aprendizado dos alunos, pois, a partir da filiação, os professores se viam sobrecarregados pelas mais diversas atividades relativas à JH e ao NSDAP, o que lhes deixava com um tempo bastante reduzido para cuidar das questões de âmbito pedagógico e isso comprometida sobremaneira a função docente.

No ano de 1937, promulgou-se a Lei de Funcionalismo Civil, que determinava “que os professores fossem ‘os executores da vontade do partido apoiado no Estado’ e prontos, ‘a qualquer momento, a defender sem reservas o Estado nacional-socialista’”. (SHIRER, 2008, p. 337). Com essa lei, ampliava-se o foco primitivo das funções docentes, estendendo o seu alcance para além do âmbito escolar. O professor deixava de ser um mero transmissor de conhecimentos ou mesmo, o responsável pela formação dos educandos, para se tornar o executor das determinações do partido, contribuindo na formação dos jovens que cuidariam do futuro da nação. Dando início a política racial no ambiente educacional, promulgou-se anteriormente a esta lei, um decreto que classificava a todos professores como servidores civis e, portanto, sujeitos as leis raciais como qualquer outro profissional. Diante disso, nada mais natural que a exclusão de todos os professores judeus do magistério alemão. Qualquer admissão para a função docente passava pelo crivo do NSDAP, que impunha aos educadores certas exigências, como por exemplo, a comprovação de ter, em período anterior, servido em postos nazistas da SA, da Cooperação de Trabalho ou da Juventude Hitlerista. Além disso, todos deveriam prestar juramento público de fidelidade e obediência ao *Führer*, Adolf Hitler. Para os professores universitários, a exigência era ainda maior, visto que, para lecionar nas

universidades do *Reich*, era necessário ao educador a concessão por parte do Ministério da Educação, de uma licença para ensinar. Conseguir essa licença não era tarefa das mais agradáveis; os professores eram obrigados a submeter-se a um período de observação de seis semanas, sendo analisados – política e ideologicamente – por técnicos nazistas que ao final, davam o parecer sobre quem estava apto a lecionar de acordo com a política educacional do NSDAP. Em relação ao juramento de fidelidade ao *Führer*, Klemperer (1999) escreve em 28 de janeiro de 1937 que

[...] foi publicada a nova lei do funcionalismo público do Terceiro *Reich*: antigamente, os funcionários públicos prestavam juramento à Constituição de Weimar; agora “a nova lei exige uma relação de fidelidade ao *Führer*, num sentido puramente alemão da fidelidade pessoal e da obediência”. (KLEMPERER, 1999, P. 198).

O prestígio das profissões intelectuais, especialmente as relacionadas ao magistério, declinou drasticamente durante o Terceiro *Reich*. Esse declínio refletia-se no sistema educacional que começou a encontrar dificuldades para encontrar pessoas aptas e dispostas a exercer o ofício docente. Preocupados com a situação, os líderes do NSDAP tomaram algumas iniciativas visando facilitar o ingresso no magistério, e também, por priorizar o trabalho ativo dentro do partido em detrimento da capacidade intelectual ou pedagógica, aboliu os exames profissionais necessários à seleção e fundou os “Institutos para Treinamento de Professores”, que, por meio de cursos rápidos preparavam os candidatos seguindo as diretrizes da JH. Dessa forma, pode-se concluir que, para ser professor durante o Terceiro *Reich*, o que tinha de fato importância não era a formação acadêmica ou a competência docente, mas a formação política dentro dos ideais nazistas, ou seja, para ser professor era preciso ser um bom nazista. A afirmativa de Klemperer (1999) de que a formação acadêmica, especialmente para professores do curso primário, passou a ser considerada desnecessária, confirma essa questão.

O secretário do Estado do Ministério da Educação do *Reich* escreve que os professores primários não precisam ser “acadêmicos” futuramente. Devem ensinar “a juventude alemã a fazer contas, a ler e a escrever”. Além disso: “No centro da cosmovisão escolar situa-se uma ciência total de povo e Estado, baseada na ideia nacional-socialista”. (KLEMPERER, 1999, p. 90).

Posteriormente, mais precisamente com a chegada da guerra no ano de 1939, a JH teve a oportunidade de participar “da remodelação dos cursos de treinamento para professores, a

fim de criar o ‘professor político’”. (KOCH, 1973, p. 98). Para cumprir com esse objetivo, todos os alunos das escolas regulares, bem como os membros ativos da JH começaram a ser examinados por seus diretores e líderes em relação às suas aptidões em conformidade com dois importantes quesitos: a “qualidade de liderança [e] capacidade para ensinar” (KOCH, 1973, p. 98) e assim, conforme a aptidão demonstrada, os jovens eram encaminhados as funções que melhor se adequassem ao seu perfil, ou seja, aqueles que se destacavam em relação à liderança, demonstrando possuir maior aptidão para o comando, eram encaminhados para prestar os exames necessários ao ingresso nas escolas da elite (inclusive com bolsa de estudos), enquanto aqueles, cujo perfil se enquadrava no segundo quesito eram “encorajados a ingressar no magistério” (KOCH, 1973, p. 98). Essa preocupação em selecionar ou formar professores entre os alunos e membros da JH tinha um caráter eminentemente político e ideológico, visto que, o seu principal objetivo era “criar um corpo docente unido e fortalecido pela filiação numa organização, um instrumento ligado à liderança política e que disseminaria uma forma política em todas as facetas da educação.” (KOCH, 1973, p. 98)

Independente do nível, todas as escolas alemãs estavam sob a direção do Ministro da Educação do *Reich*, que era o responsável direto por designar os candidatos para os cargos de reitores e decanos das universidades, bem como dos dirigentes das uniões estudantis e dos Lentes Universitários. A participação dos estudantes e dos professores nessas associações era compulsória e dela dependia o seu futuro dentro do meio acadêmico. Cabia a “Associação Nacional-Socialista dos Lentes Universitários” decidir sobre quem se encontrava apto a ensinar, como também verificar se o ensino estava de acordo com as teorias nazistas. Como se pode perceber todo o ensino no Terceiro *Reich* encontrava-se perfeitamente amarrado aos preceitos nacional-socialistas.

Toda essa nazificação do ensino, segundo aponta Shirer (2008), trouxe conseqüências catastróficas para a educação alemã. Para este autor “a história foi tão falsificada nos manuais e pelos professores [...] que chegou a ficar ridícula” (SHIRER, 2008, p. 337). Ainda segundo o autor, mais ridículo ainda, ficou o ensino da disciplina denominada pelos nazistas de “ciência raciais” com suas pretensas teorias sobre a superioridade da raça alemã e da apresentação do judeu como uma raça subumana responsável por praticamente todos os males existentes no mundo.

A ciência natural, herdeira de um passado brilhante, com nomes de destaque internacional, simplesmente se deteriorou com o afastamento de boa parte de seus brilhantes cientistas que, por não compactuarem com as ideias nazistas, foram demitidos, “aposentados”

ou se auto-exilaram. Aqueles que permaneceram na Alemanha, conforme declara Shirer (2008), tentaram aplicar à ciência pura todas as aberrações nazistas e para justificar essas incorporações alteraram as nomenclaturas das disciplinas acrescentando ao seu final a designação “alemã”, como por exemplo, química-alemã, física-alemã, etc. A justificativa apresentada era que “a ciência como toda e qualquer criação humana, é racial e condicionada ao sangue” (SHIRER, 2008, p. 338). A partir dessa idéia, os nacional-socialistas construíram uma linha divisória entre as ciências, declarando que a única aceita como verdadeira era a considerada genuinamente alemã, e ser genuinamente alemã significava seguir, apoiar e possibilitar a comprovação necessária às teorias raciais abraçadas pelos nazistas; enquanto as demais ciências, aquelas que escapavam, contradiziam ou discordavam dessas teorias, eram sumariamente descartadas, apontadas como falsas ou como tentativas judaicas para o domínio do mundo. Uma das vítimas desse pensamento foi o grande cientista de origem alemã, Albert Einstein (1879-1955), cuja formulação da Teoria da Relatividade⁵⁰ foi considerada pelos nazistas como mero charlatanismo. A explicação não poderia ser diferente: Einstein era judeu e, portanto, segundo os preceitos nazistas, um ser inferior que não possuía a capacidade inata suficiente para a compreensão da verdade, assim, jamais poderia conceber qualquer ciência que não fosse falsa.

Não foi difícil para o regime nazista conquistar a confiança e o apoio dos professores universitários, visto que no período correspondente ao Segundo *Reich*, ou seja, antes da tomada do poder por Adolf Hitler, estes “apoiaram cegamente o governo conservador e seus propósitos expansionistas, e as salas de aulas se transformaram em fonte de virulento nacionalismo e anti-semitismo” (SHIRER, 2008, p. 339). Shirer (2008) chama a atenção para o fato de que a maioria dos professores universitários constituía-se de nacionalistas fanáticos, que ansiavam pelo retorno da Alemanha monárquica e conservadora, e que, apesar de alguns considerarem os nazistas arruaceiros e violentos, com “suas prédicas facilitaram a preparação do terreno para a subida do nazismo” (SHIRER, 2008, p. 339). Em relação à presença do antissemitismo nas instituições públicas, em especial nas educacionais, Goldhagen (1997) apresenta considerações resultantes de uma pesquisa⁵¹ sobre a vida social e política realizada em Weimar que são no mínimo surpreendentes. Segundo este autor,

⁵⁰ Giles (1985) relata que, devido à importância dos conceitos da Teoria da relatividade, o NSDAP começou a examiná-la na tentativa de isolar os chamados elementos arianos.

⁵¹ O autor não especifica o ano de realização da pesquisa.

Um olhar sobre o fenômeno aparentemente mais revelador, o das instituições educacionais, indica que os adolescentes e jovens adultos da Alemanha de Weimar forneceram quadros numerosos e dispostos para os vindouros desígnios nazistas. As palavras e os símbolos anti-semitas tornaram-se tão predominantes nas escolas, graças a professores e alunos que, entre 1919 e 1922, os secretários da Cultura de uma série de estados alemães determinaram proibições relativas à literatura racista e ao uso da suástica e outros símbolos contrários aos judeus.

As universidades foram ainda mais atingidas pela onda anti-semítica que varria a sociedade alemã. [...] Em uma universidade após a outra, as associações estudantis haviam sido, já nos primeiros anos da República, controladas pelas forças nacionalistas e *volkish* anti-semita, freqüentemente eleitas por uma maioria de dois terços ou três quartos. Muitas delas, encontrando pouca oposição, subseqüentemente adotaram ‘parágrafos arianos’, cláusulas que pediam a exclusão dos judeus ou sua severa restrição na universidade e nas organizações universitárias. (GOLDHAGEN, 1997, p. 95)

Após a nazificação do ensino superior, o número de professores que reagiram contra os pressupostos do Nacional-socialismo pode ser considerado insignificante se comparado com o número daqueles que se renderam ao NSDAP, manifestando total apoio a Hitler. Fato surpreendente, já que se esperava dos acadêmicos, por possuírem uma formação intelectual estruturada cientificamente, por serem os detentores do conhecimento, um posicionamento imbuído de maior lucidez e lógica. O resultado dessa adesão universitária ao nazismo não poderia ser diferente; o que se observou foi uma grande redução no número de estudantes universitários, como também uma queda drástica na qualidade do ensino superior, cujos reflexos afetaram profundamente a Alemanha durante e após a Segunda Guerra. Segundo o professor Röpke, citado por Shirer (2008), “foi um espetáculo de prostituição que manchou a honrosa história da cultura alemã” (SHIRER, 2008, p. 340).

Porém, para Hitler, a queda na qualidade do ensino seja em nível de primeiro e segundo grau ou universitário pouco importava, já que, para educar a juventude alemã em conformidade com as finalidades por ele idealizadas, o *Führer*, conforme relatado no terceiro capítulo, contava com as organizações da Juventude Hitlerista.

5.3. Programa didático

Antes de apresentar as considerações acerca da pedagogia nazista, do seu programa didático e dos conteúdos propostos nas escolas faz-se necessário primeiramente, conhecer qual a concepção de mundo vislumbrada pelos nazistas e qual a concepção de sujeito que pretendiam formar, visto que uma encontra-se terminantemente atrelada a outra. Em *Mein Kampf*, Hitler (1983) expressa de forma enfática e precisa a sua concepção de mundo:

nacionalista e racista. Essa concepção permite que se compreenda que o sujeito que pretendiam formar por meio da educação deveria corresponder a essa expectativa. Bartoletti (2006) afirma que para os nazistas, a educação possuía como única finalidade “transformar as crianças em bons nazistas” (BARTOLETTI, 2006, p. 40). Klemperer (2009), analisando o fim maior da pedagogia nazista, chega praticamente à mesma conclusão de Bartoletti (2006). Segundo este autor,

A pedagogia nazista desejava, antes de tudo, que seus alunos fossem nazistas convictos, com uma forma de pensar absolutamente correta, conforme a óptica nazista. Essa era a avaliação principal, mais importante do que talento, habilidade e conhecimento. (KLEMPERER, 2009, P. 300)

Para por em prática esse novo modelo de educação que transformaria os jovens em bons nazistas, era necessário promover uma verdadeira revolução no sistema educacional e os nazistas o fizeram. Bartoletti (2006) vem confirmar essa remodelação ao relatar que “assim que os nazistas assumiram o poder, passaram a controlar todas as escolas públicas, chamadas Escolas Nacionais. Jogaram fora os livros e lançaram novos. Mudaram os currículos de alto a baixo de forma a só ensinar ideias aprovadas pelos nazistas”. (BARTOLETTI, 2006, p. 40). De acordo com esta autora, nem mesmas as escolas católicas foram poupadas; os nazistas retiraram das paredes das salas de aulas todos os crucifixos, substituindo-os por quadros retratando Adolf Hitler. O significado implícito nessa substituição surge como óbvio: fazer com que os alunos não se esquecessem que pertenciam ao *Führer*; que ele olhava por eles, que os observava atentamente para não permitir que se desviassem do caminho para eles traçado; substituindo o Cristo crucificado, mostrava a eles que a partir de então, possuíam um novo modelo a seguir.

Bleuel (1972) apresenta considerações importantes que contribuem para a compreensão da reestruturação do programa didático escolar alemão de acordo com as novas diretrizes nacional-socialistas, com a concepção de mundo e do sujeito a formar. Atendendo a esse novo programa pedagógico, bem como aos fins que se desejava alcançar por meio da transmissão dos seus conteúdos, iniciou-se por volta do ano de 1935, uma verdadeira remodelação no ensino de todas as disciplinas.

Segundo o autor, esse programa, apesar de não se mostrar totalmente convincente, apresentava um conteúdo pedagógico claramente definido: “mentalidade combativa e operosidade corporal aliados a predicados raciais que seriam obtidos por meio de processos

seletivos” (BLEUEL, 1972, p. 155). Esses objetivos foram dirigidos, como também o foram os planos e os quadros de horários de aulas, em conformidade com as novas diretrizes didático-pedagógicas organizadas e determinadas pelos órgãos educacionais nazistas. No entanto, a despeito de todo o esforço, nem tudo fluiu da maneira desejada, ou seja, nem todas as disciplinas se conduziram no ritmo planejado. Este autor aponta que a primeira a demonstrar esse descompasso foi justamente a responsável pelo ensino da História.

O primeiro descompasso surgiu precisamente na disciplina histórica. Os alunos deveriam instruir-se com os conhecimentos da história da “revolução nacional” e ao mesmo tempo exercitar-se na sua interpretação partidária oficial. É evidente que Adolf Hitler se apresentava como salvador por necessidade e submissão no centro. Mais tarde esta concepção foi ampliada: toda a história passou a ser focalizada sob o ponto de vista da raça nórdica, numa espécie de exaltação da marcha triunfal dos povos germânicos e das destacadas personalidades dos seus presentes líderes. (BLEUEL, 1972, p. 155)

Koch (1973) apresenta considerações sobre esse assunto que pouco difere do já relatado. Este autor, que vivenciou o aprendizado educacional nacional-socialista, apesar de não colocar a disciplina de História como a primeira a sofrer com a reorganização educacional ocorrida durante o Terceiro *Reich*, afirma que esta foi “seriamente atingida. Todos os livros da disciplina foram submetidos à rigorosa revisão.” (KOCH, 1973, p. 98). O autor relata que o primeiro livro de História que recebeu quando estava no curso ginásial “começava com Adolf Hitler e acabava com Anibal. A história era exclusivamente político-militar, focalizando a luta continua do povo alemão pelo poder e pela existência” (KOCH, 1972, p. 98).

Figura 19 - Página de um livro de leitura: “Adolf Hitler – Führer – Chanceler – Reich Alemão – O Chanceler do Reich alemão Adolf Hitler gosta Das crianças – Heil Hitler!”.



Fonte: Michaud (1996)

Ainda em relação à disciplina de História, Evans (2011) relata que “em 30 de julho de 1933, um decreto central dispôs as ‘Diretrizes para Livros Didáticos de História’” (EVANS, 2011, p. 304). A partir dessas diretrizes, conforme afirma o autor, o planejamento de todas as aulas de História deveriam ser articulados “em torno do ‘conceito de heroísmo em sua forma alemã, ligado a ideia de liderança’” (EVANS, 2011, p. 304). Ainda segundo este autor, “em breve os estudantes estavam às voltas com redações sobre tópicos como ‘Hitler: o realizador da unidade alemã’, ‘a revolução nacionalista como o começo de uma nova era’, ‘o filme O jovem hitlerista Quex como obra de arte’ e ‘sou alemão (uma palavra de orgulho e dever)’” (EVANS, 2011, p. 304), temas que naturalmente, visavam imprimir nesses estudantes a convicção de que todos se encontravam sob a liderança do *Führer* e que, como alemães, tinham o dever de auxiliá-lo em sua revolução.

De acordo com o sugerido pelos autores, o ensino de todas as disciplinas, da História a Matemática, estava voltado para incutir as teorias ideológicas nacional-socialistas nas mentes e nos corações das crianças e jovens alemães que freqüentavam suas escolas, de modo a remodelar seus comportamentos e condutas, transformando-os nos bons nazistas relatados por Bartoletti (2006) e Klemperer (2009). No caso específico da História, Bleuel (1972) afirma que a maneira como os conhecimentos deveriam ser utilizados era indicada por meio de expressões como: “‘espaço vital’, ‘inimigo hereditário’ e ‘punhalada de 1918’⁵²” (BLEUEL, 1972, p. 155), numa tentativa de criar na mentalidade dos jovens alemães uma ideia fixa em torno da necessidade de firmar a superioridade do povo alemão, bem como da visão do judeu como um inimigo eterno, que deveria ser incessantemente combatido e eliminado.

Para proporcionar melhor visualização do direcionamento dado ao ensino da História, faz-se importante transcrever a descrição de seus conteúdos, apresentada por Koch (1973).

A educação nacional-socialista adquiriu uma tendência extremada inerente na historiografia alemã desde o século XIX – a concentração no “individuo histórico-mundial”. A História praticamente podia ser ministrada em termos de biografias políticas e militares. A História recente, ensinada a partir da primeira série na escola primária, era exclusivamente a história do NSDAP, com forte mistura de culto de herói e mitologia nacionais-socialistas. As diretrizes para o ensino de História na sexta série ginásial estipulavam que o período entre 1918 e 1932 devia ser tratado como a tentativa da Alemanha por em prática as ideias européias ocidentais da Revolução Francesa de 1789. O catolicismo político deveria ser tratado como um aliado do marxismo e do capitalismo internacional. A expansão da dominância do mundo judeu na Alemanha devia ser demonstrada, e a democracia parlamentar devia ser interpretada como uma etapa inevitável no processo da tomada do poder pelos

⁵² Estes assuntos encontram-se explicitados no primeiro capítulo.

bolchevistas. Finalmente, janeiro de 1933 trouxera consigo a libertação da Alemanha pelas mãos de Adolf Hitler. (KOCH, 1973, p. 98)

Conforme se pode observar, há certa concordância nas falas de Bleuel (1972) e Koch (1973) em relação ao direcionamento do ensino de História de modo a focalizar aquilo que de fato interessava a política do NSDAP e a Hitler, com o intuito de demonstrar à juventude alemã o quanto a política anterior – da República de Weimar – fora prejudicial à nação e o quanto o novo Regime por eles instaurado, encontrava-se imbuído do ideal de fazer renascer a hegemonia e a supremacia que fariam da Alemanha uma grande potência mundial, posto que naturalmente lhe era de direito, visto a superioridade da raça de seu povo. Ambos são categóricos ao afirmar que havia de fato um direcionamento e que este tinha como objetivos: evidenciar a luta do povo alemão para conquista de espaço e poder, exaltando os triunfos e as personalidades do passado e do presente e apresentar de forma categórica, o NSDAP e seu líder maior Adolf Hitler como salvadores da Alemanha.

Klemperer (2009) confirma e reforça a tese defendida por Koch (1973) e Bleuel (1972), principalmente em relação ao ensino da história da civilização. Segundo este autor, “os nazistas transmitiam uma história da civilização completamente falsificada, fazendo com que o povo alemão se sentisse superior aos demais, ‘por vontade divina e direito’, como *Herrenmenschen* (Super-homens) em detrimento dos demais povos.” (KLEMPERER, 2009, p. 214). Um autor muito apreciado e citado pelos nazistas para embasar a tese defendida por eles sobre a superioridade dos indivíduos alemães como sendo histórica e natural, de acordo com Klemperer (2009), foi o historiador romano que viveu entre os anos 33 e 120 d.C., Cornélius Tácito, especialmente sua obra “Germânia”, onde este traça “um perfil bastante lisonjeiro dos ancestrais alemães [descrevendo e enaltecendo] o primeiro herói nacional da Alemanha, príncipe da etnia germânica dos guerreiros” (KLEMPERER, 2009, p. 214) de nome Armínio, bem como seus soldados, de maneira bastante honrosa. “A partir deles, os nazistas traçavam uma linha direta até Hitler e suas SA, SS e HJ, passando por Lutero e Frederico, o Grande” (KLEMPERER, 2009, 214). A intenção é mais que evidente: comprovar e intensificar o ensinamento que deveria levar os jovens a incorporar a ideia do herói como modelo de comportamento e de conduta a ser seguido, reforçando também, a imagem de Hitler e de seus companheiros de partido, especialmente os pertencentes às alas consideradas “nobres” (SA, SS e JH), de que eram os continuadores da missão heróica de construir uma nova civilização alemã mais pura e poderosa, constituída por homens especiais, os super-

homens, ou seja, os mais belos e perfeitos exemplares da espécie humana que, por direito, deveriam comandar o mundo. De acordo com Hannoun (1997), na concepção nazista, o super-homem seria aquele indivíduo capaz de sair do anonimato, se destacando em meio à multidão. Ainda segundo este autor, “O *Übermensch*, o super-homem saído do *Volk*, encontra a sua expressão na própria pessoa de Hitler” (HANNOUN, 1997, p. 127), o que, mais uma vez, evidencia a ideia construída em torno de Hitler que lhe imprimia a imagem ideal do exemplo a que todos deveriam incondicionalmente, seguir.

Fileder (1937), citado por Michaud (1996), complementa os objetivos do direcionamento do ensino de História explicitando que “o coroamento de todo o ensino nacional-socialista da história consiste apenas em uma única coisa: a fidelidade ao *Führer*” (MICHAUD, 1996, p. 293).

Seguindo o exemplo do que ocorria na disciplina de História, o ensino da linguagem passou por sérias reformulações. Suas aulas foram “[...] convertidas em uma profissão de fé. Valendo como uma nova ‘conscientização do germanismo’ em marcha” (BLEUEL, 1972, p. 156), trabalho que era realizado por meio da poesia popular ou mesmo por propostas de redações cujos temas buscavam elevar o Nacional-socialismo, com sua política falsamente pintada de apaziguadora. Em relação ao ensino da língua alemã, Evans (2011) afirma que, obrigatoriamente, este “tinha que focar os padrões de fala como um produto do ambiente racial, as palavras alemãs como instrumentos da consciência nacional alemã, e os tipos de fala como expressões do caráter” (EVANS, 2011, p. 308). Essas exigências não se encontravam restritas apenas aos professores responsáveis pelo ensino da língua alemã, mas a todos os educadores que “em lugar da sincronização simplesmente contemplativa nos domínios da estética, dos conhecimentos históricos e dos temas críticos-científicos [deveriam inserir] um comportamento valorizado e combativo, sempre predisposto ao trabalho e à criatividade.” (BLEUEL, 1972, p. 156), ou seja, a transmissão de todos os conhecimentos deveria ter como foco principal incutir nas mentes juvenis o seu total comprometimento com o partido e com a nação, no sentido de que estes se mantivessem sempre disponíveis para o trabalho em prol do futuro da Alemanha de acordo com os objetivos idealizados pelos nazistas.

Koch (1973) apresenta a disciplina responsável pelo ensino da língua alemã como sendo a primeira a sofrer com a remodelação didático-pedagógica. Com a intenção de selecionar a literatura que ilustrasse “os laços que ligavam a comunidade na sua luta presente” (KOCH, 1973, p. 98) passou-se “a ignorar os clássicos, em favor de um estudo da herança alemã e da comunidade alemã unida” (KOCH, 1973, p. 98). Contudo, a literatura existente –

ou, o que sobrou dela, já que muitos livros, por serem de autoria judaica, foram incluídos no índice – não se apresentava condizente com o fim desejado e, diante dessa dificuldade, restava aos nazistas “duas alternativas: recorrer aos livros de guerra, escritos por nacional-socialistas ou por eles aprovados, ou uma volta aos clássicos, excluindo-se os que tinham sido escritos por alemães de fé judaica”. (KOCH, 1973, p. 98).

De acordo com os pressupostos educacionais nacional-socialistas, todas as disciplinas deveriam se adequar e contribuir para a disseminação da política racial. Porém, era nas aulas de Ciências Naturais, em especial nas de Biologia, que os educadores do NSDAP encontravam as maiores e melhores condições para transmitir todo o conteúdo doutrinário e ideológico em torno da raça e dos fatores étnicos, demonstrando na prática a sua grande importância para a “futura projeção do Reich” (KOCH, 1973, p. 99). Segundo Koch (1973), “teorias absurdas e não verificadas eram introduzidas nos compêndios com o fito de produzir um ‘sentimento racial’ e um ‘instinto racial’ na juventude alemã” (KOCH, 1973, p. 99). Os ensinamentos ministrados por meio dessa disciplina dividiam-se, de acordo com as diretrizes traçadas pelo próprio Hitler, em: leis da hereditariedade e seleção e aprimoramento das raças.

Nenhum adolescente e nenhuma jovem deverão deixar a escola sem previamente ter tido conhecimento dos mais modernos princípios relacionados com a imprescindibilidade e o exato valor da pureza do sangue. É através da observância destes postulados que alcançaremos as premissas das bases raciais na nossa nacionalidade, e será também por seu intermédio que nos asseguraremos da preparação para um posterior desdobramento cultural. (BLEUEL, 1972, p. 156).

Emil Jörhs e Julios Schwab publicaram à época, diversas cartilhas destinadas à juventude alemã, segundo suas palavras, “por amor” a ela. Dentre essas cartilhas, destaca-se a *Rassenhygienischen Fibel* (Cartilha da Higiene Racial), onde as sentenças relativas à pureza racial eram claramente evidenciadas – de forma natural e espontânea. Dessa forma, todas as crianças, independente da idade, eram submetidas à rigorosa instrução em torno dos aspectos considerados essenciais para a sua formação, como a “importância da origem de seus antepassados, da higiene racial e a caracterização dos povos, a influência nórdica e as opções genéticas, a seleção natural e sua antítese e ainda sobre a significação da campanha popular de natalidade”. (BLEUEL, 1972, p. 156).

Michaud (1996) faz referência ao estudo de ciências raciais que, segundo o autor, iniciavam os alunos naquilo que lhes era “racialmente estranho” (MICHAUD, 1996, p. 293). Esse estudo era realizado por meio dos “novos manuais de *Rassenkunde*” (MICHAUD, 1996,

ariano. Esse trabalho era inicialmente realizado por meio de personagens fictícios “extraídas de poemas, de romances ou de novelas” (MICHAUD, 1996, p. 294); em seguida o conhecimento adquirido era aplicado na vida prática, ou seja, na observação das pessoas que faziam parte de seu círculo pessoal. Este autor destaca ainda, que, após esse trabalho de análise e observação, os alunos recebiam instruções de caráter mais prático, onde participavam de sessões de mensuração da caixa craniana (conforme ilustração) que, segundo os teóricos nazistas, denunciaria o indivíduo não ariano.

Figura 22 - A “instrução racial” (*Rassenkunde*) na escola: escolhe-se o semelhante (de “raça nórdico-ariana”) e excluí-se o diverso (o “não ariano”).



Fonte: Michaud (1996)

“Você está ao tear do seu povo” (BLEUEL, 1972, P. 156), afirmava Hitler, e disso nenhum jovem, rapaz ou moça, deveria ou poderia ter dúvidas. Todos deveriam estar plenamente conscientes de que estavam à frente da construção de um novo futuro para o seu povo e, portanto, não poderiam jamais cometer erros e, caso isso ocorresse, sabiam que em hipótese alguma seriam perdoados.

Desta maneira eram as crianças não somente postas em confronto direto com os cânones da legislação racial nacional-socialista e com os cuidados a serem dispensados no trato com a saúde herdada, mas também criadas e orientadas para a plena fruição dos inefáveis tesouros da vida infantil e para uma correta eleição conjugal, quando o momento fosse chegado. (BLEUEL, 1972, p. 156).

A preparação das crianças com vistas à “agressiva política de expansão do Führer: uma nação despojada de espaço” (BLEUEL, 1972, p. 156) era realizada nas aulas de Geografia, por meio de estudos que versavam sobre “termos de geopolítica, espaço vital, movimentos demográficos, expansão racial e aquisição de territórios coloniais”. (KOCH,

1973, p. 99). Segundo afirmação de Evans (2011), a disciplina de geografia passou pela remodelação nazista em consonância com sua ideologia.

[...] sublinhando “os conceitos de lar, raça, heroísmo e organicismo”. O clima foi ligado à raça, e os professores foram avisados de que o estudo do Oriente era uma entrada para a “questão judaica”. Inúmeros livros didáticos de geografia propagaram conceitos como espaço vital e sangue e solo e difundiram o mito da superioridade racial alemã. Os mapas mundiais e os novos livros didáticos enfatizaram a importância da geopolítica, corroboraram implicitamente o conceito de “um povo, um Reich”, ou traçaram a expansão das tribos germânicas através da Europa do leste e central na Idade Média. (EVANS, 2011, p. 309).

Mesmo o ensino das disciplinas de exatas, como é o caso da Física e da Matemática, que a primeira vista poderia parecer imparcial, era direcionado para fortalecer o sentimento de raça, conforme apontam Koch (1973) e Michaud (1996). Ambos os autores destacam que em aritmética os problemas eram elaborados (conforme exemplos abaixo) de forma a exercer influência ideológica e aprendizado racial nas crianças.

[...] Quantos filhos uma família deve ter para assegurar a continuidade quantitativa do *Volk* alemão?

[...] Uma pessoa mentalmente incapaz⁵³ custa 4 *Reichsmark* por dia, um aleijado custa 5,5 *Reichsmark* por dia e um criminoso condenado, 3,5 *Reichsmark*. [...] dentro das fronteiras do *Reich* alemão 300.000 pessoas estão recebendo cuidados em instituições públicas. Quantos empréstimos matrimoniais de 1000 *Reichsmark* por casal poderiam ser concedidos anualmente, usando-se os fundos destinados a tais instituições? (KOCH, 1973, p. 100)

[...] Os judeus na Alemanha são de raça estrangeira. Em 1933, o *Reich* alemão contava 66.060.000 habitantes. Entre eles havia 499.682 judeus praticantes. Qual porcentagem representavam eles? (MICHAUD, 1996, p. 293).

Evans (2011) confirma o direcionamento das disciplinas de exatas apresentado por estes autores ao salientar a reorientação do ensino da física “para tópicos militares como balística, aerodinâmica e radiocomunicação, embora uma boa parte do ensino dos princípios básicos não tivesse necessariamente um ponto claro de referência política” (EVANS, 2011, p. 308). A aritmética, segundo este autor, passou a ser enfocada sob o aspecto social.

⁵³ Os doentes mentais que se encontravam internos em hospitais eram classificados pelos nazistas como “mentalmente incapazes”. O documentário “Arquitetura da destruição” apresenta um filme de propaganda focando “este mentalmente incapaz”, por viver “à custa do Estado”, como um peso para a sociedade e como “desperdício” do dinheiro público que poderia ser utilizado para melhorar a vida dos indivíduos “capazes”, que, segundo a propaganda, viviam em condições degradantes se comparadas com os locais destinados a abrigar esses doentes. Dessa forma, a sua “exterminação” seria um bem para todos, além do que, auxiliaria na estética da nação.

Os livros didáticos de aritmética básica compilados sob a orientação do Ministério da Educação [...] começaram a aparecer a partir de 1935. Uma característica central desses livros foi a inclusão da “aritmética social”, envolvendo cálculos elaborados para efetuar um doutrinamento subliminar em áreas-chave, como contas pedindo às crianças para calcular quanto custaria ao Estado para manter um doente mental vivo em uma asilo. (EVANS, 2011, p. 309)

Michaud (1996) afirma que, a partir do decreto de 11 de julho de 1933, o racismo passou a fazer parte de todas as disciplinas. Segundo este autor “a *Weltanschauung*⁵⁴ nazista devia impregnar cada ensinamento para acostumar o aluno a distinguir o que era útil à sua ‘raça’ daquilo que a ameaçava” (MICHAUD, 1996, 293, 294).

Mas não era apenas nas disciplinas escolares comuns que o estudo era direcionado; as disciplinas artísticas também sofreram a interferência do ensino nacional-socialista. Bleuel (1973) relata que todos os jovens estudantes de música “tinham que dar sua contribuição ao lirismo” (BLEUEL, 1973, 157). Essa contribuição consistia na organização das “famosas danças de roda em trajes típicos, tendo como paradigma a marcação de uma antiga e romântica canção popular *AmBrünnen Von dem Tore*⁵⁵” (BLEUEL, 1972, p. 156); posteriormente, esta canção seria transformada em uma espécie de hino dos membros da SS. Essa exigência reflete de forma evidente o pensamento de Hitler acerca do passado alemão, onde buscava glorificá-lo por meio do retorno a algumas antigas tradições, que em sua concepção remetiam a um passado brilhante e, portanto, eram merecedoras de serem novamente incorporadas a vida dos alemães, além do mais, a volta dessas tradições auxiliaria no reforço e na sustentação do sentimento de pertença, insuflando em todos, o orgulho de ser filho do solo alemão.

Dentre as disciplinas ministradas nas escolas, apenas duas se mantiveram incólumes, sem sofrer a intervenção da política educacional nazista: a de língua estrangeira e de ciências matemáticas. A justificativa apresentada era de que essas disciplinas não punham em risco a estabilidade da nação, podendo também, trazer importantes contribuições tanto para as artes como para o campo militar. No caso específico das ciências matemáticas, a sua importância residia no fato de que, por meio dela, conseguiriam os especialistas necessários para avançar em seus planos de “hegemonia”.

Das múltiplas facetas de um burguês universal chamado Goethe poder-se-ia com relativa facilidade obter um inspirado poeta para a lira popular; do oscilante e

⁵⁴ Ideologia.

⁵⁵ Tradução: Na fonte diante do portão.

esclarecedor Frederico, o Grande, também não seria difícil extrair um novo e marcial Fredericus Rex; assim como o monge Mendel poderia perfeitamente servir como programador de um novo plano demográfico, e Haushofer, o especialista em assuntos geopolíticos, tomar a seu cargo a batalha das reivindicações territoriais de acordo as aspirações populares. Nada disso afetaria diretamente a estabilidade da nação. (BLEUEL, 1972, p. 157)

Em relação ao ensino de língua estrangeira, é intrigante constatar a sua não proibição, visto que, o domínio de outro idioma permitiria aos jovens, por meio da leitura de textos e obras estrangeiras, entrar em contato com informações e conhecimentos que poderiam influenciar em sua formação, no sentido de oferecer-lhes as bases para a não aceitação passiva do domínio sobre suas vidas. Porém, pelas obras citadas por Bleuel (1972), pode-se perceber que havia uma seleção da literatura estrangeira a que os jovens poderiam ter acesso. Isso esclarece a afirmação de que esse ensino não oferecia riscos a nação. Essas obras, conforme relata Ryback (2009), faziam parte do acervo literário de Hitler e contribuíram para a sua formação intelectual e, pode se afirmar, ideológica. Por meio da censura, que existia abertamente em todos os sentidos durante o Terceiro *Reich*, o NSDAP se encarregava de selecionar os livros que poderiam permanecer nas bibliotecas públicas e nas escolas, proibindo a circulação das obras que fossem consideradas não-germânicas, as quais eram incluídas em “uma lista negra” (BARTOLETTI, 2006, p. 47).

Os jornais estrangeiros também passavam pelo crivo da censura e alguns acabavam com sua circulação proibida. Klemperer (1999) relata que algumas publicações em língua estrangeira chegaram a ter a circulação liberada pelos nazistas, que o faziam na esperança de que não fossem lidos.

De acordo com Bartoletti (2006), da censura e proibição inicial, os nazistas partiram para a total destruição de um precioso acervo de milhares e milhares de livros. A autora relata que em dez de maio de 1933, uma grande marcha reunindo jovens universitários, membros da JH e da SS carregando tochas acesas, acompanhavam caminhões e carretas carregados de livros para serem destruídos. Todos esses jovens, em total frenesi, rasgavam e formavam pilhas enormes que em seguida eram incendiadas.

Figura 23 - Estudantes e membros da SA descarregam livros considerados "não-alemães" durante a queima de livros em Berlim. O cartaz diz: "Estudantes alemães marcham contra o espírito não-alemão." Berlim, Alemanha, 10 de maio de 1933. (*National Archives and Records Administration, College Park, Md.*)



Fonte: Enciclopédia do holocausto (1933)

Figura 24- Opernplatz, Berlim, 10 de maio de 1933. Nazistas queimam livros considerados “não germânicos” em toda a Alemanha.



Fonte: Linha do tempo (1933)

Ainda em relação ao ensino de línguas, é importante conhecer o pensamento do líder nazista sobre a questão. Ao expor seu pensamento sobre os conteúdos escolares e sua importância na vida futura das crianças alemãs, Hitler (1983) questiona sobre a necessidade do aprendizado de outras línguas, expondo a sua total inutilidade para a maioria dos jovens que se dedicavam por anos ao seu estudo. Para o líder nazista, esse ensino, especialmente para o aprendizado da língua falada, configurava-se um total desperdício de tempo, além de sobrecarregar os cérebros juvenis com conhecimentos que rapidamente seriam esquecidos.

Não é, por exemplo, compreensível que milhões de pessoas, no decorrer de anos, sejam obrigados a aprender duas ou três línguas estrangeiras que, só em proporções

insignificantes, podem utilizar, e que, na maioria dos casos, esquecem inteiramente. De cem mil alunos que aprendem francês, por exemplo, talvez apenas dois mil possam encontrar utilização para esse conhecimento, enquanto os outros para o mesmo não encontrarão nenhum emprego, durante toda a sua vida. [...] Além disso, trata-se, nesse caso, de uma língua da qual não se pode dizer que constitui a escola para a formação lógica do espírito, como se dá talvez com a língua latina. [...] seria um objetivo mais importante que se estudasse esse idioma apenas em suas linhas gerais, os fundamentos da gramática, a pronúncia, a construção através de exemplos modelares, etc. (HITLER, 1983, p. 261)

Quanto ao ensino religioso, este pouco a pouco foi sendo suprimido da vida dos adolescentes, até chegar a sua extinção com o afastamento do clero do corpo docente escolar e a substituição de suas aulas por “preleções sobre a doutrina nacional-socialista”. (BLEUEL, 1972, p. 158). Mais uma vez pode-se observar a substituição de ensinamentos tradicionais por aqueles que proporcionariam aos jovens de forma cada vez mais eficiente, a inculcação das teorias nazistas. Em relação à supressão do ensino religioso, é interessante observar e difícil compreender o fato de as famílias alemãs, cuja religiosidade se configurava um dos pilares de sua formação e sustentação, consentirem e compactuarem com essa substituição.

5.4. Educação corporal: o primado do corpo.

Um das maiores preocupações de Hitler em relação à educação dos jovens alemães estava voltada para o cuidado e o aprimoramento físico e do caráter. Para o líder nazista a educação oficial até então, cuidava apenas de sobrecarregar os cérebros infantis com assuntos que certamente, seriam em sua grande maioria esquecidos e que o tempo despendido com o aprendizado científico e intelectual seria mais bem aproveitado se fosse dedicado a atividades – como a educação física – que exerceriam um papel fundamental no enrijecimento corporal da juventude. A receita dessa educação considerada por Hitler como essencial a formação do jovem alemão do futuro é exposta em detalhes em *Mein Kampf*. De acordo com a teoria de Hitler (1983), a educação do povo era de responsabilidade do Estado que deveria conduzi-la de forma a possibilitar a formação de corpos sadios e que, a cultura física era um requisito indispensável para a conservação da raça e, portanto, a sua realização era do total interesse do Estado.

Em um Estado nacionalista, a escola deve reservar mais tempo para os exercícios físicos.

[...] Foi um erro ter-se, hoje, até o programa das escolas médias deliberado reservar à ginástica apenas duas horas por semana e, isso mesmo sem caráter obrigatório. Não

se deve passar um dia sem que cada jovem tenha, pelo menos, uma hora de exercício físico, pela manhã e à tarde, em esportes e ginástica. [...] Antes de tudo, o rapaz sadio deve aprender a suportar pancadas. Isso, aos olhos dos nossos “lutadores intelectuais”, pode parecer selvagem. Mas um Estado nacionalista não tem por função fundar uma colônia de estetas pacifistas ou de degenerados físicos. O ideal humano não consiste em modestos burgueses ou virtuosas solteironas, mas, ao contrário, em homens e mulheres fortes que possam dar ao mundo outros seres em idênticas condições..

A função do esporte não é somente a de tornar os indivíduos ágeis e destemidos, mas também de prepará-los para suportarem todas as reações. (HITLER, 1983, p. 256).

A assertiva de Hitler mostra-se bastante elucidativa quando afirma que o Estado nacionalista não necessitava de meros intelectuais, mas de rapazes e moças bem desenvolvidos fisicamente, fortes, saudáveis e capazes de enfrentar qualquer situação.

Klemperer (2009) relata que ao tratar da educação, Hitler colocava o preparo físico em primeiro lugar e que a sua expressão predileta era “*körpoliche Ertüchtigung* (capacitação física)” (KLEMPERER, 2009, p. 39). Segundo este autor, Hitler “valorizava o Exército do imperador Guilherme como a única organização saudável e vital de um *volkorpor* (corpo do povo) apodrecido” (KLEMPERER, 2009, p. 39). Este autor afirma ainda, que Hitler via

no serviço militar, sobretudo, ou exclusivamente, uma educação para o desempenho físico. A formação do caráter é uma questão nitidamente menor: dominar o corpo é mais importante do que receber educação. Nesse programa pedagógico, a formação intelectual e seu conteúdo científico ficam por último, sendo admitidos a contragosto, com desconfiança e desprezo. A todo momento se expressa o temor diante do ser pensante e o ódio contra o pensar. (KLEMPERER, 2009, p. 39).

Em relação a essa educação enfatizando o primado do corpo em detrimento do intelecto e dos saberes gerais considerados desnecessários à formação dos jovens, Hannoun (1997) afirma que

Uma das características essenciais da formação nazi, no plano dos seus conteúdos, reside no seu antiintelectualismo: o apelo à reflexão, à inteligência, ao raciocínio é marcado por uma suspeita que remete toda e qualquer atividade mental para o fundo da escala de urgência das aquisições desejadas. O nazismo hierarquiza estes graus de urgência: coloca em primeiro lugar a formação do corpo, em segundo a formação do caráter e em último a formação da inteligência. (HANNOUN, 1997, p. 31, 32).

Ainda segundo este autor, a formação que o educador – ou formador – nazista considerava como sendo do corpo era aquela que dizia respeito a toda aquisição que excluísse a atividade mental, sendo esta vista sob dois aspectos: a educação física e a educação da vontade. O primeiro aspecto tinha como objetivo “a melhor adaptação anatomo-fisiológica

possível do indivíduo ao seu meio” (HANNOUN, 1997, p. 31) e o segundo, fazer com que o indivíduo adquirisse a capacidade de decisão.

Logo no início do Terceiro *Reich*, o Estado nacionalista cuidou para que a educação fosse direcionada de modo a se adequar a concepção expressada por Hitler de priorizar o “cultivo de corpos medularmente sadios [em vez de] incutir mero saber” (BLEUEL, 1972, 158). As escolas a partir de então, passaram a dedicar de três a cinco horas semanais as aulas de ginástica. E, para deixar o programa mais atrativo e assim, proporcionar motivação aos jovens, incorporaram os mais diversos tipos de esportes, como por exemplo, o boxe. Na opinião de Hitler (1983), esse era um esporte que jamais poderia ser esquecido, visto ser o mais eficiente para modelar a formação do jovem, pois a sua execução “requer decisões rápidas, e enrija e torna flexível o corpo, ao mesmo tempo” (HITLER, 1983, p. 256).

Comprovando a importância dispensada pelo NSDAP a esse tipo de educação, Bleuel (1972) relata a influência exercida pelos chamados feitos esportivos na continuidade dos estudos, os quais eram elencados com destaque nos diplomas. O insucesso no adestramento físico, como também a existência de moléstias corporais se configurava como objeto de empecilho para a ascensão dos jovens aos estabelecimentos de ensino de níveis mais elevados.

Todo esse cuidado com a preservação da saúde física dos jovens possuía uma função claramente definida pelo NSDAP e, ao contrario do que a principio se poderia julgar, não tinha como meta o bem-estar físico e mental dos alemães, mas sim a seleção ideológica, destinando-se basicamente a educar a juventude para a vida comunitária e o engajamento corporal dos jovens sob a proteção do Estado, princípios estes que se mostram totalmente evidentes no programa “Ano da Terra” e nas escolas da elite nacional-socialista.

O denominado Ano da Terra, segundo Bleuel (1972) foi um programa desenvolvido pelo NSDAP que possuía dois objetivos econômicos bastante específicos: aliviar o mercado urbano que à época encontrava-se saturado, e suprir a carência de mão de obra junto a agricultura. A participação das crianças e jovens nesse programa era compulsória, ou melhor, relativamente compulsória, visto que a preferência era dada àqueles que eram provenientes de famílias que se encontravam em condições financeiras precárias, normalmente com uma prole numerosa e sujeitos ao desemprego, ou aos que, por motivos políticos ou de saúde eram considerados “ameaça em potencial” (BLEUEL, 1972, p. 158). De acordo com as normas do programa, quando os jovens concluíam a nona série eram imediatamente encaminhados ao trabalho no campo, onde permaneciam por um período de nove meses sob o comando dos

pedagogos do partido, realizando diversas atividades que se dividiam em dois períodos. No período da manhã, os jovens auxiliavam os lavradores com os serviços agrícolas e à tarde, participavam de preleções onde aprendiam sobre questões raciais e históricas, ambas sob os enfoques étnicos e das migrações. Conforme exposto acima, o programa foi apresentado pelos nazistas como compulsório, no entanto, essa obrigação não alcançava a todos. De acordo com Bleuel (1972), havia certa seleção para se estabelecer quem deveria ser enviado ao campo e quem seria poupado. O que se percebe é que o foco estava nas crianças social e economicamente carentes, cujos pais não ofereceriam resistência a ausência prolongada dos filhos (seriam aqueles a quem Hitler abençoava com o benefício do analfabetismo?) ou possuidores de condições que os colocavam, de certa forma à mercê das determinações nazistas, e, portanto, sem escolha. Já as crianças cujas famílias possuíam “um nível mais elevado”⁵⁶ (BLEUEL, 1972, p. 159) eram aliviadas dessa obrigação. O motivo parece óbvio. O programa exigia que as crianças permanecessem durante nove meses afastadas de seus lares e sem permissão para licenças ou visitas de familiares e, certamente, essas famílias não aceitariam esse isolamento com tanta facilidade.

Outra questão relacionada ao Ano da Terra importante para se pensar, diz respeito ao afastamento total das crianças do “mundo” em que viviam, ou seja, essas crianças eram colocadas em alojamentos distantes de suas cidades sob os cuidados do NSDAP e isoladas de toda e qualquer influência externa que poderiam comprometer o aprendizado doutrinário necessário para que pudessem oferecer a fidelidade constante e o auxílio no momento oportuno. Essas Instituições, longe de se parecer com o idealizado pela juventude, possuíam objetivos estrategicamente delineados onde, além de suprir a necessidade de mão de obra no campo, cumpriam com a função de adestramento dos jovens alemães, moldados por meio de intensa doutrinação ideológica dentro dos princípios estabelecidos pelo nacional-socialismo, conforme discurso oficial⁵⁷ analisado por Bleuel (1972).

Esse novo tipo de vida era totalmente inconcebível para os milhares de jovens alemães [especialmente as meninas], cuja maioria ainda não havia freqüentado a BdM, e também a sistemática oposição que inicialmente apresentavam em assimilar os novos ensinamentos em contraste com os fundamentos educacionais da casa paterna que, além de a desconhecem, eram visceralmente hostis à vida comunitária mantida através de um regime de camaradagem e de autoproteção. Os rapazes, por

⁵⁶ O autor não deixa claro o significado de “nível elevado”, acredita-se que este não se refira apenas ao aspecto econômico, mas também, ao social e ao político.

⁵⁷ O autor não esclarece o ano do discurso, porém, acredita-se que seja posterior ao ano de 1935, quando o NSDAP iniciou a realização dos programas junto aos jovens alemães.

sua vez, também formulavam uma série de objeções trazidas dos hábitos caseiros e de sua igreja, todas baseadas em doutrinas que davam origem a opiniões e pontos de vista velados e preconcebidos a respeito do Ano da Terra. (BLEUEL, 1972, p. 159-160).

O trabalho que os dirigentes da JH realizavam junto aos jovens alemães por meio de instituições como a do Ano da Terra era considerado pelos membros da Igreja Católica como verdadeiro aliciamento e, por esse motivo o clero iniciou uma campanha junto aos pais com o objetivo de esclarecê-los e fazê-los perceber que não deveriam permitir a participação de seus filhos nesses programas. Em represália, foram explicitamente ameaçados pelo NSDAP “com a supressão do ensino religioso” (BLEUEL, 1972, p. 160), o que os obrigou a recuar.

Voltando a questão da educação corporal por meio dos treinamentos físicos faz-se importante salientar que estes invadiram não apenas as escolas regulares, mas também as universidades. Segundo relata Giles (1985) e Klemperer (1999), o tempo dos estudantes universitários ficava cada vez mais reduzido para o estudo acadêmico em virtude dos treinamentos paramilitares e da participação compulsória dos estudantes nos diversos programas de trabalho determinados pelo NSDAP. Essas interferências foram responsáveis pela queda dos padrões acadêmicos dentro das universidades, cujas conseqüências no futuro, atingiriam implacavelmente a nação alemã nos setores técnicos e culturais.

Outro aspecto visado pelos nazistas com a primazia dada à educação física dos jovens alemães relacionava-se ao embelezamento da nação⁵⁸. Era preciso formar corpos perfeitos “a fim de se criar um novo ideal de beleza”. (HITLER, 1983, p. 258) e isso não seria possível por meio da educação intelectual. Hitler (1983) salienta que, para se obter os melhores resultados e concretizar esse ideal de beleza, dever-se-ia proceder como fizeram os gregos no passado, ou seja, criar uma “harmonia entre a beleza física, a espiritual e a moral” (HITLER, 1983, p. 255), pois, segundo entendia o líder do NSDAP, foi isso “que tornou imperecível o ideal da beleza grega”. (HITLER, 1983, p. 255). Nesse sentido, conforme explicitado em *Mein Kampf*, era preciso, além de exercitar o corpo, educá-lo, ou seja, atuar na formação do caráter dos indivíduos – apesar de apontar que as qualidades reais do caráter são inatas, ou seja, já nascem com o indivíduo – a fim de que estes adquiram as qualidades essenciais para o futuro êxito do Estado alemão, visto que, de acordo com a sua compreensão, foi a falta dessas virtudes a grande responsável pelo fracasso do exército alemão na Primeira Guerra.

⁵⁸ O documentário “Arquitetura da destruição”, produzido em 1992, evidencia que o embelezamento da nação era de primordial importância para os nazistas.

Fidelidade, capacidade de sacrifício, discrição, são virtudes mais importantes do que muita coisa, que atualmente, figura nos programas.
Também deve fazer parte desse plano o combate às lamurias e eternas queixas.
[...] Da maior importância é a formação da força de vontade e do poder de decisão, assim como do prazer da responsabilidade. (HITLER, 1983, p, 259).

A questão do inatismo é apontada por Hannoun (1997) que afirma que o plano ideológico nazista se encontra baseado em uma “concepção naturalista do mundo e dos comportamentos humanos. A ‘natureza’ é aqui considerada como meio e fim da acção, o que é o paradigma daquilo que **deve ser**, e, portanto, norma de moralidade” (HANNOUN, 1997, p. 17) (Destaques do autor). O valor desse comportamento, segundo o autor, se encontra inserido na realidade do indivíduo. A ideologia nazista prega o inatismo, ou seja, o indivíduo é dotado de um potencial desde o seu nascimento e à educação caberia a função de fazê-la desabrochar e a modelar. Porém, esse inatismo encontrava-se terminantemente atrelado à raça.

Essa educação, visualizada por Hitler e exposta em *Mein Kampf*, foi amplamente difundida nos meios educacionais, porém, era nas instituições criadas pelo NSDAP para educar a juventude, que ela de fato se concretizava de maneira definitiva.

5.5. Educação da elite

De acordo com Bleuel (1972), Hitler possuía duas grandes preocupações em relação à “sua juventude”: “resguardar as massas contra as degenerescentes influências da educação religiosa” (BLEUEL, 1972, p. 160) e a educação de “sua elite”.

O jovem nobre, o *Junker*⁵⁹, deveria receber uma atenção diferenciada em termos educativos, afinal, eram os predestinados a futuramente, assumirem o domínio sobre as massas, assim, necessitariam de uma educação que os preparasse adequadamente para os postos que ocupariam no interior do NSDAP e posteriormente, na vida pública. Para atingir esse objetivo Hitler pretendia fundar escolas especiais onde a elite juvenil pudesse assimilar de maneira mais consistente “o evangelho do homem livre” (BLEUEL, 1972, p. 160), que pregava a total ausência de preconceitos. “Literalmente livre devia ele permanecer de todos os preconceitos, quer humanos, quer científicos.” (BLEUEL, 1972, p. 160). Esta assertiva aponta

⁵⁹ O *Junker* era uma figura tradicional da hierarquia social alemã. De acordo com Shirer (2008) os *Junkers* foram um produto típico da Prússia. “Eram, como eles próprios diziam, uma raça superior. [...] O *Junker* prussiano não era um homem dado ao ócio. Trabalhava duramente na direção da grande propriedade [...] era o senhor absoluto de seus extensos domínios”. (SHIRER, 2008, p. 138).

certa contradição, que merece ser mais bem analisada. O nazismo pregava constantemente o antissemitismo como regra de conduta, instigando e ensinando os jovens a distinguirem o que lhe era estranho, ou seja, o diferente – no caso o judeu em relação ao ariano – assim, como poderia determinar que o jovem se mantivesse literalmente livre de qualquer preconceito? Não seria o antissemitismo um preconceito? Esta, inicialmente, poderia ser a constatação mais acertada, no entanto, se essa questão for examinada com base na ideia apontada por Elias (1997), Arendt (1989) e Godhagen (1997) de que o antissemitismo era parte da cultura do povo alemão, como também o era de grande parte da Europa, encontramos clara justificativa, pois, por este prisma, isso não poderia ser considerado como um preconceito, mas como algo natural, enraizado na história, na cultura, na mentalidade e na vida de todo alemão. Taha (2007), por sua vez, apresenta outra explicação em relação a essa ausência de preconceitos que pode oferecer novo sentido a compreensão. A autora expõe que

Quando Hermann Goering proclamou: “Eu não tenho consciência; minha consciência se chama Adolf Hitler”, ele estava praticando “a grande e fria ausência de preconceitos” que o *Führer* sempre exigia de seus seguidores, uma atitude de acordo com a moral “além do Bem e do Mal” que Nietzsche pregava em palavras e ações... uma moral que residia em um conjunto de valores inteiramente diferente das noções comumente aceitas de Bem e Mal. (TAHA, 2007, P. 57).

Diante desta nova explicação, pode-se depreender que o “livre de preconceitos” sugerido por Hitler significa que o indivíduo deveria ser livre das noções tradicionais de moral, livre para imputar qualquer tipo de ação, mesmo aquelas que, sobre o prisma da ética e da moral tradicional, fossem consideradas erradas ou criminosas.

Segundo Hitler (1983), a pedagogia a ser aplicada a sua juventude deveria cuidar para que esta se tornasse forte, corajosa, dominadora e bela. Confirmando a sua tese sobre a nocividade da educação intelectual, o aprendizado dessa juventude deveria focar-se no adestramento do corpo, do caráter e da vontade a fim de transformá-la em uma juventude heróica, isenta de qualquer temor, inclusive, o da morte.

Minha pedagogia é rígida, dizia ele. E a fraqueza deve ser eliminada a golpes de martelo. Nos castelos de minha ordem será forjada uma juventude diante da qual o mundo se sentirá assombrado. Uma juventude intrépida, cruel e dominante, capaz de grandes e memoráveis feitos: é assim que eu a quero. A fragilidade e a ternura jamais existirão. O lampejo dos seus olhos claros será como o dominador e penetrante olhar dos grandes predadores ao esquadrihar a imensidão das selvas. Forte e altivamente bela é como eu quero a minha juventude. Eu a farei adestrar-se em todas as modalidades de exercícios corporais. Eu quero uma juventude atlética.

Isto é o importante e o principal. Eu prescindindo da educação intelectual. Com o saber eu desvirtuaria a minha juventude.

Por minha vontade, eu lhe facultaria aprender apenas aquilo que se coadunasse na prática dos seus jogos desportivos mais espontaneamente. Mas todos os requisitos do mais completo dominador deve ser do seu pleno e permanente conhecimento. Mesmo nas mais drásticas e amargas vicissitudes deve ela saber superar o temor da morte. Este é o imperecível pedestal de uma juventude heróica. (BLEUEL, 1972, p. 160, 161).

Foi impulsionado por essa ideia que surgiram as escolas da elite nacional-socialista. Essas escolas englobavam os “Institutos para a formação educacional da política nacional”, as “Escolas superiores alemãs nacional-socialistas”, os “Educandários Adolf Hitler” e as “Ordens senhoriais”, todas voltadas para um único objetivo: oferecer por meio da instrução o adestramento ideológico necessário aos jovens alunos para que pudessem quando no comando, contribuir para a permanência e o sucesso da política nacional-socialista.

As primeiras escolas da elite fundadas pelo NSDAP, de acordo com Bleuel (1972) receberam a denominação de NAPOLA ou NPEA – *National politischen Erziehungs – anstalten*⁶⁰. Criadas no ano de 1933, conforme afirma Koch (1973), foram oferecidas à Hitler pelo Ministro da Educação, Rust, por ocasião de seu aniversário. A pretensão dos líderes do NSDAP era conseguir atingir até o ano de 1945, a marca de cem institutos, que seriam instalados em diversas localidades alemãs. Considerando a rapidez com que esses institutos se multiplicavam no decorrer dos anos, era de se esperar que, se não cumprissem a meta, ao menos chegassem muito próximo do desejado, visto que, no ano de 1938, ou seja, apenas cinco anos após a fundação da primeira NAPOLA, cerca de vinte e uma escolas se encontravam em pleno funcionamento. Contudo, a estimativa inicial não se confirmou e o NSDAP chegou ao ano de 1943 com um total bem abaixo do pretendido: em torno de trinta e nove instituições em atividade. A administração desses institutos estava inicialmente sob a coordenação do Ministério da Educação do *Reich*, no entanto, no ano de 1936, o seu controle passou para a responsabilidade do Chefe Superior dos Grupos, Doutor August Heissmeyer, que era membro do Departamento Geral dos Educandários da SS. Posteriormente, houve nova substituição e o comando foi assumido pela Ordem das Elites de Himmler.

A NAPOLA “se destinava a criar uma elite que pudesse preencher cargos em todas as esferas da vida alemã: política, administrativa, econômica, militar e acadêmica” (KOCH, 1973, p. 102). Essas escolas, por atenderem “as futuras camadas dominantes” (KOCH, 1973, p. 102) receberam a incumbência de “elaborar e desenvolver o modelo-padrão” (KOCH,

⁶⁰ Institutos Político Nacional de Educação.

1973, p. 102) do plano inicial e tinham como dirigentes antigos veteranos da SA e da SS, sendo as aulas ministradas por professores que, necessariamente, deveriam ser jovens, solteiros e capacitados ideologicamente para inspirar plena confiança – convicções doutrinárias – nos alunos. Diante desses requisitos, expostos como essenciais ao trabalho educativo na instituição, os postos de educadores da elite foram assumidos por antigos membros da JH, que estavam incumbidos de ministrar os ensinamentos que, segundo Koch (1973), seguiam a mesma linha dos alojamentos comunitários. O aprendizado que envolvia “matérias e particularidades técnicas e militares” (BLEUEL, 1972, p. 162) eram ministrados por engenheiros e oficiais das forças armadas ligados diretamente ao NSDAP. Novamente pode-se observar a substituição dos professores por membros do NSDAP sem a formação acadêmica necessária ao magistério.

Figura 25 - Cenário grandioso para a divulgação de “grandiosas” ideias: a primeira NAPOLA em Linz.



Fonte: Koch (1973, p.102, 103)

O acesso a esses institutos era restrito e bastante disputado. Para ter o privilégio de ocupar uma vaga em uma das NAPOLA, os candidatos eram submetidos a uma pré-seleção que consistia da realização de diversos exames que os avaliavam em relação ao caráter, as aptidões físicas e intelectuais, necessariamente nessa ordem. As chamadas aptidões esportivas – como não poderia deixar de ser tendo em vista os pressupostos educacionais idealizados por Hitler – recebiam o mesmo peso estipulado para o aproveitamento escolar. Esses candidatos

eram escolhidos entre os jovens considerados mais dotados, fisicamente mais capacitados e com maiores perspectivas políticas, ou seja, os *Jungmänner*⁶¹. Segundo a concepção nazista de perfeição, eram selecionados os melhores dos melhores. Conforme relata Bleuel (1972), essa rigorosa seleção buscava encontrar nos jovens eleitos alguns requisitos fundamentais, como por exemplo, disposição e operosidade, além da comprovação de sua pertença à raça superior, isto é, a raça nórdica ou ariana. A posição sócio-econômica familiar não se constituía em critério de escolha ou de seleção, ou seja, a procedência do candidato não era considerada. Pouco importava se o candidato fosse procedente de uma família pertencente à classe social alta ou se estivesse entre as classes mais baixas, desde que comprovasse ser portador dos requisitos estipulados como fundamentais, o seu ingresso estava garantido.

A seleção da camada dirigente do país no regime do Estado social-totalitário processar-se-á desde a sua fase inicial da forma mais sólida e concisa – dentro dos mais rígidos princípios educacionais, sempre orientados obrigatoriamente e comunitariamente pelas doutrinas sociais no que tange à honra, à veracidade, à fidelidade partidária, à pronta solicitude em servir e sacrificar-se, à renúncia e total dedicação, dentro de um estilo de vida mais austero e de uma maneira de viver mais enérgica, voltada para os valores populares, tais como os assuntos políticos e o serviço militar, agindo e comportando-se como soldado em toda a sua vida pública. Ordeiro e obediente perante seus superiores, cultivando sempre a bravura e a coragem, a retidão, a verdade e a justiça no sentido global, aguerrido de corpo e espírito: estes são os postulados e os valores da comunitária e compulsória ordem instituída pelo Estado. (BLEUEL, 1972, p. 162).

O aprendizado doutrinário, cujo conceito era considerado totalizante, era ministrado em um conjunto de cinco disciplinas consideradas essenciais ao programa: “alemão, história, geografia, etnologia e biologia” (BLEUEL, 1972, p. 163), o que denota de maneira clara o cunho ideológico do ensino, que privilegiava apenas as disciplinas que se articulavam com o passado da nação alemã, com as questões geográficas e obviamente, de sangue, raça e da suposta superioridade do ariano. A partir do sexto ano a disciplina de matemática passava a ser optativa, podendo ser substituída por “preleções sobre a política nacional” (BLEUEL, 1972, p. 163). Segundo afirma Bleuel (1972) “[...] dentro deste mesmo conceito de educação totalizante, procurava-se estabelecer uma vinculação doutrinária com o potencial espiritual dos jovens, suas aspirações estéticas e suas pretensões irracionais” (BLEUEL, 1972, p. 163), ou seja, procurava-se atrelar todo o ensinamento doutrinário às reais possibilidades apresentadas pelos jovens educandos. Bartoletti (2006) destaca que nesses institutos, os

⁶¹ Tradução: jovens varões.

alunos recebiam “treinamento adicional, com ênfase no espírito, dever e disciplinas do soldado” (BARTOLETTI, 2006, p. 45).

O estilo popular alemão era incorporado à vida dos jovens por meio do aprendizado das mais diversas artes, como por exemplo, a música, a educação artística, o desenho, o artesanato e o teatro amador, cuja finalidade encontrava sua identificação nas intermináveis programações festivas que, devido ao “forte traço cultuísta” (BLEUEL, 1972, p. 163) sempre impressionavam aos jovens. Os motivos para a realização dessas festividades eram diversos, “desde a comemoração ao aniversário do *Führer*, até as cerimônias de graças pelas colheitas”. (BLEUEL, 1972, p. 164). Porém, dentre todas as festividades a que mais impressionava aos jovens era de fato a solenidade de entrega dos espadins, quando então, eram presenteados com a arma branca que para eles representava “uma acariciada espécie de símbolo varonil” (BLEUEL, 1972, p. 163), uma honra incalculável para todos. A organização da solenidade simbolizando uma espécie de culto, onde os líderes discursavam em encenações tão estrategicamente perfeitas que emocionava a todos os presentes, especialmente ao rapaz que seria agraciado com tamanha honra. Os discursos proferidos pelos líderes – conforme trecho citado abaixo – se encontravam permeados de conteúdo doutrinário, possuindo forte cunho carismático e por esses motivos, se mostravam altamente eficientes, capazes de convencer ao mais incrédulo dos indivíduos.

A concepção germânica da honra e da fidelidade será para nós por todo o sempre um preceito modelar. Por isso recebemos uma arma de honra como o testemunho de que estamos aptos para o combate. [...] O compromisso que agora assumimos de combater, de combater pelo nosso povo, o compromisso inabalável de nesta luta empenharmos até o último alento de nossa capacidade e de nossa energia. (BLEUEL, 1972, p. 163).

Essas solenidades eram marcadas pelos intermináveis festejos onde se procurava exaltar de todas as maneiras o sentimento patriótico e comunitário, a força, o poder e a glória da raça alemã, como também, a sua supremacia sobre as demais raças, sempre enfatizando “o trinômio regimental da instituição: crer, obedecer e combater” (BLEUEL, 1972, p. 164). A solenidade era desenvolvida como um verdadeiro ritual e deveria ser seguido pelos jovens de maneira adequada, conforme modelo apresentado no Manual de Festejos de *Stuhm*. Editado em 1938, esse manual tinha como principal objetivo auxiliar na formação de seres politizados, “pela própria crença e pelos ensinamentos nacional-socialistas, mais tarde ao se defrontarem com fatores adversos, irão estar capacitados a julgar e negociar com pleno conhecimento de

causa” (BLEUEL, 1972, p. 164), ou seja, além do forte sentimento de fidelidade e consciência de comunidade, os jovens deveriam se armar de tenaz perseverança que os tornaria aptos a se imporem diante de qualquer adversidade da vida.

A vida nas NAPOLA seguia o lema à “educação do corpo pelo corpo” (BLEUEL, 1972, p. 164), o que tornava a sua imagem perante os jovens, fortemente atrativa, constituindo-se em verdadeiro sonho desejado por todos. Esse aprimoramento corporal priorizado na instituição se efetivava por meio dos mais diversos tipos de esportes, desde os mais básicos, como por exemplo, a ginástica, até os mais especializados, dentre os quais se dava ênfase especial à navegação à vela. Além dos esportes, os alunos eram submetidos a rigoroso treinamento tático realizado por meio de manobras, marchas e deslocamentos motorizados, e também, sobre armamentos, bússolas e cartas topográficas, considerados como de maior importância. Esse treinamento proporcionava aos alunos uma capacitação que os tornava, ao final do curso, alvo de disputa entre os líderes da *Wehrmacht*⁶² e das brigadas da SS no sentido de incorporá-los aos seus corpos de oficiais.

Concluída a formação, é certo que esses jovens possuíam a liberdade de optar pela carreira que desejassem, porém, a rigorosa preparação corporal a que eram submetidos – que mais se assemelhava a um aprendizado pré-militar dos mais severos que propriamente da educação do caráter, objetivo inicialmente delineado – os conduzia invariavelmente às forças armadas. Bleuel (1972) destaca que a deflagração da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona as reais intenções implícitas nesse treinamento.

Importante considerar que os efeitos da formação livre de preconceitos humanistas, com clara doutrinação antissemita e de supremacia racial, logo se evidenciaram nas ideias, pensamentos e atitudes dos jovens estudantes da NAPOLA. Quando em contato com poloneses, esses jovens demonstraram que os ensinamentos recebidos foram plenamente incorporados, pois, embora reconhecessem a utilidade desse povo em relação à mão de obra necessária à manutenção do *Reich*, consideravam seus membros como seres perigosos, desprezíveis e sem inteligência. A afirmação de um jovem que encerra seu pensamento com a frase “Em suma, trata-se de poloneses” (BLEUEL, 1972, p. 165), confirma essa tese, denotando de forma pejorativa a real concepção que os jovens alunos desses institutos possuíam sobre os poloneses; para eles os poloneses pertenciam a uma raça que de tão inferior não se mostrava digna de qualquer atenção, apenas, devido a sua considerada periculosidade,

⁶² Forças de defesa – Forças armadas do Terceiro *Reich*.

dispensava extremados cuidados. Na linha desse relato, Bleuel (1972) apresenta outros exemplos de atitudes de jovens educados pelas NAPOLAS que confirmam a plena efetivação de todos os objetivos delineados por Adolf Hitler como essenciais a formação de sua juventude. Se o objetivo era adestrar, gravando de forma indelével nos corações e nas mentes juvenis alemãs os ideais preconizados pelas teorias do NSDAP, primordiais à perpetuação da vida e da nação, em NAPOLA, este foi mais que concretizado. Para os seus alunos, nem mesmo a morte era capaz de amedrontá-los, ao contrário, para esses jovens, morrer em nome da Pátria ou mesmo do *Führer* era motivo de grande honra, sentimento este que deveria ser compactuado por suas famílias. A morte os transformava em heróis.

O trabalho de aprendizado ou “adestramento” ideológico realizado por essas instituições foi coroado de pleno êxito, mostrando-se de uma eficácia impar, fato que não ocorreu com as demais instituições de ensino criadas pelo NSDAP para atender ao mesmo objetivo. O testamento deixado à família por um jovem egresso da NAPOLA que perdera a vida na guerra merece ser transcrito na íntegra, visto retratar de forma profunda e fiel à marca infundida em seu coração e em sua mente por anos de doutrinação voluntária, demonstrando o sucesso pedagógico da instituição.

Se o destino quiser que eu não retorne desta guerra, registro aqui o meu desejo:

- 1 – que este acontecimento não venha a ser encarado de forma diferente daquilo que realmente é: um necessário e de minha parte prazeroso sacrifício oferecido em prol da vitória alemã como corolário de minha vida de soldado;
- 2 – que minha amada esposa e meus honrados pais se esforcem no sentido de compreenderem que *também eles* participaram desta satisfação de fazerem este sacrifício no eterno altar da Pátria;
- 3 – que do meu anúncio fúnebre não conste qualquer palavra ou alusão sagrada a Deus, dor, profunda tristeza ou expressão semelhante. À guisa de epitáfio desejo que seja usada a seguinte inscrição: “Pela vitória da Alemanha estamos prontos a dar tudo. Com alva tristeza...”;
- 4 – que, caso eu não venha a ter um filho varão, caberá a meu irmão G., já instruído neste sentido, perpetuar sozinho o nosso nome na posteridade;
- 5 – que minha mulher não permaneça viúva e que, como mulher saudável que é, não esqueça de cumprir o seu principal dever, assumido diante da Pátria, para a perpetuação do nosso Reich;
- 6 – que, no caso de ser eu contemplado com o nascimento de um filho varão, este se torne digno portador do meu nome, crescendo para tornar-se um homem sadio, asseado, rijo e valente e que seja educado numa inabalável fé na nossa Alemanha;
- 7 – que, se vir a nascer-me uma filha, ela seja criada e educada para tornar-se uma saudável mulher alemã, para que assim se conscientize e saiba cumprir seu dever para com a nossa Alemanha...

Napola K.! Durante três anos convivi contigo! Estes foram os mais belos anos de toda a minha vida. Tu imprimiste em meu idealismo as mais claras e inesquecíveis imagens. Ensinaste-me a acreditar na eternidade do Reich alemão. Apontaste-me a direção correta a seguir em minha vida. Foste para mim uma segunda Pátria. Ninguém que já tenha ostentado e merecido o teu galardão de varão jovem jamais irá te olvidar. Tu infundes em todos nós a inarredável obrigação do árduo e

infatigável trabalho em prol da Alemanha. Nem por um instante sequer me abandonaram aquelas palavras mágicas: crer, obedecer e lutar!... (BLEUEL, 1972, p. 166)

Enquanto NAPOLA alcançava pleno êxito em seu adestramento, o mesmo não ocorria com a Escola Superior Nacional-socialista Alemã, que, apesar de pautada nos mesmos princípios educacionais e ideológicos não conseguiu repetir o seu sucesso. Dentro os motivos, estava o precário e insuficiente nível dos ensinamentos ministrados aos alunos.

Das muitas instituições fundadas pelos líderes do NSDAP a fim de doutrinar a juventude alemã segundo os moldes estabelecidos por sua ideologia, vale destacar as AHS – *Adolf Hitler Schulen* (Escolas Adolf Hitler), que, fundadas no ano de 1937, pelo diretor do departamento da organização do partido de nome Robert Ley, e por Baldur Von Schirac, líder da Juventude do *Reich*, foram, a exemplo da NAPOLA, ofertadas ao *Führer* a título de presente de aniversário. Idealizadas e definidas como unidades da JH, as AHS eram totalmente financiadas pelo Estado e destinavam-se “explicitamente à criação dos líderes partidários” (KOCH, 1973, p. 102). Entre os objetivos dispostos para essas instituições não se encontrava o encaminhamento de seus alunos ao ensino superior, mas, e tão somente a preparação para conduzi-los as escolas especiais de liderança do NSDAP.

A fundação dessas escolas tinha como finalidade, além de satisfazer a vaidade de Ley, conforme destaca Koch (1973), atuar na formação de líderes para as diversas organizações e divisões do NSDAP, bem como de pessoal qualificado para trabalhar em diversas funções dentro da organização, os quais assumiriam os postos deixados vagos pelos membros da JH, quando o movimento juvenil foi declarado Juventude do Estado.

No plano inicial constava a implantação de unidades da AHS em diversas partes da Alemanha de modo a contemplar todos os distritos (uma unidade por distrito), porém, o alto custo de sua manutenção acabou transformando essas escolas em um peso para o orçamento do partido, que ponderando, considerou que o projeto se tornara inviável e assim, o número inicialmente pretendido não se confirmou.

A supervisão e a administração das AHS ficaram a cargo dos líderes distritais que eram os responsáveis diretos, dentre outras atribuições, pela contratação dos professores e pela seleção de seus alunos que eram escolhidos entre os adolescentes com idade de doze anos pertencentes à juventude local, que demonstrassem serem dotados de maior capacidade e que possuíssem destaque escolar junto a *Jüingvolk*. O ingresso nas AHS, que seguia o mesmo padrão das demais instituições nacional-socialistas, se fazia, primeiramente, por indicação dos

líderes partidários ou das organizações do NSDAP e pela comprovação da pertença a raça ariana. Em seguida vinha a convicção ideológica e a aptidão esportiva. A maioria desses adolescentes era proveniente das “comunidades de médio porte” (BLEUEL, 1972, p. 166) e da zona rural, sendo que muitos ainda não haviam sequer frequentado o ginásio, o que denota que pertenciam às “camadas inferiores da classe média e da pequena burguesia” (BLEUEL, 1972, p. 166), justamente dos setores de onde surgiram os primeiros adeptos do NSDAP.

As AHS, apesar do atrativo proporcionado pela gratuidade, apresentavam alguns problemas, especialmente em relação ao ensino, visto que, a baixa qualidade de seu corpo docente comprometia consideravelmente o nível do aprendizado dos alunos, tornando-o insatisfatório. Além disso, havia o problema da não certificação, quer dizer, os alunos passavam seis anos estudando nessas instituições e após a conclusão do curso, não recebiam qualquer diploma que certificasse a sua escolarização, o que não lhes conferia o direito de pleitear a continuidade dos estudos em níveis superiores. Outro fator importante relativo ao modelo de ensino das AHS, diz respeito ao fato de que a instituição enfatizava o mesmo lema postulado pela JH que dizia que a juventude deveria ser liderada pela juventude, assim, cumprindo com esse pressuposto, os jovens que se encontravam em classes mais adiantadas, denominados de *scharen*, assumiam o comando das classes iniciantes. Uma espécie de ensino mútuo, onde os alunos mais velhos e, portanto, com um nível de aprendizado mais evoluído, substituíam aos professores na tarefa de transmitir os conteúdos disciplinares, repassando o que até então haviam aprendido.

Figura 26 - Exercício de tiro numa “Escola Adolph Hitler”, evidenciando o treinamento paramilitar.



Fonte: Koch (1973, p.124)

Figura 27 - Instrução militar: a desmontagem e manejo de um fuzil – parte do currículo nas “Escolas Adolf Hitler”.



Fonte: Koch (1973, p. 124)

O currículo escolar dessas escolas era bastante específico, trazendo em seu centro, ou seja, com maior ênfase, a disciplina denominada de folclore, por meio da qual os alunos recebiam instruções pré-militares e também, eram mobilizados para a prestação de serviços no seio da comunidade. Pode-se dizer que esses estudantes assumiam no decorrer de sua estadia na AHS, funções de pequenos aprendizes a serviço do povo.

O plano de instrução das Escolas Adolf Hitler na verdade pouco difere de uma jornada a serviço de um emprego ou mesmo de uma arregimentação na *Wehrmacht*. Aqui o que prevalece efetivamente é o espírito que deve ser imbuído da disciplina militar de um soldado, até adquirir uma consciência natural da função. (BLEUEL, 1972, p. 169).

Em relação ao aprendizado recebido pelos meninos da AHS, Bartoletti (2006) relata que “faziam exercícios físicos [para fortalecer, modular e disciplinar os corpos] e tinham aulas de Ciência Racial [para fortalecer o sentimento de superioridade] e Lealdade ao *Führer* [para fortalecer o sentimento de obediência e submissão]” (BARTOLETTI, 2006, p. 45).

Os adolescentes permaneciam nas AHS por um período de seis anos, ou seja, dos 12 aos 18 anos. Após esse período recebiam o diploma de conclusão de curso, que a partir de 1942 passou a ser oferecido aos formandos como um “atestado de emancipação” (BLEUEL, 1972, p. 169) que lhes certificava a maturidade adquirida. Em seguida, eram enviados para as frentes de trabalho e para o serviço militar, ambos obrigatórios. Durante o período em que os

jovens permaneciam nessas atividades era-lhes facultado o direito de se dedicarem ao aprendizado de um ofício, podendo também, contrair matrimônio e constituir sua família. Ao rapaz que demonstrasse ser dotado de inclinações políticas, oferecia-se a oportunidade de ingressar nas Ordens Senhoriais do Partido, quando completasse vinte e cinco anos.

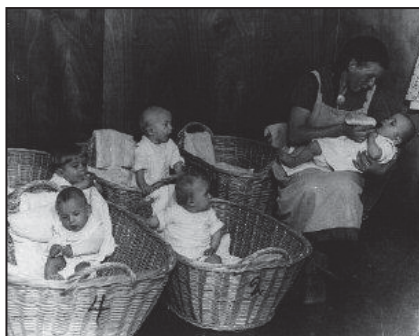
Os *Junkers*, “os mais operosos dignitários da ordem” (BLEUEL, 1972, p. 170), permaneciam na instituição por mais quatro anos para receberem o preparo necessário para o ingresso na escola superior nacional-socialista que Bleuel (1972) chama de “aquela monstruosidade partidária que Alfred Rosenberg idealizou para ser erguida às margens do Lago Chum” (BLEUEL, 1972, p. 170), porém, segundo o autor, o projeto nunca foi concluído, mal saindo do papel. Diante disso, Lee contra atacou com suas Ordens Senhoriais. Em número de três, esses colossais castelos nacional-socialistas foram instalados de modo a permitir o acolhimento de cerca de mil jovens *Junkers* e tinham por objetivo maior a formação de líderes distritais e de comarca, no entanto e apesar de as exigências na seleção de candidatos serem mínimas, o número de inscritos à época apresentou-se insatisfatório para atender a demanda. Esse empreendimento, apesar da aparente suntuosidade, não obteve o sucesso desejado e seu ensino não atendia as expectativas, pouco acrescentando ao aprendizado dos rapazes. Como a grande maioria dos projetos do NSDAP, o seu valor estava mais na aparência que no cumprimento das funções para as quais foram concebidos.

5.6. Educação feminina

Nas cartilhas de leitura, nas folhinhas, nos lemas pendentes das paredes caseiras e por toda parte podia-se ler o seu apelo. “Jovem alemã, reflète: você deverá se transformar numa mãe alemã! No meu Estado a mãe será a cidadã mais importante!” (BLEUEL, 1972, P. 152)

A mulher alemã durante o Terceiro *Reich* recebeu, conforme se pode observar na citação acima, uma atenção bastante especial, porém, diferenciada. O seu papel, de acordo com a concepção idealizada por Adolf Hitler, apesar de secundário em relação ao masculino, era de extrema importância para a construção da “nova” Alemanha. A ela caberia a sublime função de gerar aqueles que futuramente tomariam o destino da nação (quicá do mundo) em suas mãos, trabalhando e lutando pela sua construção segundo os moldes nazistas, com o objetivo de conquistar a supremacia mundial.

Figura 28 - Fotografia de propaganda nazista mostrando um jardim de infância para crianças alemãs, enfatizando a função materna na Alemanha. Foto tirada na Alemanha, 1941.



Fonte: Enciclopédia do holocausto (1941)

Segundo afirma Lenharo (1986), construiu-se durante o Regime Nazista, uma imagem idolatrada da mulher alemã como um ser reprodutor por excelência, “a guardiã da raça ariana” (LENHARO, 1986, p. 69). Essa imagem, de acordo com este autor, evidencia

o peso mitológico atribuído a montagem idealizada do “homem novo” pelos nazistas. [...] a mulher camponesa, com todos os atributos de feminilidade, é erigida como a base para a armação ideológica da “nova ordem” nazista. A mulher camponesa está próxima da terra e dos ancestrais, e conjuga, portanto, perfeitamente, a visão essencial do “sangue e solo”. (LENHARO, 1986, p. 69).

Lenharo (1986) afirma ainda, que essa construção mitológica do perfil da mulher implicava a “restrição absoluta de seu espaço público de atuação” (LENHARO, 1986, p. 69), impondo a limitação de suas funções essencialmente à reprodução. Diante de seu novo papel, à mulher restava apenas o confinamento ao lar e a total submissão ao homem.

A ideia exposta por Lenharo (1986) sobre o papel reprodutor idealizado para a mulher na Alemanha nazista é confirmada e complementada por Bleuel (1972), porém, este autor chama a atenção para outra utilização de seus dotes femininos. Na perspectiva deste autor, além da missão de oferecer o maior número possível de filhos saudáveis e racialmente “puros” a nação e ao *Führer*, a mulher alemã deveria também “converter-se em objeto de amor para desfrute dos combatentes”. (BLEUEL, 1972, p. 176). E nesse sentido, a educação a ser ministradas às meninas deveria oferecer o suficiente para que se tornassem esposas dedicadas, mães abnegadas e cuidadosas, sendo também, quando necessário, boas amantes à serviço dos fieis soldados do *Reich*.

Hitler (1983), apesar de declarar que a educação do sexo feminino deveria obedecer aos mesmos critérios propostos para o masculino, enfatiza de forma explícita o seu direcionamento com vistas à maternidade.

A educação do sexo feminino deve obedecer ao mesmo critério da do sexo masculino. O ponto mais importante é a educação física, vindo, em seguida, o desenvolvimento do caráter e, por último, o valor intelectual. A preocupação principal, na educação das mulheres, é formar futuras mães. (HITLER, 1983, p. 259).

Foi seguindo esse pressuposto determinado pelo líder nazista que se delineou a pedagogia destinada às jovens educandas durante o Terceiro *Reich*. Segundo afirma Lenharo (1986), a pedagogia escolar feminina não ultrapassa os limites do preparo adequado e necessário para a futura maternidade. Para ilustrar o que se oferecia e se esperava da mulher à época, este autor utiliza-se do “lema dos três K – ‘*kinder* (criança), *kirche* (igreja), *küche* (cozinha)’” (LENHARO, 1986, P. 70), evidenciando que a ela cabia a responsabilidade de “procriar, ensinar os valores fundamentais da nação, reservar-se apenas aos trabalhos domésticos”. (LENHARO, 1976, p. 70).

Diante destas considerações, pode-se compreender que o aprendizado intelectual para o sexo feminino se fazia totalmente desnecessário. Assim, nada mais natural que ignorá-lo ou substituí-lo por atividades, instruções e aprendizagens que contemplassem questões, cuja utilidade estivesse concorde com suas funções biológicas e domésticas. E foi nesse sentido que o Ministério da Educação do Terceiro *Reich* direcionou a programação dos currículos educacionais para as meninas. Entendendo que para o perfil idealizado para a mulher alemã não haveria a necessidade de qualquer conhecimento ou aprendizado intelectual, não houve, segundo Bleuel (1972), a menor preocupação em incluí-los nos currículos das instituições escolares destinadas a recebê-la, ao contrário, na maioria dos colégios para moças, conforme será relatado posteriormente, a formação intelectual foi totalmente suprimida.

De acordo com Bleuel (1972), o ministro do *Reich*, Eilhelm Frick, compactuava explicitamente da concepção de mulher submissa, abnegada e dedicada à família (marido e filhos) e ao lar. Para Frick, a mulher deveria ser educada de modo a assumir, em consonância com sua idade e condições biológicas, três distintas, porém, importantes funções. A primeira, antes de atingir a idade ou estar em condições físicas e biológicas para o casamento e a maternidade, constituía-se em servir a nação, oferecendo a ela o seu trabalho; a segunda, obedecer e submeter-se incondicionalmente ao marido; a terceira dedicar-se com todo o

desvelo a prole por ela gerada. Em suas palavras, “A mãe deve dedicar-se inteiramente a seus filhos e à família, a mulher igualmente a seu marido, e a moça solteira deve eleger ocupações que melhor se adaptem às características da biologia feminina”. (BLEUEL, 1972, p. 177).

Figura 29 - Crianças da primeira série se despedem do diretor e da professora com saudação nazista.



Fonte: Linha do tempo (1934)

Todos esses princípios, considerados essenciais, eram enfaticamente impressos a educação das meninas desde a mais tenra idade para que estas se conscientizassem de sua condição de mulher, de sua posição nos espaços públicos e privados e principalmente, de sua nobre missão. A educação intelectual assumiu a condição de supérflua, chegando mesmo a ser considerada nociva, já que faria as jovens desperdiçarem as preciosas energias que deveriam ser reservadas para o cumprimento da sublime missão que a elas estava reservada. Para formalizar esses princípios, procedeu-se a uma drástica redução da cota educacional destinada ao sexo feminino. O resultado começou a ser observado já no ano de 1936, com a redução em torno de cinquenta por cento no número de meninas a frequentarem as escolas. E mesmo as jovens que conseguiam ter acesso ao restrito âmbito educacional, frequentando um curso ginásial ou secundário, encontravam uma série de obstáculos para dar prosseguimento aos estudos acadêmicos, o que tornava o seu ingresso em instituições de nível superior praticamente impossível. Dentre os obstáculos enfrentados pelas meninas, cumpre destacar que, devido à visão antifeminina postulada pelos nazistas em relação aos ambientes e cursos universitários e das funções a que as meninas estavam pré-determinadas, praticamente não havia investimentos para o setor educacional superior feminino, que era considerado como verdadeiro desperdício. Essas instituições, por serem consideradas masculinizadas foram descartadas em defesa da chamada “femilidade da mulher” (BLEUEL, 1972, p. 177).

A definição das condições básicas da mulher, de acordo com os pressupostos do nacional-socialismo em relação a sua instrução, foi claramente explicitada pela Diretora do Departamento Nacional das Escolas Superiores.

Para a futura mãe da nação faz-se mister, imprescindível desde já, instituir um sadio sistema de educação corporal para a mocinha. O excessivo acúmulo de conhecimentos teóricos deve ser evitado em benefício do pleno desenvolvimento físico da adolescente. Isto poderá ser alcançado através de esclarecimentos de caráter biológico, ginástica, esporte e excursões – tudo dentro de uma íntima subordinação da escola com a BdM. (BLEUEL, 1972, p. 177).

Quanto ao nível de raciocínio, o grau mais elevado que as jovens poderiam ou deveriam pleitear resumia-se em desenvolver a astúcia e a compreensão, habilidades que as capacitariam para, futuramente, se tornarem boas administradoras do lar, esposas compreensivas e mães sensatas, atributos suficientes para inspirar orgulho em seus maridos.

Esse aprendizado intelectual, segundo aponta Bleuel (1972), era entendido e apresentado pelos nazistas como um erro na vida da mulher, pois, “para gerar homens alemães altamente capacitados mulher nenhuma necessita[va] de estudos” (BLEUEL, 1972, p. 178). Dessa forma, enquanto as escolas masculinas se multiplicavam, eram poucos os estabelecimentos de ensino do *Reich* que aceitavam meninas em seu corpo discente. As escolas da elite, as NAPOLAS, exemplificam bem essa questão, visto que, das quarenta e duas unidades existentes, apenas duas permitiam o ingresso de meninas. No entanto, essa permissão não se dava com o objetivo de promover a inclusão das jovens no universo educacional masculino, oferecendo-lhes novas possibilidades, mas sim, e tão somente pelo motivo de que as instalações dessas unidades ainda não se encontravam com as adaptações necessárias ao sexo masculino. Nas AHS essa restrição se mostrava de forma ainda mais contundente, não havendo a menor possibilidade de se permitir o acesso ao sexo feminino.

Dando continuidade ao pressuposto educacional feminino formulado pelo NSDAP, iniciou-se um processo de eliminação dos ginásios para moças. Em algumas regiões alemãs, ainda se permitia o acesso de meninas em determinadas instituições educacionais de nível secundário, caracterizados como ginásios masculinos. Contudo, essa aceitação pouco acrescentava as perspectivas das meninas em relação ao futuro acadêmico, pois estas, apesar de fazerem parte do mesmo ambiente educacional, não recebiam as mesmas possibilidades ofertadas ao sexo masculino, como por exemplo, a frequência as aulas de latim que só era permitida aos meninos. Com essa proibição, as meninas acabavam, no decorrer do curso,

marginalizadas e, conseqüentemente, excluídas de estágios mais avançados. Em substituição as aulas de latim, ofereciam-se as meninas aprendizados que, seguindo o pressuposto educacional feminino, eram mais condizentes com a sua condição, como por exemplo: trabalhos manuais, biologia e ginástica, as mesmas disciplinas que constavam do currículo permanente das Escolas Unificadas para Moças, estabelecimentos educacionais exclusivamente femininos que, segundo Bleuel (1972), oferecia às jovens educandas, a partir do quinto ano, duas possibilidades de continuidade dos estudos. A primeira constituía-se no aprimoramento lingüístico e a segunda, elevada a especialidade, configurava-se no aprimoramento dos talentos de dona de casa. Esta segunda opção, segundo afirma o autor, conferia as mocinhas “o famoso diploma do pudim” (BLEUEL, 1972, p. 179). No entanto, independente da opção escolhida pelas estudantes, todas estavam obrigadas a comprovar suas aptidões em prendas domésticas, condição *sine qua non* à conclusão do curso.

O propagado benéfico anti-intelectualismo feminino atingiu de forma drástica os estabelecimentos educacionais femininos, especialmente as Escolas Populares, onde as matérias denominadas de supérfluas foram eliminadas do currículo escolar. Seguindo o modelo elaborado e exposto pela assessora dessas instituições, Elizabeth Lenz, o seu ensino foi dirigido de forma a transmitir as estudantes conteúdos que, com um mínimo de alfabetização e de cultura livresca, pudessem ser aproveitados de forma imediata e prática “entre a cama e o banho, o fogão e o governo da casa” (BLEUEL, 1972, p. 179). Segundo concebia essa assessora, certos conhecimentos, como por exemplo, de física, configuravam-se como inúteis para a vida prática das meninas, e por esse motivo eram totalmente dispensáveis. Esse pensamento remete claramente a concepção alimentada por Hitler de que a escola deveria favorecer ou privilegiar apenas os ensinamentos que de fato fossem úteis na vida prática dos indivíduos. “De nenhum interesse é que se sobrecarregue o cérebro das crianças com excesso de conhecimentos que, a prática demonstra, só em uma proporção insignificante, são conservados.” (HITLER, 1983, p. 256). No caso das meninas, bastava que a escola lhes proporcionasse os conhecimentos em torno de algumas disciplinas chaves, como: anatomia, que lhes ofereceria o aprendizado acerca dos cuidados necessários com o corpo e com a higiene; assistência social; teoria da hereditariedade, etnografia e por último, porém, não menos importante, o estudo da família. No mais, tudo poderia ser descartado.

Em contrapartida, enquanto os líderes educacionais se preocupavam em levar avante o propósito de transformar as mocinhas em donas de casa perfeitas e aptas para a maternidade, surgiram em meio às adeptas do NSDAP, algumas mulheres que, pensando oferecer um

sentido mais amplo e significativo à educação feminina que fosse além dos limites restritos da vida doméstica, deram início a propagação de ideias inovadoras e, de certa forma, revolucionárias, que incluíam na pedagogia feminina, questões até então, de âmbito exclusivamente masculino. Ilse Gadow foi uma dessas mulheres empenhadas em mudar o foco da educação feminina. Com esse objetivo, apresentou no ano de 1937, um programa de ensino onde propunha a inserção de instruções em torno do potencial militar da nação e do adestramento necessário para os imperativos dessa natureza no plano de ensino destinado às meninas. Para essa visionária nacional-socialista, esse aprendizado se configurava de vital importância à formação das meninas, pois proporcionaria a elas os conhecimentos necessários para se conscientizarem e compreenderem as vicissitudes enfrentadas pelos soldados em meio às batalhas, capacitando-as para oferecer a eles o apoio moral necessário no caso da eclosão de um conflito. Outro ponto focalizado por ser considerado como de grande importância, relacionava-se a capacitação profissional das jovens para que pudessem substituir a mão-de-obra masculina em “postos de tarefa das indústrias e manufaturas essenciais em tempo de guerra” (BLEUEL, 1972, p. 180), caso surgisse uma emergência que obrigasse os operários a abandonarem suas funções e partirem para o combate. Apesar de o programa idealizado por Ilse apresentar uma visão pedagógica interessante do ponto de vista de redirecionar a educação feminina, de modo a oferecer-lhe novas possibilidades, inserindo conteúdos e aprendizados visando preparar as mulheres para serem úteis em tempos de guerra, seu ideal em muito se equiparava aos pressupostos educacionais já estabelecidos, visto que os conhecimentos que se pretendia oferecer as meninas tinham como premissa apenas e tão somente habilitá-las para compreender e apoiar os homens que, se necessário, seguiriam para as frentes de combate, ou seja, estes não proporcionariam mudanças significativas no âmbito das funções que já desempenhavam em seu cotidiano feminino. O máximo que essa pedagogia prometia, no sentido de afastá-las das funções tipicamente femininas, resumia-se ao trabalho nas fábricas, porém, mesmo esta possibilidade era bastante relativa, estando condicionada a necessidade de substituição da mão-de-obra masculina, caso essa necessidade não se confirmasse, o aprendizado ficaria no esquecimento. Esse projeto, não obstante as justificativas alardeadas sobre sua importância para a nação, por pura falta de perspicácia, não se concretizou. A idealização desse ambicioso projeto não considerou dois pontos chaves na política e no pensamento de Hitler, o que o tornou, além de inviável, foco do total desagrado do *Führer*. O primeiro ponto desconsiderado foi em relação à política de apaziguamento apregoada por Hitler e o segundo, cogitar a possibilidade de inserir as mulheres em questões

de guerra, algo que para Hitler era totalmente inadmissível, pois o desejo do *Führer* em relação as “suas meninas alemãs” não era vê-las em frentes de combate, mas à frente dos nascimentos, ou seja, que estas fossem capacitadas para cumprir com a função que de fato lhes cabia: presentear a sua nação e ao seu *Führer* com filhos saudáveis, dedicando-se com total abnegação ao seu lar e a sua família.

O futuro das meninas alemãs era motivo de preocupação não apenas de mulheres visionárias como a relatada acima, mas também das abnegadas senhoras pertencentes às instituições diretamente ligadas ao NSDAP, como, a Ala Feminina do Nacional-Socialismo, a Frente de Trabalho da Mulher Alemã, a Diretoria da Juventude do Reich e o Instituto do Reich para a Mediação da Mão de Obra e Seguros de Desempregados, porém, essa preocupação não estava vinculada ao futuro educacional das meninas, mas ao profissional. De acordo com Bleuel (1972), no ano de 1934, um número considerável de meninas estava concluindo seus estudos e por esse motivo, necessitavam encontrar uma colocação no mercado de trabalho, que, saturado, não conseguiria absorver a todas as formandas. Preocupadas com a questão, essas instituições decidiram em conjunto, organizar um congresso que recebeu a denominação de Ano da Administração Doméstica, uma espécie de programa assistencialista que pretendia envolver as jovens em trabalhos voluntários, ou seja, sem qualquer remuneração, junto a famílias desconhecidas, com as quais residiriam por um determinado período, auxiliando nas tarefas domésticas. Para justificar a iniciativa, alegava-se que o programa ofereceria às meninas a oportunidade de ampliar e aprimorar, por meio da vivência prática, os conhecimentos adquiridos na escola e no âmbito familiar em torno dos afazeres domésticos. Complementando, salientava-se que essa experiência seria fundamental para o futuro, quando, após o casamento, assumissem o comando da própria casa. Apesar do empenho das dedicadas senhoras que se encontravam à frente da organização do congresso, em convencer as mocinhas da importância do projeto, o resultado foi um verdadeiro fracasso, com um número de adesões insignificantes. Em 1941, ou seja, quatro anos depois, graças à iniciativa de Hermann Göring, o programa passou de voluntário para compulsório, tendo a sua denominação alterada para Ano das Obrigações Domésticas. A partir de então, o recebimento dos certificados de conclusão dos cursos ginasiais e das Escolas Populares ficou condicionado à participação no programa. Quem não participasse perdia o direito de recebê-lo.

O trabalho que, conforme explicita Bleuel (1972), a princípio apresentava-se como voluntário e assistencial, converteu-se em verdadeira exploração das meninas por parte das famílias que as recebiam. Essa situação não agradava aos pais, que, inconformados com a

obrigação de confiar suas filhas a famílias estranhas que as submetiam a um trabalho que poderia ser classificado de escravo, visto que as meninas não recebiam qualquer remuneração – apenas casa e comida – e ainda eram mantidas em verdadeiro cativeiro, longe do convívio da família e dos amigos, começaram a se posicionar contra o projeto. Os adeptos do programa por sua vez, na tentativa de amenizar a situação e convencer aos pais a concederem a autorização para o encaminhamento das filhas, apresentaram inúmeras justificativas, afirmando que a medida era evidentemente de cunho educacional, pois proporcionaria as meninas que já se encontravam liberadas dos estudos uma espécie de estágio doméstico, onde poderiam praticar aquilo que até então haviam aprendido na escola e no lar, o que isso seria altamente benéfico para seu desenvolvimento corporal e espiritual, pois “[...] mediante um constante enaltecimento próprio, aguçam-se as aptidões, o poder de decisão e a tenacidade no trabalho – predicados que mais tarde serão da mais alta valia para a formação profissional!” (BLEUEL, 1972, p. 182).

Figura 30 - Fotos de propaganda mostravam um ambiente róseo no acampamento da Agência de Trabalho do Reich. Abaixo, jovens alegres lavam pratos ao ar livre. (*National Archives*).



Fonte: Bartoletti (2006, p. 62)

Considerando o futuro profissional idealizado para todas as adolescentes, o Ano das Obrigações Domésticas de fato era um projeto educacional, no entanto, este trazia implícito outros objetivos mais urgentes e necessários àquele momento, como por exemplo, aliviar o mercado de trabalho alemão, dar ocupação as meninas e também, “remediar os problemas que de há muito assolavam os já exíguos orçamentos caseiros de prolíficas famílias rurais: braços

gratuitos, cuja manutenção, além do mais, proporcionaria ao semiliberado empregador também incentivos na isenção de impostos” (BLEUEL, 1972, p. 181).

Praticamente como ocorria com o Ano da Terra, o Ano das Obrigações Domésticas afetava mais a vida das jovens pertencentes a famílias menos favorecidas financeiramente ou pertencentes às zonas rurais, cujas mães, além de não se encontrarem em condições de contestação, não dispunham de relações suficientes que lhes permitissem conseguir uma colocação adequada para suas filhas. Na análise de Bleuel (1972), essas eram as meninas que “as bênçãos do ano compulsório pretendia cumular de felicidade”. (BLEUEL, 1972, p. 182). Esse empreendimento, como todos os outros articulados pelo Estado nacional-socialista, tornou-se ineficiente e ao final, o pretendido adestramento em torno dos assuntos relativos às atividades domésticas acabou por limitar-se “às aulas dos bancos escolares, que eram preenchidas com pontos de crochê na feitura de panos de cozinha e algumas costuras de roupas de baixo.” (BLEUEL, 1972, p. 183). No entanto, a sua influência foi decisiva ao direcionamento da educação destinada ao sexo feminino. O aprendizado intelectual tornou-se para as meninas alemãs uma meta cada vez mais inatingível.

Em síntese, para as meninas alemãs, a escola passou a representar a continuação do lar. Toda a instrução oferecida a elas nos estabelecimentos de ensino que permitiam o seu ingresso não ia além do adestramento formal das chamadas prendas do lar e também, para a maternidade. Isso não significa que as portas das universidades se encontravam fechadas ao sexo feminino, porém, as dificuldades encontradas, diante do reduzido conhecimento intelectual adquirido na infância e na adolescência, sem contar a impregnação ideológica a que eram submetidas desde a mais tenra idade, fazia com que poucas ousassem ultrapassar os limites delimitados pelo nacional-socialismo, buscando uma formação acadêmica de nível superior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: um complexo diálogo

Tecer um diálogo sistemático entre as teorias e o sistema educacional formativo nazista constituiu-se em uma tarefa que se mostrou imbuída de tal complexidade que suplantou sobremaneira as expectativas quando da proposta deste estudo. No decorrer das pesquisas para o levantamento de informações, as revelações foram se avolumando, se transformando em um verdadeiro emaranhado de indagações. As pesquisas ofereceram possibilidades, porém, são apenas possibilidades não conclusivas e que pedem ainda, maiores e mais apuradas reflexões. As leituras comprovaram a necessidade do estudo proposto por este trabalho visto permitirem uma vinculação com práticas e atitudes observadas na atualidade, e também, abriram caminho para novos questionamentos que pedem a sua análise com maior profundidade.

Para pensar no nazismo e, principalmente, em sua ascensão, é importante ter em mente que este não se constituiu em uma obra de meia dúzia de endemoniados, mas sim em uma obra coletiva; uma obra, que conscientemente ou não, uniu todo um povo em favor de sua consecução. Por este motivo, é preciso ampliar a visão, buscando, em um contexto mais amplo, vislumbrar todos os fatos e acontecimentos sob uma ótica mais abrangente, fundamentada histórica, sociológica e filosoficamente. O passado histórico e a constituição da cultura de um povo não podem ser ignorados, pois estes se configuram em marcas impregnadas nas consciências e exercem papel fundamental no decorrer de todos os processos que se desenrolam no futuro.

O Terceiro *Reich* Alemão (1933 – 1945) configurou-se como um período marcado pelo alto grau de violência, de dominação e de submissão do sujeito enquanto indivíduo, a uma nova ordem que então se estabelecia, onde a identidade individual era sorrateira e violentamente anulada em nome da identidade e de um interesse maior: o coletivo e, principalmente, em nome dos desejos megalomaniacos de um ditador “artista” – Adolf Hitler – que alimentava o sonho de construir um novo mundo que fosse esteticamente perfeito, o qual deveria ser habitado apenas por indivíduos pertencentes a uma raça pura, superior, os denominados Arianos. Para ser considerado Ariano e, portanto, poder fazer parte desta comunidade seletiva e privilegiada, o indivíduo necessitava corresponder a determinadas expectativas nos planos biológicos e sociais. Dentre as condições consideradas primordiais, encontrava-se em primeiro plano, a comprovação da pureza do sangue, a pertença à raça

superior; e, o indivíduo que não correspondesse a esta expectativa era automaticamente descartado, rotulado de inferior e colocado a margem da sociedade (do *völk*) pela proibição de exercer ou participar livremente de qualquer atividade em solo alemão. Com a consolidação da política do Regime nazista, rapidamente esta proibição foi sendo transformada em eliminação. Essa nova política higienísta possuía como missão – considerada sublime – por em execução a limpeza necessária para que o *Reich* ideal se tornasse realidade. O programa de eutanásia estava entre os métodos de extermínio, sendo responsável pela morte de indivíduos com doenças mentais e hereditárias. Os demais indivíduos indignos de pertencer ao novo mundo – judeus, eslavos, poloneses, ciganos, homossexuais, etc. –, sob o rótulo de inimigos da pátria, eram capturados e enviados aos campos de concentração, onde se viam submetidos a toda espécie de privação e de violências sem precedentes enquanto aguardavam o fim para eles determinado: a solução final. Muitos sucumbiram vítimas da fome, das doenças causadas pela precariedade das instalações, das experiências médico-científicas, dos fuzilamentos e das câmaras de gás. Toda esta política culminou ao final, em um dos maiores horrores da história da humanidade: o holocausto, que foi responsável pelo extermínio de mais de seis milhões de pessoas; uma mancha que jamais será apagada de suas páginas.

Pensar no nazismo sem pensar em todas as atrocidades cometidas em nome de um ideal, sem pensar nas marcas profundas deixadas por suas ações nos indivíduos que foram submetidos a ele é algo impossível para qualquer ser que possua um mínimo de consciência humanitária. Marcas que, certamente, jamais serão apagadas. Porém, é preciso – conforme exposto na introdução e no primeiro capítulo – conhecer, estudar e refletir sobre os fatos e acontecimentos sem parcialidade, procurando buscar no contexto do seu desenvolvimento as razões que possibilitaram e permitiram a sua existência. Não se tem com isto, qualquer pretensão de buscar justificativas, mas, e tão somente, compreender quais os fatores facilitadores da sua ascensão e de que forma estes fatores contribuíram para a promoção da adesão e da conivência de um povo – praticamente em massa – na consolidação de uma doutrina perversa e dominadora. Os estudos dos autores que versam sobre o período nazista permitiram constatar que a Alemanha, na figura de seu povo, seguia e confiava em Hitler e na doutrina por ele edificada; acreditava que ele de fato, encontrava-se revestido de um poder divino que o tornava capaz de conduzir a nação de forma a acabar com todos os sofrimentos que ora experimentavam, alcançando finalmente, a glória há muito desejada. Nem mesmo as crianças e os jovens adolescentes escapavam a esta convicção, se envolvendo de corpo e alma na defesa da causa nazista. Adolf Hitler, amparado por seus fiéis seguidores, possuía plena

consciência desta convicção e, conforme constatado nos estudos realizados, a explorou com maestria, de todas as formas imagináveis.

Analisando o contexto histórico alemão, pode-se compreender que os fatores que contribuíram e mesmo facilitaram a ascensão do nazismo são muitos. Dentre eles o fator econômico apareceu com grande ênfase. Um povo arrasado economicamente, pela própria fraqueza – em todos os sentidos – em que se encontra, torna-se mais vulnerável e propenso a dominação, principalmente quando esta lhe oferece a ressurreição. Quando Hitler ascendeu no cenário alemão, o Estado encontrava-se completamente arrasado economicamente; grande parte de sua população encontrava-se desempregada e beirando a miséria. A crise que se apoderou da Alemanha no pós-guerra (1918-1923) e posteriormente na República de Weimar, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, atingiu níveis muito acima dos suportáveis; inúmeras empresas foram à falência, deixando como consequência milhões de indivíduos desempregados. Quanto mais essa crise se avolumava, mais Hitler, em seus discursos, se apresentava como o grande salvador da pátria e mais as pessoas se rendiam ao fascínio de sua oratória, se entregando sem reservas à luta em prol de tornar real o ideal de pureza e superioridade por ele propagado como sendo o único caminho para a reconstrução do Estado alemão. O povo alemão precisava de respostas que justificassem o caos a que se encontravam submetidos. Hitler oferecia essas respostas, apresentando os culpados e oferecendo ainda, a solução. Os culpados eram os democratas de Weimar, responsáveis pela assinatura do Tratado de Versalhes com suas cláusulas insuportáveis e, em grau ainda maior, os judeus. A ideia de uma conspiração judaica para o domínio econômico da Alemanha e do mundo propagada pelo líder do NSDAP atingiu o âmago deste povo que não hesitou em acatá-la como verídica.

Além do fator econômico, outros fatores despontaram com grande significância para o entendimento da rendição do povo alemão aos ideais nazistas. O contexto do processo histórico de formação e de constituição da nação alemã como Estado, que foi responsável por direcionar e sedimentar concepções e comportamentos a nível individual e coletivo, se apresenta como preponderante para o entendimento da questão. O conhecimento em torno dos aspectos que envolveram este processo possibilitou estender o olhar para além do período estudado, permitindo a compreensão de que as bases fundadoras e propulsoras do nazismo se encontravam enraizadas historicamente nos hábitos e costumes do povo e da nação como um todo; permitindo também, compreender que o nazismo nada trouxe de novo; não criou sentimentos, não criou valores, apenas se apropriou, despertou e explorou aquilo que já existia no cerne de cada indivíduo, concepções que se encontravam embrenhadas no povo alemão

desde os primórdios. O nacionalismo exacerbado, o antissemitismo, o conservadorismo, a violência e a necessidade de se firmar como Estado forte e soberano no cenário europeu são atributos inerentes à história da nação alemã desde o início de sua constituição. O povo alemão caracteriza-se como um povo habituado aos combates e também, as derrotas. Uma característica muito forte constatada encontra-se relacionada ao comportamento alemão assumido após as derrotas: a negação do fracasso que era seguida da depressão e, posteriormente, substituída pela retomada da luta. O que significa que o povo alemão não aceitava e não sucumbia as derrotas; convivia com elas até o limite que seu orgulho nacionalista o permitia e quando isto se tornava impossível, empunhava as armas e retornava a luta. Outra característica importante para se pensar na ascensão do nazismo refere-se à necessidade intrínseca no povo alemão por um líder; da necessidade de se encontrar sob o comando de um soberano forte o suficiente para exercer o poder em seu nome, por ele e em detrimento dele. Diante destas constatações, pode-se concluir que a ascensão nazista foi possível porque o terreno encontrava-se fértil para o plantio – ou replantio – de ideias pré-existentes na mentalidade alemã. Coube aos nazistas apenas a tarefa de reviver e cultivar aquilo que já se encontrava solidamente sedimentado no íntimo de cada indivíduo pertencente à nação alemã.

As teorias – supostamente comprovadas científica e filosoficamente – adotadas e propagadas pelos nazistas contribuíram para fortalecer a convicção da grandeza e da importância do movimento nazista e, principalmente, de seus objetivos. Teorias que, conforme constatado, não eram originais, mas colhidas por Hitler no contexto de sua vivência, bem como nas leituras que faziam parte de seu cotidiano. Muitas das concepções foram apropriadas de grandes pensadores do século XIX, algumas, de maneira distorcida e equivocada, de modo a tornar verdadeiro o ideal nazista e assim, conseguir o apoio da massa. O conhecimento destas teorias se apresentou como fundamental para o entendimento do convencimento do povo alemão e, principalmente, do direcionamento educacional no Terceiro *Reich*. A formação do líder nazista, o modo como se desenvolveu a construção de seu conhecimento de mundo, também se mostraram primordiais a fundamentação da pedagogia nazista e seu direcionamento anti-intelectual. Conforme relatado no segundo capítulo, Hitler nutria grande desprezo pelos intelectuais, pela classe docente e pelo ensino escolar formal. Em sua concepção, os docentes se constituíam em uma classe desprezível responsável pela transmissão de conhecimentos inúteis para a vida prática. O líder do NSDAP chegou a afirmar que muitos professores não passavam de doentes mentais que só se

preocupavam em entulhar a cabeça dos educandos com conteúdos que em sua maioria – pela total inutilidade – eram com o passar dos tempos completamente esquecidos. Percebe-se nas considerações de Hitler em *Mein Kampf*, o profundo rancor alimentado em relação aos docentes e a escola regular, que segundo ele, minaram suas aspirações, pela não valorização de seu talento natural, considerando apenas o seu fracasso nas disciplinas que constituíam o currículo escolar formal.

Uma questão importante para se pensar relaciona-se a remodelagem dos pensamentos e comportamentos de acordo com a nova mentalidade que se pretendia instituir. Hitler tinha consciência da dificuldade de proceder com êxito esta remodelagem nos indivíduos adultos, assim, o seu trabalho foi direcionado para aqueles que ainda se encontravam em formação: as crianças e os jovens. Neste sentido, se fazia imprescindível conquistá-los para o seu movimento, onde, por meio da educação – formal e informal – encontraria as melhores condições para empreender a remodelação dos corpos e das mentalidades por ele pretendida. Esta passou a ser uma de suas principais preocupações, pois, era com os jovens que Hitler pretendia edificar o seu império e por em prática o seu projeto de conquista do mundo; era por eles e com eles que pretendia construir os alicerces de seu *Reich* eterno, que, segundo sua afirmação, duraria mil anos. Para aliciá-los Hitler não poupou esforços, oferecendo exatamente aquilo que desejavam. A perspectiva da mudança, do novo se configurava em um grande fator atrativo. Além disso, outros atrativos se encarregavam de exercer sobre a juventude verdadeiro fascínio: uniformes, marchas, paradas repletas de pompa, acampamentos que proporcionavam agitação e aventura e, sobretudo, poder. O poder de fato apresentou-se como o maior fator de atração para os jovens que aderiram ao movimento juvenil nazista. A JH oferecia a juventude o poder de voz, o poder de liderar, o poder de se rebelar contra pais, professores e demais autoridades. E isto exercia sobre eles um fascínio que, sem sombra de dúvida, os fazia se dedicar de corpo e alma a organização. A JH possibilitava as crianças e aos adolescentes a oportunidade de saírem do restrito e sempre subordinado universo infantil – com suas regulações e repreensões – e adentrarem no mundo adulto em igual condição. É certo que na JH, os jovens se encontrariam condicionados a novas e mais rigorosas subordinações, regras de conduta e de comportamento que jamais poderiam ser desrespeitadas, porém, estas se apresentavam sob novas configurações: não era mais a subordinação da criança ao adulto, – dos filhos aos pais, dos alunos aos professores – mas uma subordinação que se efetivava em um mesmo nível, que assumia aspectos adultos,

visto que, na JH – independentemente da idade – não haviam crianças, não haviam jovens, todos eram soldados envolvidos e guiados por uma mesma ideia.

Quanto Hitler se refere aos jovens e a sua tão amada juventude é preciso que se compreenda que estes não englobavam todos e quaisquer jovens. Para fazer parte desta juventude e merecer a atenção especial do *Führer* era preciso atender a alguns requisitos considerados essenciais. Estes jovens tinham que estar dentro dos padrões estabelecidos de acordo com a ideologia preconizada pelo partido, a qual dividia o povo que vivia na Alemanha à época e também no mundo, em duas categorias, os superiores destinados a dominar e os inferiores, que tinham como destino serem dominados, ou melhor, serem exterminados, já que como inferiores não eram dignos de fazer parte da humanidade. Neste sentido, todo o sistema educacional alemão foi remodelado, dos currículos aos conteúdos a serem ensinados nas escolas, de modo a que os jovens educandos fossem de fato moldados de acordo com o ideal nazista de perfeição. O ensino intelectual foi literalmente substituído pelo adestramento corporal, o que evidencia claramente o temor ao ser pensante. Para que o NSDAP cumprisse com os pressupostos delineados desde antes de sua ascensão era de extrema importância envidar todos os esforços para imprimir de forma definitiva nas gerações futuras os padrões comportamentais desejados. A escola se encarregava de abrir caminho para essa doutrinação e a JH dava continuidade de uma maneira mais incisiva e permanente.

Diz um antigo rifão “de pequenino é que se torce o pepino”⁶³, o que significa que as transformações na conduta de um indivíduo para se mostrarem realmente eficazes, precisam ser iniciadas enquanto este ainda se encontra na infância; quanto menor mais facilmente pode ser influenciado e dobrado de acordo com os objetivos que se tem em vista. Assim, se um governo pretende concretizar a “doutrinação” de seu povo de forma a fazê-lo acreditar e seguir de acordo com seus ideais, nada melhor que começar pelas crianças, de preferência logo na primeira infância, pois estas, por estarem se iniciando na vida, encontram-se abertas a todo e qualquer ensinamento. Adolf Hitler, líder do Partido Nazista, ao delinear sua doutrina, soube como ninguém levar a cabo este rifão.

⁶³ A origem deste rifão remete a agricultura, ao cultivo de pepino. Segundo a sabedoria popular, os agricultores que cultivam pepinos precisam dar a melhor forma a estas plantas. Neste sentido, retiram uns “olhinhos” para que os pepinos se desenvolvam. Se esta pequena poda não for realizada, os pepinos não crescem da maneira correta, criando uma rama sem valor e os frutos adquirem um sabor desagradável. Assim como é necessário dar a melhor forma aos pepinos, também é necessário moldar as crianças o mais cedo possível. Significado: O caráter molda-se e os valores adquirem-se desde tenra idade. Disponível em: <<http://aldacris.wordpress.com/2008/02/15/de-pequenino-e-que-se-torce-o-pepino>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

Pode-se afirmar que o NSDAP, sob o comando de Hitler, surrupiou as crianças e os jovens alemães de seus lares e os colocou sob a tutela de um Estado racista e tirânico, transformando-os em peças de sua máquina de guerra a serem empregados na luta pela conquista do espaço e do poder. A alienação era fator fundamental, afinal, para a consecução plena dos planos de construção da nova Alemanha, os nazistas não necessitavam de seres pensantes, críticos e capazes de atuar de forma contestadora na realidade. O primordial era formar seres saudáveis, física e comportamentalmente fortes e preparados militarmente para num futuro muito próximo, se encarregar de lutar – literalmente – sem questionamentos ou qualquer reflexão que pudesse levá-los a compreender o que de fato se escondia por trás da suposta política apaziguadora.

Analisando as questões relativas a educação idealizada no Terceiro *Reich* para a formação dos jovens alemães, pode-se compreender que esta encontrava-se imbuída de objetivos claros e perfeitamente definidos. A sua concepção estava intimamente atrelada a concepção de mundo teorizada pelos ideólogos nazistas e por Adolf Hitler, para quem, a educação deveria servir exclusivamente para formar indivíduos fortes, saudáveis e portadores de grande capacidade e coragem para enfrentar desafios e tomar decisões, tendo como premissa o interesse coletivo, apregoado como sendo do *völk*. No entanto, o interesse que de fato deveriam corresponder e ter como objetivo maior de suas vidas era o interesse do *Führer*. Exemplo disso é representado por meio da presença constante de suas fotos nas salas de aula lembrando que todos pertenciam a ele e que tudo deveriam fazer para corresponder as suas expectativas; o *Führer* se constituía no modelo que todos deveriam seguir para se tornarem indivíduos superiores. Se a ideia de Hitler era fazer da nação alemã a maior potência do mundo, dominando e conquistando as demais nações, ampliando assim o espaço vital alemão, nada mais natural que promover a transformação dos jovens em soldados a seu serviço, em líderes capazes de lutar e de comandar (controlar) os povos que pretendia dominar. E, quando mais cedo o trabalho de educação soldadesca fosse iniciado, melhores seriam os resultados futuros. Diante destas constatações, o que se pode deduzir é que os jovens alemães, praticamente desde o nascimento, encontravam-se submetidos a uma verdadeira domesticação, um adestramento mascarado de escolarização. Os jovens se constituíam em um material humano essencial à luta pelo poder pretendida por Hitler e por seus seguidores, dessa forma, era necessário trabalhar este material bruto de modo a dar-lhe o formato necessário, de acordo com os fins pretendidos. Esse trabalho formativo foi executado pelos nazistas com tal maestria que os jovens submetidos a ele, sequer questionavam a sua validade, acreditando

piamente que tudo aquilo que vivenciavam e que aprendiam era de fato necessário, a maior e melhor contribuição para as suas vidas.

Importante salientar que todas as teorias ideológicas e educacionais idealizadas por Adolf Hitler encontram-se claramente dispostas em seu livro, *Mein Kampf*. O líder nazista, muito antes de assumir o poder, já preconizava o seu ideal de educação, bem como oferecia de maneira explícita o que pretendia para os alemães do futuro, ou seja, para aqueles que à época eram ainda crianças e jovens adolescentes e, principalmente, como faria para dar corpo a este ideal. A leitura de *Mein Kampf* para um leigo, já oferece um panorama dos acontecimentos que se desenrolariam no futuro. É certo que a leitura do livro no contexto atual pode se apresentar contaminada, induzida pelos acontecimentos, mas não deixa de ser elucidativa para fazer compreender que a pedagogia nazista foi constituída a partir das ideias expressas por Hitler e direcionada de acordo com determinados pressupostos, todos condizentes com a concepção de mundo – nacionalista e racista – fundamentada pelo NSDAP.

É intrigante pensar que, em seu livro, Hitler não faz rodeios ao expor suas ideias e concepções e que, se à época este fosse examinado com maior consideração, possivelmente a história houvesse se encaminhado de maneira diferente e as crianças, os pequenos soldados de Hitler, tivessem o direito de serem crianças, de vivenciar a infância que o nazismo lhes roubou; é possível que o trabalho de desnazificação a que os jovens foram submetidos ao final da Segunda Guerra Mundial não se fizesse necessário. Mais intrigante ainda, é constatar que, a Alemanha – berço de intelectuais, acadêmicos e cientistas da mais alta estirpe, que se encontravam plenamente preparados para analisar e detectar os reais planos de Hitler – ficou a mercê de sua tirania, se deixando seduzir por suas teorias absurdas e preconceituosas sem qualquer contestação. É certo que muitos destes grandes nomes, por divergências ou para garantir a liberdade e mesmo a própria sobrevivência, acabaram deixando a pátria se exilando em outros países. Porém, buscando-se lançar um olhar sobre os fatos pelo prisma de que a perseguição explícita aos judeus não se deu logo no início do Regime Nazista, fica difícil encontrar justificativa plausível, visto que, de certa forma, houve tempo para que se pudesse pensar, se unir e articular formas de contra-ataques ou contra-ideologias. O fato é que – conforme demonstraram os estudos sobre a questão – pouco ou nada se fez no sentido de alertar a população alemã, que carente econômica e principalmente, moralmente, já que o orgulho e a auto-estima estavam em baixa, aguardava pela vinda de seu messias salvador. É certo também, que existiram homens corajosos e íntegros, que, muito embora perseguidos,

não se renderam e que, se não conseguiram fazer frente ao nazismo, se preocuparam em refletir sobre o contexto a que se encontravam submetidos, enquanto aguardavam em solo alemão, o fim do estado de barbárie. Klemperer, um catedrático judeu, foi um desses homens, que, inconformado com os rumos tomados pela nação que amava, mesmo a mercê da perseguição e da humilhação explícita, desenvolveu durante os doze anos do Regime um brilhante trabalho de pesquisa que culminou ao final da guerra em duas obras literárias da mais alta qualidade. Na primeira obra Klemperer reproduz o diário que redigia diariamente, onde, com uma grande riqueza de detalhes, traz a público o cotidiano do Terceiro *Reich* pela ótica do que ele denomina de vencidos. Na segunda obra, que teve como base os registros expostos na primeira, Klemperer apresenta seu estudo sobre a linguagem utilizada à época por todos os alemães – inclusive os judeus – e sobre a sua manipulação pelos nazistas. Estas obras se constituem em leituras imprescindíveis para quem deseja adquirir alguma compreensão dos fatores que possibilitaram ou permitiram o êxito nazista. O contato com estas obras permitiu vislumbrar o doutrinamento nazista por outra perspectiva: a manipulação das linguagens, em suas diversas matizes, como ferramenta de alienação e de dominação do inconsciente individual e coletivo com vistas à manutenção do poder. Percebe-se que a linguagem – oral e visual – impregnada de mensagens subliminares e mesmo evangélicas, exerceu um papel fundamental no aliciamento do povo alemão, especialmente daqueles que se encontravam em processo de formação, as crianças e os jovens.

A realização deste trabalho de pesquisa teve como ponto de partida proceder a um levantamento de informações e argumentos em torno dos aspectos e dos fatores que envolveram a educação nazista – formal e informal – durante o Terceiro *Reich*, que fossem capazes de possibilitar a compreensão sobre os motivos que levaram os jovens alemães a seguirem e defenderem Hitler até o final. Para que isto fosse possível, era necessário conhecer e analisar quais os pressupostos ideológicos e educacionais impressos a esta educação e de que forma estes foram utilizados (manipulados) pelos nazistas, para conseguir a adesão cega de milhões de crianças e jovens ao ideal nazista. A análise dos dados coletados na bibliografia consultada sobre o Regime nazista e, principalmente, sobre o seu sistema educacional e a sua pedagogia nazista, permitiu compreender que estes jovens foram durante anos – desde a alfabetização – submetidos a um processo sistemático de doutrinação – voluntária ou não – que fez deles verdadeiros autômatos, que os transformou em seres alienados, fanáticos e condicionados a não reflexão; em suma, foram nazificados. A educação não os ensinou a pensar; o seu único objetivo era ensinar a ouvir e a obedecer sem questionar. Felizmente,

alguns desses jovens conseguiram – por encontrarem um ambiente familiar favorável – visualizar um pouco daquilo que se escondia por traz da pompa e da glória prometida pelos nazistas e desertaram, porém, a grande maioria permaneceu até o final na mais completa cegueira. Dessa forma, pode-se compreender que a educação nazista cumpriu o papel que lhe fora atribuído, se encarregando de impregnar as mentalidades infantis e juvenis de forma definitiva, fez deles “bons nazistas”.

O tema proposto, a princípio pode parecer fora ou distante demais do contexto atual, no entanto, o seu conhecimento configura-se como de grande importância para se refletir na educação do presente, particularmente da infância, por ser um período em que o indivíduo encontra-se em formação e, portanto, suscetível de transformação. A infância é a fase em que o indivíduo se encontra mais propenso a assimilação de conceitos, especialmente, os relacionados ao comportamento. Tudo aquilo que é incorporado nesta fase dificilmente se apaga ou se modifica. E a escola, por atuar como aparelho ideológico do Estado, precisa estar atenta àquilo que é fomentado em seu interior, para não transformar as crianças sob sua tutela em seres desprezíveis e alienados.

Faz-se importante esclarecer que neste trabalho não se pretendeu envidar qualquer tipo de apologia ao nazismo ou às suas ideias, nem mesmo apresentar justificativas para as suas ocorrências, mesmo porque, estas são injustificáveis. A contribuição que se pretendeu oferecer, por meio da contextualização dos mecanismos e diretrizes educacionais nazistas, foi trazer ao conhecimento de um público maior materiais que normalmente não se encontram em fácil acesso, no sentido de provocar a reflexão, instigando aos educadores a pensar e repensar suas práticas na atualidade, dentro e fora das salas de aula, de forma a fazê-los analisar as propostas e conteúdos de ensino que lhes chegam às mãos antes de assumi-los e retransmiti-los, para que não permitam a sua vinculação com qualquer espécie de ideologia que possa ser responsável pela reprodução, mesmo que parcial, de uma educação voltada para a alienação e para a dominação. O Estado tem o dever de assegurar a educação a todos os cidadãos, sem qualquer tipo de restrição, porém, é necessário estar atento para que esta educação esteja de fato voltada para a formação do indivíduo enquanto sujeito ético, crítico e comprometido com a construção de um mundo melhor e mais digno para todos. As pesquisas ofereceram argumentos que possibilitaram a compreensão acerca do tema proposto, porém, ainda há muito a se conhecer e a se refletir, principalmente, se for considerado que o nazismo não se manteve distante das terras brasileiras, ao contrário, ele esteve junto dos brasileiros,

incentivando e financiando a criação de diversas organizações do NSDAP dentro das terras brasileiras, inclusive a Juventude Hitlerista.

REFERÊNCIAS

A ONDA [The wave]. Direção de Alex Grasshof. Roteiro de Dennis Gansel e Todd Strasser. (Interpretação de Bruce Davison, Lon Lethins, John Putch, Jonny Doran, Pasha Gruay, Valery Ann Pfening. EUA: Constantin Films. 1981. 1 DVD (101 min.)

ALGOSOBRE, Portal. Biografia. Victor Augusto, 2000. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/rosa-luxemburgo.html>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 2008

ANNE Frank house. Anne Frank Stchting. Linha do tempo. 2005. Disponível em: <<http://www.annefrank.org>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARQUITETURA da Destruição [Arckitektur des Untergangs]. Direção de Peter Cohen. Alemanha: Versátil Home Vídeo: Universal, 1992. 1 DVD (121 mn.).

BARTOLETTI, Susan Campbell. **A juventude hitlerista: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram**. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BELL'S Blog. Tira teimas. De pequenino é que se torce o pepino, 2007. Disponível em: <<http://aldacris.wordpress.com/2008/02/15/de-pequenino-e-que-se-torce-o-pepino/>>. Acesso em: 06 ago. 2011.

BLEUEL, Hans Peter. **O sexo na Alemanha Nazista**. Tradução de Theobaldo de Souza. Rio de Janeiro: Senegra, 1972.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

COUTO, Sérgio Pereira. **Segredos do Nazismo**. São Paulo: Universo dos livros, 2008.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ENOTES. List of Nazis.2011. Disponível em: <http://www.enotes.com/topic/List_of_Nazis>. Acesso em: 02 out. 2011.

EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no Poder**. Tradução de Lúcia Brito. 1.ed, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FIORINI, Mauro. **Breve história do Fascismo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

FOTTUS, Blog. Rafael Henrique. Fotos históricas. Nazismo, 20??. Disponível em: <<http://www.fottus.com>>. Acesso em: 21 set. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. 1. ed., 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIEBEL, Wieland. **Berlino – La Storia**. Berlin: Norman Bosch, 2010.

GILLES, Geoffrey J. **Students and National Socialism in Germany**. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler**. Tradução de Luís Sérgio Roizman. 2.ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997

HANNOUN, Hubert. **O nazismo: Educação? Domesticação...** Fundamentos Ideológicos da formação nazi. Tradução de Fátima e Carlos Gaspar. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HENIG, Ruth. **As origens da Segunda Guerra Mundial 1933-1939**. Tradução de Lélío Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1985.

HENIG, Ruth. **O Tratado de Versalhes: 1919-1933**. Tradução de Lélío Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1991. (Série Princípios)

HITLER, Adolf. **Minha luta: Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Demercino. A formação do Sacro Império. **Brasil escola**. História Geral. Idade Média, 2002. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/sacro-imperio.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KLEMPERER, Victor. **Os diários de Victor Klemperer: testemunho clandestino de um judeu na Alemanha nazista, 1933-1945**. Tradução de Irene Aron. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KLEMPERER, Victor. **LTI: A linguagem do Terceiro Reich**. Tradução de Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOCH, H. W. **A juventude hitlerista: Mocidade traída**. Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1973.

LENHARO, Alcir. **Nazismo “O triunfo da vontade”**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

LUCENA, Célia. Narrativa biográfica de imigrante alemã em São Paulo: Revelação feminina sobre a guerra. **Revista Guairacá**, Guarapuava, n.21, p. 67-87, 2005. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/guairaca/21>>. Acesso em: 21 Jun. 2011.

LUFTWAFFE 39-45. Biografia. Hermann Göring, 1998. Disponível em: <<http://www.luftwaffe39-45.historia.nom.br/goring.htm>>. Acesso em: 13 set. 2011.

MENEGAT, Carla. Os pensadores que influenciara a política de eugenia do nazismo. **A MARGem. Revista Eletrônica de Ciências Humanas, Letras e Artes - Estudos**, Uberlândia, ano 1, n. 2, p. 66-73, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br/pet/amargem/amargem2/estudos>>. Acesso em: 16 set. 2009.

MICHAUD, Eric. “Soldados de uma idéia” Os jovens do Terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org), **História dos Jovens 2 - A época contemporânea**. Tradução de Paulo Neves, Nilson Mulin, Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 291-317.

NET NETSABER. Biografias. Karl Liebknech. Disponível em: <http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_612.html>. Acesso em: 04 abr. 2011.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NO MUNDO dos livros. Filme: A onda, 2010. Disponível em: <<http://www.nomundoenolivros.com/2010/08/filme-onda.html>>. Acesso em: 18 set. 2011.

OLIVEIRA, Bruno. Nazismo. 2008. Disponível em: <<http://nistovocepodeconfiar.blogspot.com/2008/07/poster-da-alemanha-nazista.html>>. Acesso em: 16 set. 2009.

PARTIDO Nacional Socialista Brasileiro. NSDAP. 2009. Disponível em: <<http://nacional-socialismo.com>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

PROJETO Vip. Eduardo França. Nascimento, 1998. Disponível em: <<http://www.projeto vip.net/0509.htm>>. Acesso em: 02 out. 2011.

RYBACK, Timothy W. **A biblioteca esquecida de Hitler: os livros que moldaram a vida do Führer**. Tradução de Ivo Koretowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHILING, Voltaire. História. Bismarck e a vontade do poder, 2002. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/ottobismarck.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

SEGUNDA Grande Guerra. Biografias. Eixo. Walter Richard Rudolf Hess, 2001. Disponível em: <<http://pt.worldwar-two.net/biografias/73/>>. Acesso em: 09 set. 2011.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIRER, William L. **Ascensão e queda do Terceiro Reich**, volume I: triunfo e consolidação (1933 - 1939); Tradução de Pedro Pomar. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SILVA, Maria Carolina Scudeler. **Ideologia nazista: a criação do Novo Homem do III Reich**. 2003. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

SÓ BIOGRAFIAS. Carlos Fernandes, 2002. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Gobineau.html>>. Acesso em: 09 set. 2011.

SPARTACUS. John Simkin. Spartacus Educacional, 1997. Disponível em: <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/GERstreicher.htm>>. Acesso em 21 set. 2011.

TAHA, Abir. **Nietzsche, o profeta do nazismo: o culto do super-homem revelando a doutrina nazista**. Tradução de Caroline Furukawa. São Paulo: Madras, 2007.

UNITED States Holocaust Memorial Museum. Enciclopédia do holocausto, artefato. 19??. Disponível em: <<http://www.ushmm.org>>. Acesso em: 11 set. 2011.

VITKINE, Antoine. **Mein Kampf: A história do livro**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

WEPMAN, Dennis, Hitler. In: **Os grandes Líderes do Século XX**. Nova Cultural: São Paulo, 1990.

Cleri Aparecida Brandt
Orientanda

Prof. Dr. Jorge Luís Mialhe
Orientador

Prof. Dr. Wagner Montanhini
Co-orientador